

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

André Onofre Limírio Chaves

***Do Kemet para o Novo Mundo: O colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889)***

Belo Horizonte

2019

André Onofre Limírio Chaves

***Do Kemet para o Novo Mundo: O colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889)***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Júnia Ferreira Furtado

Linha de pesquisa: Ciência e Cultura na História

Belo Horizonte

2019

907.2 Chaves, André Onofre Limírio  
C512d Do Kemet para o Novo Mundo [manuscrito] : o  
2019 colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial  
(1822-1889) [manuscrito] / André Onofre Limírio Chaves. -  
2019.  
277 f. : il.  
Orientadora: Junia Ferreira Furtado.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2.Museu Nacional (Brasil) - Teses.  
3.Museu Mariano Procópio. 4.Museus - Teses. I.Furtado,  
Junia Ferreira . II.Universidade Federal de Minas Gerais.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**"Do Kemet Para O Novo Mundo: O Coleccionismo de Antiguidades Egípcias No  
Brasil Imperial (1822-1889)"**

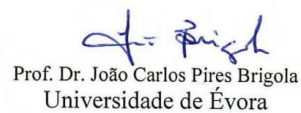
**André Onofre Limírio Chaves**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

  
Prof.ª. Dra. Júnia Ferreira Furtado - Orientadora  
UFMG

  
Prof.ª. Dra. Ana Paula Sampaio Caldeira  
UFMG

  
Prof. Dra. Regina Maria Macedo Costa Dantas  
UFRJ

  
Prof. Dr. João Carlos Pires Brigola  
Universidade de Évora

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2019.

*Para os meus pais, Lindete Silva e Wilson Chaves.*

*Sempre.*

## Agradecimentos

Dedicar-se à pesquisa não é um trabalho fácil, principalmente em um país que ainda tende a ir contra a corrente e que, a cada ano, diminui os investimentos na educação e na cultura – ainda mais em um momento em que os nossos esforços são considerados “balbúrdia”. Além dos desafios econômicos presentes na trajetória de um estudante, a pressão pessoal não facilita esse ofício, e surgem os questionamentos: será que vou dar conta? Esta pesquisa é importante? Dei o meu melhor? Inúmeras indagações aparecem na cabeça, a ponto de quase nos deixar loucos com tantos problemas. Porém, no meu caso, a ajuda e a presença de várias pessoas evitaram que isso acontecesse. Elas sempre me estimularam a seguir em frente e a superar os desafios. Por isso, é mais do que necessário que elas tenham o seu devido reconhecimento; sem o seu apoio, este trabalho não existiria.

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Júnia Ferreira Furtado, por ter aceitado o desafio de me orientar e por apostar em minha pesquisa. Em 2012, quando eu ainda estava na animação de calouro, ouvi dessa grande historiadora brasileira que ela orientar-me-ia com prazer e que não me deixaria abandonar a minha paixão pelo Egito Antigo, mesmo que tivéssemos que encontrar caminhos diferentes para alcançá-la. Além disso, Júnia me proporcionou inúmeras oportunidades de enriquecer o meu conhecimento, ao que sou grato.

Ser o primeiro membro da minha família a ingressar em uma universidade pública e de qualidade, como é a Universidade Federal de Minas Gerais, sempre foi muito honroso para mim. Por isso, sou grato por estar em um lugar que faz jus ao seu lema *Incipit Vita Nova* – iniciar vida nova. A transformação pela qual passei ao entrar neste templo do conhecimento foi radical. O contato com vários projetos, iniciação científica, palestras, aulas e museus foi responsável por me moldar – processo que ainda não terminou. Dessa forma, sempre defenderei a universidade pública no Brasil e as instituições financeiras que viabilizam o despertar científico nos estudantes, como a Fapemig, o CNPq e a Capes – a esta última, reforço o meu agradecimento por me conceder uma bolsa de estudos durante o mestrado.

Agradeço aos professores do Departamento de História da UFMG, em especial à Vanicléia Silva Santos, por ampliar o meu horizonte sobre o continente africano e por oferecer inúmeras oportunidades. Ao professor Eduardo França Paiva, pelos vários conselhos de como eu deveria e devo construir a minha vida acadêmica. Sou grato à Ana Paula Sampaio Caldeira, que muito me honra ao participar da banca de defesa deste trabalho, e que sempre trouxe ensinamentos importantes para a construção desta pesquisa e para a minha vida. À Rita de

Cássia Marques, pelos ensinamentos sobre nunca desistir de algo em que você realmente acredita. À Carol Vimieiro, pelas sugestões de fontes e bibliografia sobre o Museu Nacional.

Não apenas o campo da História me proporcionou importantes experiências, mas também o da Museologia e o da Conservação. Agradeço à Diná Marques de Araújo, por proporcionar-me o contato com acervos importantes para a história brasileira e ensinar-me a protegê-los. Ao Jezulino Braga, pelos vários apoios, e à Ana Paula Araújo, por compartilhar as suas experiências no Museu Nacional. Em especial, agradeço ao professor e arqueólogo Moacir Elias Santos, pela ajuda no mundo da Egíptologia.

Outros docentes que estão para além do Novo Mundo também foram importantes para a minha formação. Por isso, agradeço ao professor João Brigola por compor a banca e também por proporcionar conselhos e experiências únicos, que começaram na linda e amável cidade de Évora. Também sou grato às professoras Maria de Deus Manso e Antônia Fialho Conde pela recepção em terras portuguesas e pelas ricas e saudosas aulas.

Este trabalho não seria possível se não existissem os museus que acolheram as coleções egípcias. Por isso, ressalto o meu agradecimento aos funcionários do Museu Mariano Procópio, em especial à responsável pelo arquivo institucional, Priscila Pinheiro, ao Eduardo Machado, por ter me auxiliado no acesso aos acervos, sempre com grande cordialidade, e ao Jorge Sanglard. Agradeço também à professora Maraliz Christo, que, por mais que não seja funcionária da instituição, fez do Mapro um leque de oportunidades para se entender a história brasileira e mundial por meio de seus acervos e que me auxiliou muito na pesquisa sobre a mentalidade colecionista da Viscondessa de Cavalcanti.

Meu agradecimento ao Museu Nacional da UFRJ, lugar que nos últimos anos tem tido a minha atenção e que, desde 2 de setembro de 2018, passou a ser o cerne das minhas preocupações. Não é fácil para um historiador ver museus e coleções serem destruídos pelo descaso e, obviamente, não é fácil ver o seu objeto de estudo, a sua paixão, que surgiu aos sete anos de idade, virar cinzas. A dor de presenciar isso é difícil de explicar, mas sinto como se tivesse perdido alguém muito importante para mim. Sei que os próximos anos serão difíceis, pois a coleção que vi quatro dias antes do incêndio nunca mais será a mesma, mas fica a esperança de um futuro melhor. Há, também, pessoas que trabalham neste local e que foram importantes para esta pesquisa, como a equipe da Seção de Memória e Arquivo do MN, em especial Aluf Alba Elias. Agradeço ao professor Antônio Brancaglioni Jr. pelo envio de documentos, ao Rennan Lemos pela ajuda com materiais bibliográficos sobre a coleção e

também ao diretor do MN, Alexander Kellner, que nos últimos meses tem batalhado intensamente para que a instituição seja reconstruída. Entretanto, há uma pessoa em destaque que merece o meu mais profundo sentimento de gratidão: a professora Regina Dantas. Após o incêndio, foi ela a responsável por eu não abandonar a minha pesquisa, me ligando pouco tempo depois da tragédia e apaziguando a minha tristeza. Para além disso, ela sempre foi cordial comigo, principalmente nos momentos em que a ansiedade e agonia apareceram, oferecendo boas notícias sobre a reconstrução. Sou muito grato por tê-la na banca de defesa deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos-irmãos de longa data, que sempre estiveram comigo nos melhores e piores momentos: Matheus Ferreira e Wiliam Gonçalves, vocês são os meus anjos e serei eternamente grato pela amizade de vocês. Aos novos amigos de longa data, em especial à “rapariga” Natália Gonçalves, que durante esses anos tem sido essencial para não me deixar desistir dos meus sonhos e que também soube me reerguer após o incêndio do MN. Mesmo morando longe, disse, por meio de inúmeros áudios, palavras que acalmaram o meu coração. Sou muito grato a você! Ao amigo Thomaz Cannizza, que sumiu por uns tempos, mas retornou – sinal de que uma boa amizade o tempo não corrompe. Ao André Tavares, pelas conversas e memes oitocentistas.

Para alguém que precisa morar em um novo território, as novas amizades acabam tornando-se novas famílias. Dessa forma, agradeço aos “ragatangas” da 2012/1, Amanda, Talita, Raquel N., Isabela Rosa, Matheus Y., Ívina, Flávia, Paula, Pollyana, Raquel M., Bárbara, Carol e, por último e não menos especial, a minha irmã conterrânea que sempre apaziguava as saudades “dus Paim”, Luiza Rabelo – com quem, no primeiro dia de aula, a conexão painense foi tão forte que a amizade logo começou (e não tem previsão de terminar). Aos amigos de BH, entre eles Karyna, Bárbara L., Ygor Gabriel, Carlos A., Sinval, Daniel, Hugo, Ana Panisset, Gabriela, João, Bárbara K., Rodrigo e Dânia. Também agradeço à minha família de intercâmbio, que foi essencial para levar o calor brasileiro para terras portuguesas: Rita, Higor “o carioca”, Diego, Lucas, Gabi, Manoel, Jeane, Thamy, Maíra, Adrianne, Alisson, Iale, Jéssica e Kaíque. Agradeço, ainda, aos novos amigos do Velho Mundo: Gerta, Çidgem, Merve, Ayfer, Michelle e Rui.

Sou muito grato à minha família de Belo Horizonte, René Lommez, Heloísa Vidigal, Carlos José e Carolina Vaz. Vocês estão no meu coração e de lá não irão sair. Agradeço por toda a ajuda e atenção que sempre me deram em variados momentos. Destaco o apoio de “Carolis”, que durante esses anos me auxiliou e me auxilia tanto na vida pessoal quanto na acadêmica, fazendo jus ao seu olhar – e, claro, agradeço pelas idas ao Instituto de Estudos

Brasileiros de São Paulo para encontrar documentos para esta pesquisa. Agradeço também à minha outra família: Magda Lommez, Karen Lommez, Cléber Gomes, Flora Emília, Sofia, Davi e, em especial, Roberta Martins e Patrick Lommez, por serem um suporte importante em BH.

Sobretudo, um eterno agradecimento à minha família de Pains. À minha mãe, Lindete Cristina Silva, que desde que eu era pequeno sempre lutou para garantir o melhor para mim e para os meus irmãos e que nunca deixou que os obstáculos que apareceram impedissem os nossos sonhos, se sacrificando inúmeras vezes. Ao meu pai, Wilson Chaves, que olhou em meus olhos e disse que aprovava com total confiança o caminho que eu escolhesse para ser alguém na vida, e ser historiador foi o que escolhi. Agradeço também pela ajuda financeira, pois o caminho é longo e os pais são a nossa segunda “agência de fomento”. Ao meu irmão, Paulo Chaves, que sempre me apoiou e me ajudou nesses anos; a saudade só fez nosso vínculo se reforçar (e, claro, obrigado pelas caronas). Agradeço à minha irmã, Dayane Chaves, por me apoiar nas minhas decisões. Agradeço aos meus avós, meus tios e tias, em especial às tias Paula, Conceição e Aparecida, por se lembrarem sempre de mim. Também sou grato à minha segunda mãe, Crislene Ferreira, que sempre me motivou, em suas aulas, a continuar estudando e lutando pelos meus desejos. Porém, eu não poderia deixar de oferecer as minhas sinceras desculpas pelas ausências: ser pesquisador e morar longe da família infelizmente tem um preço muito alto, que inclui escolhas difíceis.

Por fim, agradeço a quem sempre serei profundamente grato: René Lommez Gomes – que, desde que o conheci, fez as mais diversas apostas em mim, e sempre esteve ao meu lado, me ajudando em todos os momentos. René leu esse trabalho diversas vezes e me auxiliou em vários pontos, indicando livros e textos e dando sugestões. Sobretudo, sou grato a essa pessoa incrível por permitir que eu tivesse o meu primeiro contato com as antiguidades egípcias do Museu Nacional – dia que jamais esquecerei. Ele foi responsável por concretizar o meu sonho de conhecer tais objetos, algo que eu idealizava desde criança e que nunca imaginaria que seria possível. Muito obrigado por tudo, René, companheiro que jamais tirarei do meu coração. Só posso recompensá-lo com o meu amor. Agradeço, também, aos meus gatos, Luke, Olívia, Rico e Mathias, sendo que o último é coautor deste trabalho: desde o início da escrita, esteve deitado no meu colo, acompanhando as descobertas e frustrações metodológicas e teóricas e, claro, fazendo bagunça com os seus irmãos.

Caso tenha me esquecido de alguém, ofereço minhas sinceras desculpas e peço compreensão: são dois anos e meio de muito trabalho e a cabeça está precisando de descanso.

*Colecionar expressa um desejo livre, flutuante, que se apega e se reapega – é uma sucessão de desejos. O verdadeiro colecionador não é presa daquilo que coleciona, mas do ato de colecionar.*

*Colecionar é resgatar coisas, coisas valiosas, do descuido, do esquecimento, ou simplesmente do destino ignóbil de estar na coleção de outra pessoa e não na nossa. Colecionar também é um esporte, e sua dificuldade é parte do que lhe confere honra e pique.*

*Susan Sontag – O amante do vulcão*

## Resumo

A presente dissertação tem como objetivo analisar o processo de formação de duas coleções egípcias no Brasil Imperial (1822 – 1889): a primeira coleção, pertencente ao Museu Nacional da UFRJ (RJ), e, a segunda, ao Museu Mariano Procópio (MG). O propósito dessa investigação é compreender as narrativas que motivaram a aquisição desses conjuntos milenares e as suas conexões com o movimento iniciado, pelos museus europeus, de colecionar antiguidades egípcias. Para além disso, este trabalho almeja abordar as leituras e percepções desses objetos por intelectuais, viajantes, o público geral e a elite imperial. São estudadas também, as ligações estabelecidas entre essas peças e a escrita do passado da nação, nos oitocentos, momento em que os eruditos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Museu Nacional observaram a necessidade de encontrar marcos para a construção de um imaginário sobre as origens da nação e os seus possíveis vínculos com sociedades antigas ditas “civilizadas”, como a egípcia. Ressalta-se, ainda, nessa investigação, o papel fundamental que as práticas de colecionismo privado tiveram para o surgimento de coleções similares, que seriam doadas para instituições públicas com objetivo de auxiliar na instrução do povo brasileiro. Nesse processo serão analisadas as diferenças entre três processos de percepção da cultura material dos antigos egípcios, que tiveram projeção na formação do pensamento sobre o passado, no século XIX, a saber, a ciência da Egiptologia e as culturas da Egiptomania e da Egiptofilia.

**Palavras-chave:** Coleção Egípcia; Museu Nacional; Museu Mariano Procópio; Colecionismo; Brasil Império.

## **Abstract**

This Master's dissertation aims to analyze the formation process of two Egyptian collections during the Imperial Brazil period (1822-1889): the first collection, belonging to the Universidade Federal do Rio de Janeiro National Museum and the second one, to the Mariano Procópio Museum, in State of Minas Gerais. The proposal of this investigation is to comprehend the narratives that motivated the acquisition of these millenarian sets and their connections with the movement, initiated by the European museums, of collecting Egyptian antiques. Beyond that, this project aims to approach the interpretations and perceptions of these objects made by intellectuals, travelers, the general public and the imperial elite. Also studied are the connections established between these pieces and the written past of the nation in the eighteenth-hundreds, moment in which the erudite of the Brazilian Historic and Geographic Institute and the National Museum observed the need of finding marks of the constructions of imaginary notions about the origins of the nation and its possible ties with the ancient so-called "civilized" societies, such as the Egyptian. Emphasized, still, in this investigation, is the fundamental role that the practices of private collecting had in the emergence of similar collections that would be donated to public institutions with the objective of helping in the instructions of Brazilian citizens. In this process, we will analyze the differences between three processes of perception surrounding the material culture of the ancient Egyptians that had projections on forming philosophies about the past in the nineteenth century as a way to know Egyptology Science and the Egyptomania and Egyptophilia cultures.

**Keywords:** Egyptian collection; National Museum; Mariano Procópio Museum; Collecting practices; Brazil Empire.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. Os museus e a formação das primeiras coleções egípcias no século XIX .....</b>	<b>35</b>
1.1. “A casa de curiosidades científicas” .....	36
1.2. Disputando antiguidades .....	47
1.3. O símbolo de uma nação.....	61
1.4. Conectando o Novo Mundo .....	74
<b>2. Do Kemet para o Novo Mundo – o processo de aquisição da primeira coleção egípcia da América Latina .....</b>	<b>80</b>
2.1. O Vendedor, a coleção e o mercado de arte no Rio de Janeiro .....	81
2.2. “Trapos, farrapos e corpos mirrados” – O vendedor e o bacharel .....	100
<b>3. “Dignos da admiração dos amigos das antiguidades” – História e memória da coleção egípcia no Museu Nacional .....</b>	<b>112</b>
3.1. Aos moldes dos museus europeus.....	113
3.2. “ <i>Gabinete de valor muito considerável</i> ” – A coleção egípcia sob a ótica de Manuel de Araújo Porto-Alegre.....	118
3.3. Ladislau Netto e os novos rumos da coleção .....	131
3.4. Os viajantes e a coleção egípcia.....	143
<b>4. “Interpretando os monumentos desses pequenos Egípticos americanos” - A busca pela antiguidade da nação.....</b>	<b>161</b>
4.1. Em busca do “Champollion brasileiro” .....	162
4.2. A “Roseta” marajoara .....	184
<b>5. Conferindo prestígio e notabilidade – A coleção egípcia do Museu Mariano Procópio .....</b>	<b>205</b>
5.1. Encontrando múmias brasileiras .....	206
5.2. “ <i>Oferecê-las ao culto da Ciência</i> ” - Quando colecionar se torna um dever cívico.....	213
5.3. O colecionismo de Amélia e Diogo Cavalcanti .....	218
5.4. A coleção egípcia do casal Cavalcanti .....	225
<b>Considerações finais .....</b>	<b>239</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>247</b>
Anexo 1 .....	266
Anexo 2.....	276

## Lista de imagens

**IMAGEM 1:** *Transportation of the colossal bust of Ramesses II, known as the Young Memnon.*  
Fonte: DeAgostini/Getty Images.....54

**IMAGEM 2:** *Le Roi donnant aux Arts le Musée Charles X - Antoine Jean Gros.* Fonte: *Images d'Art*.....57

**IMAGEM 3:** *O Estudo e o Gênio revelam o antigo Egito à Grécia- François Édouard Picot.*  
Fonte: *Wikimedia*.....67

**IMAGEM 4:** *Exame de uma múmia – um sacerdote de Amon – Paulo Dominique Philippoteaux.* Fonte: *Bridgeman Images*.....75

**IMAGEM 5:** *Museo Nacional, Campo D'Aclamação – Pieter Gotfred Bertichen, 1856.* Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.....116

**IMAGEM 6:** *Retrato de Manuel de Araújo Porto-Alegre – Ferdinand Krumholz, 1848.* Fonte: *Wikimedia*.....119

**IMAGEM 7:** *Bustos de D. Pedro II e D. Tereza Cristina – Ferdinand Pettrich, 1848.* Fonte: Museu Imperial de Petrópolis/Ibram.....125

**IMAGEM 8:** *Cartonagem doada por José Francisco Guimarães, em 1848.* Fonte: Acervo pessoal.....128

**IMAGEM 9:** *Fragmento de sarcófago doado pelo conselheiro Felipe Lopes Netto.* Fonte: Acervo pessoal.....133

**IMAGEM 10:** *Projeção da localização dos respectivos setores do Museu Nacional feito pelo autor com base na descrição feita por Ladislau Netto, em 1870, ainda situado em sua antiga sede, localizada no Campo da Aclamação.* Fonte: *Investigação Científicas*.....137

<b>IMAGEM 11:</b> <i>Múmia de Kherima</i> . Fonte: BBC Brasil.....	149
<b>IMAGEM 12:</b> <i>Corredor e o último gabinete da coleção egípcia na coleção Ambraser do Baixo Belvedere</i> – Carl Goebel, 1875. Fonte: <i>Wikimedia</i> .....	150
<b>IMAGEM 13:</b> <i>Exemplar de cabeça mumificada pelo povo Mundurucu que pertencia ao Museu Nacional, registro do século XIX</i> . Fonte: Museu Nacional UFRJ.....	155
<b>IMAGEM 14:</b> <i>Tabela comparativa das línguas tupis, copta e egípcia (hieroglífica) presente na obra L’Origine criada por Adolfo</i> . Fonte: imagem extraída da L’Origine, p. 37.....	183
<b>IMAGEM 15:</b> <i>Cerâmica Maracá</i> . Fonte: Museu Nacional; <i>Estátua Bloco de Hor, filho de Ankhkhonsu: Google Images</i> .....	187
<b>IMAGEM 16:</b> <i>Igaçaba marajoara encontrada por Ferreira Penna</i> . Fonte: <i>Brasiliana Fotográfica</i> .....	190
<b>IMAGEM 17:</b> <i>Fragmento da tabela comparativa feita por Ladislau Netto e publicada na revista Archivos do Museu Nacional</i> . Fonte: Archivos do MNRJ, 1885. p. 455.....	195
<b>IMAGEM 18:</b> <i>Múmia indígena encontrada na Caverna da Babilônia, na região de Juiz de Fora e que estava exposta no Museu Nacional</i> . Fonte: <i>Divulgação Museu Nacional UFRJ</i> ...	208
<b>IMAGEM 19:</b> <i>Objetos que constam no recibo do antiquário de David Kugelman</i> . Montagem: Ygor Gabriel.....	228
<b>IMAGEM 20:</b> <i>Estela funerária de Per-a-Iset</i> . Fonte: Registro do autor.....	231
<b>IMAGEM 21:</b> <i>Fragmento de esquife masculino do Terceiro Período Intermediário, que pertence ao acervo do Museu Mariano Procópio</i> . Fonte: Registro do autor.....	235

## **Lista de abreviaturas**

MN – Museu Nacional

AIBA – Academia Imperial de Belas Artes

MAPRO – Museu Mariano Procópio

SEMEAR – Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MCNBA - Museu de Ciências Naturais de Buenos Aires

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação aborda o colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1822-1889). É um dos objetivos desse estudo entender os processos de formação de duas coleções egípcias, hoje presentes em instituições museais: uma no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), e a outra, no Museu Mariano Procópio (MG). A primeira coleção foi adquirida pelo Estado Imperial e a segunda, pertencia a uma coleção particular. Cada uma envolve projetos distintos, mas interligados; correspondendo o primeiro a um projeto de criação de marcos civilizatórios e de desenvolvimento científico no Brasil; e o segundo na produção de fatores de distinção cultural entre as elites do Império, por meio do colecionismo de curiosidades e antiguidades. Esse estudo pretende ainda propor uma análise das etapas de colecionamento desses objetos e a forma como foram induzidas pela egiptofilia, egiptomania e egiptologia, fenômenos presentes na formação de coleções egípcias no século XIX.

“Dou-te parte que fui à Alfândega mostrar as múmias à imperatriz”;<sup>1</sup> em um trecho rápido e simples de uma carta endereçada à sua amante Domitila de Castro, o imperador do Brasil revelou como ocorreu seu contato com as peças que constituiriam a primeira coleção egípcia do país. Naquele 21 de julho de 1826, com a sua esposa, a imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I foi à alfândega carioca observar os objetos que o jornal *Astrea* caracterizaria como “dignos da admiração dos amigos de antiguidades”.<sup>2</sup> O interesse pelas novidades foi tamanho que, dois anos depois, ocorreu a finalização da sua compra para o acervo do Museu Nacional.<sup>3</sup>

A chegada destas peças milenares às terras brasileiras ocorreu em meados do ano de 1826.<sup>4</sup> Supostamente, um comerciante de antiguidades que viajava para a Argentina sofreu imprevistos e teve que ficar no Rio de Janeiro. Nicolau Fiengo não levava em sua bagagem

---

<sup>1</sup> Carta de D. Pedro I para a sua filha, 21 de julho de 1826. In: ARQUIVO NACIONAL. *Cartas de Pedro I à Marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1974. p. 107.

<sup>2</sup> ASTREA, Jornal. *Antiguidades na alfândega do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29/07/1826, nº 16. p. 63-64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 63

<sup>3</sup> Também chamado de Museu Real ou Museu Nacional Imperial. A nomenclatura “Real” foi definitivamente retirada após a Independência, em 1822. A compra das antiguidades foi finalizada no ano de 1828, sendo registrada pelo Diário da Câmara dos Deputados, com a publicação do Exame do Balanço de Receita e Despesa do Tesouro Público no 1º semestre do ano de 1828, realizado na sessão de 3 de agosto de 1829 e publicado pelo jornal na seção de despesas extraordinárias, como “*Compra das antiguidades egípcias*”. In: DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Despesas extraordinárias. Rio de Janeiro, nº 91, 1829. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749419/4745>, último acesso: 03/07/2018.

<sup>4</sup> Para uma listagem das antiguidades egípcias que estavam expostas na Alfândega do Rio de Janeiro, ver: ASTREA. *Notícias*. Rio de Janeiro, nº37, 19 de setembro de 1826. p. 63.

apenas roupas e objetos pessoais, mas também uma carga com múmias, sarcófagos, esculturas, objetos funerários e outros itens que compunham um lote de “curiosidades” do Egito, que na época faraônica chamava-se *Kemet*.<sup>5</sup>

As peças foram exibidas na alfândega da capital do Império.<sup>6</sup> Qual seria a reação de um brasileiro ao ouvir um estrangeiro afirmar que aqueles objetos tinham milhares de anos e que sua origem era um lugar só conhecido por meio de passagens bíblicas? Muito provavelmente, os visitantes que estiveram no local teriam observado as peças com curiosidade e alarme.

Até o século XIX, muitos brasileiros conheciam o Egito apenas como um lugar bíblico que serviu de refúgio para Jesus e seus pais. No imaginário brasileiro, havia sido ali, também, o local em que o povo hebreu foi escravizado, servindo de mão de obra para os “tirânicos faraós”. Desde o século XVI, a terra dos faraós encontrava-se fechada para os ocidentais. Portanto, não era de se admirar que a Bíblia fosse a referência mais popular sobre o Egito.<sup>7</sup>

Na Europa, o maior conhecimento que se tinha sobre o antigo Egito foi formado por meio de relatos de viajantes que, entre os séculos XVI e XVIII, visitaram o local.<sup>8</sup> Em coleções e nos gabinetes de curiosidades também se notava a presença de antiguidades egípcias, que serviam de narrativa de fatos da Antiguidade.<sup>9</sup> Estas peças eram raras e causaram admiração nos eruditos, que levantaram diversas suposições sobre seus significados.<sup>10</sup> À época, parte significativa das antiguidades egípcias presentes em coleções e nos gabinetes de curiosidades europeus foram obtidos e acumulados sob o fenômeno da *anticomanie*,<sup>11</sup> que se traduzia no anseio por colecionar todo tipo de antiguidade, sem distinção de origem e datação.

O fascínio específico pelas antiguidades egípcias foi fortalecido entre o final do século XVIII e início do XIX. Neste período, artistas e cientistas da Comissão das Artes e das Ciências

---

<sup>5</sup> Kemet significava *terra preta*, em referência ao solo egípcio que ficava escurecido após as cheias do rio Nilo, que traziam consigo matéria orgânica responsável por deixar a região alagada altamente fertilizada, propiciando a agricultura.

<sup>6</sup> ASTREA. *Notícias*. Rio de Janeiro, nº37, 19 de setembro de 1826. p. 63.

<sup>7</sup> ARAÚJO, Luís Manuel de. *O Egito faraônico, Uma Civilização com três mil anos*. Lisboa: Arranha-céus, 2015. p. 291.

<sup>8</sup> Ver: SILIOTTI, Alberto. Os primeiros viajantes do século XVIII, A descoberta de uma antiga civilização. IN: Primeiros descobridores; *A descoberta do Antigo Egito*. Barcelona: Folio, 2007. p. 36.

<sup>9</sup> Sobre os gabinetes de curiosidades ver: POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux, Paris, Venise: XVI-XVIII siècles*. Série Bibliothèque des Histoires. Torino: Éditions Gallimard. 1987.

<sup>10</sup> Um dos exemplos é o Gabinete de Curiosidades Nicolas Chevalier (1712), cujo inventário apresenta antiguidades egípcias. Sobre o *Cabinet de Chevalier*, consultar: <<http://curiositas.org/cabinet/cabinet-de-chevalier-nicolas-1712>>. A respeito da *anticomanie* ver: LAURENS, Annie France; POMIAN, Krzysztof. *L'anticomanie: La collection d'antiquités aux 18e et 19e siècles*. Paris: Mouton, 1992. 351 p.

<sup>11</sup> LAURENS, Annie France; POMIAN, Krzysztof. *L'anticomanie: La collection d'antiquités aux 18e et 19e siècles*. Paris: Mouton, 1992. 351 p.

da França acompanharam o general, e futuro imperador, Napoleão Bonaparte na expedição de conquista ao Egito. Foi através dessa façanha que o mundo construiu um outro olhar sobre esse lugar: pesquisas sobre a flora, fauna, arquitetura, costumes, e claro, sobre as antiguidades egípcias foram feitas e publicadas e tiveram grande recepção pelo público letrado.<sup>12</sup>

Conceitualmente, portanto, surgiram três “tipos de leituras/pesquisa sobre o antigo Egito, ao longo do século XIX: a egiptofilia, a egiptomania e a Egiptologia”.<sup>13</sup> A primeira é caracterizada por um forte fascínio pela cultura material do antigo Egito, com esse sentimento despertando a busca incessante de antiguidades para que os colecionadores pudessem satisfazer sua vontade de possuir esse tipo de material. A segunda leitura corresponde à maneira como a sociedade lidou com a recepção dessas antiguidades, ressignificando-as de diversas formas, na arquitetura, no vestuário, no cinema, na propaganda e demais meios de consumo. A egiptomania constituiu, então, um modo de trazer traços da antiguidade egípcia para a vida cotidiana da sociedade contemporânea.

A Egiptologia, por fim, foi a consagração dos estudos sobre o passado do antigo Egito, transformando-os em uma ciência. Ela se formou lentamente, por meio de estudos fundamentados na interpretação da cultura material dessa civilização antiga. Estes vestígios tinham procedência variada, havendo sido resgatados das antigas coleções europeias ou obtidos por meio das novas escavações - algumas clandestinas - realizadas nas terras margeadas pelo Nilo. Contudo, o passo definitivo para o desenvolvimento deste ramo científico se deu apenas quando o linguista francês Jean François Champollion (1790-1832) criou um método para a leitura e a interpretação da escrita sagrada dos egípcios: os hieróglifos.<sup>14</sup>

E, no Brasil oitocentista, como ocorreu a recepção das antiguidades egípcias? Enquanto Napoleão avançava sobre o Egito, esta terra, sua história e sua cultura material eram pouco conhecidas na colônia portuguesa. Este quadro se transformaria após a Independência, quando as peças foram adquiridas, e que foram integradas ao acervo do Museu Nacional. Já no momento da sua aquisição, elas produziram um debate público em torno da importância ou não da aquisição, da autenticidade ou não dos objetos.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> As pesquisas foram publicadas na monumental obra “*Description de l’Égypte, ou Recueil des observations et des recherches qui ont été faites en Égypte pendant l’expédition de l’armée française, publié par les ordres de S.M. l’empereur Napoléon*”.

<sup>13</sup> BAKOS, Margaret (org.). *Egiptomania: O Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004. p.10

<sup>14</sup> GADY, Eric. Les égyptologues français au XIX siècle: quelques savants très influents. In: *Revue d’histoire du XIX siècle* (online), 2006. p. 42-43.

<sup>15</sup> A chegada das peças ao Brasil provocou um debate público sobre sua autenticidade e valor. Neste período, as discussões repercutiram nos jornais do Império. O primeiro relato publicado, de grande importância pelas

Na segunda metade do século XIX, em uma viagem à Europa, Amélia Machado Velho Cavalcanti de Albuquerque, a Viscondessa de Cavalcanti (1852 - 1946) e o seu marido, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, adquiriram antiguidades egípcias para enriquecer a coleção de arte deles. Futuramente, esse arranjo seria incorporado ao acervo do Museu Mariano Procópio (Mapro), sediado em Juiz de Fora, em Minas Gerais. Pouco se sabe sobre os motivos e circunstâncias da aquisição destas peças. Mas, acredita-se que esse casal teria sido influenciado pelo gosto por curiosidades emanado do Rio de Janeiro e da própria Europa.

A aquisição desses objetos revela um dos traços do colecionismo pessoal desses aristocratas por antiguidades egípcias. Acredita-se, assim, que o estudo da coleção egípcia do Mapro é de grande relevância para estabelecer diálogos sobre o fenômeno da egiptofilia dentro e fora do espaço cortesão, bem como nas diferentes lógicas do colecionismo público e privado do século XIX.<sup>16</sup>

As práticas de colecionismo privado no Brasil, do período colonial até o Segundo Império, são pouco conhecidas e só recentemente começaram a ser estudadas de forma sistemática. No campo da história, são escassos os trabalhos que se dedicaram à análise da formação e aos usos dados às coleções privadas brasileiras<sup>17</sup> de objetos históricos ou curiosos, obras de arte, instrumentos científicos e espécimes da fauna e da flora.

Um tópico desenvolvido nos estudos sobre o papel dos territórios brasileiros nas práticas colecionistas do período moderno é sua identificação como fonte de objetos curiosos que, nos

---

informações que trazia, saiu no jornal *Astrea*. Ele foi assinado por uma pessoa que se identificou como “O Carioca Constitucional B.F.G.”, que criticou as antiguidades, afirmando serem falsificações. Em resposta, o vendedor das peças, Nicolau Fiengo, escreveu um longo texto defendendo a autenticidade das mercadorias. O tema será tratado mais adiante.

<sup>16</sup> BRANCAGLION Jr, Antônio. Coleções egípcias no país. In: BAKOS, Margaret (org.). *Egiptomania, o Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004. p. 39.

<sup>17</sup> COSTA, Angelita Maria Rocha Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2010. 233p.; O livro “Coleções de arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX, perfis e trânsitos”, resultante do III Colóquio Internacional Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX possui artigos relevantes para o entendermos o colecionismo privado no Brasil, destaca-se: MALTA, Marize. Arte em casa: colecionismo de objetos em fins do século XIX no Rio de Janeiro e a coleção Ferreira das Neves. p. 123; CHRISTO, Maraliz. Colecionismo no Brasil e cultura portuguesa: o Museu Mariano Procópio. p. 281; VOLPI, Maria Cristina. Penas para que te quero! O circuito da arte plumária não indígena brasileira nos oitocentos. p. 183. In: NETO, Maria João; MALTA, Marize (orgs). *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX, Perfis e trânsitos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2016. 528 p. SQUEFF, Letícia. *Uma Galeria para o Império: A coleção Escola Brasileira e as Origens do Museu Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Edusp, 2012. 200 p. ; OLIVEIRA, Cláudia de. *Jonathas Abbott: individualidade e colecionismo na Bahia no século XIX*. In: *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 04. 02, 2014. 565-584 p. FIGUEIREDO, Aldrin Moura. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). In: *Revista Antíteses*, v. 7, n. 4, 2014. p. 20-42. FERRAZ. Roseane Carmanini. Entre usos e funções: a prática do colecionismo de fotografias no século XIX e sua difusão no Brasil Imperial. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História*. Juiz de Fora, 2014.

primeiros anos da presença europeia, foram remetidos ao Velho Mundo para integrar coleções de eruditos e aristocratas.<sup>18</sup> O mesmo não ocorreu nas pesquisas sobre a formação e uso de coleções no próprio Brasil. As mais antigas coleções formadas no país, que foram tratadas pela historiografia, datam do século XVII e estão associadas às práticas colecionistas instauradas no Recife pelo governador da ocupação holandesa, Johann Moritz von Nassau-Siegen, e de outros indivíduos que viveram na corte do Recife.<sup>19</sup>

Para o século XVIII, existem estudos que revelam processos de como foram compostas bibliotecas, especialmente no território das Minas Gerais, embora estes trabalhos não tomem o fenômeno sob a perspectiva do colecionismo.<sup>20</sup> Muito recentemente, têm surgido pesquisas pontuais que, analisando inventários de bens da Igreja, indicam a possibilidade da existência de coleções de arte, objetos sacros e de História Natural nos colégios jesuítas do Grão Pará e nas paróquias de Mariana.<sup>21</sup> Poucos destes estudos, no entanto, produzem análises dos objetos reunidos sob a ótica dos processos que guiavam a formação de coleções privadas em conexão com seu papel social. As investigações que fogem a essa perspectiva são aquelas que abordam a criação, no Rio de Janeiro, da efêmera Casa de História Natural, conhecida por Casa dos

---

<sup>18</sup> Para saber sobre a presença de objetos de origem brasileira nas coleções de eruditos e aristocratas europeus, ver: GOMES, René Lommez. *Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016. ; CHAVES, André Onofre Limírio. *Objetos brasílicos: pinturas, gravuras e mapas na coleção do comerciante Mathijs van Ceulen (Amsterdã, 1631-1644)*. In: *Anais do IV Encontro em Pesquisa Histórica*, 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV EPHIS*, 2015. v. 7.; FEEST, Christian. The people of Calicut: objects, texts, and images in the Age of Proto-Ethnography. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciência Humanas*, v. 9, n. 2, 2014. p. 287-303. FEEST, Christian. European collecting of American Indian Artefacts and Art. In: *Journal of the History of Collections*. 1993. GERRITSEN, Anne; RIELLO, Giorgio. *The Global lives of things: The material culture of connections in the Early Modern World*. New York: Routledge, 2016. 265 p.

<sup>19</sup>FRANÇOZO, Mariana. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.; GOMES, René Lommez. *Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016.; CHAVES, André Onofre Limírio. *Objetos brasílicos: pinturas, gravuras e mapas na coleção do comerciante Mathijs van Ceulen (Amsterdã, 1631-1644)*. In: *Anais do IV Encontro em Pesquisa Histórica*, 2015, Belo Horizonte. *Anais do IV EPHIS*, 2015. v. 7.

<sup>20</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. O ouro das estantes. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Rona Editora, ano XLVIII, 2012. p. 54-63.; VILLALTA, Luiz Carlos. Dos Usos em Geral à inventividade e à Heresia. In: *Reformismo Ilustrado, Censura e Prática de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP. p.276-361.; FURTADO, Júnia F. "Sedition, Revolution and Libertinism in Eighteenth-Century Brazil: The Library of Naturalist José Vieira Couto". In: TOWSEY, Mark e ROBERTS Kyle B. *Before the Public Library: Reading, Community, and Identity in the Atlantic World, 1650-1850*. Leiden: Brill, 2017, p.123-146.

<sup>21</sup> ANTUNES, Isis de Melo Molinari. *Imaginária sacra em marfim presente no inventário da expulsão dos jesuítas*. DIÓRIO, Renata. *Devoção e arte em marfim: o processo de construção e ornamentação das igrejas da sede do Bispado de Minas Gerais (século XVIII)*. In: SANTOS, V. S.; GOMES, R. L.; PAIVA, E. F. *O comércio de marfim no Mundo Atlântico: circulação e produção (séc. XV ao XIX)*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural, 2017.; MARTINS, Renata Maria de Almeida. *Tintas da terra, tintas do reino: arquitetura e arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759)*. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e de Urbanismo da USP. 2009.

Pássaros, pelo vice-rei Dom Luís de Vasconcelos e Sousa, em 1784.<sup>22</sup>

O discurso sobre a ausência de coleções privadas no Brasil até pelo menos até a Independência é reforçado por estudos de coleções desta natureza que ganharam visibilidade após a segunda metade do século XIX. De acordo com Paulo de Freitas Costa, “as coleções privadas começaram a definir-se nas últimas décadas do século XIX, ganhando força a partir da Proclamação da República, em 1889”<sup>23</sup>. Assim, sob a perspectiva do autor, a partir da virada do século, o surgimento de coleções é influenciado pela ascensão da elite burguesa nos grandes centros econômicos. As famílias proeminentes começaram a criar grandes coleções de arte, como fator de distinção social.

Letícia Squeff, em seu livro sobre a Academia Imperial de Belas Artes,<sup>24</sup> destacou a presença de colecionadores privados de arte que emprestaram obras para a realização das exposições dessa instituição, que aconteceram durante a segunda metade do século XIX. Em 1848, de acordo com Squeff, Manuel de Araújo Porto-Alegre destacava dois colecionadores importantes. O primeiro, era Manoel José Pereira Maia que “tem maiores preciosidades em todo o gênero de Belas Artes”,<sup>25</sup> cuja importância fez com que Porto-Alegre almejasse a compra dessa coleção para a Academia. O outro colecionador era José de Oliveira Barbosa “que teria em sua coleção, alguns camafeus feitos pelo Mestre Valentim”.<sup>26</sup>

Estes trabalhos dão indícios da existência de sujeitos dedicados ao colecionismo, principalmente de arte, no Brasil do Segundo Império. Mas, a falta de estudos que deem visibilidade a essa prática em períodos anteriores não justifica afirmações de que o colecionismo só se desenvolveu nos fins do século XIX.<sup>27</sup>

---

<sup>22</sup> ALMEIDA, José Mario D’; DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *Casa dos Pássaros, precursor de um Museu de História Natural ou apenas local de preparação de material zoológico a ser enviado para Portugal*. Rio de Janeiro, UFRJ. Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh9/SH/trabalhos%20orais%20completos/CASA-DOS-PASSAROS.pdf>.

CHAGAS, Mário. A tradição moderna da museologia no Brasil. In: *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Minc/Ibram, 2009. p.64-74. PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Remessa de animais de Santa Catarina (1791) para a “Casa dos Pássaros” no Rio de Janeiro e para o Real Museu da Ajuda (Portugal). In: *Arquivos de Zoologia do Museu de Zoologia da USP*. São Paulo: USP, vol. 44, 2013.

<sup>23</sup> COSTA, Paulo de Freitas. O colecionismo privado no Brasil. In: *Sinfonia dos objetos*. São Paulo: Iluminuras, 2007. p. 39.

<sup>24</sup> SQUEFF, Letícia. *Uma Galeria para o Império: A coleção Escola Brasileira e as Origens do Museu Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Edusp, 2012. 200 p.

<sup>25</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel Araújo. “Manoel Dias, o Romano”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1848. *apud* SQUEFF, Letícia. *Uma Galeria para o Império: A coleção Escola Brasileira e as Origens do Museu Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Edusp, 2012. p. 95.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 95.

<sup>27</sup> COSTA, Paulo de Freitas. O colecionismo privado no Brasil. In: *Sinfonia dos objetos*. São Paulo: Iluminuras, 2007. p. 39-41.

Segundo Antônio Urquizar Herrera, as coleções privadas do mundo ibérico do primeiro período Moderno, não necessariamente deveriam estar localizadas em apenas um cômodo separado do restante da residência do sujeito, assim como se pensava as coleções do norte da Europa. Quadros, esculturas, e objetos ditos como “exóticos” faziam parte da decoração das casas<sup>28</sup> e nem por isso deixavam de constituir coleções. Apesar de se referir a práticas de uma cultura de tempo distinto ao que será tratado aqui, a afirmação do pesquisador abre a possibilidade de se questionar anacronismos vigentes no campo de estudo das coleções. A perspectiva de que os objetos devem perder seu papel decorativo ao serem convertidos em objetos de coleção e serem necessariamente reunidos em um espaço destinado à sua fruição é um dos mais perigosos anacronismos criados pelos estudos em História das Coleções e em Museologia,<sup>29</sup> que projetam para o passado categorias criadas pelo pensamento museológico contemporâneo.

Assim, um método para se identificar e estudar as coleções privadas no Brasil seria consultar os inventários de bens, que indicam as posses dos indivíduos. As potencialidades desse tipo de documentação para o estudo da História das Coleções são de grande relevância.<sup>30</sup> Analisando as posses do bispo de Mariana, Dom Frei Cipriano de São José (1743-1817), descritas em seu inventário, é possível perceber que os itens que ornavam o palácio episcopal da cidade refletem práticas colecionistas da época. No rol de seus pertences, foi-me possível identificar conjuntos de objetos que podiam integrar simultaneamente uma coleção e a decoração do interior do palácio: havia, ali, “móvel, porcelanas orientais, pratarias, quadros, esculturas, mapas e globos” além de uma rica “biblioteca que cobriu de obras de arte a capela privativa [...] mandou pintar os retratos dos antecessores e o seu próprio nas paredes da ala principal”.<sup>31</sup> Estes objetos são do mesmo tipo daqueles que compunham o universo de um colecionador das Luzes, e serviam ao mesmo tempo como itens de fruição pessoal e de

---

<sup>28</sup> O autor realizou essa discussão sobre colecionismo nas residências da nobreza da Andaluzia durante o século XVI-XVII, mesmo abordando um período distante do século XIX, o debate sobre a relação do colecionismo e decoração dos lares é pertinente para esta análise. HERRERA, Antonio Urquizar. *Coleccionismo y nobleza: signos de distinción social em la Andalucía del Renacimiento*. Madrid: Marcial Pons, 2007. 229 p.

<sup>29</sup> Um exemplo é o texto Coleções, de Poiman, ver: POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. In: *Enciclopédia Einaud. I. Memória – História*. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1984, p.51-86.

<sup>30</sup> Para saber mais, ver: CHAVES, André Onofre Limírio; CARVALHO, Carolina Vaz de. Fontes iconográficas e textuais no estudo de coleções do século XVII. In: TEMPORALIDADES, Revista. *Anais do IV Encontro de Pesquisa em História*. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. p. 464.

<sup>31</sup> MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O fascínio pela natureza. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, ano 9, n. 105, junho de 2014. p.66. disponível em: [https://issuu.com/ohistoriador/docs/moacir\\_maia\\_-\\_jardins\\_mariana](https://issuu.com/ohistoriador/docs/moacir_maia_-_jardins_mariana). (último acesso: 24/07/18)

transmissão do conhecimento.<sup>32</sup>

Neste trabalho, pretende-se fugir a estas e outras caracterizações anacrônicas sobre o colecionismo no Brasil, presentes sobretudo no campo da Museologia. Mário Chagas alegou que, “durante a invasão holandesa foi instalado um museu no grande parque do Palácio de Vrijburg”.<sup>33</sup> Tal afirmação apresenta um grande anacronismo ao transferir um conceito contemporâneo de museu para uma prática colecionista seiscentista, que se aproxima mais da concepção de gabinete de curiosidade.<sup>34</sup> Além disto, a alegação de que só existiu essa “instituição” museal durante o período colonial, seguida apenas dois séculos depois pela criação do Museu Nacional,<sup>35</sup> que seria o marco fundador das práticas museais do país, levou outros intérpretes a considerar a inexistência de qualquer prática colecionista entre os dois eventos.<sup>36</sup>

Outro exemplo é a frágil caracterização feita pela historiadora Letícia Julião das formas de organização dos museus, no século XIX, segundo os modelos dos museus do Louvre e

---

<sup>32</sup> O historiador Moacir Rodrigo de Castro Maia pesquisou sobre as ações do Frei Cipriano em Mariana, dando destaque para os jardins que foram criados por ordem desse religioso, onde havia uma grande variedade de espécies de árvores frutíferas, ervas medicinais, flores e etc. Os jardins foram desenhados com formas geométricas, seguindo a maneira francesa. Esses espaços podem ser considerados como uma extensão da coleção desse indivíduo, uma vez que Cipriano planejou e classificou as plantas conforme os manuais de jardinagem especificavam. No que se refere aos objetos que ele trouxe para o palácio episcopal, não há estudos que façam alguma abordagem evidenciando o caráter colecionista desse indivíduo. Através de método investigativo, poderia afirmar a existência de colecionismo no Brasil setecentista. Para saber mais sobre os jardins do palácio episcopal, ver: MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom Frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII. In: *História, Ciência, Saúde – Mangueiras*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, dezembro de 2009. p. 881-902.

<sup>33</sup> CHAGAS, Mário. A tradição moderna da museologia no Brasil. In: *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Minc/Ibram, 2009. p. 64.

<sup>34</sup> Atualmente, a museóloga Carolina Vaz de Carvalho está realizando pesquisas investigativas sobre o conceito de gabinete de curiosidade e suas derivações nos séculos XVI e XVII. Para além de evidenciar a necessidade de contextualização das práticas colecionistas no primeiro período da Idade Moderna, Carvalho ressalta os diversos anacronismos presentes na historiografia sobre o colecionismo moderno. Para saber mais, ver: CARVALHO, Carolina Vaz de. Reorganizando o Gabinete: uma discussão sobre a categoria de “gabinetes de curiosidade” e o colecionismo na primeira era moderna. In: VI EPHIS. *Anais Eletrônicos do VI EPHIS Encontro de Pesquisa em História da UFMG: Tempo: permanências rupturas e transições na História*. Belo Horizonte: Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas FAFICH /UFMG, 2017. p. 1928-1940.; CARVALHO, Carolina Vaz de. Algumas fontes para o estudo de mudanças de percepção sobre os Gabinetes de Curiosidades e as práticas colecionistas da era Moderna à Contemporânea. In: *Anais do 3º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA (SEBRAMUS) “Museologia e suas interfaces críticas: Museu, Sociedade e os Patrimônios*. Belém: UFPA. 2017 (no prelo).

<sup>35</sup> Anteriormente à criação do Museu Nacional, existiu, no Brasil, a Casa de História Natural, ou, como era mais conhecida, a Casa dos Pássaros. A historiografia atual sobre a História dos museus brasileiros tende a afirmar que espaço de preparação de acervos de História Natural foi a gênese das instituições museais no Brasil. A Casa dos Pássaros foi criada em 1784 e durou mais de 20 anos, sendo extinta por volta de 1811-1812. O local funcionava com o intuito de preparar, acondicionar e remeter para Lisboa minerais, animais empalhados, plantas, objetos etnográficos. Para saber mais: LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Ed. UnB, 2009. p. 25-42.

<sup>36</sup> CONSIDERA, Andréa Fernandes. *Uma História dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paraense, e Museu Paulista*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 2015. 274 p.

Britânico. Segundo ela, as duas instituições representavam “dois modelos de museus no mundo”, a primeira era de caráter “celebrativo” de uma cultura nacional, e a segunda de viés científico. Com esse direcionamento, a pesquisadora desconsidera todos os processos de transformação desses espaços, que a princípio eram locais de guarda das coleções artísticas dos monarcas e que foram se readaptando a outras funções, que não necessariamente se encaixam nos conceitos de história celebrativa e viés científico, provocando reducionismo sobre essas instituições.

É preciso levar em consideração, ainda, que ao longo dos anos em que funcionaram, os museus nacionais do século XIX promoveram ações que não necessariamente separavam o campo da História e da celebração da Nação das atividades de investigação científica. O colecionismo de curiosidade e o científico, na Europa e no Brasil oitocentista, embora pudessem agir sobre a gestão e o entendimento dos mesmos objetos, implicaram no surgimento de usos e interpretações das antiguidades egípcias movidas por muitas intencionalidades distintas, que iam da celebração do poderio nacional à produção de conhecimento de natureza científica, com a fundação da Egiptologia.

Durante seis décadas (1826-1890), a coleção egípcia do Museu Nacional foi interpretada apenas como curiosidade,<sup>37</sup> sua posse era entendida como sinônimo do marco civilizatório e da elevação cultural da nação. Enquanto a coleção do Mapro foi vista como signo de status pessoal dos seus colecionadores e esquecida após a sua doação à instituição. Desde a sua fundação, o Museu Nacional atuava com foco no estudo da História Natural.<sup>38</sup> Contudo, muitos estudiosos reconheciam a importância dos objetos milenares para o estudo do passado. O viajante Carl von Koseritz, por exemplo, afirmou que “quem conhece os museus da Europa não vê ali nada de novo; mas quem nunca apreciou antiguidades egípcias encontra lá muito o que admirar”.<sup>39</sup> No final do século, as antiguidades da instituição passaram a receber atenção como objeto de estudo científico. No primeiro momento, os estudos voltavam-se para a criação

---

<sup>37</sup> Foi apenas com a chegada do pesquisador russo Alberto Childe que a coleção egípcia e as antiguidades clássicas tiveram um tratamento que almejava entender aqueles objetos de forma científica e não apenas como objetos de curiosidade. Em 1912, foi publicado o *Guia das Coleções de Archeologia Clássica* em que Childe analisou esse acervo do Museu Nacional. Sendo considerado como o primeiro estudo sobre a coleção egípcia. CHILDE, A. *Guia das Coleções de Archeologia Clássica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. 106 p.

<sup>38</sup> Para saber mais ver: GOMES, Ana Carolina Vimieiro. O Museu Nacional do Rio de Janeiro como lugar de encontro entre culturas científicas. IN: *Uma ciência moderna e imperial: A fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. Belo Horizonte: Fino Traço. 2013. p. 65-73. SEGANTINI, Verona Campos. *"Maneira decente e digna de expor aos olhos do público": modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2015.

<sup>39</sup> FERREIRA, Maria de Simone. *Museus imperiais: uma viagem às imagens do Brasil na narrativa de Carl von Koseritz*. Rio de Janeiro: Cassará, 2012. p. 117.

de um lastro de antiguidade para a recém-fundada nação, surgindo trabalhos que comparavam e colocavam em pé de igualdade as antiguidades do Egito e a cultura material indígena.<sup>40</sup>

Nos estudos<sup>41</sup> sobre a coleção egípcia do Museu Nacional as análises estão centradas apenas em dois momentos de sua história: a sua aquisição por D. Pedro I e o interesse de D. Pedro II pela cultura material do antigo Egito, marcado por sua motivação em querer estudar os hieróglifos, sua viagem ao Egito e seu conseqüente encontro com Auguste Marriette (1821-1881).<sup>42</sup> Nestes trabalhos, D. Pedro II é caracterizado como um egiptólogo, no lugar de um curioso pelas antiguidades; contrariando as definições da Egiptologia da época, que exigiam do pesquisador um respeito ao método de estudo dos hieróglifos criado por Champollion.<sup>43</sup>

Esta perspectiva, extremamente personalista e centrada nas figuras dos imperadores, oculta outros atores envolvidos na formação e interpretação das primeiras coleções egípcias do país. Atores que, por sua vez, adotaram posturas distintas no uso e leitura das peças colecionadas. Por isso, um dos objetivos desse trabalho é entender todo o processo de constituição das coleções egípcias, tanto em Minas Gerais quanto no Rio de Janeiro, buscando-se revelar os conceitos e as práticas que moldaram a acumulação, o uso e a interpretação das peças por vários sujeitos, incluindo colecionadores, viajantes, pesquisadores e outros visitantes das coleções que manifestaram suas impressões sobre elas.

Também será alvo desse trabalho revelar a forma como as duas instituições museológicas trataram suas coleções, do século XIX ao início do século XX. Os estudos sobre as coleções egípcias mineira e fluminense, no contexto institucional, são escassos. Os poucos trabalhos especializados que tratam das coleções egípcias brasileiras, em geral, dão maior

---

<sup>40</sup> Um exemplo foram os estudos que comparavam as múmias egípcias com as múmias indígenas. Segundo Lilia Schwarcz, D. Pedro II recebeu conjuntos de corpos de indígenas mumificados encontrados em uma caverna nas proximidades de Juiz de Fora (MG). Tamanha foi a importância desse achado, que “conferia antiguidade à ‘nossa civilização’ e mostrava como as nações brasileiras eram dignas de atenção”, que as múmias foram expostas no Gabinete de Curiosidades do monarca. Para maiores informações, ver: DANTAS, Regina; SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 46, fev / 2008. p. 138-140.

<sup>41</sup> BAKOS, Margaret Marchiori. Laços imperiais do Egito antigo com o Brasil. In: *Revista dos Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS. v. XXIX, n. 1, junho de 2003. p. 137-150. ; BRANCAGLION JR, Antonio. “Revelando o Passado: Estudos da Coleção Egípcia do Museu Nacional.” *Congresso da SBEC – XV Ciclo de Debates em História Antiga*, 2005. p.75-80. ; KHATLAB, Roberto. *As viagens de Dom Pedro II – Oriente e África do Norte, 1871 e 1876*. Benvirá, 2015. 392 p.

<sup>42</sup> Auguste Mariette é considerado como um dos grandes responsáveis pela valorização do patrimônio egípcio no século XIX. Criou o Serviço de Antiguidades do Egito, que fiscalizava as escavações e concedia as autorizações para as mesmas. Foi um importante egiptólogo francês responsável por inúmeras publicações sobre o assunto. Também criou o Museu de Bulaq, primeira instituição museológica do Egito Moderno.

<sup>43</sup> BRANCAGLION Jr. Antônio. Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional. In: LESSA, Fábio S.; BUSTAMANTE, Regina Maria C. (orgs). *Memória e festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p.75-76.

ênfase à coleção do Museu Nacional, por seu volume e qualidade;<sup>44</sup> o que não justifica a quase total ausência de estudos sobre a coleção do Museu Mariano Procópio.<sup>45</sup> Parte dos trabalhos recentes que abordaram a formação e a atuação do Museu Nacional, nesse período, tratam das coleções egípcias de forma apenas tangencial, concentram-se na atuação do museu nas áreas da Biologia, Etnologia, Antropologia e Mineralogia, perdendo-se de vista a importância das coleções de antiguidades do museu para a construção de um ideal de nação para o Brasil.<sup>46</sup>

A coleção egípcia do Museu Nacional começou a ser trabalhada de forma sistemática e sob a perspectiva da cultura científica quando Ladislau Netto (1838-1894) assumiu a administração da instituição, em 1876.<sup>47</sup> O diretor do museu propôs uma reforma na ordenação da instituição, criando a seção de Arqueologia, Etnografia e Numismática, para a qual foram transferidas as antiguidades egípcias. Naquele momento, a coleção egípcia nova ganhou importância junto a pesquisadores nacionais e estrangeiros, se tornando referencial para o estudo das culturas do passado pré-histórico do Brasil.

Com o advento da Arqueologia e da Etnografia brasileiras, nota-se a emergência de uma busca pela compreensão do passado local à luz da Antiguidade Clássica pois, para afirmar

---

<sup>44</sup> Dentre os trabalhos publicados sobre a coleção egípcia, e sobre os seus objetos, destacam-se: Childe, A. *Guia das coleções de Archeologia classica, Museu Nacional do Rio de Janeiro (IV Secção)*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1919; Kitchen, Kenneth. *Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum, Rio de Janeiro*. Liverpool University Press, 1990.; GAMA, Cintia. “*Os servidores funerários da coleção egípcia do Museu Nacional: catálogo e interpretação*.” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

<sup>45</sup> Sobre a coleção egípcia do Museu Mariano Procópio, o único artigo que a cita é o de Antônio Brancaglioni Júnior, onde faz uma breve análise dela: BRANCAGLIONI Jr, Antônio. Coleções egípcias no país. In: BAKOS, Margaret (org.). *Egiptomania, o Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004. Sobre o Museu Mariano Procópio e suas coleções, destaca-se os trabalhos da professora Maraliz Christo: Colecionismo no Brasil e cultura portuguesa: o Museu Mariano Procópio. In: Maria João Neto; Marize Malta. (Org.). *Coleções de arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX*. Perfis e trânsitos. 1ed. Lisboa/Portugal: Caleidoscópico, 2014, v. 1; CHRISTO, M. C. V.. Coleções da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio. In: MALTA, Marize; NETO, Maria João; CAVALCANTI, Ana; OLIVEIRA, Emerson Dionisio de; COUTO, Maria de Fátima Morethy (orgs.). (Org.). *Histórias da arte em coleções: modos de ver e exibir em Brasil e Portugal*. 1ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, v. 1, p. 57-70. Outra pesquisa de grande relevância do acervo do Mapro foi a de Angelita Maria Rocha Ferrari da Costa: COSTA, Angelita Maria Rocha Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2010. 233 p.

<sup>46</sup> LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Ed. UnB, 2009. 369 p.; SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil do séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. GOMES, Ana Carolina Vimieiro. O Museu Nacional do Rio de Janeiro como lugar de encontro entre culturas científicas. In: *Uma ciência moderna e imperial: A fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. Belo Horizonte: Fino Traço. 2013; FERREIRA, Maria de Simone. Museus imperiais: uma viagem às imagens do Brasil na narrativa de Carl von Koseritz. Rio de Janeiro: Cassará, 2012. 190 p.; SEGANTINI, Verona Campos. “*Maneira decente e digna de se expor aos olhos públicos*”: modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX). 7 de agosto de 2015. 280 páginas. Tese. Universidade Federal de Minas Gerais. (online).

<sup>47</sup> Ver: GOMES, Ana Carolina Vimieiro. O Museu Nacional do Rio de Janeiro como lugar de encontro entre culturas científicas. In: *Uma ciência moderna e imperial: A fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. Belo Horizonte: Fino Traço. 2013. p. 65-73.

a nação em formação, era necessário igualar a cultura dos indígenas do Brasil às mais relevantes produções do mundo da Antiguidade.<sup>48</sup> Assim, surgiram trabalhos que faziam comparações entre objetos arqueológicos brasileiros e as antiguidades egípcias. Falava-se em “múmias” indígenas como modo de legitimá-las simultaneamente como parte da antiguidade humana e dos primórdios da nação brasileira. Exemplar desta posição foram os estudos realizados pelo naturalista dinamarquês Peter Lund, no período em que esteve no Brasil. Lund comparou os crânios encontrados em Lagoa Santa, em Minas Gerais, com os crânios egípcios mumificados que o MN possuía, buscando encontrar elos comuns entre os objetos analisados.<sup>49</sup>

Outra questão a ser superada no estudo das coleções egípcias do MN e do Mapro consiste na ausência de contextualização de sua formação e usos, na história cultural do século XIX, o que evidenciaria a importância do gosto e das ideias científicas do período para a apropriação e a interpretação das peças. Os estudos já realizados não promovem a contextualização dos processos de formação destas coleções nos quadros da História das Coleções e dos Museus do século XIX, deixando de evidenciar as semelhanças e as diferenças com processos similares ocorridos fora do Brasil e que tiveram importância no processo de consolidação das nações modernas e no desenvolvimento das ciências.<sup>50</sup> O Brasil, à época, tornara-se uma país independente e precisava afirmar sua ordem política por meio da criação de aparatos culturais e de pesquisa que legitimassem as potencialidades da pátria, sendo o museu um deles. A presença das antiguidades evocava, neste momento, a possibilidade de inserir a história brasileira em quadros maiores, explicando as origens dos brasileiros e lhe conferindo certo grau de antiguidade.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> DANTAS, Regina; SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 46, fev / 2008. p. 140.

<sup>49</sup> CHILDE, A. *Guia das Collecções de Archeologia Clássica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 29.

<sup>50</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil do séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.; CHAGAS, Mário. A tradição moderna da museologia no Brasil. In: CHAGAS, Mário. *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Minc/Ibram, 2009. p.64-74. CONSIDERA, Andréa Fernandes. *Uma História dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense, e Museu Paulista*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 2015. 274 p.

<sup>51</sup> Segundo Lilia Schwarcz, “O suposto é que a civilização era uma só e que os homens se submetiam à tecnologia e a seus ganhos de maneiras distintas, o que implicava estágios diversos de evolução, mas que levavam sempre ao mesmo final e objetivo. Por isso, os homens do XIX foram grandes colecionadores; nomeadamente colecionadores de artefatos que indicavam estágios diferentes nesse mundo que portava povos “adultos” e outros ainda na “infância da humanidade” e prontos a desaparecer. Colecionava-se para evitar o desaparecimento, uma vez que a concepção de época implicava pensar que as culturas eram como mônadas, que pereciam diante das influências externas ou da superioridade de outra civilização”. DANTAS, Regina; SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Museu do

Na obra ‘*Um grego agora nu: índios marajoara e identidade nacional brasileira*’,<sup>52</sup> a historiadora Anna Maria Alves Linhares realizou uma abordagem muito importante sobre as tentativas de busca do passado remoto da civilização brasileira. Na sua pesquisa, temos evidências de que os eruditos brasileiros do oitocentos procuravam conectar as manifestações artísticas do povo Marajoara com as civilizações antigas, como a romana, grega e egípcia. Era uma forma de garantir a perspicácia dos indígenas brasileiros no processo evolutivo, retirando-os do mundo dos “bárbaros e incultos”. Nesse período, o pesquisador e diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto ansiava encontrar o elo perdido das civilizações clássicas que inserissem os nativos brasileiros, chegou-se a falar de conexões com os povos fenícios, e também, de uma sociedade avançada que teria existido na Bahia, bem como analogias da escrita hieroglífica egípcia com os grafismos marajoaras.<sup>53</sup> Inúmeras foram as tentativas de incluir a cultura material das antigas civilizações do Brasil no *hall* das antiguidades, uma vez que um império precisava ter laços fortes com os seus antepassados.<sup>54</sup>

Para situar a constituição das coleções egípcias na formação do Museu Nacional, foram utilizados os estudos de historiadores que trataram do tema recentemente. Maria de Simone Ferreira, em tese recém-publicada, apresenta importante análise sobre a percepção dos museus brasileiros por viajantes do século XIX.<sup>55</sup> No sentido de entender o processo de transformação do MN, passando de um gabinete curiosidades a uma entidade científica, trabalhos como o de Verona Campos Segantini e Maria Margaret Lopes foram mobilizados.<sup>56</sup>

---

Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 46, fev / 2008.

p. 126. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil do séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.80.

<sup>52</sup> LINHARES, Anna Maria Alves. *Um grego agora nu: índios marajoara e identidade nacional brasileira*. Curitiba: CRV, 2017. 280 p.

<sup>53</sup> No capítulo “A miragem de uma cidade” da tese de Johnni Langer, o autor realizou uma abordagem sobre o mito de uma grande cidade despovoada no interior da Bahia, em que exploradores no século XVIII encontraram e realizaram um relato sobre ela, intitulado “*Relação histórica de uma occulta, e grande povoação antiquíssima sem moradores, que se descobriu no anno de 1753*”. Anos posteriores, em 1839, o naturalista Manuel Ferreira Lagos descobriu esse documento e o enviou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, causando um grande frenesi nos membros dessa instituição que criaram artigos tentando desvendar o mistério da suposta sociedade avançada que teria existido no Brasil. Para saber mais, ler: LANGER, Johnni. A miragem de uma cidade. In: *Ruínas e Mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000. 327 p.

<sup>54</sup> O pesquisador Johnni Langer em sua tese analisou as diversas facetas da Arqueologia no Brasil durante o século XIX, de modo a evidenciar quais os mitos sobre a antiguidade brasileira estiveram presentes nesse período. Para saber mais, ler: LANGER, Johnni. *Ruínas e Mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000. 327 p.

<sup>55</sup> FERREIRA, Maria de Simone. *Museus imperiais: uma viagem às imagens do Brasil na narrativa de Carl von Koseritz*. Rio de Janeiro: Cassará, 2012. 190 p.

<sup>56</sup> As análises das duas historiadoras abordam o período em que a instituição passou por reformas orientadas para sua consolidação como instituição científica. SEGANTINI, Verona Campos. “*Maneira decente e digna de se expor aos olhos públicos*”: modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX). 7 de agosto de 2015. 280

Parte dos estudos sobre as peças do acervo do antigo MN foi realizada por egiptólogos, que as tomaram quase exclusivamente por objetos de investigação sobre o passado do Egito. Um dos principais nomes da Egiptologia brasileira foi Ciro Flamarion Cardoso, que desenvolveu trabalhos significativos sobre o Oriente Próximo. Suas pesquisas se restringiram à compreensão dessa sociedade e demais povos do Crescente Fértil, quase não havendo escritos seus sobre a formação e a interpretação da coleção egípcia da instituição carioca, ao longo do tempo.

Entre os egiptólogos, o investigador que mais se dedicou ao estudo do conjunto milenar do Museu Nacional foi o arqueólogo e egiptólogo Antônio Brancaglioni Júnior.<sup>57</sup> No livro “Tempo, Matéria e Permanência, o Egito na Coleção de Eva Klabin Rapaport”,<sup>58</sup> por exemplo, o estudioso realizou importante abordagem do desenvolvimento do pensamento colecionista de Eva Klabin, elaborando análises das peças egípcias presentes em sua coleção. Outro texto de grande destaque é o “Coleções egípcias no país”, uma investigação sobre as antiguidades egípcias existentes no Brasil, que dá a conhecer outras coleções similares às aqui estudadas.<sup>59</sup>

Outro trabalho que foi fundamental para compreensão do estudo da coleção egípcia foi o ‘*Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum, Rio de Janeiro*’, elaborado por Kenneth Kitchen e Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, que propôs um estudo investigativo de cada objeto da coleção. Esse egiptólogo realizou as devidas datações das peças do acervo e a conferência das fontes documentais para cada peça.<sup>60</sup>

Para compreendermos a relação entre ciência e sociedade, durante o século XIX no Brasil, bem como para pensar o papel do Museu Nacional como agente civilizador, foram importantes os estudos de Márcia Regina Capelaria Naxara. Na sua obra ‘*Cientificismo e sensibilidade romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*’, ela propôs uma investigação sobre o uso da ciência na busca do passado da nação brasileira e

---

páginas. Tese. Universidade Federal de Minas Gerais. (online). Bem como, LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Ed. UnB, 2009. 369 p.

<sup>57</sup> Os trabalhos de Brancaglioni Jr. têm sido importantes para dar destaque às coleções egípcias brasileiras e suas transformações. O estudioso foi o responsável, por exemplo, pela criação do Seshat - Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional, importante órgão que realiza encontros anuais sobre Egiptologia, incentivando o estudo das coleções brasileiras.

<sup>58</sup> BRANCAGLIONI Jr., Antônio. *Tempo, Matéria e Permanência: o Egito na coleção Eva Klabin Rapaport*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. 222 p.

<sup>59</sup> BRANCAGLIONI Jr., Antônio. Coleções egípcias no Brasil. In: BAKOS, Margaret (org.). *Egiptomania: O Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

<sup>60</sup> KITCHEN, Kenneth. *Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum, Rio de Janeiro*. Liverpool University Press, 1990.

sobre as contraposições entre ‘civilização e barbárie’ que os cientistas do período fizeram. Para ela,

no século XIX enfatizou-se, nos mais diversos domínios, a busca de explicações sobre as origens - dos homens, das sociedades, das nações. Foi dentro desse quadro que se procurou conhecer e dar sentido explicativo ao Brasil, enfatizando-se ora seus aspectos selvagens e naturais, ora seus aspectos civilizados - civilização versus barbárie.<sup>61</sup>

Em contrapartida, é notável a ausência de trabalhos sobre o surgimento de uma segunda coleção egípcia no período imperial, criada por um casal de aristocratas. O que moveu a aquisição das peças na Europa? Quais eram as suas tendências colecionistas? Qual teria sido a intencionalidade da Viscondessa de Cavalcanti em doar a coleção para o Mapro, quando de sua criação? Por que as peças não foram enviadas para o MN? Havia outras antiguidades em seu gabinete? Esse trabalho propõe resolver essas questões, bem como ser o primeiro estudo detalhado sobre a coleção egípcia mineira.

Como auxílio na investigação da coleção egípcia do Mapro, os trabalhos de Maraliz Christo foram de grande relevância,<sup>62</sup> uma vez que ela realizou pesquisas sobre as práticas colecionistas da Viscondessa de Cavalcanti. Seu trabalho possibilitou refletir sobre o perfil de colecionamento desenvolvido dessa nobre senhora, que não se restringia às antiguidades. Esses textos oferecem as chaves para pensarmos quais foram as motivações dessa colecionadora ao reunir objetos provenientes de diferentes culturas em sua casa.

A hipótese levantada aqui é de que os usos conferidos às coleções do Museu Nacional e do Museu Mariano Procópio estariam associados a dois projetos diferentes. De um lado, no caso do casal Cavalcanti, o processo de criação de coleções de curiosidades que gerariam o lustro cultural e a distinção civilizatória de um Império nascente e de suas elites. Do outro, por parte de D. Pedro I e do Museu Nacional, um projeto de desenvolvimento científico do Brasil, centrado no fortalecimento das instituições e das coleções museológicas, tomados como centros de pesquisa e objetos de investigação.

O ramo da História das coleções e dos Museus é recente e sofreu grandes avanços metodológicos e teóricos a partir dos anos oitenta.<sup>63</sup> Houve extensos debates sobre a

<sup>61</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 24.

<sup>62</sup>CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Coleções da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio. In: MALTA, Marize; NETO, Maria João; CAVALCANTI, Ana; OLIVEIRA, Emerson Dionisiode; COUTO, Maria de Fátima Morethy (orgs.). (Org.). *Histórias da arte em coleções: modos de ver e exibir em Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, v. 1. p. 57-70.

<sup>63</sup> Atualmente figura-se os principais autores dessa área investigativa: SCHLOSSER, Julius von. *Les Cabinets d'art et Merveilles de la Renaissance Tardive. Une contribution à la histoire du collectionisme*. Trad. Lucie

importância de se estudar os arranjos de objetos e a origem dos acervos das instituições museais, a fim de se entender os discursos que estavam envolvidos na formação desses ambientes. Nessas análises é possível ir além do rastreamento das peças, interpretando-se os usos e os significados dos objetos na compreensão das mentalidades científica e humanista, atentando para o fato de que cada época histórica produz relações diferentes com os objetos e produz discursos distintos sobre eles.

No caso do colecionismo de antiguidades egípcias, assistimos uma grande diferença de tratamento dos objetos, desde o início do período Moderno. Naquele momento, esses objetos possuíam uma áurea mística pairando sobre o seu significado. O caráter mágico e esotérico perpetuou-se até o século XVIII, quando começaram novas interpretações sobre a natureza das antiguidades egípcias. Porém, foi apenas no século XIX que a cultura material do antigo Egito foi investigada profundamente, de modo a surgirem os primeiros grandes estudos sobre eles e desenvolver-se, também, o ramo científico da Egiptologia. Isso será refletido nos museus, que buscarão a melhor maneira de expor esses artefatos, construindo narrativas que os valorizassem.

Para embasar a análise, essa dissertação se funda no estudo de variadas fontes documentais. De um lado, as fontes pertencentes aos fundos dos museus analisados foram importantes para responder questionamentos que existiam sobre essas coleções. No Museu Nacional da UFRJ, a Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) proporcionou uma farta documentação histórica sobre como os indivíduos que trabalharam nessa instituição trataram a coleção egípcia, para recompormos as narrativas desse momento histórico. Os Relatórios Anuais produzidos ao longo do século XIX revelaram novas narrativas sobre essas peças dentro do espaço museológico.

Já os recibos de compra da coleção egípcia do Museu Nacional permanecem como um mistério. Foi possível ter acesso a cópias manuscritas dos originais, que até o momento não se sabe de onde são, diminuindo a credibilidade do registro sobrevivente. Como será abordado adiante, esses documentos foram importantes para o entendimento do processo de compra das peças, que envolveu uma longa negociação.

Como forma de enriquecer a descrição da aquisição desse conjunto milenar, foram

---

Marignac. Paris: Éditions Macula, 2012; MAURIÈS, Patrick. *Cabinets of Curiosity*. Nova Iorque: Thames & Hudson, 2011; LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et mirabilia: il collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammern d'Europa*. Milano: G. Mazzotta, 1983. - 262 p.; HASKELL, Francis. *El museo efímero. Los maestros aníguos y el auge de as exposiciones artísticas*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002. HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and the shaping of knowledge*. London; New York: Routledge; Taylor & Francis, 2003. E o importante periódico online, *Journal of the History of Collections* da Universidade de Oxford.

utilizadas fontes impressas, como o periódico *Astrea* e outros jornais da época, que informaram a maneira como essas antiguidades chegaram ao Brasil Imperial e veicularam o debate público que surgiu em torno desses objetos.

De outro lado, relatos de viajantes<sup>64</sup> foram utilizados para analisar a forma como essas peças foram interpretadas por aqueles que estavam de passagem pelo Brasil. Foram consultados aproximadamente 20 viajantes que transitaram nos trópicos brasileiros e dentre esses, quatro descreveram rapidamente as suas impressões sobre a coleção egípcia do Museu Nacional, o que será objeto de discussão no capítulo 3.

No que se refere à coleção egípcia do Museu Mariano Procópio, foi consultada a documentação presente no arquivo dessa instituição. Diferentemente do Museu Nacional, as fontes existentes ali são poucas, mas de grande importância, como o recibo de compra das antiguidades. Nesse documento há informações relevantes, como o local da compra, o nome do antiquário e do seu vendedor, bem como o preço pago pelas peças.

Acompanhando esse recibo, há páginas do catálogo do leilão de venda das antiguidades egípcias, indicando o seu dono anterior e as prováveis procedências de cada item. Os catálogos são relevantes para se compreender o mercado de antiguidades existente à época sua conexão com a elite brasileira, bem como o perfil dos donos e das coleções anteriores a que pertenceram os acervos. Para além disso, documentos como estes permitem retrazar os caminhos que uma coleção percorre ao longo dos anos, desde o momento de sua recolha – neste caso, no Egito -, passando pelo período de transferência para a Europa, para compor uma coleção privada; pela etapa em que foi desfeita e posta à venda, em parte ou na totalidade; para finalmente formar ou fazer parte de uma nova coleção, do outro lado do Atlântico, inicialmente pertencente a um microcosmo privado, até finalmente ser integrada no acervo de um museu público, localizado em uma das serranas cidades mineiras do interior do Brasil.

A dissertação será dividida em cinco capítulos:

No capítulo 1, analisa-se o processo de surgimento da tendência colecionista de antiguidades egípcias na Europa. Nos finais do século XVIII, com o surgimento e a consagração dos museus nacionais como locais de instrução dos cidadãos, essas instituições também cumpriam a função de serem os espelhos da nação, representando a potência ideológica dos

---

<sup>64</sup> O historiador João Carlos Brigola possui publicações referentes a importâncias dos relatos dos viajantes para o estudo das coleções e dos museus. Para saber mais, ler: BRIGOLA, João Carlos. *Os viajantes e o 'livro dos museus'*. Porto: Dafne, 2010. 228 p.

impérios.<sup>65</sup> Na França, por exemplo, as antiguidades gregas e romanas foram expostas ao lado de obras de arte francesa, de modo a criar uma narrativa de continuidade cultural entre o passado e o presente. O eixo direcionador desse capítulo é pensar as origens do colecionismo de antiguidades egípcias nas instituições museológicas europeias, posto que, muitas vezes, as coleções adquiridas outrora faziam parte de gabinetes privados comprados pelo Estado por se reconhecer que esses arranjos eram relevantes para a nação.

Para a formação dessas coleções museológicas, foi de grande importância a atuação dos embaixadores dos países europeus no Egito. Para além de questões diplomáticas, eles se envolveram na localização das antiguidades egípcias de interesse e no seu envio para os museus europeus. Na França, as coleções desse gênero serviram não apenas para recheiar as galerias dos museus, mas também se tornaram objetos de estudos que permitiram que os pesquisadores criassem uma nova ciência: a Egiptologia. A partir do seu estudo o conhecimento da época dos faraós, de modo que um novo método de estudo consagrou essa nação como a sua criadora, o que foi motivo de orgulho para os franceses. Nessa época, esse novo campo científico se tornou uma “propriedade” intelectual da França.

No capítulo 2, estuda-se o processo de chegada, aquisição e recepção da coleção egípcia no Museu Nacional. As figuras de Nicolau Fiengo, o vendedor, e a de Basílio Ferreira Goulart, o crítico, são centrais, uma vez que eles estabelecem um debate sobre as peças na imprensa carioca, dando indícios de como esses objetos foram percebidos pelo público da Corte. É objetivo desse capítulo esclarecer as etapas do processo de aquisição desses objetos milenares que, muitas vezes, foram interpretados pela historiografia em perspectivas anacrônicas e sem a devida contextualização. Para além disso, ressalta-se que também é a intenção referenciar as fontes que existem (ou existiram) sobre a coleção egípcia, algo que não foi feito nos principais estudos sobre ela.

No capítulo 3, assiste-se ao processo em que uma jovem nação, que ainda respirava os ares de transformações ocasionadas pela presença da Corte portuguesa no Novo Mundo, recebeu um importante lote de antiguidades egípcias. Com o desejo de deixar a capital do Império à semelhança das europeias e possuir um lugar de instrução das elites, o monarca D. João VI ordenou a criação do Museu Nacional. Nesse local, os brasileiros teriam contato com o mundo das “curiosidades científicas”, fossem antiguidades, peças arqueológicas ou, principalmente, de História Natural. Nesse capítulo serão abordados os usos e as

---

<sup>65</sup> POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine 1789-1815*. France: Gallimard. 1997.

ressignificações que a coleção egípcia passou ao longo das décadas seguintes. Também será ressaltada a existência de indivíduos importantes para conferir distintos graus de relevância para a coleção e estabelecer as formas de proteção desses objetos. Estes indivíduos foram igualmente importantes para a construção de uma compreensão local da Antiguidade egípcia.

Parte-se do pressuposto que a aquisição dessa coleção foi uma forma de enriquecer a instituição museológica e, ao mesmo tempo, garantir que ela pudesse acompanhar as tendências colecionistas dos museus europeus. Pois, como abordado no capítulo 1, no século XIX, cada canto do mundo deveria ‘caber’ dentro dos museus. E o museu da jovem nação brasileira precisava exibir em suas salas as ‘curiosidades’ das ciências naturais, bem como os costumes e indústrias dos diversos povos do mundo. Ainda que a instituição não tenha conseguido alcançar esse objetivo, houve a formação de uma seção que proporcionava aos visitantes novas informações sobre povos que habitavam os quatro cantos do planeta.

No capítulo 4, observa-se o movimento iniciado por intelectuais brasileiros na busca pela escrita do passado da nação. Ansiosos por conhecer a “antiguidade” do Brasil, eles realizaram pesquisas para que os “elos” perdidos do presente com o passado fossem estabelecidos. Estes “elos” serviriam para identificar o grau de civilidade que possuíam os nossos antepassados, representados por diversos grupos indígenas. Por meio da mobilização de teorias raciais, a cultura material dos nativos foi comparada com a de povos de outras civilizações, com o objetivo de encontrar vestígios que os conectassem. A cultura material indígena achada em sítios arqueológicos foi usada como elemento facilitador na busca por referenciais para o florescimento da genialidade dos primeiros brasileiros. O principal marco civilizatório utilizado por esses estudiosos foi a cerâmica Marajoara, que representou o domínio da técnica de produção desses povos e serviu para a localização de paralelos com sociedades ditas ‘civilizadas’ do passado, como a egípcia.

No capítulo 5, opera-se uma mudança de espaço e objeto. O Museu Nacional e sua coleção egípcia não são mais o foco principal, e sim os objetos que hoje se encontram no Museu Mariano Procópio, situado na cidade de Juiz de Fora, no sul de Minas Gerais. Parte-se para a análise do processo de formação da coleção egípcia do casal Cavalcanti, na segunda metade do século XIX. Aristocratas importantes na sociedade carioca, influenciados por práticas antiquaristas, os Cavalcanti foram responsáveis pela formação de uma extensa coleção, não apenas de objetos da antiguidade egípcia, mas também de pinturas, de esculturas e de numismática. De tão vultuoso e importante, esse microcosmo reunido pelo casal foi disperso, no início do século XX, pela Viscondessa de Cavalcanti, que almejava o enriquecimento dos

acervos dos museus brasileiros do período. Os objetos egípcios da coleção são, então, musealizados. O foco desse capítulo é realizar uma investigação que permita compreender os motivos da aquisição da coleção egípcia por esses indivíduos, apontando para possíveis elos entre suas práticas colecionistas e a atmosfera cultural da Corte carioca, já bastante afetada pelo fenômeno da egiptofilia.

O século XIX é um momento de grande importância na história dos museus no Brasil. É nesse período que se assiste o surgimento da sua primeira instituição museológica do país, bem como o refinamento cultural de parte da sociedade, que desejava civilizar-se através da instrução e das práticas de lustramento, como o colecionismo. Possuir e exibir objetos artísticos passou a ser um elemento de distinção social. De um lado, vemos o Museu Nacional, por meio de sua coleção diversificada, tentando acompanhar as tendências colecionistas dos grandes museus da época. E, de outro, a jovem aristocracia brasileira que, a cada ida ao Velho Mundo, enriquecia suas casas com peças que, simultaneamente, cumpriam a função de decoração e ostentavam a erudição de seus proprietários. Esse trabalho procura entender quais foram as finalidades e as motivações específicas do colecionamento privado de antiguidades egípcias no período Imperial (1822-1889), considerando que o colecionismo privado existiu com volume e importância consideráveis no território brasileiro.

***1. Os museus e a formação das primeiras coleções egípcias no século XIX***

## 1.1. “A casa de curiosidades científicas”

*Nos contornos do monte Olimpo, na Macedônia, é um lugar consagrado às Musas. Na vida de Apolonio Thianeo, escreve Philostrato, que Museu era um lugar onde os antigos consultavam as Musas, e elas davam as respostas. Destes lugares chamados Museus, deram o nome de Museu a todo o lugar destinado ao estudo das letras humanas, como também à casa de curiosidades científicas [...].<sup>66</sup>*

Nas palavras do religioso e estudioso da língua portuguesa, Raphael Bluteau (1638-1734), o museu era o local sagrado dos estudos humanísticos, das ciências, bem como a “casa” de tudo que se pensava ser curioso e digno de ser estudado pelos homens do conhecimento. Eles recorriam a esse lugar para obterem as respostas para as dúvidas e os questionamentos que faziam sobre o mundo da natureza e dos homens.

A consagração do museu moderno ocorreu a partir dos fins do século XVIII, quando os eruditos europeus procuraram ansiosamente “classificar, ordenar, dispor e exhibir”<sup>67</sup> o mundo em que viviam, por meio da perspectiva iluminista de construção do conhecimento.<sup>68</sup> Nesse momento, as coleções que outrora estavam organizadas conforme a cultura de curiosidade dos séculos XVI e XVII, sob a forma de gabinetes de curiosidade, foram rearranjadas a partir dos novos padrões de ordenação e visualização, de forma a nortear os estudos dos intelectuais desse período.<sup>69</sup> De tal modo, era necessário iluminar “a casa de curiosidades científicas” conforme as recentes formas de pensamento vigentes no período setecentista.

---

<sup>66</sup> BLUTEAU, Raphael. Verbete Museu. IN: *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. p. 649.

<sup>67</sup> De acordo com Verona Segantini, o homem do século XVIII possuía uma grande necessidade de compreensão da natureza e, para que fosse feita de modo eficaz, o historiador natural precisava criar métodos que garantissem melhores resultados nas suas investigações. Por isso, o naturalista Domenico Agostino Vandelli (1735-1816) criou processos de organização da pesquisa naturalista que tiveram grande abrangência, principalmente no mundo português. Para compreender melhor sobre as práticas de estudo da História Natural, ler: SEGANTINI, Verona Campos. *“Maneira decente e digna de expor aos olhos do público: modos de exibição da história natural”* (séc. XVIII e XIX). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2015. p21.

<sup>68</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 707p.

<sup>69</sup> Em sua tese, o professor René Lommez Gomes realizou um grande estudo sobre as alterações nas formas de exposição de uma série de pinturas do pintor Albert Eckhout, ao longo dos séculos XVI ao XIX, revelando as diferentes interpretações que essas obras tiveram nos espaços expositivos privados e, posteriormente, públicos, em que foram exibidas. Nestes locais, segundo Gomes, as pinturas foram submetidas a diferentes culturas de colecionismo e exposição, que resultaram em diversas formas de se interpretar seus conteúdos. Estas mudanças estariam relacionadas às transformações das culturas de colecionismo e exibição, que foram da cultura da

Coleções principescas e aristocráticas que haviam sido formadas ao longo da Idade Moderna eram constituídas de numerosos objetos da cultura material e do mundo natural, articulados ao redor de categorias como *naturalia*, *artificialia*, *mirabilia*.<sup>70</sup> Pinturas de grandes artistas, antiguidades, medalhas, moedas, animais de diversos tipos, rochas, pedras, conchas, objetos considerados mágicos, eram os itens que compunham os *cabinets des curiosités*, *studiolos*, *Wunderkarmern*; lugares que se constituíam como reflexos da visão de mundo do colecionador moderno, que ordenava e distribuía sua coleção de acordo com as categorias do pensamento humanista que vigoravam naquele momento.<sup>71</sup> Estas coleções eram abertas ao público, mas de forma tímida.

Durante o primeiro período Moderno (séc. XV-XVII), “o termo ‘curiosidade’ costumava ser definido como “paixão, desejo, ardor de ver, de aprender, de conhecer as coisas raras, singulares e novas”.<sup>72</sup> Esse sentimento ou forma de perceber o mundo orientava as práticas colecionistas, ocasionando a busca por se reunir e organizar conjuntos de objetos que instigavam a produção do conhecimento ao explicitarem a forma de ordenação das coisas nos cosmos ou na natureza. Visto sob a ótica humanista, forjada no Renascimento e criticada no século XVIII, o mundo a ser representado pelos objetos raros ou singulares reunidos em coleções era o da “conveniência universal”, ou seja, um mundo em que todas as coisas se conectam ou se articulam por semelhanças ou diferenças existentes entre si.<sup>73</sup>

O colecionador era o sujeito responsável por investigar as relações dos objetos com o mundo, por isso reunia e ordenava as coleções que representassem essa conexão. Esse indivíduo era caracterizado como aquele que tinha o desejo ou uma paixão por ver, aprender e possuir peças raras, novas, secretas ou singulares da arte e da natureza, “que mantém uma relação

---

curiosidade da primeira Idade Moderna à cultura dos museus científicos do século XIX, passando pelas formas ilustradas de ordenação e exibição de coleções. Para saber mais, ler: GOMES, René Lommez. *Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas*. Tese (Doutorado em História) - Fafich, UFMG. Belo Horizonte. 2016. 370 p.

<sup>70</sup> Há vários estudos sobre os gabinetes de curiosidades do início do primeiro período Moderno que buscam entender as concepções de formação e de classificação dos colecionadores. SCHLOSSER, Julius von. *Les Cabinets \*d'art et de merveilles de la Renaissance tardive*. Paris: Macula, 2012.; Adalgisa Lugli é uma das principais estudiosas no assunto. Para saber mais, ler: LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et Mirabilia: Il collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammer d'Europa*. Milan: Mazzotta, 1983.

<sup>71</sup> Sobre a cultura de curiosidades e colecionismo, ver: POMIAN, Krzysztof. *Collectors and curiosities. Paris and Venice, 1500-1800*. Cambridge: Polity Press, 1990.

<sup>72</sup> Dictionnaire de l'Académie Française. Paris: Jean Baptiste Coignard, 1694. apud GOMES, René Lommez. *Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas*. Tese (Doutorado em História) - Fafich, UFMG. Belo Horizonte. 2016. p. 230.

<sup>73</sup> FOUCAULT, Michel *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 23-25.

privilegiada com o todo”.<sup>74</sup> De tal modo que os curiosos criavam coleções que traduziam o mundo e o desconhecido com base em todo tipo de explicação e argumentos provenientes da autoridade dos autores da Antiguidade, das observações dos modernos, da religião, de mitos e de ditados.<sup>75</sup>

Com a emergência do pensamento científico moderno, entre fins do século XVII e início do XVIII, era necessário conferir novos ares a esses ambientes do conhecimento. Com o advento do Iluminismo (séc. XVIII), e com o aperfeiçoamento das ciências (Matemática, Filosofia Natural, Astronomia, Mecânica, Óptica, Anatomia) criou-se novos métodos de estudar e compreender a natureza através da observação empírica e experimental.<sup>76</sup> Lentamente, as explicações embasadas pela curiosidade passaram a ser malvistas, uma vez que esse conceito passou a ser sinônimo de superstição e ignorância.<sup>77</sup> Por causa disso, o homem das Luzes começou a criticar as coleções que outrora estavam classificadas sob o viés curioso e elas deixaram de ser gabinetes de curiosidades para se transformarem em gabinetes de História Natural.

As coleções formadas pela aristocracia ganharam novos direcionamentos. As que pertenciam aos monarcas passaram a ser exibidas como cartões de boas-vindas para visitantes estrangeiros, refletindo a imagem de civilizado, de amigo das artes e das ciências que todo soberano do setecentos gostava de transmitir.<sup>78</sup> Analisando o caso português, Júnia Ferreira Furtado afirmou que:

Para demonstrar publicamente a importância que o monarca dedicava ao conhecimento e à cultura das Luzes, bem como para equiparar a elite pensante portuguesa com os livros, estampas, gravuras, mapas, necessários a sua formação, dom João V organizou volumosas bibliotecas e ampliou outras já

<sup>74</sup> POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris, Venise: XVIe-XVIIIe siècles*. Paris: Gallimard, 2008. p. 74.

<sup>75</sup> DASTON, Lorraine; PARK, Katherine. *Wonders and the order of nature, 1150-1750*. New York: Zone Books, 2001. p. 329.

<sup>76</sup> Para saber mais, ver: DASTON, Lorraine; PARK, Katherine. The Enlightenment and the Anti - Marvelous. In: *Wonders and the order of nature, 1150-1750*. New York: Zone Books, 2001. p. 329-363.

<sup>77</sup> JAUCOURT, Louis de. Verbet Curiosité. In: DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean le Rond. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, etc.*, eds. University of Chicago: ARTFL Encyclopédie Project, 2013.

<sup>78</sup> Para saber sobre colecionismo e representação régia no século XVII, ver: GOMES, René Lommez. Deslocamentos, Metamorfoses, Ressonâncias. In: *Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016. p. 111-156. No século XVIII, ver: FURTADO, Júnia F. “Bosque de Minerva: artefatos científicos no colecionismo joanino”. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel e MARINHO, Pedro (orgs.) *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p.229-273. FURTADO, Júnia Ferreira. “Colecionismo e gosto: a aquisição de livros e gravuras nos Países Baixos meridionais para a Livraria Real de Lisboa”. In: WERNER, Thomas; STOLS, Eddy (orgs.) *Un mundo sobre papel: libros y grabados flamengos e nil Imperio HispanoPortugués(siglos XVI-XVIII)*. Lovaina: Acco, 2009. p. 393-408.

existentes, com vistas à modernização e o progresso do reino (dois conceitos estruturantes da visão de mundo iluminista).<sup>79</sup>

Infelizmente, o gabinete de curiosidades do monarca português foi destruído com o terremoto de 1755, perdendo-se a coleção régia, mas o inventário do muito que se adquiriu no estrangeiro foi levantado<sup>80</sup> e estudado.<sup>81</sup> No período pombalino foi construído, nos anos 60, um Gabinete de Física Experimental no Palácio da Ajuda com o objetivo de complementar a educação dos netos de D. José I, José e João, filhos da futura D. Maria I, sendo que, a partir de 1768, ele passou a ser aberto ao público.<sup>82</sup> Com os mesmos objetivos foram construídos o Real Museu e o Jardim Botânico da Ajuda (1768), destinados também à educação dos príncipes e princesas da família real.<sup>83</sup> O ato de criação dessas instituições era a forma de enraizar e tornar-se presente na Corte a modernização de Portugal sob a égide iluminista. De acordo com Júnia Ferreira Furtado, essa nação “apresentava feições muito próximas (do Iluminismo) da França, da Inglaterra, dos Países Baixos” desde o reinado do rei D. João V (1706-1750), o que permanece com seu sucessor, D. José I (1714-1777).

No caso inglês, o Museu Britânico (1753), uma das primeiras instituições museais que surgiram no século XVIII, organizou suas coleções durante esse período e tornou-as públicas, para servir como um ambiente de instrução do povo britânico. Na introdução do catálogo *Museum Britannicum, being an exhibition of a great variety of Antiquities and Natural Curiosities*, publicado em 1778, o autor expõe para o leitor a missão fundamental da instituição:

Todo ser racional deveria, ou melhor, é obrigado a deixar algo para a Posterioridade para que se saiba que uma vez houve uma pessoa que tentou prevenir a destruição do Conhecimento Humano, contra a Foice do Tempo; e

<sup>79</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. “Colecionismo e gosto: a aquisição de livros e gravuras nos Países Baixos meridionais para a Livraria Real de Lisboa”. In: WERNER, Thomas; STOLS, Eddy (orgs.) *Un mundo sobre papel: libros y grabados flamengos e nil Imperio HispanoPortugués (siglos XVI-XVIII)*. Lovaina: Acco, 2009. p. 394.

<sup>80</sup> MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse e PRÉAUD, Maxime. (orgs.) *Catalogues de la collection d'Estampes de Jean V, roi de Portugal, par Pierre-Jean Mariette*. Lisbonne/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Bibliothèque Nationale de France/ Fundação da Casa de Bragança, 2003, 3v.

<sup>81</sup> DELAFORCE, Angela. *Art and patronage in Eighteenth-century Portugal*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.; FURTADO, Júnia F. Bosque de Minerva: artefatos científicos no colecionismo joanino. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel e MARINHO, Pedro (orgs.). *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p.229-273.

<sup>82</sup> LOURENÇO M. C., FELISMINO D. (2013). Between teaching and collecting: the lost cabinet of Physics of Princes José and João of Portugal (1777-1808). In: BENNETT, J. e TALAS, S. (eds.) *Cabinets of Philosophy in Eighteenth-century Europe*, Leiden/Boston, Brill, pp. 143-144. Sobre a aquisição de itens em Turim, por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, para compor esse gabinete ver: FURTADO, Júnia F. “Scienza, diplomazia e viaggio: Rodrigo de Sousa Coutinho e il tour mineralogico dei savants luso-brasiliani José Bonifácio de Andrada e Silva e Manoel Ferreira da Câmara Bithencourt a Torino”. In: SPANTIGATI, Carla Enrica and MOTA, Isabel Ferreira da. (a cura di) *“Tanto ella assume novitate al fianco”*. Lisbona, Torino e gli scambi culturali fra secolo dei Lumi e Restaurazione. Roma: Carocci Editore, date prevue 2018 (série “Studi sabaudi”).

<sup>83</sup> Para saber mais sobre o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, ver: BRIGOLA, João. Sob o signo de Pombal: os museus de História Natural e os Jardins Botânicos da Ajuda e de Coimbra. In: BRIGOLA, João. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*. Lisboa: Coleções FCG/FCT, 2003. p. 85-179.

Eternizar a Memória ou as Ações de todos os homens que se destacaram no Mérito. Essas várias produções, ou legados, geralmente figuraram nas Últimas vontades e Testamentos de Pintores, ou Autores, e foram cuidadosamente preservadas, em todas as Nações educadas, em Repositórios ou gabinetes tão nobres como o Museu Britânico.<sup>84</sup>

Esse trecho revela que o Museu Britânico tinha como missão não apenas servir como instrumento de instrução do seu público, mas também como local de salvaguarda das produções humanas, ficando o conhecimento salvo da destruição. Dessa maneira, nas “nações educadas” - ou seja, aquelas que estavam longe da barbárie, dos incultos – o saber estaria protegido nos “repositórios” ou em “nobres gabinetes”. Essa passagem ainda revela a preocupação com a sobrevivência do saber, dos objetos que auxiliam o homem a encontrar a razão, de não se perder nas sombras da ignorância. Sendo assim, o museu atuava como agente auxiliador do progresso e da civilização e não é à toa que o Museu Britânico foi “o primeiro museu nacional e biblioteca públicos do mundo”.<sup>85</sup>

Entre fins do século XVIII e início do XIX, o museu começou a ganhar o *status* de instrumento civilizatório. Nesse lugar, o público passou a ter contato não apenas com diversos tipos de produção humana e natural, mas também com o discurso estatal de que aquele espaço transmitia a ideia de que nações que prezavam o saber e a instrução em moldes iluministas eram mais avançadas do que as demais. Na Europa, pensadores e filósofos começaram a classificar os povos entre aqueles avançados e os que permaneciam em um atraso perpétuo.<sup>86</sup> Portanto, era necessário garantir os meios que colaborassem para o aperfeiçoamento das nações intituladas civilizadas.

---

<sup>84</sup> Texto original: “Every rational being should, nay, is obliged to bequeath something to Posterity, that it may be known there once such a person who intended to prevent the destruction of Human Knowledge, from the Sithe of Time; and Eternize the Memory, or Actions of all such men as have signalized themselves in Merit. These various productions, or Legacies, are generally entitled the Last Will and Testament amongst Painters, or Authors, and have in all polite Nations been carefully preserved in Repositories, or such a noble cabinet as the British Museum”. RYMSDYK, Jan van; RYMSDYK, Andreas van. *Museum Britannicum: being an exhibition of a great variety of antiquities and natural curiosities, belonging to that noble and magnificent cabinet, the British Museum: illustrated with curious prints, engraved after the original designs, from nature, other objects: and with distinct explanations of each figure.* London: I. Moore. 1778. Disponível em: [https://archive.org/stream/gri\\_33125008626067#page/n7/mode/2up](https://archive.org/stream/gri_33125008626067#page/n7/mode/2up) (último acesso em: 15/02/2018).

<sup>85</sup> Texto original: “the first public national museum and library in the world”; In: THE BRITISH MUSEUM. *Enlightenment Discovering the World in the Eighteenth Century.* Edited by Kim Sloan. London: The British Museum, 2003. p. 14

<sup>86</sup> “Interestingly enough, in terms of civilization, the report [about Dahomey] does not simply seek to put the black Africans on one side and the white Europeans on the other. The author sketches out an entire spectrum between barbarism and civilization, with each rung in the hierarchy evinced by cultural and material markets observed in the populations he encountered along the way (...), the author traces a sort of taxonomy of civilizations according to the artifacts associated with each”. FURTADO, Júnia Ferreira. “The eighteenth century Luso-Brazilian journey to Dahomey: West Africa through a scientific lens”. *Atlantic Studies: Global Currents*, Routledge/Taylor and Francis, vol.11, n.2, p.256-276, 2014.

A concepção de que os europeus, especialmente franceses e ingleses, que se viam como ápices dos modelos civilizatórios, garantiriam o “progresso do Ocidente e da humanidade”<sup>87</sup> através de suas ações de polimento, passou a ser respaldada e podia ser visualizada por meio dessas coleções arqueológicas e etnográficas incorporadas aos museus nacionais europeus. Esses grandes museus e as sociedades acadêmicas criaram os meios para que o público visitante, em número cada vez maior, pudesse conhecer visualmente não somente seu próprio território, mas o restante do planeta. As figuras do viajante e do explorador eram fundamentais para viabilizar as aquisições de acervos necessários para o estudo do mundo da História Natural, bem como das sociedades humanas dispersas pelo mundo. Seus artefatos iriam recheiar as extensas galerias dessas instituições, sendo o Museu Britânico e o Museu do Louvre as principais entidades que ostentaram esse pensamento civilizatório ao se beneficiarem do expansionismo encetado pela Inglaterra e pela França entre os séculos XVIII e XIX.<sup>88</sup>

Após a Revolução Francesa (1789), a valorização do patrimônio dos religiosos, dos monarcas e da nobreza passou por processos de defesa e de proteção dos atos de vandalismo, desencadeados por parte dos revolucionários. O museu reafirmou a sua função de salvaguarda. De acordo com Françoise Choay, a consagração do museu durante a Revolução atribuiu-lhe a função de instrumento de “instrução da nação”, pois “reunindo obras de arte, em consonância com o espírito enciclopedista, objetos das artes aplicadas e máquinas, os museus ensinarão civismo, história, assim como as competências artísticas e técnicas”.<sup>89</sup> Ou seja, nesse momento, o papel social do museu e das coleções foi ressignificado - aquele local da aristocracia e espelho do monarca foi substituído por galerias que dirão quem é o povo francês. De acordo com Myriam Santos:

A abertura das coleções do Museu do Louvre à população, em 1792, pode ser considerada um marco no estabelecimento da definição de patrimônio moderno, garantidor da representação do novo Estado Nacional que se formava através de uma nova concepção de arte e cultura. As grandes coleções, anteriormente preservadas em antiquários e palácios, perdiam seus vínculos com critérios pessoais, sagrados e secretos e passavam a ser identificadas ao espaço público ilustrado das artes e do saber.<sup>90</sup>

Esse processo foi, em grande parte, decorrência da Revolução Francesa como evento mais significativo que ditou novas regras do museu moderno. Gradualmente, ao longo do século

---

<sup>87</sup> ZIMMERMAN, Tânia. Modelos de civilização para o Brasil do séc. XIX. In: *Dimensões, Revista de História da UFES*. Vitória, nº 14, 2002. p. 504

<sup>88</sup> POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine 1789-1815*. France: Gallimard. 1997.

<sup>89</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp. 2006. p.100-101

<sup>90</sup> SANTOS, Myriam S. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Soc. estado*. Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000. p. 278.

XIX, esse novo modelo museológico passou a se expandir para outras nações, cujas elites intelectuais refletiam sobre a sua historicidade, na busca por seu passado. Esse é o caso, por exemplo, das nascentes nações americanas independentes, entre elas, o Brasil. Nesses processos, o museu assumiu o papel de lugar da salvaguarda da memória e de agente auxiliador na formação cívica dos indivíduos. Segundo Tony Bennett:

No período do absolutismo, argumenta Habermas, todas as formas principais de exibição, incluindo aquelas associadas às coleções, serviram para moldar uma publicidade representativa para o príncipe: isto é, para aumentar o poder do príncipe simbolicamente ampliando-o no domínio público. No decorrer do século XIX, o espaço de representação do museu passou a ser reorganizado através do uso de princípios de exibição historicizados que, na figura do “homem” que eles moldaram, produziam uma forma democrática de representatividade pública, ainda que organizando suas próprias hierarquias e exclusões.<sup>91</sup>

Sob a influência dos princípios de igualdade e de democracia, que foram difundidos pela Revolução Francesa, era necessário que o Estado criasse um homem que refletisse os novos ideais cívicos. Mas o museu continuou sendo um espaço de igualdade e de desigualdade. Igualdade porque era necessário apagar as hierarquias que existiam no interior da sociedade, principalmente no que se referia ao acesso diferenciado entre os estratos sociais ao moderno conhecimento que se construía. O “novo” museu deveria servir como um espaço aberto para todos os indivíduos, e nele os “atrasados” intelectualmente poderiam eliminar a ignorância. Esse lugar serviria de apoio às instituições de ensino na tarefa de criar um sujeito que se espelhasse nessas novas formas de relações sociais. Desigualdade porque as civilizações humanas foram hierarquizadas no interior dos espaços museológicos, de modo a revelar o patamar superior da civilização europeia em relação às demais.<sup>92</sup>

Assim sendo, na transição do século XVIII e XIX, o Museu do Louvre foi reformulado de modo que apagasse a memória do Antigo Regime e instaurasse novas medidas de transmissão da pátria francesa que surgia. De acordo com René Lommez Gomes:

A noção moderna de museu também se construiu como resposta à necessidade de criação do espaço público e à discussão sobre o bem comum, a partir da qual a instituição se torna ‘um instrumento e ao mesmo tempo pedagógico e patriótico’. Somadas – mas com forças diferenciadas a cada caso –, estas

---

<sup>91</sup> Texto original: “In the period of absolutism, Habermas argues, all major forms of display, including those associated with collections, served to fashion a representative publicness for the prince: that is, to enhance the prince's power by symbolically magnifying it in the public domain. In the course of the nineteenth century, the museum's space of representation comes to be reorganized through the use of historicized principles of display which, in the figure of 'man' which they fashioned, yielded a democratic form of public representativeness, albeit one which organized its own hierarchies and exclusions”. In: BENNETT, Tony. *The Birth of the Museum: history, theory, politics*. London: Routledge, 1995. p. 33

<sup>92</sup> POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine 1789-1815*. France: Gallimard. 1997.

tendências impulsionaram a metamorfose de coleções privadas e institucionais em museus públicos e de caráter disciplinar.<sup>93</sup>

O debate sobre a importância dos espaços museais como agentes auxiliares do processo de instrução da nação esteve presente em uma discussão ocorrida na Assembleia francesa, durante a Revolução. Para o médico e anatomista Félix de Vicq-D’Azyr e o ex-frei dominicano Germain Poirrier, era preciso criar métodos que facilitassem “a educação nacional” que deveria “apoiar-se sobre bases inteiramente novas”. De tal modo, era necessário o acesso aos “objetos que deveriam servir à instrução [...] e os encontraremos nas bibliotecas, nos museus, nos gabinetes, nas coleções sobre as quais a República tem direito [...]”.<sup>94</sup> Reafirmavam a importância de tornar as antigas coleções aristocráticas e monárquicas públicas, uma vez que esse processo daria as condições necessárias para que os cidadãos franceses fossem educados em um novo modo de aprendizagem. Foi na busca incessante do passado da nação que se assistiu às antigas coleções principescas sendo reorganizadas conforme as necessidades de instrução cívica do Estado. Passou-se a valorizar os principais artistas locais, expondo suas obras mestras. Buscou-se, também, dar novo valor às antiguidades nacionais e aos objetos da cultura material dos ancestrais mais remotos da pátria. Nesse período, surgiram as primeiras escavações arqueológicas<sup>95</sup> que almejavam encontrar peças que demonstrassem os graus de civilização dos antepassados de cada sociedade. Confirmado o avanço intelectual dos ancestrais, era necessário dispor esses objetos nos museus, valorizando, pela comparação de exemplares da cultura material, o progresso de suas técnicas construtivas e artísticas.

Em fins do século XVIII, em Portugal, frei Manuel do Cenáculo Villas Boas Anes de Carvalho (1724-1814) esforçou-se na criação de museus e bibliotecas que pudessem ajudar na instrução pública, mas que fossem lugares de proteção do patrimônio português. Para o religioso, as livrarias e os museus eram lugares onde os indivíduos iam ao encontro “dos sábios a quem se escute; pois estas casas são na verdade feliz escola de aprender costumes e erudição, e de se convencerem os homens ser-lhes necessários ter olhos bem ajustados aos objetos”.<sup>96</sup>

---

<sup>93</sup> GOMES, René Lommez. *Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016. p. 138.

<sup>94</sup> VICQ-D’AZYR, Félix de; POIRRIER, Germain. apud GOMES, René Lommez. *Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016. p. 138.

<sup>95</sup> Entende-se que a Arqueologia nesse momento (fim do século XVIII – XIX) era uma ciência que estava se aperfeiçoando com novos métodos, diferenciando dos espólios das depredações que muitos sítios arqueológicos sofriam nesse período.

<sup>96</sup> CENÁCULO, Frei Manuel do. Oração do Museu dita a 15 de março de 1791. apud BRIGOLA, João Carlos. *Coleccionismo no século XVIII. Textos e documentos*. Porto, 2009. p. 40.

Tamanho era o compromisso em definir espaços de instrução que Cenáculo, além do Museu de Évora, criou mais quatro bibliotecas públicas pelo território português.<sup>97</sup>

Além de ter criado esses lugares de aprendizado, frei Manuel do Cenáculo teve papel destacado no desenvolvimento da Arqueologia em Portugal.<sup>98</sup> Por meio de escavações realizadas sob o seu financiamento, esse religioso estimulou o encontro dos homens de seu tempo com o passado antigo da nação lusitana. Grande parte da coleção de antiguidades romanas e fenícias do Museu Nacional de Évora foram escavadas graças aos seus esforços. A mensagem era clara: era preciso valorizar o passado luso, uma vez que sua origem estava conectada com uma das principais civilizações que já existira, a romana.<sup>99</sup> O ato de exibir antiguidades romanas que foram produzidas em território português fornecia o reforço patriótico de que aquele lugar, desde o princípio, estava em constante processo civilizatório. De acordo com Myriam Santos, “as obras de arte gregas e romanas, consideradas como ideais de perfeição, eram sistematicamente conduzidas aos museus europeus trazendo imenso prestígio às respectivas nações possuidoras dos tesouros”.<sup>100</sup>

Nesse período, o poder e a cultura estavam imbricados entre si. Observa-se o surgimento de novos museus que vão exibir, por meio de sua arquitetura, a monumentalidade que cada nação conferia a si própria. Muitos se espelharam na arquitetura clássica, ressuscitando frontões e colunatas para deixar o ambiente com a aparência de um antigo de templo greco-romano; intencionalidade que procurava conferir visualidade ao discurso reproduzido na epígrafe desse capítulo, do museu como o templo das musas.

A necessidade de encontrar antepassados que garantissem brilhantismo para a nação, fixando suas raízes em um terreno fértil intelectualmente, virou mania entre os países europeus. Analisando o caso francês, Myriam Santos observou que “havia a necessidade de garantir à

---

<sup>97</sup> De acordo com Rui Morais, Frei Manoel do Cenáculo criou as bibliotecas do “Convento de Jesus em Lisboa, hoje da Academia Real de Ciências; a Biblioteca da Real Mesa Censória, hoje Biblioteca Nacional de Lisboa, a Biblioteca do Palácio Episcopal de Beja” e por fim, a de Biblioteca de Évora. Para saber mais, ler: MORAIS, Rui. Um caso exemplar: Cenáculo e o colecionismo no Portugal no setecentos. In: *CADMO: Revista de História Antiga*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2009.

<sup>98</sup> O professor João Carlos Brigola (Universidade de Évora) realizou extenso estudo investigativo sobre a figura do Frei Manoel do Cenáculo e sua relação com a criação de espaços museológicos em Portugal. Também, realizou um percurso historiográfico sobre as coleções, museus e gabinetes ilustrados no espaço luso ao longo do século XVIII, quebrando os paradigmas da historiografia portuguesa sobre o assunto, que dizia que não havia espaços museológicos em Portugal nesse período. Para saber mais, consultar: BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

<sup>99</sup> Durante período 29 a.C. até 411 d. C. o território português que nesse momento chamava Lusitânia foi conquistado pelos romanos, tornando-se uma província da Hispânia, que incluía territórios atuais de Portugal e Espanha.

<sup>100</sup> SANTOS, Myriam S. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Soc. estado*. Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000. p.279.

França seu lugar como herdeira natural da civilização ocidental, uma vez que os outros países europeus disputavam o lugar principal do herdeiro desta civilização”.<sup>101</sup> Mesmo em nações periféricas, como o Reino da Dinamarca, esta prática fez-se presente com a criação, em 1807, da Comissão Real para a Preservação das Antiguidades. A Comissão teve como objetivo preservar as antiguidades da Dinamarca e, para além disso, reunir objetos, “como pedras rúnicas, ruínas e velhos túmulos, que se encontravam dispersos pela nação. Acreditava-se que o cuidado das antiguidades dinamarquesas poderia criar um ambiente cultural no reino, que refletisse sobre seu passado antigo”.<sup>102</sup> Portanto, a corrida para criar a imagem perfeita da civilidade estava presente em toda Europa, de tal forma que

durante o século dezanove, todas as grandes nações europeias dedicaram-se a trazer para seus museus objetos da antiguidade clássica. Expedições arqueológicas francesas, inglesas, holandesas e alemãs invadiram a Grécia, Itália, Ásia Menor, Norte da África e regiões onde se localizavam as antigas cidades mesopotâmicas em busca das antiguidades clássicas.<sup>103</sup>

É nesse momento que artefatos fundamentais para a reconstituição da história da humanidade acabaram indo parar nos grandes museus europeus. Entre eles, os mármores do Partenon foram retirados da acrópole ateniense por Thomas Bruce (1776-1841), o Lorde Elgin,<sup>104</sup> e enviados para a Inglaterra. Posteriormente, foram comprados pelo Museu Britânico, constituindo até hoje objetos de disputa entre a Grécia e a Inglaterra. Igualmente, a escultura Vitória de Samotrácia, um belo exemplar da arte grega do período helenístico, foi encontrada em escavações arqueológicas realizadas por Charles Champoiseau (1830-1909).<sup>105</sup> Hoje, ela

---

<sup>101</sup> SANTOS, Myriam S. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Soc. estado*. Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000. p. 278.

<sup>102</sup> GOMES, René Lommez. *Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016. p. 140.

<sup>103</sup> SANTOS, Myriam S. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Soc. estado*. Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000. p. 278.

<sup>104</sup> Thomas Bruce foi um diplomata inglês junto ao Império Otomano. Dado seu conhecimento e suas práticas antiquaristas, esse nobre foi responsável por retirar os mármores do Partenon da Acrópole de Atenas. Em 1806, Lorde Elgin chegou na Grã-Bretanha e almejava vender esses tesouros do período helenístico para o Museu Britânico, entretanto, o preço oferecido foi demasiadamente alto, tendo que renegociar com a instituição até que as esculturas foram adquiridas pela soma de 35 mil libras. Para saber mais, ver: MERRYMAN, John Henry. *Whither the Elgin Marbles?*. In: MERRYMAN John Henry (org.). *Imperialism, Art and Restitution*. England: Cambridge University Press, 2010. p.98.; MERRYMAN, John Henry. *Thinking about the Elgin Marbles: Critical Essays on Cultural property, Art and Law*. The Netherlands: Wolters Kluwer, 2009. 600 p.

<sup>105</sup> Em 1862, Charles Champoiseau descobriu, na ilha de Samotrácia, um belíssimo exemplar helenístico da deusa grega da vitória Niké. A escultura chegou ao Museu do Louvre, no ano posterior, passando por restaurações, incluindo a complementação da segunda parte de que era composta pela representação da proa de um navio grego. O alto nível estético da peça a consagrou como um dos principais exemplares do período helenístico, destacando-se pelo alto grau de realismo. Para saber mais, ver: HAMIAUX, Marianne. *La victoire de Samothrace: découverte et restauration*. In: *Journal des Savants*, 2001. p. 153-223. Disponível em: [https://www.persee.fr/docAsPDF/jds\\_0021-8103\\_2001\\_num\\_1\\_1\\_1643.pdf](https://www.persee.fr/docAsPDF/jds_0021-8103_2001_num_1_1_1643.pdf) (último acesso: 24/07/18)

figura como uma das principais peças do Museu do Louvre, em Paris impondo-se majestosamente aos visitantes em uma de suas entradas principais.

Ao longo do século XIX, países como a Grã-Bretanha e a França utilizaram suas instituições museológicas, com ênfase nos museus Britânico e do Louvre, como retratos dos poderosos impérios em que se constituíam, principalmente em um momento em que o imperialismo começava a ganhar forças. O ato de colonizar não se dava apenas pelo guerrear e pelo tomar o lugar que outrora pertencia a algum povo, mas também em tomar as suas riquezas naturais e, principalmente, as culturais. Reunidos nos museus nacionais, os bens artísticos e etnológicos passaram a representar a diversidades de povos existentes no planeta que estavam sob o domínio de determinado império. Nesse sentido, configura-se um imperialismo cultural, que foi o principal responsável pela formação de diversas coleções e que, em alguns casos, chegou a ocasionar a constituição de museus.

Durante as campanhas de conquistas do general Napoleão Bonaparte (1769-1821),<sup>106</sup> futuro imperador da França, grande número de objetos de outros povos e nações, tanto europeus como do Oriente, foram espoliados e levados para o Museu do Louvre,<sup>107</sup> de modo a enriquecer a instituição. Como exemplo, Bonaparte se apropriou de elementos da antiguidade romana para forjar uma representação sua à semelhança de um general romano, instituindo esses espólios como de direito legítimo, decorrentes de suas vitórias. Fornir e enriquecer os acervos das instituições museológicas francesas foi uma das suas prioridades. De acordo com Françoise Choay:

O Louvre (Museu Napoleão) tornou-se, graças a Vivant Denon, o primeiro museu moderno, e apesar de Vivant Denon, aqueles das províncias recebiam sua parte do fabuloso espólio recolhido pela pilhagem criteriosa e sistemática dos grandes museus e coleções de arte da Europa.<sup>108</sup>

Dominique Vivant (1747-1825), o Barão Denon, foi um artista, antiquarista, escritor e diplomata francês que sempre teve boa relação com as cortes de Luís XV e Luís XVI. Durante o período da Revolução Francesa, chegou a ter seus bens apreendidos, mas ao cair nas graças de Maximilien de Robespierre, recuperou sua fortuna. Teve seu período de glória quando, em

<sup>106</sup> Além de grande conquistador, Napoleão Bonaparte possuía grande afeição por obras de artes, principalmente do período clássico. Foi responsável por dar ordem de espoliação de todo território que conquistava. Enquanto enriquecia as instituições francesas, as dos outros países eram esvaziadas.

<sup>107</sup> Durante o período napoleônico o Museu do Louvre teve seu nome mudado para Museu Napoleão, como forma de consagrar o imperador Napoleão Bonaparte como um grande patrocinador das artes, bem como de glorificar esse indivíduo por meio dos espólios que o seu exército realizava durante as conquistas. Por isso, durante esse período, é comum ver na documentação a utilização dessa nomenclatura.

<sup>108</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp. 2006. p. 120

1802, Napoleão Bonaparte o nomeou para ser diretor do Museu do Louvre, sendo incumbido por selecionar e distribuir as obras de arte que eram confiscadas durante suas batalhas. Assim, tornou-se o responsável por garantir que o museu empreendesse a missão civilizatória que Bonaparte almejava para a França, qual seja, a de nação predestinada a garantir o progresso no mundo das artes e das ciências. O Museu do Louvre, que nesse momento se chamava Museu Napoleão, funcionou como polo difusor de aprendizagem por meio da arte. Na medida em que esse governante conquistava a Europa e parte do Oriente, o museu enriquecia de forma acelerada. Ao reunir os mais diversos exemplares de arte nessa instituição, a França ganhava o *status* de principal capital da cultura do mundo Ocidental, título que alimentava o ego dos franceses e dava mais forças para Bonaparte continuar no poder.

## 1.2. Disputando antiguidades

A presença de objetos egípcios no território europeu vem desde a Antiguidade. Durante o período romano, foram realizadas trocas culturais com o Egito, principalmente após a anexação desse último ao império. De tal forma, que o culto da deusa Ísis foi aderido pelos romanos ao seu panteão. Para além disso, objetos oriundos da Terra dos Faraós foram levados para decorar ambientes na Península Itálica. Obeliscos, estátuas e colunas de origem egípcia foram encontrados em escavações nesse território.<sup>109</sup>

No que se refere ao colecionismo ilustrado, alguns gabinetes de curiosidades possuíam esse tipo de cultura material, que em parte foram recuperados em escavações na própria Europa e outros que foram comprados por comerciantes e viajantes que iam ao Egito. Nesses locais de estudo e apreciação, como o do padre jesuíta Athanasius Kircher (1602-1680)<sup>110</sup> e de Nicolas Chevalier,<sup>111</sup> é notória a presença de antiguidades egípcias, sendo que, em grande parte, a sua funcionalidade estava associada ao mundo esotérico, possuindo propriedades místicas de cura e de proteção. Outro exemplo, é a coleção egípcia que pertenceu ao abade Onofrio Baldelli e que foi incorporada ao acervo da Academia Etrusca de Antiguidades e Inscrições, no século

---

<sup>109</sup> BARRET, Caitlín Eilís. Egypt in Roman Visual and Material Culture. In: *Oxford Handbooks Online*, maio de 2017. [online]. 42 p.

<sup>110</sup> STOLZENBERG, Daniel. *Egyptian Oedipus: Athanasius Kircher and the Secrets of Antiquity*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

<sup>111</sup> Sobre o *Cabinet de Chevalier*, consultar: <<http://curiositas.org/cabinet/cabinet-de-chevalier-nicolas-1712>>.

XVIII. Posteriormente esse arranjo foi ampliado pelo envio de mais peças pelo religioso Guido Corbelli, que no século XIX morou em Alexandria e realizou escavações arqueológicas.<sup>112</sup>

Após sua conquista pelos otomanos, em 1517, as fronteiras do Egito foram fechadas aos estrangeiros e a terra tornara-se quase desconhecida pelos europeus.<sup>113</sup> Neste período, a beleza dos poucos artefatos egípcios chegou aos museus e coleções e os poucos relatos de viajantes<sup>114</sup> excitaram a imaginação europeia, criando sedutoras imagens sobre a cidade do Cairo e suas diversas mesquitas, erigidas na era dos sultões. Entre 1798 e 1801, durante as invasões napoleônicas, grande parte do mundo começou a ter o contato direto com a cultura material do passado egípcio, especialmente da época dos faraós. Napoleão Bonaparte é uma figura de grande importância para este trabalho, pois a despeito de toda a controvérsia ainda hoje existente sobre a pilhagem dos bens culturais que realizou nos países por onde passou o exército francês, ele foi responsável, em grande parte, pelo despertar do interesse do mundo ocidental em conhecer a civilização do Egito antigo. Segundo Silvia Einaudi,

o Egito, até então desconhecido de todos, revelou-se, portanto, à Europa como uma caixa de maravilhas que inebriou literalmente os círculos culturais do antigo continente. Dessa forma, abriu-se o caminho para o estudo, mas também com ele o da espoliação sistemática e desenfreada dos monumentos egípcios, que tinham se tornado fonte inexaurível de riqueza para os ávidos reinos europeus que competiam entre si para enriquecer as coleções dos respectivos museus.<sup>115</sup>

Com a abertura do Egito, o mundo ficou admirado com a magnitude das pirâmides e das demais construções monumentais que esta civilização antiga construía em seus tempos de glória. As fascinantes múmias, que ao mesmo tempo causavam espanto e admiração, se transformaram no *souvenir* preferido dos viajantes, que iam conferir aparentemente de perto, mas realmente de longe, a Terra dos Faraós. Neste período, esse fascínio foi ampliado pela publicação da inusitada e monumental obra da Comissão das Artes e das Ciências da França, intitulada “*Description de l’Égypte ou Recueil des Observations et des Recherches qui ont été faites en Égypte*” (Descrição do Egito ou Coleção das observações e pesquisas que foram feitas no Egito).<sup>116</sup> Esta publicação expôs para um largo público as diversas facetas do local,

<sup>112</sup> PACINI, Piera Bocci; MAETZKE, Anna Maria. *Il Museo dell'Accademia etrusca di Cortona*. Florença, 1992, 305 p.

<sup>113</sup> O período de dominação otomana no Egito foi de 1516 até 1867.

<sup>114</sup> NORDEN, Frédéric-Louis. *Voyage d’Égypte et de Nubie*. Paris: Pierre Didot, 1795. VOLNEY, C. F. *Voyage en Syrie et en Égypte*. Paris: Courcier, 1807.

<sup>115</sup> EINAUDI, Sílvia. *Museu Egípcio do Cairo*. Rio de Janeiro: Mediafashion, 2009. p. 48

<sup>116</sup> A Descrição do Egito foi uma obra monumental que reuniu diversas pesquisas que a Comissão das Artes e Ciências realizou, ao acompanhar o general Bonaparte na expedição ao Egito. A parte dedicada às antiguidades egípcias se sobressai nessa obra. A Comissão era composta por cientistas, artistas, cartógrafos, matemáticos, botânicos e outros conhecedores da História Natural. A publicação é considerada como a mais importante obra

abordando desde sua flora e fauna, até suas construções monumentais, havendo certa preferência pelas produções da Antiguidade.

De caráter enciclopédico, a *Descrição do Egito* reúne textos que espelhavam todo o conhecimento adquirido pela missão francesa. Ela traz, também, pranchas litografadas de vários artistas representando as maravilhosas paisagens do território egípcio. Os que admiravam pela primeira vez imagens do Egito se encantavam pelo lugar, que suscitava “enorme interesse no público, nos eruditos e nos governos europeus”.<sup>117</sup> O impacto da obra, que “incluía nove volumes de texto *in folio* com mais de sete mil páginas, complementados por dez tomos de gravuras”,<sup>118</sup> foi reforçado pelo fato de mostrar os grandes monumentos egípcios das épocas dos faraós e dos sultões.<sup>119</sup>

Bonaparte e a *Comissão* foram, portanto, responsáveis por fazer o Egito cair definitivamente no gosto europeu. À sombra de seus feitos e atrelado ao orientalismo, surgiu o fenômeno da egiptofilia,<sup>120</sup> que pode ser definido como uma admiração profunda pelo mundo dos faraós, acompanhada pelo desejo de conhecer a cultura material e os costumes deste lugar.

Com a apresentação da Terra dos Faraós aos europeus do século XIX e o surgimento da egiptofilia, conhecer o Egito tornou-se um fetiche para a sociedade da época. Viajantes e exploradores começaram a frequentar a região, antiguidades ocultadas pelas areias do deserto começaram a ser reveladas e o desejo de possuí-las se tornou corriqueiro. Correlativamente a esse interesse, o próprio Egito assistiu atônito suas preciosidades saírem de seu domínio, levadas para museus e coleções particulares de estrangeiros.<sup>121</sup>

Em meados do século XIX, o comércio de suas antiguidades tornara-se intenso. Grandesavas de objetos saíram do país, indo parar nas mãos de antiquários europeus, que alimentavam as coleções públicas e privadas existentes à época. Segundo José das Candeias Sales, “ao mesmo tempo que se procedia a este comércio oficial e legal de antiguidades, muitas outras [peças] continuavam a sua intensa circulação nos prósperos mercados paralelos” do Egito. O tráfico ilegal “era um lucrativo negócio para muitos comerciantes do Cairo e para numerosos

---

científica para os egiptólogos e orientistas. A Universidade Federal de Minas Gerais possui a coleção completa da *Descrição do Egito*, que hoje se encontra no Setor de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Universitária.

<sup>117</sup> SILIOTTI, Alberto. *Viajantes e Exploradores: A descoberta do Antigo Egito*. Barcelona: Folio, 2007. p.102.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p.100.

<sup>119</sup> O período faraônico vai desde 3150 a.C. até 30 a.C. Já dos sultões vai de 639 d.C. até 1919 d.C.

<sup>120</sup> BAKOS, Margaret Marchiori (org.). *Egiptomania – O Egito no Brasil*. Paris Editorial: São Paulo, 2004, 191p.

<sup>121</sup> VERCOUTTER, Jean. *Em busca do Egito Esquecido*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 176 p.

camponeses da província”,<sup>122</sup> bem como para os comerciantes da Europa.

Dado esse fato, pode-se pensar na emergência de uma tendência colecionista de antiguidades egípcias, que surgiu depois da publicação da *Descrição do Egito*. As espoliações do patrimônio egípcio aumentaram num ritmo crescente até a metade do século XIX, quando começam a vigorar medidas instituídas pelo Estado egípcio com vistas a preservar seus monumentos da antiguidade. Nessa época, os principais museus europeus rechearam suas galerias com diversos itens provenientes da cultura material da época dos faraós e a maioria ainda permanece em seus acervos, resistindo o quanto podem às tentativas de recuperação desses arranjos por seus países de origem. Esse continua a ser tema polêmico, particularmente quando se assiste à insurgência de radicalismos religiosos que insistem em destruir patrimônios culturais relativos a outras religiões e culturas.

Países que possuíam embaixadas no Egito foram os que mais se beneficiaram dessa espoliação. O vice-rei Muhammad Ali (1769-1849) foi responsável por estabelecer acordos com vários Estados europeus para a modernização do Egito, almejando o “tornar uma nação moderna, recorrendo [...] ajuda de técnicos especialistas e conselheiros, entre os quais teve uma máxima importância o cônsul da França, Bernadino Drovetti”.<sup>123</sup> Para garantir pareceres favoráveis às alianças que o ajudariam a modernizar o Egito, Ali permitia que embaixadores e cônsules, especialmente os franceses, retirassem do país, com certa liberdade, exemplares da antiguidade egípcia, que seriam oferecidos como regalias àqueles que lhe produzissem acordos vantajosos. Instaurou-se, então, uma disputa entre os diplomatas europeus, passando a primeira metade do século XIX a ser ali conhecida como o período da “guerra dos cônsules”.<sup>124</sup>

De acordo com Alberto Sillioti, as nações europeias não esperaram muito para aproveitar as oportunidades concedidas por Muhammad Ali para a realização de escavações em busca de antiguidades. Vários países europeus “encarregaram seus cônsules, que naquela época tinham um papel primário na condução da política externa [...], a reunirem novas coleções de antiguidades para levar às suas respectivas pátrias para enriquecer as coleções de seus diversos museus”.<sup>125</sup> Nesse momento, veremos uma grande quantidade de objetos do período faraônico serem levados do Egito. O cônsul que melhor sabia agradar o quediwa,<sup>126</sup> garantia a autorização

<sup>122</sup> SALES, José das Candeias. A Arqueologia Egípcia no século XIX: da «caça ao tesouro» à salvaguarda da herança faraônica. *Revista do Instituto Oriental da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Coimbra Univ. Press. p.88.

<sup>123</sup> SILLIOTTI, Alberto. *Viajantes e Exploradores: A descoberta do Antigo Egito*. Barcelona: Folio, 2007. p. 131.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p.131.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>126</sup> Quediva era o título dado aos vice-reis do Egito, que naquele momento estava sob o controle do Império Otomano.

para realizar escavações em qualquer parte do território, selecionando o que desejava. Tamanho era o interesse em ter acordos favoráveis para si, que Muhammad Ali, valendo-se dos emissários estrangeiros, passou a enviar presentes para as nações amigas. Em 1829, sabendo que o rei francês Charles X tinha uma grande paixão por antiguidades egípcias, Ali tentou cativá-lo enviando de presente um obelisco<sup>127</sup> de duzentas e trinta toneladas, proveniente do templo de Luxor, e que hoje se encontra na praça da Concórdia, em Paris.

Com o objetivo de obterem lucros pessoais, cônsules como Bernardino Drovetti e Henry Salt aproveitaram as suas boas relações com o governante egípcio e começaram a formar grandes coleções egípcias. Esses arranjos privados não eram formados para a satisfação própria, mas para serem vendidas às nações de origem desses emissários. Bernadino Drovetti, “gozando de uma permissão permanente do paxá (Muhammad Ali), havia contratado numerosos agentes que eram enviados às áreas arqueológicas mais promissoras”,<sup>128</sup> com o objetivo de comprar achados arqueológicos ou fazerem eles mesmo escavações para alimentar sua coleção pessoal.

Ao retornar para a Europa, e sabendo da dimensão e importância de seu gabinete de antiguidades, Drovetti ofereceu ao Estado francês a preferência para adquirir sua coleção. Entretanto, a França acabava de passar por momentos conturbados internamente. O império napoleônico não existia mais e as dificuldades da restauração monárquica eram grandes. Sendo assim, o governo achou que seria um grande gasto comprar a coleção de Drovetti, quando o país tinha necessidades mais urgentes a serem supridas. Talvez desanimado pela recusa, o Cônsul, ao se estabelecer na Itália, na cidade de Turim, fez outra proposta de venda, agora, para o rei da Sardenha, Carlos Félix. Tão relevante era a relevância da coleção reunida por Drovetti que esses objetos não foram inseridos em outros museus já existentes. Com a venda desse arranjo, foi criado o Museu Nacional de Antiguidades Egípcias de Turim (atual Museu Egípcio de Turim),<sup>129</sup> o primeiro de seu gênero na Europa.

---

<sup>127</sup> Batizado atualmente como obelisco da Praça da Concórdia, em Paris, esse monumento fazia parte do complexo religioso do Templo de Luxor e foi erigido pelo faraó Ramsés II. Ele possui vinte e três metros de altura e tem o peso de 230 toneladas. Ele foi enviado para a França, em 1829, como um presente diplomático com o qual o quedi do Egito tentou agradar o soberano francês. Hoje em dia, se pensa na repatriação desse objeto. Entretanto, a opinião pública e dos especialistas não é muito favorável à devolução, uma vez que se tratava de um presente diplomático.

<sup>128</sup> SILIOTTI, Alberto. *Viajantes e Exploradores: A descoberta do Antigo Egito*. Barcelona: Folio, 2007. p. 136.

<sup>129</sup> Com um projeto de criar uma grande instituição museológica, o soberano Carlos Felix adquiriu a coleção egípcia, em 1824, pela somatória de 400.000 libras. Antes da institucionalização das escavações arqueológicas e de serem criadas as chamadas missões, o Estado, na figura dos seus monarcas, foi o principal responsável pela formação das grandes coleções egípcias.

Para além disso, a coleção de Drovetti era tão extensa que “uma segunda parte da coleção, chamada também ‘segunda coleção Drovetti’, da qual faziam parte três sarcófagos, dez estelas de granito, sessenta estelas de pedra calcária, quinhentos amuletos, trinta manuscritos, duas múmias, e oitenta objetos de ouro”<sup>130</sup> foi oferecida ao governo francês, em 1827. Desta vez, diferentemente do primeiro momento, os objetos foram examinados por Jean François Champollion que vendo o alto valor arqueológico das peças, recomendou sua compra imediata. Elas foram adquiridas e formaram o primeiro núcleo do Museu Charles X.<sup>131</sup>

O Museu Charles X foi uma instituição que ocupou uma série de salas do palácio do Louvre, destinada a expor uma seção de antiguidades, composta por coleções egípcias, romanas e gregas. Criado pelo próprio monarca Charles X, por meio de um decreto real, o museu nasceu do rápido crescimento da coleção real de antiguidades, por causa da aquisição da segunda coleção de Drovetti pelo soberano. O museu ocupou os antigos apartamentos que eram usados pela rainha, situados no *Cour carré* (ala sul do palácio), contínuo às galerias que abrigavam o Museu do Louvre.

Naquele momento, a metamorfose do antigo palácio real em espaço museológico estava em processo. O Louvre ainda estava se consolidando como uma instituição. Junto a ele, o Museu Charles X ganhava espaço em torno do *Cour carré* e da ala leste, anexando outras salas que outrora pertenciam às câmaras reais. Ainda sob o reinado de Charles X, outro museu foi aberto na ala norte do palácio. O Museu do Delfim, instalado em dezembro de 1827, foi concebido para suscitar o interesse da população pelos avanços da marinha francesa, embora tenha se tornado “mais etnográfico que marítimo”, graças à incorporação de objetos da América e da Oceania provenientes da antiga coleção de Vivant Denon.<sup>132</sup>

O Museu do Louvre, o Museu do Delfim e o Museu Charles X, mesmo estando instalados no mesmo local permaneciam dissociados uns dos outros. De acordo com Georges Poisson, “Charles X foi o primeiro soberano francês a se interessar pelo Louvre”, e foi graças

---

<sup>130</sup> SILIOTTI, Alberto. *Viajantes e Exploradores: A descoberta do Antigo Egito*. Barcelona: Folio, 2007. p. 138-139.

<sup>131</sup> Durante o século XIX, era comum que os monarcas nomeassem as instituições que criavam, principalmente as museológicas, com os seus próprios nomes. Como já vimos, Napoleão Bonaparte fez esse uso quando era imperador. Esta era uma forma de transmitir ao público o compromisso com o mundo das artes que os soberanos, nesse caso, franceses, possuíam. Para saber mais, ler o livro: POISSON, Georges. *La grande histoire du Louvre*. Paris: Perrin, 2013. 478 p.

<sup>132</sup> O acervo deste museu foi, posteriormente, absorvido por instituições como os atuais museus da Marinha e do Quai-Branly. POISSON, Georges. *La grande histoire du Louvre*. Paris: Perrin, 2013 p. 294;299.

a ele que o museu começou a perder seu caráter abandonado, sendo redecorado e reformado,<sup>133</sup> mantendo-se como espaço destinado à exibição das coleções de arte europeia, sobretudo de pinturas e de esculturas. Entre 1826-1829, começou-se a se pensar na inclusão de outras culturas dentro do Louvre, “de abrir o museu às outras civilizações do mundo. Nesse mesmo ano, 1826, surgiu o projeto de dedicar salas aos povos da Ásia, África e América. A primeira civilização africana a mencionar era obviamente o Egito”.<sup>134</sup> Este impulso foi resolvido com a criação do Museu do Delfim e do Museu Charles X. Este último, no entanto, tinha como missão traduzir a necessidade posta de se criar uma instituição destinada à exposição de objetos do mundo antigo, apresentados ao público como uma oferta pessoal do soberano à nação e à musa das Artes – como se verá adiante.<sup>135</sup>

A França e Itália não eram as únicas nações que almejavam ter antiguidades egípcias nos salões dos seus museus. O Reino Unido possuía dois aliados importantíssimos que lhe garantiram um dos maiores acervos desse gênero no mundo: o cônsul-geral Henry Salt, e o já mencionado explorador e “arqueólogo” Giovanni Batista Belzoni (1778-1823). De acordo com Alberto Siliotti, “Salt recebeu o encargo de reunir uma coleção de antiguidades para enviar ao Museu Britânico, tarefa à qual se dedicou com grande dinamismo”.<sup>136</sup>

Sabendo da fama do explorador Giovanni Belzoni, Salt o nomeou agente coletor de antiguidades. Belzoni realizou um dos maiores feitos de engenharia do período. Graças à sua insistência e à sabedoria em lidar com transporte de grandes cargas, ele conseguiu mover um busto colossal do faraó Ramsés II, das areias do Egito para o rio Tâmisa. Essa escultura, que hoje se encontra no Museu Britânico, é uma das principais atrações dessa instituição e que ainda é motivo de sérios debates pela sua repatriação. (Imagem 1)

Com a premissa de expandir o seu acervo e mostrar o quão avançado era frente os outros impérios, o governo do Reino Unido garantiu os meios necessários para criar a imagem de nação civilizada na busca pelo progresso. O enriquecimento do acervo do Museu Britânico foi um dos recursos utilizados para criar o reflexo que almejavam. Em 1818, graças a Salt, essa instituição foi agraciada com uma grande coleção egípcia. O entusiasmo desse diplomata não diminuiu. Após a compra do material que ele recolheu, entre os anos de 1819 e 1824, o

<sup>133</sup> Texto original: “Charles X est le premier souverain français à s’être intéressé au Louvre”. In: POISSON, Georges. *La grande histoire du Louvre*. Paris: Perrin, 2013. p. 291.

<sup>134</sup> [...] d’ouvrir le musée aux civilisations du monde. Dès cette même année 1826, apparut le projet de consacrer des salles aux civilisations d’Asie, d’Afrique et d’Amérique. Le première civilisation africaine à évoquer était évidemment L’Egypte. In: POISSON, Georges. *La grande histoire du Louvre*. Paris: Perrin, 2013. p. 294.

<sup>135</sup> POISSON, Georges. *La grande histoire du Louvre*. Paris: Perrin, 2013. p. 294.

<sup>136</sup> SILIOTTI, Alberto. *Viajantes e Exploradores: A descoberta do Antigo Egito*. Barcelona: Folio, 2007. p. 147.

diplomata conseguiu formar mais duas coleções egípcias. A primeira se destacou pela quantidade de objetos: aproximadamente 4014 peças. Entretanto, esse riquíssimo conjunto de objetos não foi comprado pelo Estado britânico. De acordo com Sillioti, “depois de ser rejeitada pelo Museu Britânico por considerá-la demasiadamente cara, foi (a coleção) vendida ao rei da França, Carlos X, por 10.000 libras esterlinas”, ou seja, o soberano que possuía grande atração por antiguidades egípcias e que foi responsável por enriquecer o museu com o seu nome.<sup>137</sup>



*Imagem 1: Nessa gravura de Giovanni Batista Belzoni podemos ver o processo de transposição do busto do faraó Ramsés II para Londres. Hoje em dia, essa escultura se encontra no Museu Britânico. Transportation of the colossal bust of Ramesses II, known as the Young Memnon. In: from Narrative of the Operations and Recent Discoveries Within the Pyramids, Temples, Tombs and Excavations in Egypt and Nubia, 1822, London. Fonte: DeAgostini/Getty Images.*

Com a premissa de expandir o seu acervo e mostrar o quão avançado era frente os outros impérios, o governo do Reino Unido garantiu os meios necessários para criar a imagem de nação civilizada na busca pelo progresso. O enriquecimento do acervo do Museu Britânico foi um dos recursos utilizados para criar o reflexo que almejavam. Em 1818, graças a Salt, essa instituição foi agraciada com uma grande coleção egípcia. O entusiasmo desse diplomata não

<sup>137</sup> SILIOTTI, Alberto. *Viajantes e Exploradores: A descoberta do Antigo Egito*. Barcelona: Folio, 2007. p. 147.

diminuiu. Após a compra do material que ele recolheu, entre os anos de 1819 e 1824, o diplomata conseguiu formar mais duas coleções egípcias. A primeira se destacou pela quantidade de objetos: aproximadamente 4014 peças. Entretanto, esse riquíssimo conjunto de objetos não foi comprado pelo Estado britânico. De acordo com Sillioti, “depois de ser rejeitada pelo Museu Britânico por considerá-la demasiadamente cara, foi (a coleção) vendida ao rei da França, Carlos X, por 10.000 libras esterlinas”, ou seja, o soberano que possuía grande atração por antiguidades egípcias e que foi responsável por enriquecer o museu com o seu nome.<sup>138</sup>

Com a fluidez de entrada de antiguidades egípcias na Europa, a primeira metade do século XIX foi o momento em que as principais coleções egípcias se configuraram nos museus europeus. Em 1826, foi publicado na França, o *Catalogue Raisonné et Historique des Antiquités Découvertes en Égypte (Catálogo Raisonné e Histórico das Antiguidades Descobertas no Egito)*,<sup>139</sup> obra encomendada por Giuseppe Passalacqua (1797-1865), da cidade de Trieste. Essa obra é de extrema importância para entendermos os processos de formação das coleções egípcias nesse continente.

Como forma de trazer o melhor método de classificação e ordenação de antiguidades egípcias, essa publicação tem por objetivo divulgar a coleção que estava sendo analisada, bem como promover a imagem do senhor Passalacqua. Além disso, ela almejava também mostrar a evolução dos estudos sobre o antigo Egito pelos franceses. Esse catálogo possui notas e observações de importantes estudiosos da área, como Jean François Champollion, Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844), e o orientalista Joseph Toussaint Reinaud (1795-1867).<sup>140</sup>

Entretanto, o mais interessante dessa publicação não se encontra no texto principal, mas na primeira nota de rodapé que o autor escreveu. Nela, Passalacqua evocava elogios ao soberano francês. Segundo ele, o “*S. M. Charles X a enrichi la France*” (S. M. Charles X) enriqueceu a França com a aquisições de coleções egípcias. Nesse momento a coleção reunida por Henry Salt tinha acabado de chegar no território francês. Por ter sido adquirida por intermédio do monarca, nada melhor que uma publicação para eternizar esse momento de conquista. Em outra

---

<sup>138</sup> SILIOTTI, Alberto. *Viajantes e Exploradores: A descoberta do Antigo Egito*. Barcelona: Folio, 2007. p. 147.

<sup>139</sup> PASSALACQUA, Giuseppe. *Catalogue Raisonné et Historique des Antiquités Découvertes en Égypte*. Paris: Galerie d'antiquités égyptiennes, 1826. Disponível em: <https://archive.org/details/catalogueraisonn00pass> (último acesso: 20/03/2018).

<sup>140</sup> Étienne Geoffroy Saint-Hilaire foi um naturalista e zoólogo francês. Ele fazia parte da Comissão das Artes e Ciências que foi, juntamente com Napoleão Bonaparte, explorar o Egito. Foi um dos membros fundadores do Instituto do Cairo, conhecido por ser o centro de pesquisas sobre essa nação. Joseph Toussaint Reinaud foi um orientalista francês, dado seu trabalho com manuscritos orientais da Biblioteca Real de Paris. Ele se tornou catedrático na *School of Living Oriental Languages*.

parte do texto, Passalacqua observava que após o fim das guerras napoleônicas:

Desde que a paz foi restaurada na Europa, o comércio, indo fazer as suas trocas no Egito, viu-se, sem o saber, como intermediário da ciência e da história. A influência dos viajantes europeus naturalizou, naquele país, a faculdade de ali fazer escavações, posto que esta terra clássica produziu uma grande quantidade e variedade de monumentos, que surpreende até mesmo aqueles que a conhecem melhor. Os detentores dessas riquezas históricas apressaram-se em transportá-las para a Europa, e os Governos em acolher e satisfazer, por sua munificência, os desejos dos cientistas e dos artistas.<sup>141</sup>

Nos argumentos de Passalacqua, após os períodos de guerras, o comércio surgiu como uma nova forma de conseguir antiguidades egípcias. Se no primeiro momento de expansão do império francês pelas forças de Napoleão, as riquezas culturais eram conseguidas por meio de espólios, em um segundo momento os países europeus precisam de um novo método para conseguir se apoderar de objetos da cultura egípcia que não fosse em situações de conflitos. Passalacqua naturalizava o imperialismo cultural com essas palavras: obter antiguidades egípcias através de práticas comerciais, era uma forma de dar legitimidade ao momento de aquisição. Os demais países europeus, percebendo isso, como o próprio Passalacqua afirmou, “se apressaram em transportá-las para a Europa”, para recheiar seus museus e suas coleções privadas. Esses arranjos não eram vistos como decorrência de um grande roubo, mas sim, como um resultado legítimo decorrente da conquista.

Novamente, Passalacqua reforça em sua nota a importância do soberano Charles X para a concretização da existência da sala egípcia no Museu do Louvre. Relembrou mágoas passadas, quando Bernadino Drovetti ofereceu a esse museu a coleção que ele reunira no Egito, que foi rejeitada pelo governo francês. Em suas palavras, “é justo dizer que S. M. o rei da França, não estava desatento aos desejos dos cientistas franceses que fizeram tudo pela Arqueologia egípcia e aos arrependimentos gerais sobre o transporte para Turim de uma coleção que tudo parecia se contentar na França”.<sup>142</sup> Para superar os traumas passados de ter perdido uma rica coleção para o Museu Egípcio de Turim, esse nobre colecionador apostou em um sentimento de revanche: “[...]a chegada à Livorno de uma coleção nova e muito rica ofereceu a

---

<sup>141</sup> Texto original: “Depuis que la paix est rétablie en Europe, le commerce, en allant faire ses échanges en Egypte, s'est trouvé, sans le savoir, le courtier des sciences et de l'histoire. L'influence des voyageurs européens a comme naturalisé, dans cette contrée, la faculté d'y faire des fouilles, et bientôt cette terre classique a produit une quantité de monuments, et une variété qui étonne encore ceux qui la connaissent le mieux. Les possesseurs de ces richesses historiques se sont empressés de les transporter en Europe, et les Gouvernemens ont accueilli et comblé, par leur munificence, les vœux des savans et des artistes”. In: PASSALACQUA, Giuseppe. *Catalogue Raisonné et Historique des Antiquités Découvertes en Égypte*. Paris: Galerie d'antiquités égyptiennes, 1826. p.10.

<sup>142</sup> Texto original: “mais il est juste aussi de dire que S. M. le roi de France n'a pas été inattentif aux vœux des savans français qui ont tout fait pour l'archéologie égyptienne, et aux regrets généraux sur le transport à Turin d'une collection que tout semblait devoir fixer en France”. In: *Ibidem*, p. 10.

oportunidade de **uma nobre vingança**”<sup>143</sup> quando, pelo decreto real de 19 de fevereiro de 1826, o Estado francês adquiriu a coleção egípcia que foi reunida por Henry Salt.

As melhorias realizadas no Louvre por Charles X não seriam eternizadas apenas nos livros, mas também, no mundo das artes. No momento em que os cômodos, que outrora eram os apartamentos reais, estavam sendo reformados, houve a necessidade de redecorar os espaços conforme as novas necessidades de uso. Nas salas destinadas às antiguidades gregas foram criadas narrativas visuais, através de *plafonds* (forros de teto), que faziam referência a momentos mitológicos da cosmogonia grega. Na ala dedicada à coleção egípcia, ocorreu algo semelhante, como será discutido adiante. E, para consagrar as ações do soberano francês como patrono do conhecimento da Antiguidade, na primeira sala do museu foi pintada a cena “*Le Roi donnant aux Arts le Musée Charles X*” (Imagem 2), pelo pintor Antoine Jean Gros (1771-1835). De acordo com o catálogo explicativo sobre as obras de arte que decoravam o Louvre, essa pintura representava a seguinte cena:

Sua Majestade está sentada sobre seu trono entre a Abundância e a Paz; Atrás dela, encontra-se a Justiça, que mostra a lista de graças que ela acaba de obter, e assim explica as solicitações do rei para a felicidade de seu povo. Sua Majestade, depois de ter feito justiça, está empenhada na promoção das artes e indica o novo Museu que a sua munificência dedica às artes e ciências.<sup>144</sup>

Na imagem, o monarca Charles X era consagrado como o principal patrono das artes daquele momento. As figuras representando a Pintura, a Escultura e a Arquitetura, orientadas pelo rei entronado, avançam triunfantes em direção ao Museu Charles X. Representado como um templo do conhecimento, o museu abrigava, em seu interior, estudiosos que realizavam suas investigações. No canto inferior da pintura, observa-se as musas em seus deleites, e ao lado delas, uma esfinge protegendo o lugar sagrado das artes e das ciências. A esfinge desenhada pelo pintor, além de sua função mitológica na narrativa, simboliza também uma das principais peças da coleção egípcia recém adquirida: a Grande Esfinge de Tânis.

<sup>143</sup> Texto original: “[...] l’arrivée à Livourne d’une nouvelle et très-riche collection eut offert l’occasion **d’une noble revanche**”. [grifo do autor]. PASSALACQUA, Giuseppe. *Catalogue Raisonné et Historique des Antiquités Découvertes en Égypte*. Paris: Galerie d’antiquités égyptiennes, 1826. p.10.

<sup>144</sup> Texto original: “Sa Majesté est assise sur son trône entre l’Abondance et la Paix; derrière elle se trouve la Justice qui montre la liste des graces qu’elle vient d’obtenir, et signale ainsi les sollicitudes du Roi pour le bonheur de son peuple. Sa Majesté, après avoir rendu la justice, s’occupe de l’encouragement des arts et indique le nouveau Musée que sa munificence consacre aux arts e aux sciences”. SOCIÉTÉ DES ARTISTES FRANÇAIS. *Explication des ouvrages de Peinture, Sculpture, Gravure, Lithographie et Architecture des Artistes vivans, exposés au Musée Royal des Arts*. Paris: Ballard, 1827. p. 5.



Imagem 2: Pintura do teto (plafond) da primeira sala do Museu Charles X, “Le Roi donnant aux Arts le Musée Charles X” feita por Antoine Jean Gros. Fonte: Images d’Art.

Retornando ao livro de Giuseppe Passalacqua, ao ressaltar a importância das antiguidades egípcias adquiridas por Charles X, o colecionador listou as principais coleções desse gênero existentes na Europa. A primeira a ser destacada foi a coleção do Museu Egípcio de Turim, que, de acordo com o autor, era “notável pelo grande número de monumentos de escultura e papiros históricos”.<sup>145</sup> Em segundo lugar, a coleção egípcia do Museu Charles X, ressaltada pelo “distinguido pelo número e escolha de objetos de todos os tipos, a riqueza dos materiais, e por algumas peças de escultura de interesse inigualável”.<sup>146</sup>

Propaganda feita, o nobre colecionador listou as demais coleções egípcias: a de Viena, de Florença, Roma e, por último, a de Londres. Neste ponto, percebe-se uma leve pontada de ironia do autor, principalmente ao dizer que a coleção do Museu Britânico foi o resultado da captura feita pelo exército inglês, quando este venceu o francês. Por fim, destacou uma das principais peças para o estudo do passado egípcio, sem a qual o entendimento da escrita egípcia não seria possível: a Pedra de Roseta. Talvez seja este um objeto que até hoje fere o orgulho

<sup>145</sup> Texto original: “remarquable par le grand nombre de monumens de sculpture et les papyrus historiques” In: PASSALACQUA, Giuseppe. *Catalogue Raisonné et Historique des Antiquités Découvertes em Égypte*. Paris: Galerie d'antiquités égyptiennes, 1826. p. 11.

<sup>146</sup> Texto original: “distingué par le nombre et le choix des objets de tout genre, la richesse des matières, et par quelques morceaux de sculpture d'un intérêt sans égal” In: *Ibidem*, p.11.

francês, por terem “perdido” esse item tão precioso.

Por fim, Passalacqua finalizou seu texto indicando as mais importantes coleções privadas de antiguidades egípcias daquele momento. A primeira, em grande destaque, é a sua que, segundo a sua visão, era uma coleção digna de ser adquirida por um governo. Nisso, enxergamos que a intencionalidade desse colecionador não era apenas expor seus bens, mas indicar a importância que eles possuíam e, com isso, atrair algum comprador. Tudo apontava que Charles X fosse um potencial cliente, uma vez que ele possuía um grande interesse por antiguidades egípcias, além dos extensos elogios feitos ao soberano pelo autor desse catálogo. Para Passalacqua, sua própria coleção era:

[...] produto de suas próprias descobertas, muito rica em objetos relativos aos usos religiosos, civis e funerários dos egípcios, em móveis e utensílios de todos os tipos, e pelo conjunto de objetos descobertos em uma câmara sepulcral intacta. Esta reunião de antiguidades, a mais completa dos relatórios indicados, **forma uma coleção digna de um Governo.** Ela está agora em exibição pública em Paris, e continua a **atrair o interesse dos cientistas e dos amadores.**<sup>147</sup>

Portanto, vemos que subjaz ao relato a intencionalidade de criar uma imagem perfeita da coleção Passalacqua, estabelecendo-se que ela era muito rica e que garantiria, a quem a adquirisse, a posse de uma das mais completas coleções da cultura material do antigo Egito. Indiretas feitas e propostas também, no ano de 1826, o seu proprietário ofereceu, ao governo francês essa majestosa coleção. No entanto, o valor pedido por ele não agradou ao monarca. Querendo quatrocentos mil francos, Passalacqua teve sua proposta negada,<sup>148</sup> possivelmente, porque o museu já havia adquirido a coleção de Henry Salt, e realizar outro gasto tão grande poderia ser visto com maus olhos. Então, frustrado por não ter conseguido vender suas preciosidades, ele foi informado que outro governante almejava possuir sua coleção.

A indicação da aquisição da coleção veio do explorador, geógrafo e naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859),<sup>149</sup> “que por motivos de estudo ia todo inverno a Paris,

<sup>147</sup> Texto original: produit de ses propres découvertes, très-riche em objets relatifs aux usages religieux, civils et funéraires des Égyptiens, en meubles et ustensiles de tout genre, et par l'ensemble d'objets découverts dans une chambre sépulcrale intacte. Cette réunion d'antiquités, la plus complete sous les rapports indiqués, **forme une collection digne d'un Gouvernement.** Elle est maintenant exposée em public à Paris, et ne cesse **d'attirer l'intérêt des savans et des amateurs.** (grifo do autor). In: PASSALACQUA, Giuseppe. *Catalogue Raisonné et Historique des Antiquités Découvertes em Égypte.* Paris: Galerie d'antiquités égyptiennes, 1826. p. 12

<sup>148</sup> TEDESCO, Pamela. *Giuseppe Passalacqua, Trieste 1797-Berlino 1865: una nota.* Messina: Sicania, 2010. p. 249. [online].

<sup>149</sup> Segundo Jason Thompson a aquisição dessa coleção foi o marco inicial para o desenvolvimento dos estudos da Egiptologia na Prússia. E as figuras dos irmãos Alexander e Whilhelm von Humboldt foram essenciais para a compra das antiguidades. Pois, de acordo com esse autor, “If there was any one individual catalyst for the genesis of German Egyptology, it was [...] Alexander von Humboldt (1769-1859), a man not only highly respected for his achievements but also exceedingly well connected with government ministers, scholarly circles, and his large

sugeriu ao rei da Prússia Friedrich Wilhelm IV a aquisição da coleção Passalacqua”.<sup>150</sup> Agora, tendo em vista a necessidade de vender sua coleção, o nobre colecionador não foi tão ambicioso quanto fora em Paris. O valor pelo qual foi vendida a sua coleção egípcia foi de cem mil francos, bem abaixo do que fora pedido ao monarca francês. A compra foi concluída em 1827, e as antiguidades, encaminhadas para compor o núcleo inicial do futuro Museu Egípcio de Berlim, nesse momento inserida dentro do Museu Real, alojado nas galerias do Palácio de Mon Bijou. Para além disso, Giuseppe Passalacqua foi contratado para ser o diretor da seção de antiguidades egípcias. Se, por um lado, ele não obteve o triunfo que almejava quando estava na França, sua ida a Berlim garantiu o prestígio que buscava para sua coleção.

O interesse de analisarmos os processos de aquisições de antiguidades egípcias pelos museus europeus aqui exemplificados está no fato de que a maioria deles consistia na aquisição de uma coleção já formada, reunida por um indivíduo privado, e que posteriormente foi adquirida pelo Estado e exposta no âmbito público. As coleções de Henry Salt, Bernadino Drovetti e Giuseppe Passalacqua são reflexos de seus pensamentos e entendimentos do que seria importante coletar, durante o período em que estavam no Egito. Naquele momento, a monumentalidade dos objetos, o refinamento artístico, a raridade, bem como o pertencimento anterior a alguém de grande prestígio eram os valores buscados por esses homens que almejavam criar coleções de grande qualidade.

Por isso, esse estudo almeja entender os discursos que estiveram presentes na aquisição das antiguidades egípcias tanto no Rio de Janeiro, quanto em Minas Gerais. De modo a pensarmos as escolhas que cada colecionador fez no momento da formação delas. Quais foram os critérios de seleção do Nicolau Fiengo em selecionar determinados tipos de peças para compor um conjunto maior? Por que existem múmias que não condizem com o sarcófago em que foram colocadas? Por que a Viscondessa de Cavalcanti e seu marido preferiram colecionar amuletos? Como eles entendiam a sua coleção? São essas e outras que perguntas que estarão presentes nesse trabalho e serão respondidas através dos indícios documentais.

---

popular following. Humboldt dreamed of unifying all the sciences, and the study of ancient Egypt found a ready place within that vision. One of his many remarkable qualities was a keen eye for scholarly talent and academic potential. Humboldt's support for the acquisition of Giuseppe Passalacqua's collection, and of Passalacqua to curate it, prepared the way for the Berlin Museum to become one of the greatest Egyptological museums in the world". In: THOMPSON, Jason. *Wonderful Things: a history of egyptology; The Golden Age:1881-1914*. Cairo: The American University in Cairo Press, 2015. p.151.

<sup>150</sup> Texto original: che per motivi di studio si recava ogni inverno a Parigi, a suggerire al re di Prussia Friedrich Wilhelm IV l'acquisto della collezione di Passalacqua". In: TEDESCO, Pamela. *Giuseppe Passalacqua, Trieste 1797-Berlino 1865: una nota*. Messina: Sicania, 2010. p. 250.

### 1.3. O símbolo de uma nação

O século XIX foi marcante nos estudos sobre a Antiguidade, principalmente no que se refere ao antigo Egito. Talvez o fato mais significativo desse período tenha sido a descoberta da leitura dos hieróglifos por Jean François Champollion, em 1822. Este feito só foi possível por causa da viagem que ele fez para Turim, onde teve contato com diversos itens da cultura material egípcia de diferentes períodos históricos, que compunham a coleção do Museu Egípcio de Turim. A partir das análises desses objetos, Champollion “não apenas podia fazer comparações entre objetos semelhantes de várias dinastias diferentes, como também lhe foi possível iniciar o processo de análise de cada inscrição desses artefatos”.<sup>151</sup> Neste contexto, inferimos outra missão dos museus oitocentistas: serem lugares que estimulam a produção do conhecimento científico. A musealização das coleções egípcias no continente europeu foi importante para ampliar os estudos sobre o passado do Egito.

Champollion não foi responsável apenas por ter revelado ao mundo ocidental a forma de ler a escrita sagrada do antigo Egito.<sup>152</sup> Ele criou, também, o caminho para a realização de análises da arte egípcia, a partir do respeito às suas particularidades e freando os discursos inferiorizantes desta produção existentes naquele momento.<sup>153</sup> Antes de entrarmos nesse aspecto é necessário, contudo, voltar um pouco antes, no período que se seguiu à queda do imperador Napoleão Bonaparte.

No Congresso de Viena, em 1815, foi decidido quais seriam as punições para a França e como seria feita a redistribuição das fronteiras dos países que haviam sido conquistados pelo exército francês. Outro assunto colocado em discussão foi a repatriação dos bens culturais que tinham sido espoliados por Bonaparte e exibidos nos museus franceses. De acordo com Elizabeth Buhe, a França teve o seu orgulho destruído quando soube que o Museu do Louvre e demais entidades museológicas francesas deveriam devolver as antiguidades gregas e romanas

---

<sup>151</sup> Texto original: “not only could he now perform comparisons of like objects from vastly different dynasties, but he could also begin the process of analyzing each object’s inscriptions. BUHE, Elizabeth. *Sculpted Glyphs: Egypt and the Musée Charles X*”. In: *Nineteenth Century Art Worldwide, a journal of nineteenth-century visual culture*. Vol. 13, nº 1, 2014. p. 5.

<sup>152</sup> CHAMPOLLION, Jean François. *Lettre à M. Dacier relative a l’Alphabet des Hiéroglyphes Phonétiques*. Paris: Firmin Didot Père et Fils, 1822.

<sup>153</sup> No começo do século XIX Raoul Rochette e Johan Winckelmann foram os principais críticos da arte egípcia. Para saber mais, ver: ROCHETTE, Raoul. *Considérations sur le caractère des arts de l’antique Égypte, lues par M. Raoul-Rochette, dans sa séance générale des quatre académies, le 24 avril*. Paris: Imprimerie de C.-J. Trouvé, 1823. WINCKELMANN, Johann Joachim. *History of Ancient Art*. Boston: James R. Osgood, 1873, vol. 1. Sobre os questionamentos das inferiorizações da arte egípcia e análises feitas por Champollion, ver: CHAMPOLLION, Jean François. *Lettres a M. Le Duc de Blacas D’Aulps, relatives au Musée Royal Égyptien de Turin*. Paris: Firmin Didot Père et Fils, 1824.

que foram confiscadas.<sup>154</sup>

A principal coleção de antiguidades gregas e romanas apoderada por Bonaparte pertencia ao papa Pio VII (1742-1823). Após a derrota desse governante francês, o religioso solicitou imediatamente a devolução dos exemplares considerados “como o auge da produção artística e das noções estéticas mais avançadas da época”.<sup>155</sup> A França, que se enxergava como a detentora do conhecimento ocidental, não soube lidar com essa perda cultural. Para os franceses, aquelas obras os conectavam com o passado glorioso da Antiguidade, tempo dos grandes pensadores, escultores e filósofos. Era uma ideia bem enraizada, que havia sido construída desde a época da Revolução Francesa e reforçada durante o período napoleônico. O ato de colecionar era um jeito de formalizar “a república francesa como sendo a autêntica herdeira da civilização clássica”.<sup>156</sup>

O povo francês não estava preparado para ver as galerias do Louvre serem esvaziadas, toda a euforia de serem os herdeiros do mundo civilizado não poderia acabar. Entretanto, naquele momento, a voz dominante era dos vencedores, e a França não se encontrava entre eles. A ferida de terem que aceitar a repatriação das coleções clássicas demorou para cicatrizar. Nesse momento, a imagem do museu era vista como o representante do poderio intelectual das nações e possuir grandes coleções de variadas culturas era a ambição da maioria dos impérios europeus.

Depois da devolução das obras que pertenciam ao papa Pio VII, a reação dos franceses com o esvaziamento do Museu do Louvre não foi das melhores. Segundo o cônsul britânico Henry Salt, “nada produziu uma sensação tão forte entre os franceses como a remoção das imagens e estátuas do Louvre”. Para além desse fato, agravava-se o sentimento de revolta, uma vez que “esta medida muito sensível e política tornou a parte maligna da população perfeitamente furiosa, [...] e servirá como um testemunho eterno de que eles foram conquistados”.<sup>157</sup> Ou seja, aquela sensação de serem conquistadores, com o ego inflado com as

---

<sup>154</sup> BUHE, Elizabeth. Sculpted Glyphs: Egypt and the Musée Charles X. In: *Nineteenth Century Art Worldwide, a journal of nineteenth-century visual culture*. Vol. 13, nº 1, 2014.

<sup>155</sup> Texto original: “[...] hich also signified the height of artistic production and the most advanced aesthetic notions of the time”. BUHE, Elizabeth. Sculpted Glyphs: Egypt and the Musée Charles X. In: *Ibidem*, p. 2.

<sup>156</sup> SANTOS, Myriam S. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Soc. estado*. Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000. p. 7.

<sup>157</sup> Texto original: “Nothing has produced so strong a sensation among the French as the taking away of the pictures and statues from the Louvre. This very sensible and politic measure has rendered the malignant part of the populace perfectly furious, [...], and will serve as an everlasting testimony of their having been conquered”. HALLS, J. J. *The Life and Correspondence of Henry Salt*. London: Richard Bentley, 1834. apud BUHE, Elizabeth. Sculpted Glyphs: Egypt and the Musée Charles X. In: *Nineteenth Century Art Worldwide, a journal of nineteenth-century visual culture*. Vol. 13, nº 1, 2014. p.1.

vitórias de Napoleão Bonaparte, fazia acreditar que o império duraria por um bom tempo. Entretanto, com a queda desse governante, era a França a ser “espoliada” e ter “seus” tesouros retirados.

Na ausência dos estimados exemplares da produção da arte ocidental, e “no desaparecimento do ilustre passado clássico que havia sido apropriado para a nação francesa”,<sup>158</sup> cabia descobrir um jeito de trazer a glória de volta para o povo francês. O Museu do Louvre possuía uma pequena coleção própria de antiguidades egípcias que havia sido recebida por meio de doações, ao longo do século XVIII, e algumas peças arranjadas por Vivant Denon. Com as campanhas de Napoleão pelo Egito e sua abertura ao mundo ocidental, e com a divulgação das maravilhas que existiam nesse lugar através da *Descrição do Egito*, a França percebeu as vantagens que possuía no que se referia aos estudos da Terra dos Faraós.

Foi apenas com a descoberta do método de leitura dos hieróglifos que houve a consagração da França como a nação que possibilitou ressuscitar o passado do antigo Egito. Conseqüentemente, com o sucesso dessa descoberta, Champollion foi nomeado conservador do Museu Charles X, sendo ele o responsável por indicar quais coleções possuíam prestígio suficiente para serem adquiridas pelo Estado francês. O jovem linguista também foi responsável por criar o método classificatório das antiguidades egípcias, empregado nessa instituição.

Jean François Champollion propôs que a classificação das antiguidades egípcias deveria ser sistematizada de uma forma que poderia facilitar os seus estudos. Ele dividiu a produção da cultura material da antiguidade egípcia em três modelos classificatórios: monumentos religiosos, monumentos históricos e monumentos funerários. Antes da criação desse método, as peças eram datadas e classificadas segundo os períodos bíblicos, pois até esse momento, por causa das histórias bíblicas, como a de Moisés, e José do Egito, pensava-se que o melhor método de datação era fazer a ligação com a época bíblica respectiva. A proposta de ordenamento por esse estudioso era tão eficaz para a organização da cultura material do antigo Egito, que se tornou hegemônico na Europa e foi utilizado em vários outros espaços museológicos.<sup>159</sup>

Quando as antiguidades egípcias entraram no Museu do Louvre, houve um debate

---

<sup>158</sup> Texto original: “[...] in the disappearance of the illustrious classical past that had been appropriated for the French nation”. BUHE, Elizabeth. *Sculpted Glyphs: Egypt and the Musée Charles X*. In: *Nineteenth Century Art Worldwide, a journal of nineteenth-century visual culture*. Vol. 13, nº 1, 2014. p. 2.

<sup>159</sup> Para saber mais, ver: TANRÉ-SZEWCZYK, Juliette. *Des antiquités égyptiennes au musée. Modèles, appropriations et constitution du champ de l'égyptologie dans la première moitié du XIXe siècle, à travers l'exemple croisé du Louvre et du British Museum*. In: *Les Cahiers de l'École du Louvre* [online], nº 11, 2017.

fervoroso sobre qual era o seu significado ao estarem em instituições como esta: esses objetos seriam vestígios históricos ou objetos artísticos? Estava em discussão, à época, qual aspecto das produções culturais dos povos de tempos remotos deveria preponderar em sua interpretação e conservação: seu valor como documento e legado histórico ou sua qualidade estética e artística.<sup>160</sup> Era, sobretudo, por meio da análise centrada nas classificações da História da Arte que se inferiam percepções sobre os graus de civilização dos povos na Antiguidade.

Os teóricos da arte da época, como Johann Joachim Winckelmann (1717-1768) e Raoul Rochette (1790-1854), viam no período helenístico a época da consagração do belo no mundo das artes e do maior avanço no grau de civilização da antiguidade grega. Para esses intelectuais, existiam o “*beau ideal*”, ou seja, o padrão de beleza ideal que se refletia na produção artística. Esse modelo interpretativo era utilizado para análises de obras de arte, usualmente comparadas às do mundo grego e romano. Com esse intuito, destacavam-se os povos que melhor alcançavam o realismo em suas manifestações artísticas.<sup>161</sup>

Para esses historiadores, quanto ao “*beau ideal*”, a arte egípcia era de pouco refinamento estético, uma vez que existiam poucas obras que apresentavam realismo comparável à produção greco-romana. A arte dessa civilização possuía um padrão estético que, naquele momento, não se compreendia. Nos princípios sagrados da estatuária egípcia, ela deveria sobreviver ao tempo por questões de crença religiosa e seus artificios propagavam um estilo de arte que fosse duradouro. Por isso, a rigidez nas poses, bem como a falta de movimento nesse tipo de produção, seria a forma de garantir que a peça não se danificasse com o passar dos anos. Os objetos eram, portanto, um repositório de reserva para a alma do morto, caso sua múmia fosse destruída. A predominância desse estilo artístico durou cerca de dois mil anos. É apenas no período armaniano<sup>162</sup> que vemos maior realismo e suavidade nas esculturas e pinturas egípcias.

No início do século XIX, existiam poucos exemplares de arte mais realista dos antigos egípcios nos museus e nas coleções privadas europeias, ficando em evidência a arte mais robusta e rígida. Historiadores da arte como Winckelmann e Rochette, que possuíam grande projeção na formação desta disciplina, produziram suas reflexões sobre a arte antiga a partir de objetos

---

<sup>160</sup> BUHE, Elizabeth. Sculpted Glyphs: Egypt and the Musée Charles X. In: *Nineteenth Century Art Worldwide, a journal of nineteenth-century visual culture*. Vol. 13, nº 1, 2014. p. 2.

<sup>161</sup> *Ibidem*. p. 2-3.

<sup>162</sup> O período armaniano (1352 até 1319 a.C.) ocorreu durante o Novo Império. É conhecido devido às grandes reformas feitas pelo faraó Akhenaton tanto no âmbito político como religioso. Sendo responsável por eliminar os cultos aos vários deuses do panteão egípcio para apenas o deus Aton. Akhenaton criou uma nova capital para o Egito, chamada de Akhetaton, inovando na arquitetura e na arte, tornando mais realista. É denominada como o “renascimento” egípcio.

esparços, desenraizados de seus contextos originais, que foram selecionados e reunidos por comerciantes, colecionadores e conservadores de museus que integravam as redes de circulação de antiguidades. Conseqüentemente, seus discursos sobre a arte egípcia, que foram disseminados com maior facilidade, reforçaram o estereótipo de que os antigos egípcios não possuíam grande habilidade artística. De toda forma, a presença desses objetos no Museu do Louvre era almejada, pois era necessário preencher o vazio deixado no período das devoluções, após a era napoleônica.

O manejo da coleção egípcia do Museu Charles X era feito por Champollion, que enxergava o potencial do acervo adquirido. Era necessário dar o tratamento correto à coleção. Isso incluía a adoção do melhor método de classificação e de distribuição dos objetos pelas salas da instituição. Para Juliette Tanré-Szewczyk, esse linguista foi responsável por criar os primeiros princípios museológicos do Museu Charles X, pois, querendo valorizar o acervo, ele pensou no tratamento que deveria ser dado àquelas peças. Ele foi incumbido de criar um roteiro que facilitasse a admiração e fruição da cultura material do antigo Egito. Segundo Tanré-Szewczyk,

quatro salas foram então concedidas ao Museu Egípcio [o mesmo que Museu Charles X], no primeiro andar da Ala Sul do Pátio Quadrado. A primeira sala que os visitantes cruzavam quando chegavam da escada da colunata era uma sala dedicada ao mundo funerário, assim como a terceira sala. A segunda sala era conhecida como a Sala Civil, e a quarta, Sala dos Deuses.<sup>163</sup>

Com essas categorizações, o Museu Charles X dava às suas coleções de antiguidades egípcias um tratamento que facilitaria o seu estudo. Por isso, é interessante repensar a figura de Champollion que possuía grande fama por causa da descoberta do método de leitura dos hieróglifos. Mas, para além disso, esse sujeito tinha uma visão importante no que se referia a estratégia de estudo da cultura material do antigo Egito. Para ele, era necessário fazer uma organização que permitisse compreender os objetos e a sua funcionalidade. O que também era relevante para a compreensão do significado que existiam nos hieróglifos que estavam gravados neles, pois a interpretação dos textos sagrados variava, dependendo da peça.

Contrariando os pressupostos de que a arte egípcia era atrasada e não deveria entrar para

<sup>163</sup> Texto original: “Quatre salles furent alors attribuées au Musée égyptien, au premier étage de l’aile sud de la Cour carrée. La première salle que les visiteurs traversaient en arrivant de l’escalier de la colonnade était une salle consacrée au monde funéraire, de même que la troisième salle. La deuxième salle était quant à elle dénommée salle civile et la quatrième, salle des dieux”. TANRÉ-SZEWCZYK, Juliette. Des antiquités égyptiennes au musée. Modèles, appropriations et constitution du champ de l’égyptologie dans la première moitié du XIXe siècle, à travers l’exemple croisé du Louvre et du British Museum. In: *Les Cahiers de l’École du Louvre* [online], n° 11, 2017. p. 5.

o *hall* das Belas Artes, Champollion, quando viajou para Turim a fim de estudar a coleção egípcia do museu dessa cidade, percebeu a potencialidade desta produção. Quando ele se deparou com uma extensa variedade de obras de diferentes períodos, pôde notar as mudanças e permanências do padrão estético da arte egípcia. Para Champollion, era “apenas no Museu Real de Turim, no meio de uma massa de detritos e variedades de uma civilização antiga, que a história da arte egípcia parecia-me permanecer completamente a ser feita”.<sup>164</sup> Por isso, até a sua morte, em 1827, dedicou-se a exaltar esse tipo de produção, de modo que fossem respeitadas as particularidades da expressão artística egípcia. De acordo com Elizabeth Buhe,

Champollion procurou desautorizar a supremacia e, de fato, a relevância das normas greco-romanas para a arte egípcia. Para este fim, ele demonstrou as funções radicalmente diferentes da arte no Egito e enfatizou que diferentes meios de avaliação deviam ser desenvolvidos. Isto não é para afirmar que Champollion tinha todas as respostas, mas sim sugerir que ele reconheceu essa necessidade e visou fornecer um modelo no Museu Charles X através do qual a antiga civilização egípcia poderia ser compreendida de uma forma nova.<sup>165</sup>

A valorização da arte egípcia por Champollion poderia servir como um segundo plano para dar brilhantismo ao acervo do Museu Charles X, uma vez que as antiguidades gregas foram substituídas em número pelas egípcias. Com esses esforços realizados por esse linguista, a França começou a ser a principal promotora da ciência que futuramente se chamaria Egiptologia. O pioneirismo de Champollion na interpretação da língua hieroglífica, bem como em perceber a potencialidade da arte egípcia e a sua preocupação em classificar e organizar as coleções desse museu o consagraram como o pai dessa nova ciência. A partir dos fins da década de vinte do século XIX, iniciou-se a veiculação da ideia de que a França seria a herdeira legítima da Egiptologia.

Napoleão Bonaparte abriu as portas – de forma forçada – do Egito, e com sua equipe de *savants* pôde aumentar a percepção do mundo sobre essa terra que ainda emanava ares de mistério. Para além disso, foram os franceses que acharam a Pedra de Roseta, que permitiu futuramente que um francês, Jean François Champollion, descobrisse a forma correta de

---

<sup>164</sup> Texto original: “Mais c’est seulement dans le Musée Royal de Turin, au milieu de cette masse de débris si variés d’une vieille civilisation, que l’histoire de *l’Art égyptien* m’a semblé rester encore entièrement à faire”. CHAMPOLLION, Jean François. *Lettres à M. le duc de Blacas D’Aulps*, Paris: Firmin Didot pères et fils, 1824. p. 5. apud BUHE, Elizabeth. *Sculpted Glyphs: Egypt and the Musée Charles X*. In: *Nineteenth Century Art Worldwide, a journal of nineteenth-century visual culture*. Vol. 13, nº 1, 2014. p. 4.

<sup>165</sup> Texto original: “Champollion sought to disavow the supremacy and indeed the relevancy of Greco-Roman norms to Egyptian art. To this end, he demonstrated the radically dissimilar functions of art in Egypt and emphasized that different means of evaluating it must be developed. This is not to assert that Champollion had all the answers, but rather to suggest that he recognized this necessity and aimed to provide a model in the Musée Charles X through which ancient Egyptian civilization could be newly understood”. BUHE, Elizabeth. *Sculpted Glyphs: Egypt and the Musée Charles X*. In: *Nineteenth Century Art Worldwide, a journal of nineteenth-century visual culture*. Vol. 13, nº 1, 2014. p 5.

interpretar a língua hieroglífica e, com isso, fundasse uma ciência dedicada ao estudo do Egito antigo. Também foi na França que foram realizados os primeiros estudos sobre essa civilização que cada vez mais conquistava a atenção de várias pessoas. Uma vez que havia um corpo que sustentava a ideia de que fora a nação francesa que permitiu que o mundo conhecesse a Terra dos Faraós, era necessário mostrar para todos que eles eram os responsáveis por isso.



*Imagem 3: Obra do artista François Édouard Picot (1786-1868) - O Estudo e o Gênio revelam o antigo Egito à Grécia. Fonte: Wikimedia.*

Após terem o orgulho ferido pela perda das coleções de antiguidades clássicas, era necessário criar instrumentos que pudessem reparar isso. Tendo em mente a necessidade de consagrar o pioneirismo francês nas análises sobre a antiguidade egípcia, Champollion, no momento de organização das coleções egípcias no Museu Charles X, pensou na necessidade de criar narrativas visuais que indicassem a França como herdeira dos estudos sobre o Egito antigo. Por isso, esse linguista orientou que o pintor François Édouard Picot fizesse a decoração do teto do Museu. Dentre todas as representações que esse artista reproduziu nas salas, uma nos chama

a atenção, *O Estudo e o Gênio revelam o antigo Egito à Grécia* (imagem 3).

A simbologia dessa pintura reflete o pensamento que havia em torno da substituição do culto às antiguidades clássicas na França. Em um cenário cheio de jogos de luzes, triunfando sobre as nuvens, a deusa grega das artes e sabedoria, Atenas – que faz correspondência com a deusa romana Minerva – vem acompanhada do Estudo que, juntamente com o Gênio, revelam para essa deusa o antigo Egito. Este, representado por uma mulher, possivelmente influenciado pela história de Cleópatra, última faraó do Egito, encontra-se em uma pose de descanso, mas pronta para revelar suas riquezas. Ao fundo, um cenário quase mágico das pirâmides de Gizé, juntamente com a representação do obelisco que foi doado pelo governo egípcio para o rei francês Charles X.

A mensagem era clara, o Egito antigo acabava de sair do seu repouso milenar e, agora, seria estudado pelos mais diversos pesquisadores, que trariam à tona os segredos dessa civilização. A representação dessa pintura era uma maneira de dizer ao público que visitava o museu que era o momento de superar as mágoas passadas. Assim como a Grécia antiga, o Egito possuía esplendor e brilhantismo que deveriam ser investigados, principalmente pelos franceses, que haviam sido os responsáveis pelo despertar do passado egípcio.

Aqueles que entrassem na sala das antiguidades egípcias do Museu Charles X e se deparassem com essa cena entenderiam que a instituição estava se recuperando e que isso traria novamente a glória que antes fora “furtada”. Para além disso, a mensagem que Jean François Champollion teve em mente com essa representação era de que a arte do antigo Egito também era digna de estar à altura das artes romana e grega. Era uma forma de garantir a legitimação necessária de que aquelas peças também possuíam valor estético, bem como histórico, de modo que haveria mais uma grande civilização que o Museu do Louvre abrigava em suas galerias.

No catálogo “Notícias descritivas dos monumentos egípcios do Museu Charles X”, escrito por Champollion, que se refere a si próprio como “conservador das antiguidades do Museu Real do Louvre”, o autor pretendeu apresentar a coleção egípcia da forma que ele a classificou e organizou. Antes de fazer a abordagem sobre os objetos que compunham essa coleção, Champollion escreveu uma pequena introdução que demonstra a sua preocupação em garantir a melhor forma de catalogação daquelas obras para o público visitante. Para esse estudioso era preciso repensar o modo classificatório dessas peças, elas não deveriam ser distribuídas apenas pelo viés estético, mas pelo seu significado. Para o conservador,

as coleções de monumentos egípcios reunidas pelo entusiasmo e zelo dos amadores, são, em geral, formadas com o único objetivo de esclarecer a história da arte, e de apreciar, comparativamente, os processos de escultura e da pintura em diferentes épocas e com diferentes nações. [...]É, portanto, natural que o arranjo dessas coleções, seja seguido primeiro pela ordem dos materiais de que esses monumentos são formados, e por reunir, por exemplo, todos os bronzes de uma mesma época, abstraindo de seu assunto, consultam-se os olhos e todas as conveniências de proporção.<sup>166</sup>

Como exposto por Champollion, percebemos que havia uma prática enraizada para a organização das antiguidades egípcias. Normalmente, a ordem de classificação dos objetos era feita de acordo com o seu material e temática. Provavelmente, adotava o novo método de datação das três idades - pedra, bronze, ferro - criado em 1819 por Christian Thomsen e que se tornou referência internacional para a delimitação temporal das peças encontradas em escavações.<sup>167</sup> Seguindo essa dinâmica de explicação dos usos e períodos em que foram feitos, esses artigos não eram interpretados em suas particularidades, mas, sim, como testemunhos da evolução estética daquela civilização. Problema compreensível, uma vez que poucos se arriscavam em entender os escritos que estavam gravados nesses acervos. Tamanho era o avanço interpretativo que esse sujeito almejava para as coleções egípcias, que era necessário repensar a forma de classificação delas.

Para Champollion, os vestígios da civilização egípcia, como os grandes monumentos, objetos funerários e do cotidiano, serviam “como fontes e evidências para toda a história da nação egípcia” e deveriam possuir um tratamento diferenciado dentro do museu. Esses objetos eram representantes da arte egípcia, mas, também, vestígios importantes para a compreensão da história do antigo Egito e, por isso, era “necessário ter em conta tanto o próprio tema de cada monumento como o seu *destino* especial, e que o conhecimento rigoroso de um e de outro deveria determinar o lugar e a posição que deveria ocupar”.<sup>168</sup> Era necessário criar uma narrativa expositiva que valorizasse o acervo, mas também que o classificasse de forma

---

<sup>166</sup> Texto original: “Les collections de monumens égyptiens que réunit le zèle si louable des amateurs, sont, en general, formées dans l’unique but d’éclairer l’histoire de l’art, et d’apprécier, comparativement, les procédés de la sculpture et de la peinture à différentes époques et chez des nations diverses. [...] Il est donc naturel que l’on suive d’abord, dans l’arrangement de ces collections, l’ordre même des matières dont ces monumens sont formés, et qu’em rapprochant, par exemple, tous les bronzes d’une même époque, abstraction faite de leur sujet, on consulte l’oïel et toutes les convenances de proportion”. CHAMPOLLION, Jean François. *Notice descriptive des monumens égyptiens du musée Charles X*. Paris: L’Imprimerie de Crapelet, 1827. p. 1-2

<sup>167</sup> GOMES, René Lommez. *Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas*. Tese (Doutorado em História) – Fafich - UFMG. Belo Horizonte. 2016. p. 140.

<sup>168</sup> Texto original: “[...] il fallait, de toute necessite, avoir égard à la fois, soit au sujet même de chaque monumento, soit à sa *destination* spéciale, et que la connaissance rigoureuse de l’un et de l’autre déterminât la place et le rang qu’il devait occuper”. CHAMPOLLION, Jean François. *Notice descriptive des monumens égyptiens du musée Charles X*. Paris: L’Imprimerie de Crapelet, 1827. p. 2.

coerente para os estudiosos.

Criar um método expositivo que facilitasse o estudo das peças era uma preocupação que Champollion deixou evidente na introdução desse catálogo.<sup>169</sup> Naquele momento, 1826, o mundo ainda estava conhecendo suas obras sobre a escrita hieroglífica, bem como aprendendo a maneira correta de interpretar aqueles símbolos. Para esse linguista, a compreensão dos escritos egípcios devolveria o sentido correto de interpretar os objetos,

[...] uma vez que [eram os] monumentos, sujeitos abomináveis de aberração e que estamos habituados a considerar como inexplicáveis, [as] novas descobertas sobre o sistema de gráficos do antigo Egito, no entanto, forneceram luzes suficientes para submeter estes monumentos tão variados em uma classificação rigorosamente metódica, e que as futuras descobertas irão confirmar mais em mais.<sup>170</sup>

Portanto, o estudo sistemático de interpretação dos objetos, juntamente com a compreensão do que estava escrito neles, era tido como a forma correta de trazer o verdadeiro sentido daqueles objetos na instituição museológica. Especialmente em um período em que a valorização da escrita como critério classificatório do grau de civilização dos povos estava cada vez mais presente nos estudos sobre a antiguidade. Compreender a escrita sagrada dos antigos egípcios era um recurso que garantiria a presença dessa sociedade entre as mais avançadas do mundo antigo. De acordo com Marina de Mello e Souza,

apesar da oralidade ser um elemento importante na sua origem, pois as primeiras histórias a serem escritas registraram o que antes era apenas contado, a partir do movimento da Ilustração (final do século XVIII) passou-se a considerar a existência de registros escritos um fator indispensável para a reconstrução dos acontecimentos passados, ou seja, para se fazer história. É nesse contexto que alguns pensadores, como Hegel, declararam a África um continente desprovido de história, tomando a ausência de fontes escritas como indicador da inexistência de ação humana de caráter histórico, aproximando-a da natureza e afastando-a da cultura. Essa afirmação se inseria também num contexto ideológico, no qual as sociedades humanas eram vistas a partir de uma escala que partia de um estágio mais primitivo para outro mais civilizado (conforme uma concepção de história linear que ia das sociedades menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas), sendo este percurso entendido

---

<sup>169</sup> No catálogo publicado por Champollion fica evidente a nova forma de exposição dos objetos. O Museu Charles X foi dividido em três salas, com as seguintes temáticas: Sala dos Deuses; Sala Civil; Sala Funerária. Os objetos não foram separados pelo critério dos seus materiais, mas, sim, dispostos por seu tema. Por isso, vemos a presença de figuras de bronze junto com as de calcário, ferro e etc. Era uma nova forma de criar narrativas que conectasse aqueles objetos. Ver: CHAMPOLLION, Jean François. *Notice descriptive des monumens égyptiens du musée Charles X*. Paris: L'Imprimerie de Crapelet, 1827.

<sup>170</sup> Texto original: “[...] puisqu'ils s'agit de monumens, sujets habituels de tant d'aberrations, et que l'on avait coutume de considérer comme inexplicables, les nouvelles découvertes sur le système graphique de la vieille Égypte ont fourni néanmoins des lumières suffisantes pour soumettre ces monumens si variés à une classification rigoureusement méthodique, et que les découvertes futures confirmeront de plus en plus”. Ibidem, p. 3.

através do aprimoramento técnico-científico alcançado pelo mundo europeu ocidental.<sup>171</sup>

Nessa ótica imperialista e colonialista que a partir do século XIX dominou a mentalidade europeia, veremos povos serem dizimados em razão da sua inferiorização no caráter civilizatório. Para a maioria dos pesquisadores desse período, fazer a história do continente africano era impossível, dada a ausência de fontes documentais. Por isso, muitos arqueólogos dessa época criaram teorias argumentando que a civilização egípcia era formada de povos vindos do Oriente Médio e que ao longo do tempo foram civilizando os denominados ‘negros incultos’ que viviam nas margens do Nilo. Ou seja, criava-se um longo processo de retirada da agência africana na construção do império egípcio. Foi apenas no século XX que “Cheik Anta Diop e Théophile Obenga denunciaram aquilo que então consideraram ser uma clara adulteração da história feita por historiadores europeus que pretendiam esconder as características africanas dessa civilização”.<sup>172</sup>

Uma vez que a arte dessa civilização não era interpretada como refinada e realista, Champollion via na escrita uma forma de legitimar a cultura do antigo Egito. Para ele, os especialistas do período não deveriam “ler” a arte egípcia apenas através de análises que não respeitassem a particularidade desse tipo de produção artística. No caso da arte egípcia, havia algo que auxiliava na interpretação daqueles objetos: a escrita hieroglífica. Grande parte da produção material egípcia possuía hieróglifos gravados e aprender a lê-los facilitaria enquadrar determinado objeto em alguma das categorias criadas por Champollion: objetos funerários, religiosos e civis. Para esse linguista e conservador, era preciso que as divisões e classificações ficassem evidentes no momento que os visitantes entrassem no Museu Charles X, a fim de garantir uma boa fruição. Champollion via potencialidade nas antiguidades egípcias como substitutas das estimadas antiguidades gregas e romanas ao ponto que, antes de concluir a apresentação das novas salas da instituição que gerenciava, pontuou a seguinte crítica:

O estado atual dos estudos sobre os três tipos de escrituras egípcias, é, de fato, suficientemente avançado para que possamos nos beneficiar vantajosamente das inscrições que, decorando quase todos os produtos da arte egípcia, indicam expressamente seu assunto e seu destinatário: a presença destas inscrições que existem até sobre os menores amuletos egípcios, no futuro, fará com que **o estudo dos monumentos egípcios seja muito menos conjectural do que**

---

<sup>171</sup> MELLO e SOUZA, Marina de. *A África tem história?* [online] disponível em: <http://200.144.182.150/neinb/files/A%20África%20tem%20história.pdf> p.1

<sup>172</sup> ARAÚJO, Luís Manuel de. Verbete Livro dos Mortos. In: *Os grandes mistérios do Antigo Egito*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2017. p. 51

**ainda é o caso dos monumentos gregos ou romanos que, em sua maioria, são completamente desprovidos de inscrições explicativas.**<sup>173</sup>

Na visão de Champollion, a presença dos hieróglifos nos objetos garantiria maior certeza sobre o significado deles, induzindo uma interpretação mais consistente. Ao contrário, nas antiguidades romanas e gregas, a presença de palavras que indicavam a funcionalidade delas é pouca, principalmente nas esculturas, dentre as quais grande parte não possuía escrito quem era a personalidade, se era uma deidade ou um grande político ou um civil. No início do século XIX, a maioria da cultura material dos gregos e romanos estava a ser descoberta. Portanto, a especificidade que a arte egípcia em possuir escritos que identificasse a intencionalidade de sua representação facilitava fazer afirmações mais concretas, em relação à arte clássica.

Os debates que Jean François Champollion promoveu durante os anos vinte do século XIX foram importantes para repensar o lugar das antiguidades egípcias nos museus. De modo que outras instituições museológicas durante esse período seguiram o projeto museográfico que esse linguista aplicou no Museu Charles X.<sup>174</sup> Ao avançar do século, a Egíptologia consagrava-se como uma ciência e, dado todo o contexto de iniciativas científicas, a França projetou-se como detentora desse novo saber.

Infelizmente, Champollion teve uma morte precoce, morrendo em 1832, aos 41 anos. Seus estudos sobre a escrita hieroglífica o coroaram como o pai da Egíptologia e sua fama se prolongou até os dias atuais. Mas não é somente no campo da linguística que notamos a perspicácia desse estudioso. Como vimos, ele foi responsável por criar discussões sobre a arte egípcia, bem como, no campo museológico, em pensar a melhor forma de dispor e exhibir os objetos para a melhor fruição do público. De acordo com Eric Gary

Por um lado, as informações coletadas não emanaram dos egíptólogos *stricto sensu* - esta denominação que designa os historiadores capazes de ler os hieróglifos não pode ser utilizada antes de Champollion - mas de viajantes ou antiquários, como então se chamavam os primeiros seguidores da Arqueologia.<sup>175</sup>

<sup>173</sup> Texto original: “L’état actuel des études sur les trois sortes d’écritures égyptiennes, est en effet assez avance pour qu’on ait profité avec avantage des inscriptions qui, décorant presque tous les produits de l’art égyptien, en indiquent expressément le sujet et la destination: la présence de ces inscriptions sur le plus petit amulette, rend, pour l’avenir, l’étude des monumens égyptiens beaucoup moins conjecturale que ne l’est encore celle des monumens grecs ou romains qui, pour la plupart, sont totalement dénués d’inscriptions explicatives. CHAMPOLLION, Jean François. *Notice descriptive des monumens égyptiens du musée Charles X*. Paris: L’Imprimerie de Crapelet, 1827. p.3-4. (grifo do autor).

<sup>174</sup> Para saber mais sobre o processo de apropriação de métodos expositivos criados por Champollion, ler: TANRÉ-SZEWICZYK, Juliette. *Des antiquités égyptiennes au musée. Modèles, appropriations et constitution du champ de l’égyptologie dans la première moitié du XIXe siècle, à travers l’exemple croisé du Louvre et du British Museum*. In: *Les Cahiers de l’École du Louvre* [online], nº 11, 2017.

<sup>175</sup> Texto original: “D’une part les informations recueillies n’émanaient pas d’égyptologues *stricto sensu* – cette dénomination qui désigne les historiens capables de lire les hiéroglyphes ne pouvant être utilisée avant

Portanto, vemos que os estudos de Champollion foram de extrema relevância para o surgimento da Egiptologia, bem como para consagrá-la como símbolo da nação francesa. Para além disso, como exposto por Gary, só podemos nomear estudos de Egiptologia após o surgimento do método de leitura dos hieróglifos, pois foi nesse momento que houve a preocupação em criar metodologias e teorias referentes a esse tipo de investigação. As pesquisas anteriores eram tentativas que não podemos desmerecer, mas que ficavam nos campos das suposições e afirmações que não se sustentaram por muito tempo.

Os esforços da França para ampliar os estudos sobre a Egiptologia aumentaram ao longo do século XIX, com o surgimento dos métodos de escavações arqueológicas. O patrimônio do antigo Egito passou a ser explorado com viés científico, era o fim das grandes espoliações e saques desenfreados. Sobretudo em 1858, outro francês, Augustte Mariette (1821-1881), foi o responsável por criar o Serviço de Antiguidades,<sup>176</sup> órgão do estado egípcio que seria responsável por fiscalizar as escavações, bem como evitar o roubo de artefatos. Para além desse feito, Mariette seria o responsável por criar o núcleo inicial do Museu do Cairo, que naquele momento chamava-se Museu de Bulaq. Nessa instituição foram alocadas diversas antiguidades egípcias, de tal modo que, logo após a sua abertura, o prédio não comportava mais a demanda pela guarda das peças. Por isso, no fim do mesmo século, foi criada a nova sede, na praça Tahir, onde até os dias atuais<sup>177</sup> funciona o referido museu.

O pioneirismo francês nos estudos sobre o passado do Egito garantiu à nação o *status* de mãe da Egiptologia. No início do século XIX, as antiguidades egípcias que foram dispostas no Museu Charles X representavam a superação da perda de um antigo símbolo imperialista. Foi a consagração dessa ciência, facilitada por um feito francês, e que levou o museu a assumir o papel central na produção do conhecimento. Afinal, a “casa das curiosidades científicas” era o lugar de instrução do público, mas, também, agente auxiliador nas pesquisas. Criar meios de dispor os objetos que facilitassem a sua visualização tornou-se importante ao longo século XIX. No que se refere ao Museu Charles X, as ações expográficas de Jean François Champollion

---

Champollion – mais de voyageurs ou d’antiquaires, comme on appelait alors les premiers adeptes de l’archéologie”. GADY, Eric. Les égyptologues français au XIX<sup>e</sup> siècle: quelques savants très influentes. In: *Revue d'histoire du XIXe siècle*, n° 32, 2006. p. 43.

<sup>176</sup> Tamanha importância dessa entidade, que ela sobreviveu até os dias atuais, mas mudando o nome para Conselho Supremo de Antiguidades Egípcias.

<sup>177</sup> O interessante em percebermos as alternâncias dos períodos históricos no que se refere aos museus é que após mais de um século de criação, o Museu do Cairo enfrenta os mesmos problemas que o de Bulaq, não comportando mais sua grande coleção. Dado a esse fato, atualmente está em fase de conclusão o Grande Museu Egípcio, que irá abrigar mais de cinquenta mil itens. De modo que o museu está propondo novos métodos de exibição, que dialoguem com as atuais concepções de preservação e disposição de acervo.

foram pioneiras para a valorização do acervo. Era necessário ultrapassar as barreiras estéticas e enxergar aquelas peças como importantes vestígios para o estudo da civilização egípcia.

## 1.4. Conectando o Novo Mundo

*Paris, 11 de junho. Na galeria das antiguidades egípcias, se acaba de fazer a abertura de uma múmia que pertencia à coleção de Mr. Passalacqua. S. A. R. Madama, honrou esta sessão com a sua presença, assistindo também um pequeno número de curiosos estrangeiros, e funcionários, entre os quais se achavam os senhores embaixadores da Rússia, Prússia, Baviera, e Toscana, Mrs, Duque de Blacas, Conde de Turim, Mrs. Champollion, Figeac, Champollion o moço, Geoffroix St. Hilaire, Dubois, e outros sábios. – Gazeta do Brasil, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1827.<sup>178</sup>*

Nobre acontecimento. A abertura de esquifes do antigo Egito era um acontecimento recorrente no século XIX. Afinal, todos gostariam de conhecer os segredos da mumificação egípcia e ver de perto a perfeição em que se encontrava o corpo do falecido. Normalmente, um aristocrata ou um rico burguês, que conseguira nas suas viagens ao Egito souvenirs como sarcófagos egípcios ainda intactos, ou até mesmo múmias que ainda conservavam suas bandagens, faziam disso um acontecimento social, para que todos da aristocracia pudessem acompanhar a abertura do esquife, bem como o desenrolar das faixas milenares.

O desenrolamento de múmias, durante o século XIX, acontecia com grande frequência, principalmente na França e na Inglaterra, países que eram pioneiros nos estudos da Egiptologia. Não apenas a curiosidade e o exotismo permeavam a atmosfera dessa prática. Esse ato era uma maneira de contribuir com a ciência: uma vez que as múmias eram retiradas de suas faixas de linho, estudiosos poderiam perceber traços de sua etnia, especular sobre a causa da morte, encontrar amuletos sagrados e papiros com orações do Livro dos Mortos e compreender melhor as antigas técnicas de mumificação. O espetáculo proporcionava a formulação de novos conhecimentos sobre as múmias do antigo Egito (imagem 4). De acordo com Gabriel Moshenska,

desenrolamentos de múmias eram eventos populares e espetaculares na Grã-Bretanha do século XIX, onde múmias adquiridas no Egito por soldados,

---

<sup>178</sup> GAZETA DO BRASIL. *Paris, 11 de junho*. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1827. p.4. Acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702390/147> (último acesso: 31/05/2018).

diplomatas, viajantes e colecionadores eram submetidas a autópsia na frente de um público pagante ou convidado. Como uma forma de performance, elas aludem a uma série de práticas aparentemente relacionadas nas histórias da Ciência, medicina e arqueologia.<sup>179</sup>



Imagem 4: Pintura do artista Paul Dominique Philippoteaux, “Exame de uma múmia – um sacerdote de Amon”, 1891. Nessa obra estão representados os membros da Sociedade Francesa de Egiptologia examinando a múmia de Ta-Uza-Ra (970 a. C.), encontrada no sítio de Deir El Bahari. Da esquerda para direita: Marquês de Reversaux; E. Grebaut; Dr. Daniel Marie Fouquet (1850-1914); E. Brugsch Pacha; George Emile Jules Daressy (1864-1938); H. Bazil; Julien Barois (b.1849); Urbain Bouriant (1849-1903). Fonte: Bridgeman Images.

Na Inglaterra do século XIX, a prática do desenrolamento de múmias egípcias era favorecida graças à quantidade de exemplares que ali chegavam pelas mãos de negociantes de antiguidades e de embaixadores que, como demonstrado, tiveram grande importância na formação de coleções egípcias. Segundo Moshenska, no período vitoriano, um dos principais estudiosos sobre o processo de mumificação foi o cirurgião Thomas Joseph Pettigrew (1791-1865) cujos estudos feitos em múmias, algumas compradas por ele próprio em leilões ou de coleções privadas, ocasionaram a publicação da obra *A history of Egyptian mummies, and an*

<sup>179</sup> Texto original: “Mummy unrollings were popular, spectacular events in nineteenth-century Britain, where mummies acquired in Egypt by soldiers, diplomats, travellers and collectors were subjected to autopsy in front of a paying or invited audience. As a form of performance, they alude to a range of apparently related practices in the histories of Science, medicine and archaeology”. MOSHENSKA, Gabriel. Unrolling Egyptian mummies in nineteenth-century Britain. In: *British Society for the History of Science*. London, 2013, [online]. p. 452.

*account of the worship and embalming of the sacred animals by the Egyptians; with remarks on the funeral ceremonies of different nation, and observations on the mummies of the Canary islands, of the ancient Peruvians, Burman priests.*<sup>180</sup> Lançando mão de ilustrações das múmias analisadas, Pettigrew abordou em sua publicação as características dos processos que passaram os exemplares abertos, como composição química, minerais e outros materiais encontrados nos corpos milenares.<sup>181</sup>

Voltando para o caso francês, o evento divulgado na *Gazeta do Brasil* evoca uma série de questões importantes para compreendermos o ambiente do período. Nela, vemos explícita a intenção de Giuseppe Passalacqua em fazer a divulgação de sua coleção – que foi abordada anteriormente – como via de estimular a sua compra. A múmia que está sendo desenfaixada fazia parte do arranjo desse nobre senhor e, somente um ano antes, o catálogo de sua coleção havia sido publicado com indiretas para que o soberano francês a adquirisse.

Acima de tudo, o acontecimento contava com a presença da última herdeira da família real francesa, a *Madame Royale* Maria Teresa Carlota de França (1778-1851), filha da rainha Maria Antonieta de Áustria (1755-1793) e do rei Luís XVI (1754-1793), ambos mortos na Revolução Francesa. No momento em que ocorreu a abertura da múmia, Maria Teresa estava casada com o filho mais velho do rei Charles X, Luís Antônio, Duque de Angoulême (1775-1844). O matrimônio da última herdeira do trono francês com o filho do atual soberano garantia legitimidade necessária para que o seu pai continuasse no poder. Postas as obrigações reais de lado, o comparecimento de uma figura tão nobre garantia a notoriedade e o prestígio para a solenidade.

Intencionalmente ou não, a presença de Maria Teresa era a oportunidade perfeita para Passalacqua fazer a propaganda de sua coleção. Afinal, ele ansiava que seu conjunto de antiguidades egípcias fosse adquirido pelo Estado francês. A jovem *Madame* poderia ser a ponte perfeita para que o colecionador fizesse alguma oferta para o soberano Charles X. Porém, já sabemos o desfecho dessa história: a coleção de Passalacqua foi vendida a outro rei.

Outro detalhe a ser percebido é o fato de que esse evento contava com uma série de grandes personalidades. Como apontado anteriormente, naquele ano de 1827, não podemos

---

<sup>180</sup> Tradução: Uma história das múmias egípcias e um relato da adoração e embalsamento dos animais sagrados pelos egípcios; com comentários sobre as cerimônias fúnebres de diferentes nações, e observações sobre as múmias das ilhas Canárias, dos antigos peruanos, e sacerdotes birmaneses.

<sup>181</sup> MOSHENSKA, Gabriel. Unrolling Egyptian mummies in nineteenth-century Britain. In: *British Society for the History of Science*. London, 2013, [online]. p. 461.

chamar de egiptólogos, os personagens envolvidos com a cerimônia. Talvez, o único que poderia receber esse título era Jean François Champollion, Le Jeune. O seu irmão, Jean Jacques Champollion, ou Champollion Figeac, era também uma figura ilustre na Arqueologia e paleografia francesa. O Duque de Blacas, que mantinha uma intensa troca de correspondência com Le Jeune, era outra personalidade importante para a Egiptologia, sendo um dos grandes antiquaristas franceses de seu período.

A sessão de abertura da múmia de Passalacqua também foi prestigiada com a presença de embaixadores de quatro nações, que provavelmente ficaram admirados com o acontecimento e serviram de fonte de divulgação em seus países. Um deles se destacava sobre todos: o embaixador da Prússia.

Coincidentemente, no mesmo ano, a coleção de Giussepe Passalacqua seria adquirida pela Prússia, formando o primeiro núcleo do Museu Egípcio de Berlim. Toda a propaganda que Passalacqua fez de sua coleção não conseguiu atingir a quem ele gostaria, a *Madame Royale*. Porém, seus esforços não foram em vão. Provavelmente, nesse dia se iniciaram os primeiros contatos desse senhor com o embaixador prussiano.

Dando continuidade à interpretação da excêntrica notícia, percebe-se que nela há um breve relato sobre a destreza com que foi desenfaixada a múmia. Segundo a *Gazeta*, “depois da abertura do caixão superior, que apresentou grandes dificuldades, se procedeu o desenrolar das faixas que davam mais de 25 voltas da cabeça até aos pés”. Para além da surpresa da conservação do corpo, que “se achava em perfeito estado, [...] as unhas das mãos eram de uma notável extensão, os cabelos intactos conservavam sua cor loura”, a identidade da múmia foi revelada por Champollion, Le Jeune: Tête-Muthis. Esse nome que foi automaticamente traduzido para o romano e o grego, como a Minervianna, ou Athénairs. Soube-se também que essa mulher era “filha do guarda do pequeno templo de Isis em Tebas”.<sup>182</sup>

Para além de um espetáculo sensacionalista do desenrolamento da múmia, o evento permitiu que especialistas pudessem dar opiniões sobre os processos de conservação e criar interpretações sobre o que estava escrito no esquife de Tête-Muthis. A Egiptologia dava seus primeiros passos. Era preciso criar métodos de leitura dos objetos, para que informações preciosas não se perdessem pela corrupção do tempo. Ao passo que as faixas da múmia iam

---

<sup>182</sup> GAZETA DO BRASIL. *Paris, 11 de junho*. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1827. p.4. Acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702390/147> (último acesso: 31/05/2018).

sendo retiradas, foram encontrados “dois manuscritos em papiro, um enrolado à roda da cabeça, outro à roda do peito,<sup>183</sup> sua perfeita conservação permitiu a Mr. Champollion ler neles preciosas notícias”.<sup>184</sup> Firmava-se a importância da leitura da escrita hieroglífica para narrar a história da antiga civilização.

A *Gazeta do Brasil* foi um periódico de curta duração. Suas atividades começaram em maio de 1827 e se encerraram no ano seguinte. Esse jornal surgiu como canal de veiculação de respostas às críticas que eram feitas ao imperador D. Pedro I por outros noticiários brasileiros. Há estudiosos que acreditam que o próprio monarca escrevia alguns dos seus artigos.<sup>185</sup> Seguindo a linha editorial padrão da época, trazendo notícias locais e internacionais, podemos supor os motivos da presença da notícia do desenrolamento da múmia e como isso pode revelar o gosto por notícias desse gênero.

Originalmente, a matéria sobre a abertura da múmia foi publicada no periódico francês *L'Etoile*, em 12 de março de 1827.<sup>186</sup> Há uma discrepância nas datas entre os dois jornais, uma vez que a *Gazeta* registra que o evento acontecera a 11 de junho, sem que se possa saber as razões para a inconsistência da notícia no Brasil.

A euforia pelo colecionismo de antiguidades egípcias não se limitou ao gosto europeu. Ao longo do século XIX, países de outros continentes começaram a adquirir, para seus museus, importantes coleções egípcias e de outras grandes civilizações, como, a grega, romana e assíria. Tamanho foi o “contágio” do furor colecionista, que ele ultrapassou o Atlântico, e chegou ao Novo Mundo. O investimento das nações na aquisição de objetos da Antiguidade não se limitava, portanto, a uma questão da formação do gosto de suas elites. Em vários casos, percebia-se a necessidade de ter equipamentos culturais que pudessem instruir a nação, apresentando não apenas os vestígios materiais da cultura local, mas também das principais civilizações.

O fim dos anos vinte do século XIX foi importante para a Egiptologia brasileira. Em 1826, ocorreu a chegada da primeira coleção egípcia da América Latina à capital do império, o

---

<sup>183</sup> Segundo o egiptólogo Luis Manuel Araújo, o Livro dos Mortos era um “conjunto de textos religiosos de caráter mágico, redigidos sobre um papiro que era colocado no túmulo para que o defunto pudesse alcançar o “Além”. Foram redigidos a partir sobretudo do Império Novo, baseados em textos anteriores de timbre funerário. In: ARAÚJO, Luís Manuel de. Verbete Livro dos Mortos. In: *Os grandes mistérios do Antigo Egito*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2017. p. 385.

<sup>184</sup> GAZETA DO BRASIL. *Paris, 11 de junho*. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1827. p.4. Acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702390/147> (último acesso: 31/05/2018).

<sup>185</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Maud, 1999. p.99.

<sup>186</sup> L'ETOILE, Jornal. *Abertura da múmia de Tête-Muthis*. Paris, 12 de março de 1827. p. 2

Rio de Janeiro, em um período de grandes transformações, tanto políticas como culturais. Ao longo do século XIX, a coleção egípcia, que hoje se encontra no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, teve diferentes percursos dentro da instituição museológica. Em um primeiro momento ela foi bastante valorizada, mas depois passou por um processo de esquecimento.

Os discursos proferidos sobre a coleção egípcia do Museu Nacional, desde a compra até a sua disposição das peças no museu, indicam a forma como foi percebida a cultura material do antigo Egito. A instituição, no século XIX, projetava sobre a interpretação de suas coleções narrativas que vinham de fora<sup>187</sup>, principalmente em um período em que “a arquitetura, a expografia, os textos – deveriam atuar sobre o visitante de forma a produzir um efeito final: orientar sua percepção dos objetos, provocando a apreensão dos sentidos e dos valores a eles atribuídos”.<sup>188</sup> O museu da jovem nação brasileira precisava representar as potencialidades do mundo das ciências no país. Mas, servia também como um aparato de instrução da sociedade que, naquele momento, possuíam poucos ambientes de ilustração, uma vez que a falta de universidades, museus e escolas de artes dificultava a formação humanística da elite intelectual.

É interessante percebemos que no ano seguinte da chegada da coleção egípcia em terras brasileiras, um periódico veiculou notícias do Velho Mundo, sobre a abertura de uma múmia. Seria uma indireta para que o Museu Nacional fizesse o mesmo com as suas? Pergunta difícil de responder. Sabe-se ao certo, que quando foi adquirida, a coleção teve grande destaque na instituição museológica e a sua presença foi usada como justificativa para criar discursos que ressaltavam a importância da entidade museal no Novo Mundo. E também, a necessidade de criar meios e alternativas visuais para a melhor exposição desses objetos, dignos de grande atenção.

---

<sup>187</sup> Esse tema será trabalhado no segundo capítulo. Para saber mais, ver: SEGANTINI, Verona Campos. *"Maneira decente e digna de expor aos olhos do público": modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em Educação) – Fae - UFMG. Belo Horizonte. 2015.

<sup>188</sup> LOMMEZ, René. *Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas*. Tese (Doutorado em História) - Fafich - UFMG. Belo Horizonte. 2016 p. 112.

***2. Do Kemet para o Novo Mundo – o processo de  
aquisição da primeira coleção egípcia da América  
Latina***

## 2.1. O Vendedor, a coleção e o mercado de arte no Rio de Janeiro

*Consta-nos que na Alfândega desta Capital estão alguns caixões contendo Múmias e outros muitos objetos de um Museu de antiguidades Grega e Egípcia, que foram trazidos da Europa pelo Sr. Nicolau Fiengo, que de Marselha partira para o Rio da Prata, e que por motivo do bloqueio esteve alguns dias em Montevideo, donde voltou para esta Corte. Temos feito todas as diligências para obter uma relação circunstanciada dos **objetos dignos da admiração dos amigos de antiguidades**. – Astrea, 29 de julho de 1826.<sup>189</sup>*

O periódico *Astrea* divulgou a primeira notícia impressa da chegada, ao Novo Mundo, daquilo que futuramente seria consagrada como a primeira coleção egípcia da América Latina. Para quem possuía um contato frequente com o Velho Continente, a presença desse tipo de informação em um jornal brasileiro não poderia passar despercebida, afinal, nesse momento formavam-se as grandes coleções egípcias dos museus europeus. Numa nação em que nunca se tinha visto objetos como estes, sua presença certamente causou espanto e admiração àqueles que frequentavam a Alfândega da cidade do Rio de Janeiro. Variadas são as interpretações que estudiosos deram para as informações contidas nesse relato do jornal.<sup>190</sup> Para interpretá-las, no entanto, é necessário saber ouvir a voz de quem está falando e reconstituir a narrativa que dá sentido à descrição desses fatos.

Nesse primeiro momento, é de grande relevância conhecer os sujeitos que estiveram envolvidos na venda e na compra das antiguidades egípcias. Nicolau Fiengo,<sup>191</sup> o vendedor, era um comerciante italiano de antiguidades romanas, gregas e egípcias e de objetos de arte, como pinturas e esculturas. Sua atuação nas Américas não se restringiu apenas ao Brasil e há indícios

<sup>189</sup> ASTREA. *Consta-nos que na alfândega d'esta Capital...* Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29 de julho de 1826, nº 16. p. 64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, (Destaque do autor).

<sup>190</sup> BRANCAGLION Jr, Antônio. Coleções egípcias no país. In: BAKOS, Margaret (org.). *Egiptomania, o Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004. BRANCAGLION Jr. Antônio. Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional. In: LESSA, Fábio S.; BUSTAMANTE, Regina Maria C. (orgs). *Memória e festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. SANTOS, Moacir Elias. Múmias egípcias em museus brasileiros: a constituição das coleções e a investigação científica. In: AMES, Cecil (org.). *Estudios Interdisciplinarios de Historia Antigua*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018. p. 110-122. SANTOS, Moacir Elias. Das Necrópoles Egípcias para a Quinta da Boa Vista: Um Estudo das Partes de Múmias do Museu Nacional. In: *Revista Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: UFF, ano 1, vol. 1, junho de 2012. p. 156-187.

<sup>191</sup> As grafias do nome de Nicolau Fiengo possuem variações nas fontes. Optou-se por se adotar, nesse estudo, a versão em português atualizado da grafia Nicoláo Fiengo que aparece nos jornais impressos no Brasil, no século XIX. Nos Estados Unidos da América, seu nome foi grafado como Nicholas Fiengo. No italiano, pode aparecer Nicola ou Nicolas. A percepção das alterações do nome foi importante na busca de fontes documentais e escritas sobre a atuação de Fiengo.

de que a sede de seus negócios ficava em Baltimore, no estado de Maryland (Estados Unidos da América), e se chamava *Nicola Fiengo & Company*.<sup>192</sup>

Em 1818, o jornal norte-americano *New York Mercantile Adviser* anunciava aos seus leitores o leilão de uma *Galeria Italiana de Belas Artes*, que fora reunida por Nicolau Fiengo durante sua última estada na Europa. De acordo com o negociante, ele havia sido “obrigado a viajar pelas principais cidades da Itália, para obter uma curiosa coleção de Belas Artes, digna da atenção de amadores”. Em uma de suas viagens, Fiengo “finalmente conseguiu coletar uma das mais elegantes, curiosas e ricas coleções”, agora disponível a possíveis compradores norte-americanos.<sup>193</sup> Para acalorar os corações dos amantes das artes, foi indicado no anúncio que a coleção possuía antiguidades provindas de Pompeia e Herculano. Para além disso, a “galeria também continha os bustos dos mais célebres autores, artistas, filósofos e homens mais ilustres daquele país, [...] há seiscentos quadros, projetados principalmente pelos artistas mais eminentes da Itália”.<sup>194</sup> Ou seja, quem desejasse conferir grau de notabilidade para sua coleção privada encontraria no leilão uma ótima oportunidade.

Nicolau Fiengo possuía estreita relação com Vito Viti, “um de seus colaboradores, nativo de Volterra, no Grande Ducado da Toscana, que imigrou para a Virgínia em 1817, e depois iniciou seu próprio negócio de artigos de luxo, importados da Itália”.<sup>195</sup> Pelo que tudo indica, no começo do século XIX, na costa leste dos Estados Unidos da América, era comum a presença de leiloeiros de origem italiana, que se dedicavam a vender obras de arte originárias de sua nação. Francesco Freddolini realizou um estudo sobre essa prática de comércio e constatou as diversas artimanhas desses vendedores para atraírem seus clientes. Ele notou que, nas negociações, os comerciantes associavam obras falsas às de artistas consagrados, como Michelangelo, Antônio Canova, Bertel Thorvaldsen, dentre outros. Segundo Freddolini, essa

---

<sup>192</sup> JULIANI, Richard N. *Building Little Italy: Philadelphia's Italians before Mass Migration*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1998. p.266

<sup>193</sup> Texto original: “having been obliged to travel through the principal cities of Italy, to procure a curious collection of the Fine Arts, worthy the attention of amateurs, he has finally succeeded in collecting one of the most elegant, most curious and richest collections”, NEW YORK MERCANTILE ADVISER. *Italian Gallery of Fine Arts*. NY: 27 de junho de 1818. p. *apud* FREDDOLINI, Francesco. Marketing Nineteenth-Century Italian Sculpture across the Atlantic: Artists, Dealers, and Auctioneers, 1800-1840. In: *Nineteenth-Century Art Worldwide: a journal of nineteenth-century visual culture*. Vol. 14, nº 1, 2015. p. 15.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>195</sup> Texto original: “one of his collaborators, a native of Volterra, in the Grand Duchy of Tuscany, who immigrated to Virginia in 1817 and later started his own business as dealer of luxury goods imported from Italy”. *Ibidem*, p. 5.

era uma ação que os ajudavam a aumentar os preços, bem como garantir prestígio para as peças colocadas à venda.<sup>196</sup>

É importante conjecturar como ocorriam, nesse período, os trânsitos e as trocas desse tipo de mercadoria. Nessa época foi marcante a realização de grandes escavações arqueológicas, que proporcionaram aos museus existentes, principalmente os europeus, o acúmulo de seus grandes acervos. Por outro lado, neste momento, ocorreram grandes saques a sítios arqueológicos, que ainda não recebiam a proteção dos Estados. As escavações e os roubos ocorreram principalmente na Itália, região que foi palco do surgimento e do apogeu de grandes civilizações, como a romana e a etrusca. Muitas vezes, quando das obras de construção de novos prédios, artefatos desse período eram encontrados no subsolo.

A extensão desse tipo de comércio ao Novo Mundo indica que, a partir do início do século XIX, começara a surgir uma preocupação das elites de reunir coleções em suas casas e espaços públicos, como os museus. Esses objetos estavam revestidos por simbolismos que desnudam os gostos de seus proprietários, os quais também se projetavam na decoração de suas casas. Tanto Nicolau Fiengo, como Vito Viti promoviam leilões de obras de arte de grandes pintores e escultores europeus, além de antiguidades. Também comercializavam cópias de esculturas famosas, como o Apolo, de Beveldere; Baco e Ariadne, a Vênus dos Médicis<sup>197</sup> e outras que faziam referência à cultura italiana. Ao adquirirem essas peças, seus proprietários, por sua vez, garantiam o status de notabilidade e de apreciadores da boa arte, a exemplo de seus congêneres europeus.

No Brasil, existem poucos estudos sobre a cultura do colecionamento de obras de arte no começo do século XIX,<sup>198</sup> bem como sobre o antiquarismo, isto é, o mercado e os leilões desses gêneros. De acordo com Gerson Brasil, “com os primeiros comerciantes ingleses chegados ao Brasil, após a abertura dos portos, vieram também alguns leiloeiros, líderes desse comércio na cidade, na primeira metade do oitocentismo”.<sup>199</sup> Em jornais desse período, nota-se a variedade de leiloeiros e casas de leilões que vendiam uma grande diversidade de objetos de

---

<sup>196</sup> FREDDOLINI, Francesco. Marketing Nineteenth-Century Italian Sculpture across the Atlantic: Artists, Dealers, and Auctioneers, 1800-1840. In: *Nineteenth-Century Art Worldwide: a journal of nineteenth-century visual culture*. Vol. 14, nº 1, 2015. p. 4.

<sup>197</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>198</sup> SQUEFF, Letícia. *Uma Galeria para o Império: A coleção Escola Brasileira e as Origens do Museu Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Edusp, 2012. 200 p.

<sup>199</sup> GERSON, Brasil. História das Ruas do Rio. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1965. apud, SILVA, Caroline Fernandes. Profissionalização e especialização dos leilões de arte no Rio de Janeiro. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 22 a 26 de julho de 2013. p.3

luxo.<sup>200</sup> Esse tipo de comércio foi se estabelecendo ao longo do século, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Caroline Fernandes Silva,

as mercadorias que compunham os leilões faziam parte de um espectro bastante variado de tipologias, especialmente entre os bens móveis, incluindo desde utensílios domésticos, objetos decorativos, cortes de tecido, roupas e acessórios, passando por ferramentas, carruagens, cavalos, navios, até bebidas e alimentos.<sup>201</sup>

Em uma breve análise do periódico *Diário do Rio de Janeiro*, constata-se a periodicidade de anúncios de leilões nos quais obras de arte variadas são comercializadas juntamente a outros objetos, ou exclusivamente dedicados à venda de quadros, como aqueles promovidos pelo leiloeiro Frederico Guilherme. Na primeira metade dos oitocentos, esse comerciante fez oito avisos nesse jornal relativos à venda de objetos de arte. Buscavam sempre demonstrar a importância e a fineza das peças à venda, que também se destacavam pela quantidade disponível. Certa vez, o pregoeiro teve mesmo que dar continuidade às praças por vários dias, conforme o aviso de um “leilão de quadros painéis, e gravuras coloridas, ultimamente chegados da Europa”,<sup>202</sup> que

Frederico Guilherme participa aos compradores de quadros que ele continua hoje terça-feira, 30 corrente, às 11 horas em ponto, na sua casa rua d’Ouvridor, n. 84, o leilão de painéis que por falta de tempo não foram vendidos no leilão que teve lugar no dia 20 do corrente, nesta rica coleção ainda ficam para vender uma obra do célebre Miguel Angel, representando a descida cruz e o Cristo crucificado, vários originais de Vandernec, Vendens, Renbran, Haufman, etc., e outros das escolas modernas, representando lindas paisagens, retratos, batalhas, monumentos, etc. Vende-se igualmente uma grande diversidade de riquíssimas gravuras inglesas e francesas coloridas, representando as épocas as mais celebres da revolução francesa, a vida, morte e ressurreição de N. S. Jesus Cristo, carreiras de cavalos de Liverpool, e outros muitos lindos diversos sujeitos.<sup>203</sup>

Neste anúncio, pode-se ter uma noção da riqueza e da variedade dos objetos que eram comercializados em leilões no Rio de Janeiro. Nos permite inferir que, na corte carioca, imperava um padrão de gosto, que ocasionava a seleção de obras de arte que potencialmente

---

<sup>200</sup> Sobre a presença de leiloeiros no Rio de Janeiro, ver a pesquisa: CHAVES, André Onofre Limírio; GOMES, René Lommez. De presas de elegante a leques, bengalas, placas para retratos e crucifixos. Notícias sobre o comércio e o uso de objetos em marfim no Brasil imperial. In: SANTOS, V. S.; PAIVA, E. F.; GOMES, R. L. *O comércio de Marfim no Mundo Altântico*. Clio: Belo Horizonte. 2017. p. 129-170.

<sup>201</sup> SILVA, Caroline Fernandes. Profissionalização e especialização dos leilões de arte no Rio de Janeiro. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 22 a 26 de julho de 2013. p.4.

<sup>202</sup> DIÁRIO DO RIO DO JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, ano XIX, n.º 142, 30 de junho de 1840. p. 3. Digitalizado pela Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional.

<sup>203</sup> DIÁRIO DO RIO DO JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, ano XIX, n.º 142, 30 de junho de 1840. p. 3. Digitalizado pela Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_01/23013](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/23013) (último acesso: 09/08/18).

agradaria aos compradores. Frederico Guilherme estava afinado com essas demandas e procurava ofertá-las, destacando os nomes dos autores das pinturas e as temáticas das obras que seriam vendidas. Percebe-se, aqui, o recurso à temerária estratégia de se valorizar as peças à venda ao nome dos grandes mestres da arte europeia dos séculos XVI e XVII. No momento em que foi escrito o aviso do leilão, tanto o leiloeiro como o editor do jornal não souberam escrever os nomes “do célebre” Michelangelo (Miguel Angel), de Antoon Van Dyck (Vanderneec), de um indecifrável Vendens (provavelmente Vermeer), de Rembrandt (Renbran), e de Hans Hoffmann (Hauffman). Com essas referências o pregoeiro almejava dar a impressão da realização de um evento de grande qualidade, com obras de artistas importantes. Porém, isso poderia ter sido uma tática de venda utilizada por ele, uma vez que dadas as longínquas distâncias com o Velho Mundo e a falta de *conneusseurs* em História da Arte, era fácil criar artimanhas de vendas de pinturas que mais se ouvia falar do que foram vistas ou eram conhecidas.<sup>204</sup>

A mesma estratégia acontecia na América do Norte. Ali, Francesco Freddolini encontrou um leilão realizado por Samuel Bradford em que as obras foram descritas como tendo sido criadas por artistas consagrados, tais quais Michelangelo. Para Freddolini, essas práticas ajudavam na venda das peças, uma vez que “exploravam o desejo da classe média americana de possuir arte, e a ausência na classe média americana de um discurso sobre valores artísticos, *connoisseurship* e autenticidade”.<sup>205</sup> Isso facilitava o caminho para os vendedores, especialmente os inescrupulosos. O mesmo certamente acontecia no Brasil. Além das elites locais quererem, como suas congêneres europeias e norte-americanas, se instruir por meio da arte, as peças que adquiriam e ostentavam em seus salões funcionavam como um aparelho para o polimento da imagem do indivíduo, afinal o Império estava assentado no conceito de nobreza e essa precisava se fazer representada como tal, rodeada de objetos de luxo e raros.

---

<sup>204</sup> Neste período, na Europa, se fortalece o comércio de pinturas dos “mestres antigos”, que seriam aclamados como os principais exemplos de arte que os artistas deveriam seguir. Para saber mais, ler HASKELL, Francis. *El museo efímero. Los maestros antiguos y el auge de las exposiciones artísticas*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

<sup>205</sup> Texto original: “In so doing, they exploited the desire in middle-class America to possess art, and the absence in middle-class America of a discourse on artistic value, connoisseurship, and authenticity”. In: FREDDOLINI, Francesco. Marketing Nineteenth-Century Italian Sculpture across the Atlantic: Artists, Dealers, and Auctioneers, 1800-1840. In: *Nineteenth-Century Art Worldwide: a journal of nineteenth-century visual culture*. Vol. 14, nº 1, 2015. p. 2.

Frederico Guilherme<sup>206</sup> constava da relação dos grandes leiloeiros da cidade do Rio de Janeiro que, como outros, vendia todo tipo de objetos de arte, inclusive quadros. Em outro momento, anunciou:

[...] diversos artigos chegados do Havre pelo navio francês Genie, constando de uma linda diversidade de quadros com molduras douradas, de diferentes tamanhos e assuntos, entre eles, a história de D. Ignez de Castro, de Guilha[me]-Tell, Torre de Nesle, Esmeralda, quadros grandes representando as épocas mais celebres do imperador Napoleão, como o adeus de Fontainebleau, [a] volta da ilha d'Elbe, etc.<sup>207</sup>

Percebemos a intencionalidade desse comerciante em deixar evidente que os seus produtos chegavam de diferentes nações europeias, como Portugal, Inglaterra e principalmente a França, o que assegurava ao leilão uma pluralidade de temas, artistas e épocas, capaz de satisfazer todos os gostos. Nesses anúncios não se fazia grandes descrições dos produtos que seriam vendidos, apenas aqueles que poderiam se destacar, como pinturas sobre a vida do imperador Napoleão Bonaparte, que era uma personalidade bem conhecida nesse período, ou de outros personagens famosos da História Universal, como Inês de Castro, em Portugal, e Guilherme Tell, na Inglaterra. Diferente do que foi proposto por Caroline Fernandes Silva e por Francisca Marques dos Santos, evidências como essas apontam claramente que havia leilões de arte no Brasil Imperial<sup>208</sup> e que a existência desses eventos não foi exclusividade do final do século XIX, após o fim da monarquia, como as pesquisadoras defendem. Para se ter uma noção mais precisa do mercado de arte no Brasil oitocentista, são necessárias análises mais profundas,

---

<sup>206</sup> No Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro consta a presença de nove casas de leilões no ano de 1843, que são as seguintes: “Joaquim Antonio d'Oliveira Malta, porteiro de leilões e casa falidas, rua da Conceição, 52; Campbell e Greenwood, rua d'Alfândega, 24; Cannell e Howden, rua do Hospício, 7; Feraudy, rua d'Ouvidor, 106; Frederico Guilherme, rua do Ouvidor, 84; J. Bouis, rua do Ouvidor, 90; J. J. Dodsworth, rua d'Alfândega, 28; Prosper Philigret, rua Direita, 6; Samuel Southam e C. rua do Hospício”. ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RJ. Leilões. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. p. 238.

<sup>207</sup> DIÁRIO DO RIO DO JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, ano XIX, n.º 222, 05 de outubro de 1840. p. 2. Digitalizado pela Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional, disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_01/23330](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/23330) (último acesso: 09/08/18).

<sup>208</sup> Houve outros leilões de arte que não estiveram apenas nas mãos de Frederico Guilherme. Em outro anúncio, J. Bouis informava: “Bouis faz Leilão hoje em sua casa, rua do Ouvidor n. 90, de uma grande porção de quadros com ricas molduras douradas, entre os quais há as coleções da história de Inez de Castro, a Torre de Nesle, José no Egito, Telemaque e Calypso, as Sucanas no Serralho, os Passos de Nosso Senhor, e etc. [...] tudo sem reserva, por ser de uma pessoa que se retira para S. Paulo”. DIÁRIO DO RIO DO JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, ano XXI, n.º 13, 18 de janeiro de 1842. p. 3. Disponível em: ([http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_01/24855](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/24855)) ; bem como: “Prosper Philigret faz leilão hoje sexta feira, 5 do corrente, no seu armazém rua Direita, n. 6, de uma porção de quadros, fazendas, trastes, joias”. DIÁRIO DO RIO DO JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, ano XXIII, n.º 6516, 5 de janeiro de 1844. p. 3. Disponível em: ([http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_01/27165](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/27165)); outro exemplo é o de “Henrique Cannell e comp. fazem leilão hoje quinta feira, Às 10 ½ horas, em sua casa rua do Hospício n. 7 de uma coleção de quadros com finas pinturas a óleo, diversos moveis, uma porção de livros com gravuras em francês e português [...]”. DIÁRIO DO RIO DO JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, ano XXVII, n.º 7899, 21 de setembro de 1848. p. 3. Disponível em: ([http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_01/32640](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/32640)). Esses anúncios registram a pluralidade de leilões de arte ocorridos no Brasil Imperial, entre os anos de 1830 a 1850.

evitando-se fazer suposições antes de se esgotar todo o tipo de fonte disponível à pesquisa, sendo que os periódicos se revelam como importantes evidências documentais para os estudos desse gênero.

Como foi anunciado no jornal *Astrea*, a coleção de antiguidades de Fiengo não se destinava ao mercado carioca e seguia outro rumo: a região do Rio da Prata, possivelmente Buenos Aires. Dado esse fato, observa-se que a compra desse arranjo não satisfazia uma encomenda previamente feita pelo governo, alguma entidade ou colecionador brasileiro, sendo mais certo que Nicolau Fiengo tinha a intenção de vender a coleção para o Estado argentino que, naquele momento, era governado por Bernardino Rivadavia (1780-1845).<sup>209</sup>

Rivadavia possuía um grande interesse em modernizar a Argentina, tanto no aspecto econômico como no cultural. Durante sua gestão, que foi curta - de 8 de fevereiro de 1826 a 27 de junho de 1827 -, além de construir os grandes bulevares da capital, criou várias escolas, a universidade, o observatório astronômico, o teatro nacional e sua grande paixão, o Museu de Ciências Naturais de Buenos Aires (MCNBA).<sup>210</sup> Alguns anos antes, em 1824, quando ainda era Ministro da Província de Buenos Aires, “contat[ara] em Londres o físico, médico e naturalista italiano exilado”, Pedro Carta Molina, para “organizar e dirigir os estudos das ciências naturais da jovem Universidade de Buenos Aires”. E, no ano de 1825, o “governo argentino, providenciou os fundos” para que adquirisse, na Europa, objetos astronômicos e instrumentos para os gabinetes de física e química da universidade.<sup>211</sup>

Pedro Carta Molina era natural de Turim, onde dois anos antes da sua partida, havia sido criado o, então principal e mais celebrado museu de antiguidades egípcias da Europa. Molina chegou à Argentina no começo de 1826 – mesmo ano em que aportaram as antiguidades egípcias no Brasil – e, em Buenos Aires, “montou nas instalações do antigo convento de Santo Domingo, o primeiro laboratório de física e química, um museu de ciências naturais e o primeiro observatório astronômico oficial”,<sup>212</sup> aparatos essenciais para o avanço das ciências locais. Após sua inauguração, Molina seria o primeiro diretor do MCNBA e pode ter sido o

<sup>209</sup> BRANCAGLION Jr, Antônio. Coleções egípcias no país. In: BAKOS, Margaret (org.). *Egiptomania, o Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004.o

<sup>210</sup> LASCANO GONZÁLEZ, A. *El museo de Ciencias Naturales de Buenos Aires, su historia*. Ministerio de Cultura y Educación Secretaría de Estado de Cultura. Editoriales Culturales Argentinas, 1980. 139 p.; PERAZZI, Pablo. Derroteros de una institución científica fundacional: El Museo Público de Buenos Aires, 1812-1911. In: *Runa*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 29, 2008. p. 165-180.

<sup>211</sup> MORGAN, Edgardo Ronald Minniti. Pedro Carta Molina y el primer observatorio argentino. In: *Historia de la astronomía Argentina y Latinoamericana*. p. 1-6. Disponível em: [https://historiadelaastronomia.files.wordpress.com/2013/05/pedro\\_carta\\_molina.pdf](https://historiadelaastronomia.files.wordpress.com/2013/05/pedro_carta_molina.pdf) (último acesso: 25/10/18).

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 2.

responsável pela encomenda da coleção egípcia para enriquecer o acervo da instituição. Certamente, por ser capaz de perceber a importância de se possuir objetos de outras culturas em um museu, tenha visto a necessidade de que essa instituição formasse uma coleção que fizesse jus ao museu de sua terra de origem e encomendou, mesmo antes de sua partida, a coleção egípcia e uma grega a um italiano como ele, Nicolau Fiengo. Também pode ter ocorrido o contrário, sabendo da partida de Molina para a Argentina, Fiengo viu no governo do país, para além do mercado norte-americano, um potencial comprador para as mercadorias que comercializava, decidindo-se por expandir sua área de atuação. Para a verificação de uma ou outra hipótese seriam necessárias pesquisas na Itália ou na Argentina para averiguar a existência de contatos e negociações prévias entre os dois.

Bernardino Rivadavia enxergava nos museus científicos europeus os modelos para construir seu congênere platino. Esses estavam organizados em várias seções, dedicadas às áreas da Botânica, Anatomia, Física, Química, Arqueologia e Numismática, que abarcavam o amplo universo da História Natural. Em 1823, já havia sido adquirida na Itália, pelo Governo de Buenos Aires, uma coleção de Numismática, que tinha pertencido ao Padre Filippo Casoni (1733-1811), sujeito de grande prestígio que fora o Guardião das Medalhas do Vaticano e cujo conjunto de moedas<sup>213</sup> era de notável qualidade.<sup>214</sup>

Nicolau Fiengo rumou com sua coleção para Buenos Aires, mas foi impedido de chegar à cidade devido ao bloqueio brasileiro imposto aos portos argentinos e de Montevideo, ocasionado pela Guerra da Cisplatina (1825-1828).<sup>215</sup> Não se sabe se, quando partiu, Fiengo já tinha consciência dos problemas entre as duas nações mas, ao chegar ao Rio de Janeiro e percebendo que sua almejada venda não aconteceria no país de Rivadavia, decidiu contornar a situação. Assim, em algum momento do mês de julho de 1826, decidiu-se por expor suas preciosidades na Alfândega do Rio de Janeiro, onde elas se encontravam retidas e armazenadas.

Outra evidência reforça que o desejo de Fiengo era que sua coleção egípcia fosse vendida na Argentina. Ele trouxera consigo um catálogo da coleção, hoje desaparecido, intitulado “*Catalogo de hum Museo de Antiguedad griega e egypcia, encontrado en la escavacion mandada hacer por el famoso naturalista de Europa, el Sr. Belzoni, enviado por el*

<sup>213</sup> TRELLES, Manuel Ricardo. *Monetario del señor Don Manuel José de Guerrico*. Buenos Aires: Imprensa del Siglo, 1866. p. 6.

<sup>214</sup> PERAZZI, Pablo. Derroteros de una institución científica fundacional: El Museo Público de Buenos Aires, 1812-1911. In: *Runa 29*, Buenos Aires, 2008. p. 192.

<sup>215</sup> Esse conflito ocorreu durante os anos de 1825-1828 em que o Brasil lutava contra as Províncias Unidas do Rio da Prata pela disputa da região da Cisplatina. Para saber mais: Cf. CARNEIRO, Daniel. *História da Guerra da Cisplatina*. Brasília: UNB, 1983.

*Gobierno Ingles al sepulcro Real de Tebas, subterraneo del Palacio de Karnac, formando el todo parte del gabinete do D. Nicolas Fiengo*”.<sup>216</sup> O fato dessa publicação estar em espanhol indica que a mesma era destinada a ser lida por compradores que falavam essa língua e que o destino final da coleção não seria outro senão a terra de Rivadavia.

Esse impresso veicula outra informação relevante. A coleção egípcia era parte de um lote maior que havia sido reunido pelo grande explorador italiano, Giovanni Battista Belzoni, o mesmo que foi responsável pelo arranjo de antiguidades egípcias para o diplomata Henry Salt, acervo que posteriormente seria vendido para o Museu Britânico, conforme foi apontado no capítulo 1. De acordo com o egiptólogo Antônio Brancaglioni Júnior, durante o período de 1816 a 1819, Belzoni realizou explorações no Templo de Karnak em busca de antiguidades, sendo que grande parte da coleção egípcia do Museu Nacional provém de Tebas, corroborando a hipótese de que esses objetos tiveram origem nessas mesmas escavações.

A prática funerária do antigo Egito induzia que os mortos fossem mumificados, e os seus objetos pessoais e de culto fossem enterrados consigo. Dessa forma, as tumbas egípcias eram os principais repositórios da cultura material dessa civilização, sendo alvo de cobiça pelos exploradores. Muitos desses objetos foram levados por Belzoni para a Europa e, posteriormente, fracionados em lotes que tiveram diferentes destinações. Um deles veio parar no Brasil, trazido nas mãos desse comerciante de arte italiano. Brancaglioni atesta que a “procedência tebanade adequa-se perfeitamente às características de várias peças importantes da coleção original”. Análises posteriores indicaram que “os esquifes de Hori, Harsiese e Pestjef pertencem a funcionários tebanos; devem ter sido descobertos nos cemitérios de Tebas ocidental”,<sup>217</sup> bem como a estela real greco-romana. Vale ressaltar a origem de três *shabits* da coleção do Museu Nacional que pertenceram ao faraó Seti I (XIX Dinastia – 1295 a. C. – 1185 a. C.), cuja tumba fora escavada por Belzoni, agregando grande fama para esse explorador. Kenneth Kitchen apontou a existência de outros exemplares desse gênero em museus europeus,

---

<sup>216</sup> Certamente, quando o redator do jornal *Astrea* escreveu sobre a chegada das antiguidades egípcias ao Novo Mundo, ele utilizou esse guia como um referencial para sua manchete, e também, acrescentou informações que foram ditas por Nicolau Fiengo para garantir mais lustro às suas mercadorias. *O SPECTADOR BRASILEIRO, Jornal Político, Literário e Commercial. Cartas para a Redação*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, n.º 132, 8 de novembro de 1826. p. 4. Infelizmente não foi localizado nenhum exemplar dessa publicação. Provavelmente, a única edição ficou no Museu Nacional e com o passar do tempo e o manuseio dos visitantes podem ter ocasionado sua destruição.

<sup>217</sup> BRANCAGLIONI JR, Antônio. Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional. In: LESSA, Fábio de; BUSTAMANTE, Regina (orgs.). *Memória & Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 75.

segundo ele “Belzoni achou uma grande quantidade destas figuras de madeira na tumba” desse soberano egípcio, de modo que esses achados foram fragmentados pelo mundo.<sup>218</sup>

É provável que Nicolau Fiengo tenha adquiridos esses objetos por intermédio de terceiros, já que, após a morte de Belzoni, ocorrida em 1823, alguém ficou responsável pela recolha, no Egito, e venda, na Europa, das antiguidades que ele escavara no Vale dos Reis. A *Gazeta de Lisboa* estampa que foram despachados “dois sábios ingleses ao Cairo [para] recolher os objetos das artes que houver deixado o Sr. Belzoni, o qual faleceu”,<sup>219</sup> o que aponta para intermediários entre Belzoni e Fiengo e demais comerciantes europeus que adquiriram lotes desse acervo, um dos quais aportou na Inglaterra e outro no Brasil. Certo é que a referência a esse explorador no título do catálogo pretendia distinguir a origem da coleção, relacionando-a a seu falecido proprietário, dada a fama de suas várias descobertas e feitos de engenharia.

Também não se pode descartar a possibilidade de que, em algum momento do ano de 1822, quando Belzoni<sup>220</sup> ainda se encontrava na França, exibindo uma exposição que reconstituía a tumba do faraó Seti I e organizando os fundos necessários para sua próxima exploração, a ser realizada em Timbuktu, no Mali - viagem que selaria o fim de sua vida -, Fiengo adquiriu-lhe diretamente algum lote que o mesmo decidiu se desfazer mais rapidamente de forma a financiar a nova empreitada.<sup>221</sup> Não se pode esquecer que, três anos após a morte de Belzoni, o porto de embarque na Europa da coleção egípcia destinada ao Brasil foi Marselha, na França, indício de que os objetos poderiam já ter sido armazenados anteriormente nesse país. Por se tratar de um cosmopolita, Fiengo realizava constantes viagens dentro da Europa e entre o Velho e o Novo Mundo. Anos antes de chegar ao Brasil, viajara aos Estados Unidos da América. Por essa mesma época, Pedro Molina se encontrava na Europa adquirindo objetos para o futuro Museu de Ciências Naturais de Buenos Aires, abrindo a possibilidade de que o contato entre ele e o comerciante italiano tivesse ocorrido ainda na França.

---

<sup>218</sup> Ainda não se sabe se esses *shabits* resistiram ao incêndio do Museu Nacional. As probabilidades são pequenas, uma vez que esses objetos eram de madeira. KITCHEN, Kenneth. *Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum, Rio de Janeiro*. Liverpool University Press, 1990, vol 1. p. 194.

<sup>219</sup> GAZETA DE LISBOA. Notícias estrangeiras. Lisboa: Imprensa Régia, nº. 297, 1824.

<sup>220</sup> PEARCE, Susan M. Giovanni Battista Belzoni's exhibition of the reconstructed tomb of Pharaoh Seti I in 1821. In: *Journal of History of Collections*, 2000. p. 109-125.

<sup>221</sup> Em 1822, tem a notícia de um leilão de antiguidades com objetos recolhidos por Belzoni em Londres. BELZONI, Giovanni Batista. *Catalogue of the various articles of antiquity, to be disposed of, at the Egyptian Tomb*. London: William Clowes, 1822.

O relato do jornal *Astrea* tem sido empregado pelos estudiosos como forma de oficializar o momento da chegada da coleção egípcia ao Brasil.<sup>222</sup> Mas, como os olhares estão direcionados apenas para as antiguidades egípcias, esquece-se que, na coleção de Fiengo retida no porto carioca, não se encontravam apenas essas. Havia ali, também, uma série de antiguidades gregas. A evidência está registrada no próprio catálogo feito por esse comerciante e no anúncio do jornal, que ostentava que, no porto, poderiam ser vistos também “outros muitos objetos de um Museu de antiguidades Grega e Egípcia”.<sup>223</sup> Não há razões para duvidar da existência de outra coleção de antiguidades nas mãos do comerciante italiano. Porém, não existem registros de compra dessa coleção pelo imperador ou pelo Museu Nacional, sendo provavelmente adquirida por outra pessoa, um brasileiro ou argentino, ou fracionada em pequenos lotes e vendida como objetos avulsos. Outra hipótese é de que estas antiguidades gregas eram, na verdade, cópias de peças originais, muito comumente adquiridas de antiquários, como o próprio Belzoni já havia feito. A aquisição desse tipo de reprodução foi comum em muitos museus, que utilizavam as moldagens em gesso para pesquisa ou como recursos didáticos nas aulas de desenho.<sup>224</sup>

A maioria dos estudos sobre a coleção egípcia dá ênfase ao imperador D. Pedro I como o principal agente de sua compra. Porém, a presença da imperatriz Leopoldina na visita à Alfândega deve ter sido essencial para que essas preciosidades fossem adquiridas. É notório o grande interesse que ela possuía pelos estudos de mineralogia e de ciências naturais. Sendo descendente de Habsburgos, recebera educação refinada, incluindo o ensino “de leitura, escrita, alemão, francês, italiano, dança, desenho, pintura, história, geografia e música; em módulo avançado, matemática, literatura, física, latim, canto e trabalhos manuais”.<sup>225</sup> A “arquiduesa herdou do pai o hábito do colecionismo: montou acervos de moedas, plantas, flores, minerais e conchas”.<sup>226</sup> Ao chegar ao Brasil, trouxe consigo 40 caixas que continham não só seu enxoval,

---

<sup>222</sup> BRANCAGLION Jr, Antônio. Coleções egípcias no país. In: BAKOS, Margaret (org.). *Egiptomania, o Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004. BRANCAGLION Jr. Antônio. Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional. In: LESSA, Fábio S.; BUSTAMANTE, Regina Maria C. (orgs). *Memória e festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

<sup>223</sup> ASTREA. *Consta-nos que na alfândega d’ esta Capital...* Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29 de julho de 1826, nº 16. p. 64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>224</sup> MASCARENHAS, Alexandre. *Antônio Francisco Lisboa: moldagens de gesso como instrumento de preservação de sua obra*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. 292 p. GOMES, René Lommez. p. 19. Esse artista silencioso, tão pouco conhecido. A pintura em Minas Gerais, na passagem do século XIX para o XX. In: *Minas das Artes, Histórias Gerais*. Belo Horizonte: Artes Gráficas Formato, 2018. p. 67-86.

<sup>225</sup> REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina, a história não contada: A mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Le Ya, 2017, p. 48.

<sup>226</sup> *Ibidem*, p 49.

mas também suas coleções e seus livros e, na sua comitiva, vieram mineralogistas, pintores, zoólogos, etimólogos, como Johann Spix, Carl Martius, Thomas Ender, Johann Pohl.

De fato, a educação de Leopoldina fora mais esmerada e formal que a de seu marido e não é impossível pensar, inclusive, que o desejo de ver a coleção egípcia que chegara no Rio de Janeiro havia partido dela, e que, ao observar as condições pouco propícias da Alfândega, convenceu o imperador a encaminhar as antiguidades para serem expostas no Museu Nacional, local mais adequado ao “evento”. É também possível supor que ela o estimulou a adquirir peças para compor o acervo da instituição, enriquecendo a cultura local. Em carta endereçada para sua amante, Domitila de Castro, o imperador narrou que, no dia 21 de julho de 1826, tinha ido a “Alfândega mostrar as múmias à imperatriz”,<sup>227</sup> demonstrando o interesse da soberana em conhecer o arranjo. A própria apontava para seus familiares o tédio que a consumia na Quinta da Boa Vista, afastada do mundo da ciência.<sup>228</sup> Assim, a exposição de objetos milenares na Alfândega pode ter chegado aos seus ouvidos e, como boa admiradora das ciências, acendido seu desejo de ver os itens de perto.

A carta de D. Pedro I para Domitila é a primeira menção da presença das antiguidades no Novo Mundo. Uma semana depois do casal real visitar a coleção egípcia na Alfândega, o jornal *Astrea* noticiou para o seu público que as preciosidades tinham acabado de chegar ao Rio de Janeiro. A presença de Pedro e Leopoldina certamente conferiu notabilidade e visibilidade para os objetos antigos de Fiengo, fazendo com que parte da população se interessasse em conhecer as múmias e os demais objetos trazidos para o Novo Mundo. A atenção de curiosos pelos inusitados objetos também pode ter sido insuflada pela forma como o jornal *Astrea* descreveu as múmias que se encontravam expostas:

Asseveram-nos que este Sr. as fará ver ao público, que não deixará de maravilhar-se podendo observar o extraordinário fenômeno da perfeita conservação em todas as suas partes de corpos que se não conservado intactos e sem a menor alteração, pelo misteriosos segredo que até ao presente nem um sábio tem podido penetrar apesar das intempéries de mais de 25 séculos.<sup>229</sup>

Após a visita dos monarcas, o vendedor das peças indicou a sua intenção de abrir uma mostra ao público de suas preciosidades e o melhor lugar para isso seria o Museu Nacional, situado nessa época em sua antiga sede, localizada no Campo da Aclamação. Essa pode ter sido

---

<sup>227</sup> Carta de D. Pedro I para a sua filha, 21 de julho de 1826. In: RANGEL, Alberto. *Marginados: anotações às cartas de D. Pedro I a D. Domitila*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974. p. 107.

<sup>228</sup> REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina, a história não contada: A mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Le Ya, 2017.

<sup>229</sup> ASTREA. *Consta-nos que na alfândega d’esta Capital...* Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29 de julho de 1826, nº 16. p. 64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

uma tática de Fiengo para que sua coleção pudesse ser vista e adquirida, uma vez que haveria uma constância de público para observar os objetos. Ele alcançou seu propósito e as antiguidades foram dispostas de forma a garantir um espaço melhor para a sua fruição. Naquele momento, a instituição já sofria com a falta de espaço para expor seu acervo, mas o prestígio de ter tais objetos notabilizaria o lugar.<sup>230</sup> Ademais, criar oportunidades para se obter esse arranjo abria uma grande chance para enriquecer o espaço científico. Afinal, não era recorrente a venda de antiguidades desse tipo em solo brasileiro.

Observa-se que, diferentemente do que se convencionou afirmar, a exposição das peças de Fiengo, no Museu Nacional, não foi realizada após sua aquisição pelo Estado Imperial. Em um primeiro momento, elas foram “emprestadas” para a instituição, para que grande parte do público leigo pudesse ver com mais comodidade. Depois de seis meses, começaram as negociações dos valores e, quando foram encerradas, o pagamento demorou dois anos para ser finalizado. Portanto, foi um longo processo até que elas fossem efetivamente adquiridas pelo governo, o que será abordado adiante.

Antônio Brancaglioni Júnior defendeu que as antiguidades egípcias foram compradas e “doadas ao Museu Real, provavelmente seguindo os conselhos de José Bonifácio (de Andrada e Silva), que era maçom, por certo inspirado pelo notório interesse desta confraria nas questões do Egito Antigo”.<sup>231</sup> Porém, essa teoria não parece crível, visto que muito antes, a 20 de novembro de 1823, Bonifácio fora exilado do Brasil, indo residir em Talence, na França. Seria improvável que, dada sua distância e a delicada relação que manteve, a partir de então, com D. Pedro I, que o antigo conselheiro do Imperador pudesse ter influenciado a aquisição das antiguidades.<sup>232</sup> Bonifácio retornaria ao Rio de Janeiro apenas a 16 de outubro de 1829, acompanhando a futura imperatriz do Brasil, e segunda esposa do imperador, D. Amélia de Leuchtenberg. Nesse momento, a coleção egípcia já havia sido adquirida e o seu pagamento, realizado em parcelas, já havia sido finalizado.

Além de um possível interesse do imperador e da imperatriz Leopoldina pelas antiguidades, é provável que o incentivo para a compra desses objetos tenha partido de pessoas

---

<sup>230</sup> Nos relatórios anuais existem evidências de longos debates sobre a necessidade de ampliação do Museu. Juntamente com envio de ofícios para que o governo ampliasse a verba para a realização de reformas.

<sup>231</sup> BRANCAGLIONI JR, Antônio. Coleções egípcias no país. In: BAKOS, Margaret Marchiori (org.). *Egiptomania – O Egito no Brasil*. Paris Editorial: São Paulo, 2004. p. 32.

<sup>232</sup> Segundo Paulo Rezzutti, a causa do entrave entre José Bonifácio e D. Pedro I ocorreu durante a Assembleia Constituinte, em 1823. Em 12 de novembro o imperador deu um golpe nos políticos presentes nessa convenção, “diversos deputados foram exilados, incluindo José Bonifácio e seus irmãos”. REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina, a história não contada: A mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Le Ya, 2017. p. 256.

que entendiam a importância do conjunto. O próprio diretor do Museu Nacional, João da Silva Caldeira, deve ter feito pressão para que as antiguidades ficassem na instituição, uma vez que ele, quando mais novo, realizara pesquisas em Paris, onde certamente visitou a coleção egípcia do Museu do Louvre, e tinha consciência da importância daqueles objetos para enriquecer o museu que dirigia nos trópicos.<sup>233</sup>

Outro que deve ter defendido a aquisição foi o conselheiro do monarca José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, que assinou, junto com o imperador, a ordem de compra da coleção, a 03 de abril de 1827. O Visconde<sup>234</sup> foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e defensor da criação de universidades no Brasil. Por ser considerado um historiador,<sup>235</sup> ele era sensível à importância da aquisição e sua posição favorável à compra das antiguidades.

Deste modo, é possível afirmar que a permanência da coleção egípcia no Brasil não foi fruto apenas da vontade de um grande homem, mas de um corpo de conselheiros de eruditos e de cientistas e de pelo menos uma mulher, a imperatriz, que compreendiam a relevância dos objetos para a instituição. O próprio redator do Jornal *Astrea* entendia que

é de certo este Gabinete o mais rico em Múmias de que temos conhecimento: pois contém cinco e todas de mui remota antiguidade. Julgando interessar com isto de algum modo aos nossos Leitores, indicaremos os artigos mais notáveis deste Gabinete.<sup>236</sup>

Vozes do destino ou não, o fato é que a coleção egípcia garantiu ao Museu Nacional o prestígio que todo grande museu de uma nação culta deveria ter. Acompanhando as tendências colecionistas da época, a instituição dava um grande passo para o enriquecimento de seu acervo. Porém, o processo de compra das antiguidades causou desconforto para o seu vendedor, pois a coleção egípcia ficou exposta por sete meses no Museu Nacional, enquanto Nicolau Fiengo aguardava ansiosamente por algum sinal de interesse de compra pelo Estado Régio, nesse caso representado pela figura do imperador D. Pedro I.

---

<sup>233</sup> MUSEU NACIONAL, Seção de Museologia do. *Os diretores do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 2007/2008. p. 9.

<sup>234</sup> TURIN, Rodrigo. José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. In: VARELLA, F.; OLIVEIRA, M. G.; GONTIJO, R.; *História e Historiadores no Brasil: Da América portuguesa ao Império do Brasil (1730-1860)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

<sup>235</sup> Publicou livros e traduziu obras importantes sobre a história portuguesa, dentre eles: PINHEIRO, José Feliciano F. *História Nova e Completa da América*. Lisboa: Na officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800. PINHEIRO, José Feliciano F. *Anais da Capitania de S. Pedro*. Paris: Tipografia de Casimir, 1839.

<sup>236</sup> ASTREA. *Consta-nos que na alfândega d'esta Capital...* Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29 de julho de 1826, nº 16. p. 64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Na maioria dos estudos sobre a coleção egípcia,<sup>237</sup> a figura de Nicolau Fiengo é citada apenas quando da chegada da coleção ao Brasil e no momento de sua venda para o Museu Nacional. A sua permanência no Brasil é tratada, de fato, como fruto do acaso da impossibilidade de sua carga alcançar Buenos Aires. Assim, nenhuma pesquisa aprofundou o entendimento da atuação de Fiengo na aquisição da coleção ou do impacto de sua presença no cenário cultural da Corte, durante o período em que viveu na capital do império. Enquanto aguardava o andamento da compra de sua coleção e o pagamento da transação, o comerciante das antiguidades precisou garantir meios para sua subsistência. Ele se estabeleceu na rua Direita, n.º 15 e sua residência foi transformada em um estabelecimento comercial destinado a realizar leilões e a vender objetos de cunho artístico. No *Diário do Rio de Janeiro*, de novembro de 1826 até março de 1827, existem quatro anúncios de leilões e vendas realizadas por ele, naquele endereço. Um desses comunicados anuncia o primeiro evento, previsto para 6 de novembro de 1826:

Nicolau Fiengo, faz leilão em sua casa na rua Direita n. 15, no dia Segunda-feira 6 do corrente, de uma porção de painéis com molduras douradas, e estampas em folio, estampas avulsas, painéis em óleo pelos melhores Autores, Imagem com mangas de vidro ricamente dourados, cordas de guitarra e de rebeca (sic), um excelente telescópio e etc. que serão vendido infalivelmente por todo o preço.<sup>238</sup>

Ao perceber que a jovem nação brasileira possuía poucos lugares destinados à venda de objetos de arte, Fiengo, sendo um especialista, viu a oportunidade perfeita para comercializar mercadorias com as quais possuía afinidade.<sup>239</sup> É provável que, durante os meses de julho até novembro de 1826, ele tenha captado peças disponíveis na cidade, para incorporar aos seus leilões, e encomendado outras que seriam de grande apreço na capital da Corte. Na primeira hasta, Fiengo se associou ao pregoeiro mais influente do Rio de Janeiro, naquele momento: Jorge João Dodsworth. Segundo Caroline Fernandes, Dodsworth fazia parte da primeira leva de imigrantes ingleses que acompanharam a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em

---

<sup>237</sup> BRANCAGLION Jr, Antônio. Coleções egípcias no país. In: BAKOS, Margaret (org.). *Egiptomania, o Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004. BRANCAGLION Jr. Antônio. Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional. In: LESSA, Fábio S.; BUSTAMANTE, Regina Maria C. (orgs). *Memória e festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. KITCHEN, Kenneth. *Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum*. Rio de Janeiro. Liverpool University Press, 1990. SANTOS, Moacir Elias. Múmias egípcias em museus brasileiros: a constituição das coleções e a investigação científica. In: AMES, C.; SAGRISTANI, M.; MORENO, Agustín.; LEONI, A. *Estudios Interdisciplinarios de Historia Antigua Volumen V*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018. p. 111-122.

<sup>238</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro, n.º 2, 3 de novembro de 1826. p. 7.

<sup>239</sup> Até o ano de 1830 foram poucos leilões e vendas de objetos de cunho artístico, depois, como abordado anteriormente, isso mudou com a presença de mais leiloeiros na cidade do Rio de Janeiro.

1808.<sup>240</sup> Possuía domínio dos negócios em leilões e do grande comércio, como também atuava como “corretor de imóveis e navios, vendia artigos de vestuários por comissão, realizava câmbio monetário”.<sup>241</sup>

A associação com J. J. Dodsworth no leilão de Nicolau Fiengo era forma de garantir maior notoriedade e importância aos objetos vendidos e transmitir confiança aos compradores, já que, diferentemente do último que era recém-chegado, o primeiro era notório comerciante e há muito se encontrava inserido de forma positiva na rede de comerciantes da praça do Rio de Janeiro, com conhecida casa de leilões, estabelecida há quase vinte anos. Sendo assim, poucos como ele poderiam dar maior credibilidade às vendas, dominar o comércio carioca e atrair e satisfazer o gosto de sua clientela.

O anúncio do dia 6 de novembro, estampa que “J. J. Dodsworth, faz leilão hoje, em casa do Snr. Nicolau Fiengo, na rua Direita, n. 15”.<sup>242</sup> Diferentemente do que foi estampado no primeiro comunicado, não seria Fiengo o pregoeiro e, sim, Dodsworth. Observa-se aí uma clara estratégia de negócio, com o leiloeiro tradicionalmente já estabelecido no mercado local tomando a dianteira da venda.

Em outro aviso veiculado no *Diário do Rio de Janeiro*, a 21 de dezembro de 1826, o nome de Fiengo aparece novamente. Dessa vez não se trata de um leilão, pois informa-se que várias mercadorias, inclusive aquelas que haviam acabado de chegar ao Rio de Janeiro, estavam à venda em sua loja. Tais objetos eram de caráter artístico, como “figuras em base douradas com mangas de vidro, [...] um sortimento de estampas, entre as quais uma coleção de completa de Anatomia” e também “o retrato de S. M. o Imperador em quadro com moldura dourada”.<sup>243</sup> As primeiras parecem ser as que foram anunciadas na primeira hasta e, provavelmente, a totalidade ou parte delas permaneceram sem ser vendidas. Essas mercadorias denotam a especialidade que o comércio de Fiengo adquirira, e sobretudo, a última peça mencionada revela que ele estava acompanhando o tipo de demanda por obras de arte que surgia na corte, referente às personalidades da família imperial brasileira, no caso, o próprio D. Pedro I. A presença de retratos oficiais dos governantes nas casas comerciais já havia se tornado um hábito recorrente na Europa, quiçá nas colônias, pois a efígie do soberano, ao se fazer presente entre

---

<sup>240</sup> SILVA, Caroline Fernandes. Profissionalização e especialização dos leilões de arte no Rio de Janeiro. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 22 a 26 de julho de 2013. p. 4.

<sup>241</sup> *Ibidem*, p.4.

<sup>242</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro, n.º 4, 6 de novembro de 1826. p. 15.

<sup>243</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Vendas. Rio de Janeiro, n.º 17, 21 de dezembro de 1826. p. 66.

os membros destacados da sociedade, constituía um aparato de compartilhamento do poder por meio de sua representação.<sup>244</sup>

No ano posterior a sua chegada, a 6 de fevereiro 1827, Nicolau Fiengo protocolou uma petição junto à Casa Real, na qual informou o valor que estava pedindo ao imperador pelas antiguidades egípcias e solicitou isenção alfandegária sobre ele. O teor de seu pedido era o seguinte:

Senhor – Diz Nicola Fiengo, Proprietário das Antiguidades Egípcias, depositadas no Imperial Museu desta Corte por ordem de V. M. Imperial, que tendo ele requerido a V. M. Imperial para que lhe Mandasse comprar as referidas Antiguidades, teve por Despacho de 6 de Fevereiro do corrente ano lançado no livro da Porta da Secretaria d’Estado dos Negócios do Império, que declaram o Supp.<sup>e</sup> o preço que por estima no valor de treze contos de reis, e é justamente a quantia, que por ela pertende livre dos Direitos, da Alfândega; e à vista d’esta declaração mandará V. M. Imperial como for do Seu Imperial Agrado E.R.M. – Nicola Fiengo.<sup>245</sup>

Sabendo que suas mercadorias milenares seriam de grande estima para qualquer governante que fosse comprá-las, Fiengo tratou de determinar a quantia que achava justa a ser paga por elas. Nessa época, treze contos de réis era um valor bem alto, especialmente quando se compara com os preços de outros produtos e percebe-se que, com esse mesmo valor, era possível comprar cerca de 65 escravos,<sup>246</sup> plantel bastante considerável para a época. De fato, o preço foi considerado muito alto, sendo informado, no despacho, que a Casa Real “achou mui subido o preço, em que o Supp.<sup>e</sup> estima as Antiguidades Egípcias a seu pedido no Museu Nacional desta Corte”<sup>247</sup> e iniciaram-se as negociações.

Enquanto as transações se desenrolavam, Nicolau Fiengo continuou estampando, no *Diário do Rio de Janeiro*, que novos produtos chegavam a sua loja. Em 16 de março do mesmo ano, anunciou “uma coleção de quadros com estampas finas; outra coleção de quadros com História de D. Ignez de Castro, [...] outra coleção de figuras em mangas de vidro de nova invenção com muitos Generais de França, bem dourados, e pintados”.<sup>248</sup> Ainda que não tenha

<sup>244</sup> FRANCO, Carlos. *Casas das elites de Lisboa*. Lisboa: Scribe, 2015. 480 p.

<sup>245</sup> Despacho de 6 de fevereiro de 1827, de Nicolau Fiengo para S. M. I. Pedro I. apud RANGEL, Alberto. *Marginados: anotações às cartas de D. Pedro I a D. Domitila*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974. p. 108.

<sup>246</sup> Em 1826, o preço de um escravizado era de 200\$000, sendo assim, o valor de cinco escravizados daria um conto de réis, multiplicado por treze, chegamos a quantidade de 65. Para saber mais, ler: NOGUEROI, Luiz Paulo Freire. Preços de bois, cavalos e escravos em Porto Alegre e em Sabará, no século XIX — mercadorias de um mercado nacional em formação. In: *Revista Ensaios FEE*. Porto Alegre, v. 6., 2005. p. 7-36.

<sup>247</sup> Despacho de 6 de fevereiro de 1827, de Nicolau Fiengo para S. M. I. Pedro I. apud RANGEL, Alberto. *Marginados: anotações às cartas de D. Pedro I a D. Domitila*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974. p. 108.

<sup>248</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Vendas. Rio de Janeiro, n.º 14, 16 de março de 1827, p. 1.

interrompido ou fechado seu negócio de objetos artísticos imediatamente, esse foi seu último anúncio nesse jornal. Estava mais interessado que a negociação não se arrastasse demais e que pudesse por a mão no dinheiro. Assim, decidiu diminuir um pouco o valor das peças, enviando, no dia 3 de abril, nova petição à Casa Real:

Senhor – Diz Nicola Fiengo que tendo trazido da Europa uma Coleção de Antiguidades Egípcias e tendo Vossa Majestade Imperial determinado que **elas fossem enviadas para o Museu Imperial desta Corte, a fim de serem ali bem examinadas, e de se ver se convinham, ou não ao Estado:** o Supp.<sup>o</sup> sendo-lhe perguntado o preço que por elas pertendia,[sic.] pediu por elas uma soma que Vossa Majestade Imperial julgou não valer, e como o Supp.<sup>o</sup> **tenha sofrido perdas incalculáveis nos seus negócios, se veja obrigado a retirar-se mais depressa para a Europa,** repugnando à sua delicadeza e caráter remover do Museu de Vossa Majestade Imperial uns objetos, que há muito tempo ali assistem, e que por isso já podem ser considerados pelo público como uma parte das raridades, que o enriquecem, e constando-lhe ao mesmo tempo que Vossa Majestade Imperial se dignaria dar por elas a soma de 5:000\$000.<sup>249</sup>

Observa-se que, por esses dizeres de Fiengo, quando as antiguidades foram enviadas para o Museu Nacional, e ali expostas, elas ainda não tinham seu destino selado e não estava acertado que fariam parte do acervo da instituição. A decisão de enviar a coleção ao museu foi justificada não apenas para dar mais comodidade ao público visitante, mas também para que pudesse ser examinada pelos especialistas da casa, capazes de atestar seu valor e qualidade, validando cientificamente a decisão de adquiri-la. Enquanto o público e especialistas avaliavam as peças, negociou-se com o legislativo se o Estado iria destinar fundos extraordinários do seu orçamento para a compra, o que foi decidido favoravelmente, sendo que a autorização foi firmada pela Câmara dos Deputados, em 1829.<sup>250</sup> Entre 1826 e 1828, período em que as peças estiveram expostas no museu, alguma discussão sobre a importância desse acervo para a instituição aconteceu. O Museu reunia um corpo de eruditos e conselheiros do imperador, que também estiveram envolvidos nesse processo. Não se pode descartar que a própria Leopoldina contribuiu para a aquisição da coleção egípcia. Por falta de registros documentais, estes meandros do processo de aquisição das peças permanecem obscuros.

No período, o preço de aquisição das antiguidades egípcias diminuiu, de treze contos de réis para cinco contos de réis, ou seja, de 65 para 25 escravos. Ainda assim, era quantia

<sup>249</sup>Despacho de 3 de abril de 1827, de Nicolau Fiengo para S. M. I. Pedro I. apud RANGEL, Alberto. *Marginados: anotações às cartas de D. Pedro I a D. Domitila*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974. p.109. (grifo do autor).

<sup>250</sup>DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão do dia 3 de agosto de 1829, Despesa Extraordinária. In: *Diário da Câmara dos Deputados à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1830. p. 2.

significativa.<sup>251</sup> A decisão de reduzir o preço de forma expressiva revela que Fiengo precisava fechar rapidamente o negócio que já se arrastava por um grande período e, como ele mesmo afirma, precisava de dinheiro para se sustentar e para retornar a seu país de origem. De toda forma, quem saiu ganhando foi o Estado Imperial, pois certo é que a coleção valia mais do que foi pago por ela. No entanto, Fiengo justificou, dentro da lógica da economia do dom que regia os regimes assentados em princípios de Antigo Regime,<sup>252</sup> que a queda tão grande no preço era demonstração, como bom súdito, da sua fidelidade e zelo pelo monarca. De acordo com o vendedor:

O supp.<sup>e</sup> (Nicolau Fiengo) pelas circunstâncias em que se acha, e os sentimentos honrados que o animam, pronto **a fazer qualquer sacrifício** que faz do Agrado de Vossa Majestade Imperial, em Cuja Benignidade, e Munificência confia, com todo o acatamento, e respeito ao pé do Trono de Vossa Majestade Imperial ferventemente supplica para que Vossa Majestade se digne mandar fazer a aquisição das ditas Antiguidades, para o ornamento do referido Imperial Museu onde se acham depositadas e isto pela mencionada soma de 5:000\$000. Para a Vossa Majestade Imperial se digne aceita benignamente o oferecimento do Supp.<sup>e</sup>, e deferir-lhe como pede E. R. M. Nicola Fiengo.<sup>253</sup>

O apelo de Nicolau Fiengo surtiu efeito e, no mesmo dia, o imperador D. Pedro I despachou a ordem de compra das antiguidades. Mas, a generosidade do monarca não foi tão grande, já que determinou que o pagamento seria feito em três parcelas, pagas em seis, doze e dezoito meses. Na nota de ordem da compra, emitida pelo Estado Real, constava:

Atendendo ao que me representou Nicolau Fiengo, que propôs a venda das Antiguidades Egípcias, já depositadas no Museu desta Corte: Hei por bem que pelo Tesouro Público se pague ao dito Nicolau Fiengo a quantia de cinco contos de réis, em que ele avaliou as referidas Antiguidades; verificando-se o pagamento desta compra a prazos de seis, doze, e dezoito meses. O Marquês de Queluz do Meu Conselho d'Estado, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros, encarregado interinamente dos da Fazenda, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, em três de abril de mil oitocentos e vinte sete, sexta da Independência e do Império. – D. Pedro I; Visconde de S. Leopoldo.<sup>254</sup>

<sup>251</sup> Em 1826, o preço de um escravizado era de 200\$000, sendo assim, o valor de cinco escravizados daria um conto de réis, multiplicado por cinco, chegamos a quantidade de 25. Para saber mais sobre o comércio de escravizados e seus respectivos valores, ler: NOGUEROI, Luiz Paulo Freire. Preços de bois, cavalos e escravos em Porto Alegre e em Sabará, no século XIX — mercadorias de um mercado nacional em formação. In: *Revista Ensaios FEE*. Porto Alegre, v. 6., 2005. p. 7-36.

<sup>252</sup> FURTADO, Júnia F. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

<sup>253</sup> Despacho de 3 de abril de 1827, de Nicolau Fiengo para S. M. I. Pedro I. apud: RANGEL, Alberto. *Marginados: anotações às cartas de D. Pedro I a D. Domitila*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974. p.109.

<sup>254</sup> D. PEDRO I; VISCONDE DE S. LEOPOLDO. Ordem de pagamento das Antiguidades Egípcias, 03 de abril de 1827. Cópia datilografada, Museu Nacional: Seção de Antropologia e Etnographia, 1939/1940. SESHAT - Laboratório de Egíptologia, UFRJ. Agradeço gentilmente, o professor e egiptólogo Antônio Brancaglioni Júnior por ter me cedido a cópia digitalizada desse documento.

Nicolau Fiengo não deixou o Brasil enquanto não recebeu todas as parcelas do pagamento. No registro de partidas da alfândega,<sup>255</sup> consta que foi embora do Brasil a 17 de janeiro de 1829. Não há evidências de que tenha retornado outras vezes. O mais interessante é que não se dirigiu à Europa, mas a Buenos Aires. O que teria ido fazer por lá? As antiguidades gregas ainda estavam em sua posse? Será que pretendia vendê-las ou entregar alguma encomenda? Certamente buscava ampliar sua esfera de negócios. De todo modo, sendo bem-sucedido ou não em sua nova empreitada, certo é que Fiengo desempenhou papel de destaque na história do colecionismo de antiguidades egípcias, uma vez que foi o primeiro a vender esse tipo de acervo no Brasil e mesmo na América Latina.

## 2.2. “Trapos, farrapos e corpos mirrados” – O vendedor e o bacharel

A venda das antiguidades egípcias de Nicolau Fiengo foi burocrática e não tão rentável quanto ele esperava. Ademais, logo após a coleção ser transferida da Alfândega para o Museu Nacional, uma crítica pesada sobre a exibição das peças foi enviada ao jornal *Astrea*. No dia 19 de setembro de 1826, um sujeito, autodenominando-se “Carioca Constitucional B. F. G.”, expôs, em tom de sarcasmo, suas opiniões sobre a coleção egípcia de Fiengo:

**Que mangação!** Fui ver as Múrias, e seus anexos! [...] É verdade, que vi as Múrias, e só sei, que são Múrias, pelos pés de uma, que vi tão bem, como aquele outro cheirou, o que era na verdade, mas porque já não havia de haver uma Alma piedosa, que fizesse o que eu agora faço? Para que haviam de vir uns **Habitantes do Cemitério com um Cosmopolita vivo, que conduz os Mortos do Egito**, para querer ganhar quarenta mil cruzados em **trapos, e farrapos embrulhados em cadáveres esmirrados**, e com a compostura de almofadas por músculos? Sr. Redator, as duas Cabeças de Índios, isso sim é que é obra fina! E a querer ver Carrancas, então estas.<sup>256</sup>

Por trás do pseudônimo “Carioca Constitucional B. F. G.” escondia-se Basílio Ferreira Goulart, bacharel formado na Universidade de Coimbra, que então exercia o cargo de juiz.<sup>257</sup>

<sup>255</sup> IMPÉRIO DO BRASIL. Sahidas. Rio de Janeiro: Imprensa Imperial e Nacional, n. °13, vol. 13, 17 de janeiro de 1829. p. 54.

<sup>256</sup> ASTREA. Notícias. Rio de Janeiro: Typographia Torres, n°37, 19 de setembro de 1826. p. 149. Destaque feito autor.

<sup>257</sup> No Almanak Imperial de 1829, o nome de Basílio Ferreira Goulart aparece registrado como ocupando a função de Juiz de Facto, sendo o seu endereço, a rua dos Latoeiros. PLANCHER-SEIGNOT, Pedro. *Almanak Imperial do Commercio e das corporações civis e militares do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Plancher-Seignot 1829. p. 128. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706191/386>

Sempre sob esse mesmo pseudônimo, Goulart publicou várias críticas ao Império,<sup>258</sup> veiculadas pelos jornais *Astrea* e pelo *Spectador*. Se “as palavras receberam a tarefa e o poder de representar o pensamento”,<sup>259</sup> as de Goulart demonstravam o seu desprezo: aqueles objetos não possuíam nada de especial, eram superestimados; além de repulsivos. Pelo fato de as múmias serem enfaixadas – o que impossibilitava vislumbrar o corpo –, Goulart classificou-as como meras “almofadas [tomadas] por músculos”; contrapondo-as às cabeças mumificadas dos indígenas, que, para ele, revelavam maior refinamento, pois suas estruturas estavam visíveis para apreciação, sem nenhuma bandagem encobrindo-as. O “Carioca Constitucional” não compreendia a aquisição daqueles “cadáveres esmirrados”, afirmando que o lugar deles era no cemitério. Para além, denominou Nicolau Fiengo como um “Cosmopolita vivo, que conduz os Mortos do Egito”, julgando o comerciante de antiguidades por querer lucrar com a venda de pessoas falecidas. Goulart continuou sua crítica sobre a coleção, atacando principalmente as múmias. Diz ele:

Sr. Redator, parecia-me que a Loja do Museu se tinha convertido nas antigas Catacumbas dos Terceiros de São Francisco, onde se mostravam pedaços de **Corpos mirrados** e mesmo inteiros, que uns tinham por bons Católicos, e outros por Excomungados. Também aí se falou em Gatos do Egito: por mais, que acanhasse as pupilas dos olhos, não vi o que era, apenas umas capas, e **uns embrulhos nojentos**, vi uma porção de um Lagarto [...]. **Que de gente vai a ver!** Não sei o que dirão muitos por Múmias; hão de haver galantes equívocos. **Eu saí enfarado, e enjoado**. Retirei-me deste Sítio da Morte, e destes Corpos, ou Ossos, que deviam ter pago o seu tributo à terra, para não servirem ainda de horror: respirei à proporção.<sup>260</sup>

“Trapos”, “farrapos”, “embrulhos nojentos” e outros substantivos e adjetivos depreciativos foram utilizados por Goulart para caracterizar sua repugnância pelos artefatos. A indignação estendia-se ao interesse do público pelas peças. Em seu relato, conta que uma grande quantidade de pessoas foi ao museu, nas quais as múmias despertaram grande fascínio acima de qualquer objetos da coleção. Ao contrário deles, Goulart destacou alguns dos itens que considerava mais atraentes:

Eu dou valor às Caixas, que encerram as Múmias; tem todo o ar da sua antiguidade; os Caracteres Chineses, entremeados dos Hieroglíficos; as Pinturas, que aí se veem, tem muito de desafiar a curiosidade! As lápides-inscripcionais também é coisa curiosa: vê-se nelas, quase as mesmas figuras, que os Pretos aqui costumam entalhar nas suas Cuias, e que debuxam com

<sup>258</sup> IPANEMA, Cybelle. Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro, n. 398, jan./mar. 1997. p. 197.

<sup>259</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 107.

<sup>260</sup> ASTREA. Notícias. Rio de Janeiro: Typographia Torres, nº37, 19 de setembro de 1826. p 150. Destaque feito pelo autor.

carvão nas paredes, principalmente, quando *banzão*: e portanto nos devíamos a este respeito contentar com as esculturas Etiópicas de faca, e deixarmos as de calhão, são muito caras; também ali se viam figurinhas verdes, e outras miudezas entre estas, uma cabeça de massa, ou coisas que o valha, de maneira chinês.<sup>261</sup>

Sua visão preconceituosa e superficial, puramente estética, era reflexo de seu pouco conhecimento sobre a cultura material do antigo Egito. As “caixas que encerram as Múmias” eram os ataúdes de madeira, cujos hieróglifos foram erroneamente associados à escrita chinesa, e as “figurinhas verdes” eram os *shabits* que eram enterrados juntos com os mortos. Mas não é de se estranhar que tenha feito tal interpretação, uma vez que os primeiros estudos científicos sobre a escrita hieroglífica tinham acabado de ser publicados.<sup>262</sup> Por fim, chamou as estelas de “lápides inscripcionais” e, na intenção de inferiorizá-las, comparou-as com os desenhos feitos pelos africanos escravizados, ressaltando que não se tratava de novidade a ser exposta com destaque num museu, já que a produção artística dos negros estava em toda parte, inclusive nas paredes da cidade. Não há nenhum esforço de sua parte buscando entender o que significavam aqueles objetos e nem mesmo para saber seus nomes corretos, ainda que tivesse acesso a informações mais apuradas, como as fornecidas pela publicação descritiva que acompanhava a coleção.<sup>263</sup> Para ele, a sala onde estava a mostra não passava de “um sítio da morte”. Sua percepção revela que a Egiptologia, ou gosto pelas peças dessa época, ainda era pouco corrente, principalmente entre as elites latino-americanas.

Basílio Ferreira Goulart era parte integrante da elite ilustrada do Rio de Janeiro e estudara Leis em Coimbra. Por isso, é interessante refletir sobre o pouco ou nenhum valor que atribuiu à coleção egípcia. Após criticá-la, continuou seu relato tecendo comentários sobre sua visita ao Museu Nacional. A seção mais admirada por ele foi a de Belas Artes, na qual estavam expostos os quadros dos grandes artistas do século XIX, como Domingos Antônio Sequeira (1768-1837) e Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830). Ao se identificar com os temas e o estilo foi capaz de tecer elogios e destacar a qualidade das telas.

<sup>261</sup> ASTREA. Notícias. Rio de Janeiro: Typographia Torres, nº37, 19 de setembro de 1826. p. 150.

<sup>262</sup> CHAMPOLLION, Jean François. Lettre à M. Dacier... *Relative a l'Alphabet des Hiéroglyphes Phonétiques*. Paris: Firmin Didot Père et Fils, 1822.; CHAMPOLLION, Jean François. *Panthéon Egyptien, Collection des Personages Mythologiques de l'Ancienne Egypte d'Après les Monuments*. Paris: Firmin Didot, 1823.; CHAMPOLLION, Jean François. *Précis du système hiéroglyphique des anciens Égyptiens, ou Recherches sur les éléments premiers de cette écriture sacrée*. Paris: Treuttel et Würtz, 1824.

<sup>263</sup> *Catalogo de hum Museo de Antiguedad griega e egypcia, encontrado en la escavacion mandada hacer por el famoso naturalista de Europa, el Sr. Belzoni, enviado por el Gobierno Inglez al sepulcro Real de Tebas, subterraneo del Palacio de Karnac, formando el todo parte del gabinete do D. Nicolas Fiengo*. In: O SPECTADOR BRASILEIRO, Jornal Político, Literario e Commercial. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, n.º 132, 8 de novembro de 1826. p. 4.

Goulart se incomodou com o alvoroço criado em torno das peças egípcias pelo fato de que, naquele momento, defendia que o país investisse prioritariamente no mundo das artes. A 29 julho de 1826, mesmo mês que as primeiras chegavam ao Brasil, enviou uma carta para a redação do jornal *O Spectador*, comentando a futura inauguração do edifício que abrigaria a Academia Imperial de Belas Artes (AIBL), projetado por Grandjean de Montigny (1776-1850). Para ele, na nova sede da escola, “as Artes abririam o caminho aos conhecimentos humanos”; uma vez que o Rio de Janeiro tinha “os seus horizontes pitorescos e agigantados; a Natureza em grande” faltava-lhe, “agora só polir-se com as Artes, e Ciências”.<sup>264</sup> Para que isso fosse possível, era necessário que a Academia se estruturasse e tivesse um corpo técnico que proporcionasse o avanço das artes no Brasil. Sua admiração pelas artes também ecoava seu nacionalismo tropical, uma vez que as mesmas, agora capazes de serem exercidas sob os mais elevados cânones, exaltariam de forma primorosa a natureza brasileira, o seu bem mais precioso.

Ao contrário, o apreço pelas antiguidades egípcias, objetos de memória de um lugar e de um tempo distantes, não convinha a um país que ainda buscava sua identidade para se afirmar como nação. O cultivo renovado e erudito das artes servia melhor a essa missão. Por essas razões, para ele, gastar “quarenta mil cruzados em trapos, e farrapos embrulhados em cadáveres esmirrados”<sup>265</sup> parecia-lhe um desperdício de dinheiro e um ato de mal gosto.

Suas críticas não passaram despercebidas. No último quartel do ano de 1826, Nicolau Fiengo, por sua vez, como um bom comerciante que sabia defender suas mercadorias, enviou uma carta para o Redator do *Astrea* recheada de argumentos e comentários sobre as críticas que Goulart tecera à coleção egípcia. Como era italiano de origem, não versado em português, certamente contou com amigos do ramo, ou admiradores da coleção, para redigir no idioma e no tom adequado aos debates jornalísticos. Segundo Fiengo, ele próprio era

[um] Estrangeiro e chegado há pouco a este país: tenho viajado, e visto algumas terras, e um dos costumes que sempre vi praticar com mais exatidão aonde mais brilham a doutrina, e a cultura do intelecto, e se tratarem matérias graves, e pontos de erudição com toda a seriedade, opondo razões a razões, e combatendo as opiniões alheias com argumentos sólidos, dignitosos, e bem ajustados. [...] Porém com meu bastante espanto, e à custa da minha reputação, e meu interesse, acabo de aprender, que aqui não se segue este sistema (da instrução), e que a chincalhação, e a chufa decidem dos objetos, e assuntos mais graves, como das coisas mais vulgares e abjetas.<sup>266</sup>

<sup>264</sup> O SPECTADOR BRASILEIRO. Diário Político, Literário e Comercial. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 29 de julho de 1826. p. 3-4. [digitalizado e online].

<sup>265</sup> ASTREA. Notícias. Rio de Janeiro: Typographia Torres, nº37, 19 de setembro de 1826. p 150.

<sup>266</sup> ASTREA. Notícias. Rio de Janeiro: Typographia Torres, sem data [1826]. p .1

Começou, então, depreciando o intelecto de seu oponente em oposição às elites ilustradas europeias, em que costumava circular. Continuou criticando os argumentos inverossímeis, cujo “estilo, e a maneira com que o Sr. Carioca pretende desacreditar a minha coleção, não são próprios da sublimidade do objeto, nem de um homem culto”. Finalizou argumentando que, em seu oponente, “as reflexões eram triviais, e pueris, elas não vertem sobre o que é essencial, e particular aos objetos da coleção, dos quais pouco e nada diz [...] Ele só se entretém em comparações mesquinhas”.<sup>267</sup> Tamanha era a desqualificação cultural de seu interlocutor e as ofensas por ele proferidas que, em seguida, se pergunta

se a linguagem de todos os seus patrícios é igual à do Carioca Constitucional, que na sua folha se permitiu chincalhar, com toda a mordacidade de um Zoilo, a coleção instrutiva de antiguidade egípcias, que eu trouxe a este Porto, e que com a aprovação, e licença de S. M. I. depositei no Imperial Museu desta Cidade. No caso que V.M. me responda que sim, então nada tenho mais a fazer se não carregar outra vez o que é meu, e procurar outras terras aonde o ouro tenha mais estimação do que a missanga; mas se, como eu creio, essa linguagem é particular somente a esse indivíduo, peço a V. M. que em abono da verdade, do Crédito Nacional, e desafronta dos insultos com o Sr. Carioca me atacou, faça constar pela sua folha ao Público instruído deste Império, os sentimentos com que altamente estranho um procedimento pouco conforme ao caráter de quem afeta de sábio e cordato.<sup>268</sup>

A referência ao filósofo grego Zoilo (400 a. C.-320 a. C.) era, para bom entendedor, forma de desqualificar Goulart, incapaz de compreender os signos da cultura ilustrada. Esse pensador ficou conhecido na Antiguidade por suas diversas críticas ao poeta Homero (IX a. C.-VIII a. C.), ganhando a fama de o “chicoteador de Homero”. Ao identificar seu oponente com esse filósofo, ele qualificava a si mesmo, e por extensão sua coleção, a Homero, famoso autor da *Ilíada* que descreve a Guerra de Troia, também por ele mencionada, e da *Odisseia*, obras primas da literatura universal. No texto, ainda se refere ao poeta romano Ovídio (43 a. C.-18 d. C.) e a Galileo Galilei (1564-1858) sempre com o intuito de diminuir seu oponente, atestando como a ignorância fora a maior responsável por obliterar o julgamento dos neófitos em relação à obra dos grandes homens do passado:

Galileo produziu uma das mais grandes e úteis descobertas para a física. Se ele a par do nosso Carioca observasse aquele movimento com olhos vulgares, e com lembranças de objetos ridículos, nós ainda não conheceríamos a teoria do isocronismo das oscilações, e não teríamos ainda, boas pêndulas para regularmos as nossas horas.<sup>269</sup>

---

<sup>267</sup> ASTREA. Notícias. Rio de Janeiro: Typographia Torres, sem data [1826]. p. 1.

<sup>268</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 2-3.

Ao contrário de Goulart, Fiengo não estende diretamente a sua crítica a todos os cidadãos brasileiros. Nesse caso ele deixa aberta a dúvida que permite que o leitor não se identifique com a condenação expressada pelo primeiro. Caso contrário, restar-lhe-ia apenas levar seus preciosos objetos para uma nação que soubesse melhor valorizá-los, já que que não poderia permanecer em uma terra de leigos, que preferiam admirar as “miçangas” produzidas pelos indígenas à produção material dos antigos egípcios. Se os brasileiros não soubessem fazer o bom do uso do ouro que tinham à mão, materializada na “coleção instrutiva de antiguidade egípcias”, melhor seria, lamenta-se, “carregar outra vez o que é meu”.

O texto não termina aí, seu corpo é longo, e continua questionando:

Mas porque o Snr. Carioca em vista da minha coleção, não experimentou em si, uma exaltação de entusiasmo que engradecesse as suas ideias, e levasse o seu espírito aos séculos passados a meditar sobre o berço das Artes e das Ciências? Por que se não lembrou se não das catacumbas do Terceiros de São Francisco? Deverá isto só a fraqueza do seu entendimento? A prevenção, a prevenção; a opinião já formada, o fito já proposto de antemão, eis o que entorpeceu o seu espírito, e tornou seu intelecto insensível às belezas, e preciosidades que ia observar: ele não foi ver a coleção com o intento de se instruir, mas com a tenção de buscar meios e dados para assanhar a sua crítica, e poder assim depois uma larga difamação tirar algum partido especulativo, e proveito: mas muito ele se engana se pensa que eu pelos seus ditérios hei de perder o ânimo, e abandonar por nada o que me custou grandes fundos, e imensos trabalhos.<sup>270</sup>

Dada a falta de credibilidade que as críticas de Goulart lhe inspiravam, Nicolau Fiengo interrogava-o de forma irônica, rebatendo seus argumentos. Se um homem tão instruído e amigo das ciências quisesse aprender sobre os processos de mumificação e da História do antigo Egito, não faria comentários tão infundados. Não compararia, por exemplo, a sala onde as múmias se encontravam com um cemitério, fazendo referência às Catacumbas da Ordem Terceira de São Francisco, localizada na cidade do Porto, em Portugal. O italiano afirmou, sobretudo, que o Carioca Constitucional não foi ao Museu com o objetivo de se instruir, mas para criar argumentos para ofender as suas “mercadorias”.

Fiengo ambicionava que sua coleção fosse adquirida pelo Estado Imperial e, por isso, críticas negativas como as proferidas por Goulart desestimulariam a aquisição dos objetos. No intuito de defender sua honra, bem como o valor das suas peças, finalizou sua defesa zombando e inferiorizando o bacharel, incitando-o a comprovar que as antiguidades egípcias eram falsas.

Prove ele, com razões sólidas que os objetos da minha coleção são falsos, e que eu sou um embusteiro: então não só ele, mas a Nação toda terá o direito

---

<sup>270</sup> ASTREA. Notícias. Rio de Janeiro: Typographia Torres, sem data [1826]. p. 2.

de falar com desprezo, e zombar do cuidado, que eu tive, de aportar a estas praias com raridades Egípcias. Enquanto não fizer isto, nenhum valor terão as suas calúnias; e o público instruído não deixará de prezar, e admirar essas antiguidades, apesar de não serem muito agradáveis a vista, e ao olfato. Ir ver múmias, e esperar de achar nelas objetos que encantem com sua beleza, e suavizem pelo seu cheiro, é só lembrança digna do Sr. Carioca; assim como desacreditar raridades tão apreciáveis só pela razão, de que os quadros de insignes pintores, que eixem no mesmo lugar aonde elas estão depositadas, alegram mais a vista, e o coração dos observadores [...]. **Saiba o Snr. Carioca que se minha coleção não lhe agrada, há muita gente que a estima**, e que eu especulador e mercador de cadáveres, como sou, não preciso do agrado de quem é tão obtuso, que pode comparar as curiosidades da Nova Zelândia com as da Pátria de Sesostris e dos Ptolomeus.<sup>271</sup>

Nicolau Fiengo encerrou a réplica do relato sobre o “sítio da morte” – nas palavras do jurista – em tom ameaçador. As três páginas publicadas no jornal explicitam seu desprezo perante a Goulart e a sua opinião, e parecem ter alcançado o efeito desejado: depois da publicação de sua “defesa”, não há outro registro de quaisquer polêmicas sobre elas no jornal *Astrea*. O Carioca Constitucional parece não ter insistido em inferiorizar a coleção egípcia e seu vendedor.

Segundo Michel Foucault, “a crítica, perante a linguagem existente e já escrita, se dá por tarefa definir a relação que ela mantém com o que representa”.<sup>272</sup> No caso de Goulart e Fiengo, ambos se inserem em um “jogo de representação” imbuído de um conflito de interesses. O primeiro defende que aqueles objetos eram falsos e que não iriam contribuir para o desenvolvimento do conhecimento. Para ele, eram outras as áreas que o Estado deveria investir, ao invés de gastar dinheiro com “trapos e farrapos”. Em contrapartida, o segundo viu sua honra maculada por um indivíduo que, aparentemente, mal conhecia e que acusa de ser inferior e menos culto que ele. Na sua carta para a redação do *Astrea*, fez um longo discurso recorrendo à literatura e exemplos eruditos, dessa forma diminuindo seu oponente e desacreditando suas acusações. O que conseguiu. Não só a disputa não voltou às páginas do noticiário, como as peças acabaram sendo adquiridas pelo governo brasileiro.

As críticas desferidas pelas duas partes revelam as divergências existentes entre os dois em relação ao que se devia valorar culturalmente. Críticas, na maioria das vezes, fazem usos de recursos não necessariamente confiáveis,<sup>273</sup> preenchendo a narrativa com fatos verídicos ou não, de forma a convencer o espectador almejado. Neste caso, o público alvo era a elite letrada

<sup>271</sup> ASTREA. Notícias. Rio de Janeiro: Typographia Torres, sem data [1826]. p. 3. Destaque feito pelo autor.

<sup>272</sup> FOUCAULT, Michel *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p 111.

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 110.

da capital do Império. Fiengo lança mão de recursos e exemplos eruditos. Seu objetivo é qualificar a si e a sua coleção perante a opinião pública carioca, que podia influenciar a decisão do imperador em seu favor. Goulart esconde-se sob um pseudônimo, o que já o desqualifica, ainda que busque apelar para os sentimentos nacionalistas de seus compatriotas, mas seu tom pejorativo e sarcástico acaba por facilitar que sob ele recaia a pecha de “inculto”.

Basílio Ferreira Goulart não se deu por satisfeito e voltou a glosar a coleção egípcia do Museu Nacional no periódico, *O Spectador Brasileiro*. Mas, dessa feita, não atacou diretamente Nicolau Fiengo. A 6 de outubro de 1826, ao chegar mais cedo para uma sessão no Senado, decidiu visitar novamente o museu.<sup>274</sup> Antes de iniciar o seu tour pela instituição, ele encontrou o diretor da Academia Imperial de Belas Artes, Henrique José da Silva (1772-1834), que o convidou ao seu gabinete. Uma vez que o novo prédio da Academia ainda estava em construção, Silva alojou-se ali, junto ao acervo que formava para ela, o qual só seria transferido para o edifício definitivo em 1832.<sup>275</sup> De acordo com Goulart, a sala estava “ornada de muitos gessos, e [era] a primeira vez que vejo no Brasil tantos”.<sup>276</sup> Esses objetos tinham função didática nas aulas de desenho, escultura, pintura e gravura, já que conseguir esculturas clássicas da Antiguidade não era fácil ou barato. As cópias serviam de modelos para o ensino das Artes.

Bustos do historiador Heródoto, do imperador Caracala, de Napoleão Bonaparte, do físico Newton e um modelo anatômico de cabeça, que indicava os músculos da face, foram os que mais chamaram a atenção de Goulart. Esse arranjo figura-se como uma coleção de bustos, formada na primeira metade dos oitocentos e que evidenciava, desde já, uma prática colecionista institucional no Brasil Império, que ainda precisa ser mais bem estudada. Segundo René Lommez Gomes, a presença desses objetos fazia parte do processo de aprendizado dos estudantes da Academia, era o “caminho a ser trilhado para a inserção dos jovens na tradição artística. Por meio de cópia intensiva de gravuras, seguida pela cópia de moldagens de gesso e, por fim, pela reprodução de pinturas e esculturas, esperava-se que os alunos desenvolvessem destreza na mão e no olhar”.<sup>277</sup>

---

<sup>274</sup> Antes de sua mudança para a quinta da Boa Vista, em 1892, a sede do Museu Nacional era no Campo de Sant’Anna ou da Aclamação, uma das principais regiões da capital do Império. O Senado ficava no lado oposto ao museu.

<sup>275</sup> MUSEU NACIONAL. *Relação dos objetos que se conservam no Museu Nacional desta Corte*. In: *Livro dos Offícios desde o ano de 1819 até 1842 (MN RA-01)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional), 30 de abril de 1838. folha 145.

<sup>276</sup> O SPECTADOR BRASILEIRO. *Diário Político, Literário e Comercial*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 27 de outubro de 1826. p. 4. [digitalizado e online].

<sup>277</sup> GOMES, René Lommez. Esse artista silencioso, tão pouco conhecido. A pintura em Minas Gerais, na passagem do século XIX para o XX. In: SUMAV. *Minas das Artes, Histórias Gerais*. Belo Horizonte, 2018. p. 68.

O encontro de Basílio com o Henrique José da Silva não se limitou à admiração dessas peças. Aproveitando o encontro com esse admirador das artes, Silva “leu parte dos estatutos da Academia das Belas Artes” para que tivesse uma segunda opinião. De acordo com Fiengo, “esse manuscrito, ele (Silva) o tem, [...] e eu ouvi com satisfação o que recitou”.<sup>278</sup> A nova escola se consolidava, processo que durou cerca de dez anos, que incluiu a construção de sua própria sede, sendo que seu projeto de criação havia sido alvo de disputas, opondo os artistas franceses aos nacionais, que almejavam o posto de direção.<sup>279</sup> Segundo Ladislau Netto, a partir de janeiro de 1822, a Academia e o seu diretor foram transferidos para o Museu Nacional e seu acervo “veio ocupar a grande sala da coleção mineralógica”. Quanto a seu diretor, “foram postas à sua disposição alguns dos quartos térreos e as mansardas do edifício para lhe servirem de alojamento”.<sup>280</sup> Somente em 1826, o almejado prédio da Academia foi inaugurado e, enquanto isso, a instituição permaneceu mudando-se de um lugar para outro na capital do Império.

Goulart foi um assíduo defensor da Academia Imperial de Belas Artes. Para ele, as artes deveriam se unir com as outras disciplinas, sendo que “uma aliança de Ciências e Artes é um feliz resultado, quando há meios, como temos, para mesmo principiar a Academia: tem sido um grande erro reconhecido, fazer um muro em meio destas Instituições Sócias”.<sup>281</sup> Essa ideia era defendida também pelo artista e professor da instituição, Jean Baptiste Debret (1768-1848), que, em 1824, havia elaborado o “*Projeto do Plano para a Imperial Academia das Belas Artes do Rio de Janeiro*”. Esse foi rejeitado por Henrique Silva, uma vez que previa a criação de um conselho, composto por “Diretores dos diferentes Estabelecimentos Científicos, que embelezam a Capital, isto é, o diretor da Biblioteca Imperial e Pública, o do Jardim Botânico, e o do Museu”;<sup>282</sup> uma artimanha para que suas decisões autoritárias de diretor fossem controladas.<sup>283</sup>

Tudo indica que Basílio Goulart teve acesso a esse documento, uma vez que, na carta direcionada ao periódico *O Spectador*, descreve a necessidade de união entre as Ciências e as

---

<sup>278</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>279</sup> Para saber mais, ler: Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O sol do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 412 p.

<sup>280</sup> NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. p. 29.

<sup>281</sup> O SPECTADOR BRASILEIRO. *Diário Político, Literário e Comercial*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 29 julho de 1826. p. 3.

<sup>282</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Projecto do Plano para a Imperial Academia das Belas Artes do Rio de Janeiro. por ordem de S. E. O Ministro dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typografia de P. Plancher, 1827. *apud* DIAS, Elaine. *Paisagem e academia: Félix-Émile Taunay e o Brasil (1824-1851)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 55.

<sup>283</sup> DIAS, Elaine. *Paisagem e academia: Félix Taunay e o Brasil (1824-1851)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

Artes, mimetizando o discurso de Debret. Segundo o jurista, “é preciso que a par da Academia das Belas Artes, ande uma Mesa Direcional, [...] como um Agregado de Sócios, que tem de espalhar as riquezas do Talento”. Seus membros deveriam ser “os mais apurados conhecedores e sábios do país nesta Corte: o reverendíssimo Antônio de Arrabida da Biblioteca Imperial; o Reverendíssimo Fr. Leandro do Sacramento, do Jardim Botânico; e o do Museu, o Sr. Silveira”.<sup>284</sup> Goulart estava ciente das discussões sobre a Academia que aconteciam naquele momento<sup>285</sup> e sua obsessão por ela<sup>286</sup> indica o quanto era a favor do projeto que começara no governo de D. João VI. Para ele, gastos que colocassem a instituição das Artes em risco deveriam ser evitados e a compra da coleção egípcia era um deles.

Durante sua visita ao Museu Nacional, após conversar com Henrique Silva, Goulart se encontrou com João da Silveira Caldeira, o diretor da instituição museológica, que o convidou para presenciar um experimento na máquina elétrica.<sup>287</sup> Entusiasmado, o crítico – que estava acompanhado de seu filho homônimo – sugeriu que a criança participasse da experiência. De acordo com ele, Caldeira, “Sr. cheio de bondade, cordialmente me fez o favor de dar alguns choques no menino, que se prestou com a maior docilidade” e que, nessa experiência, fez o jovem “subir sobre um banquinho com pés de cristal, e com o toque, os cabelos, que guarneciam o rosto se moverão, e se foram virando para cima”.<sup>288</sup> Diferentemente do que se sustenta, à época, o Museu não estava voltado exclusivamente para si mesmo, dedicando-se apenas à pesquisa. Parte essencial de suas atividades era voltada diretamente para o seu público visitante, como as aulas abertas, as palestras e as exposições, que incluíam a sua interação com os objetos expostos, principalmente os do mundo da Física.

Após o experimento, Goulart levou o filho para conhecer as grandes atrações do momento: as múmias. Pode ser que seu herdeiro tenha se maravilhado com a coleção egípcia que, a depender do seu pai, nunca seria comprada. É Goulart quem informa, nesse relato, que as antiguidades eram acompanhadas de um catálogo que as descreviam, publicação esta que ajudariam os “leigos” brasileiros a compreender o seu significado. É de se lamentar não ter sido

---

<sup>284</sup> O SPECTADOR BRASILEIRO. *Diário Político, Literário e Comercial*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 29 julho de 1826. p. 4.

<sup>285</sup> DIAS, Elaine. A Academia Imperial de Belas Artes e os primeiros passos de Félix-Émile Taunay. In: *Paisagem e academia: Félix Taunay e o Brasil (1824-1851)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 37-73.

<sup>286</sup> Basílio Ferreira Goulart chegou a proferir um discurso na abertura da academia e que chegou a ser impresso e publicado. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Obras Publicadas. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1826. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/094170\\_01/7075](http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/7075)

<sup>287</sup> Tratava-se de uma máquina eletrostática, que foi comumente adotada para o estudo sobre a eletricidade. Eram utilizadas em experimentos tanto em salas de aula, como nos laboratórios dos museus.

<sup>288</sup> O SPECTADOR BRASILEIRO. *Diário Político, Literário e Comercial*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 8 de novembro de 1826. p.4.

localizado nenhum exemplar do “*Catalogo de un Museo de Antigüedades griegas y egípcias...*”, o que permitiria compreender a maneira como o negociante desejava que seu público visitante interpretasse as peças à mostra. Segundo Goulart, esse livreto continha “dezenove artigos, que descrevem todas as maravilhas desta Coleção de mortos, com uma pompa, que não serve, se não contrastar estes despejos da vida, embrulhados em velhos trapos”.<sup>289</sup> O opúsculo parece destacar apenas alguns elementos da mostra, uma vez que a quantidade de peças citadas não condiz com a realidade. A coleção egípcia vendida por Nicolau Fiengo era composta por sarcófagos, múmias humanas e de animais, estelas, *shabits*, estatuetas, e demais objetos de cunho funerário. No inventário do Museu Nacional, do ano de 1844, consta que esse lote possuía 271 peças. Esse número, porém, pode ser maior, uma vez que não foi feita uma descrição detalhada. Um exemplo disso é que se fala em “5 sarcófagos com múmias humanas”, não diz a quantidade dessas últimas. Hoje sabemos que eram no total de três. De toda forma, elas eram os itens que mais chamavam a atenção entre os exibidos.<sup>290</sup>

Mesmo após a veemente defesa de Nicolau de Fiengo, a visão de Goulart continuou a mesma, principalmente no que se referia às múmias, que, para ele, eram “uma fortuna ainda cobrirem o que a terra devia por piedade esconder, e que se são verdadeiras múmias daqueles países, têm sido o terror dos séculos, e não a admiração das idades, e do bom gosto”.<sup>291</sup> Nota-se que a maior crítica que ele fazia a esses objetos era o seu valor. Ele não compreendia o porquê de o governo pagar um preço alto por corpos humanos de mais de três mil anos e termina seu relato argumentando que “Eu por isto renuncio o que tão graciosamente se diz de tais antiguidades. Temos aqui desta fazenda sem custo, em Coimbra vi uma do tempo da Rainha Santa Isabel”.<sup>292</sup> Refere-se às chamadas “múmias modernas”, corpos que, graças às condições climáticas ou fatores biológicos que favoreceram a sua preservação também não foram corrompidos pelo tempo, mas que, diferentemente dos antigos egípcios, não passaram por um processo de mumificação artificial. A tradição cristã atribuía causas divinas a tais ocorrências, como aconteceu a Margarida de Cortona, cujo corpo ainda intacto repousa no altar mor da

---

<sup>289</sup> O SPECTADOR BRASILEIRO. *Diário Político, Literário e Comercial*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 8 de novembro de 1826. p.4.

<sup>290</sup> Até 02 de setembro de 2018, a coleção egípcia do Museu Nacional era composta por 700 peças. Porém com o incêndio esse número diminuirá. No dia 07 de maio de 2019, a instituição divulgou uma relação de objetos recuperados, entre os quais 200 itens. Na ocasião, afirmou-se que as múmias não resistiram, apenas ossos. O GLOBO. *Museu Nacional apresenta peças recuperadas da coleção egípcia*. [online] 07/05/2019. disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/museu-nacional-apresenta-pecas-recuperadas-da-colecao-egipcia-23647032>

<sup>291</sup> O SPECTADOR BRASILEIRO. *Diário Político, Literário e Comercial*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 8 de novembro de 1826. p. 4.

<sup>292</sup> O SPECTADOR BRASILEIRO. *Diário Político, Literário e Comercial*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 8 de novembro de 1826. p. 4.

igreja edificada para abrigá-la nessa cidade italiana. Em sua estada em Portugal, Goulart teve a oportunidade de ver uma múmia desse tipo nos arredores de Coimbra.

O debate entre Nicolau Fiengo e Basílio Ferreira Goulart nas páginas do *Astrea* e do *Spectador* fornece informações factuais importantes, como a data da chegada do acervo, os trâmites legais, sua composição, a afluência do público, as formas de exposição e etc. Mas, mais do que isso, contribui, de forma praticamente inédita, para o estudo da História das coleções e dos museus brasileiros, pois ainda são raros, ou desconhecidos, relatos individuais que descrevam o Museu Nacional na perspectiva de um visitante. Goulart não era um viajante e nem um naturalista estrangeiro, muito menos um funcionário do Museu e sim um bacharel e juiz, parte integrante da elite intelectual do império, que almejava que sua nação de origem se civilizasse por meio da erudição. Um dos primeiros defensores civis da cultura no Brasil, seu nome sempre aparece associado ao Museu Nacional, à Biblioteca Pública, ao Jardim Botânico, ao Passeio Público e, por fim, à Academia de Belas Artes, locais em que o saber era cultivado. Seu testemunho revela parte do processo de recepção da opinião pública dessa camada, permitindo compreender como objetos vindos de uma terra tão distante provocaram um debate acirrado acerca das prioridades culturais da jovem nação latino-americana. Cópias de antiguidades em gesso, experimentos físicos, múmias. Por essa época, o Museu Nacional se constituía como um microcosmo em que as “Artes e Ciências” se interagiam.

**3. “Dignos da admiração dos amigos das antiguidades” – História e memória da coleção egípcia no Museu Nacional**

### 3.1. Aos moldes dos museus europeus

*Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes, que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares [...].<sup>293</sup>*

Criado em 6 de junho de 1818, o Museu Real (posteriormente Nacional) – assim como outras instituições culturais fundadas pela política cultural de D. João VI – servia como instrumento para fundar uma nova imagem do Brasil, tentando modificar os ares da nova capital do Império Português à semelhança do que ocorria nos centros modernos das nações civilizadas. Com um acervo inicial bem tímido, o Museu contava com uma coleção que abarcava todas as tipologias comuns às grandes coleções europeias: obras de arte, animais empalhados, minerais, moedas antigas e objetos indígenas. Consequentemente, figurava como uma instituição mista, apresentando elementos de uma entidade voltada ao estudo da História Natural, mas com a presença de itens artísticos. Esta forma de colecionismo era, de certa maneira, uma herança da tradição iluminista e criava um espaço enciclopédico que atendesse às necessidades de instrução daquele momento.<sup>294</sup>

O Brasil mostrava-se – na ótica europeia, quando da vinda da Família Real, em 1808 – atrasado em diversos termos; desde a sua organização administrativa até a sua vida cultural. No que concerne a essa última, ela não era inexistente. As elites das diversas capitanias brasileiras reuniam-se em saraus e academias, frequentavam espetáculos de óperas e de teatro ocorridos em espaços tanto públicos, quanto privados.<sup>295</sup> Mas isso não impediu que muitos viajantes oriundos do Velho Mundo, considerassem que não existiam ou que eram insignificantes os aparatos culturais da colônia portuguesa. Aos seus olhos, agigantava-se a presença recorrente de indígenas e de animais peçonhentos e o clima excessivamente quente emanava ares de uma terra incivilizável. Para alguns destes visitantes, as condições dos trópicos afastavam a possibilidade dos brasileiros se tornarem refinados como os europeus e os habitantes de outras

<sup>293</sup> D. JOÃO VI. *Decreto de criação do Museu Real*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 06 de junho de 1818.

<sup>294</sup> POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine 1789-1815*. France: Gallimard. 1997.

<sup>295</sup> JANCÓSÓ, István; KANTOR, Íris. (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2001. 2v.

nações consideradas civilizadas.

A chegada da Corte na cidade do Rio de Janeiro exigiu que ela fosse dotada de novos e mais amplos espaços de fruição cultural, mais compatíveis com a significativa elite que acompanhou a Família Real. Segundo Lilia Schwarcz,

logo na chegada [1808], o governo português passou a implementar uma espécie de “projeto civilizatório”, que incluía o estabelecimento das principais instituições da metrópole, como o Desembargo do Paço, o Conselho da Fazenda, a Junta do Comércio, entre tantas outras. Afinal, se fazia necessário, e com urgência, importar e transplantar práticas que, originalmente em Portugal, faziam a máquina do Estado governar. De um lado, aí se instalara uma nova imprensa, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil, o Museu Nacional e tantos feitos que convertiam o Rio de Janeiro em espelho exemplar da metrópole.<sup>296</sup>

Após a sua criação, o Museu Nacional iniciou processos de constituição de acervos. Eles eram enviados por viajantes e naturalistas estrangeiros que circulavam pelo território brasileiro e em outras colônias portuguesas. Mas ele também se alimentava da atuação de coletores provinciais. Segundo Margaret Bakos, nesse momento a instituição deveria atuar em caráter metropolitano, servindo de espelho do Império Português pelo mundo.<sup>297</sup> Dessa forma, ao contrário do que foi dito por Ladislau Netto<sup>298</sup> ao afirmar que, nesse primeiro período, a entidade vivera uma “hibernação profunda”,<sup>299</sup> o Museu possuía outra lógica de funcionamento, estando preocupado em atender às demandas científicas e econômicas do Império.

Essa visão estereotipada e nacionalista de Netto não condiz com a realidade da instituição em seus primórdios. Ela produzia e ordenava um tipo de conhecimento diferente daquele que esse cientista almejava para uma entidade científica brasileira, aos moldes dos paradigmas científicos oitocentistas. Era o olhar do presente julgando as ações do passado. Essa ‘hibernação’ que Netto imaginava, dizia mais sobre a sua aversão ao projeto científico lusitano do que àquilo que realmente aconteceu nos anos iniciais da instituição.

---

<sup>296</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. In: *SCHWARCZ, Lilian Moritz; SILVA, Alberto da Costa e. História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume I, Crise Colonial e Independência 1808-1830*. São Paulo: Fundação Mapfre, Objetiva. 2011. p.207

<sup>297</sup> LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Ed. UnB, 2009. p. 42-70.

<sup>298</sup> Na publicação *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional (1870)*, Ladislau Netto realizou a historicização dos processos científicos do Museu Nacional. Porém, ao olhar para o passado, Netto proferiu uma narrativa preconceituosa sobre os primeiros anos do Museu, não relativizando sobre as mudanças das práticas científicas em diferentes períodos.

<sup>299</sup> NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. p. 28

Após a Independência e atendendo às necessidades patrióticas, o Museu Nacional conferiu novas formas de funcionamentos e de sistematização da organização de seus acervos. Para Ladislau Netto, o trabalho do químico e segundo diretor da instituição, João da Silveira Caldeira, realizado entre 1823-1827, representava a “melhor classificação e disposição dos objetos que possuía, uma ideia aproximada dos dons e magnitudes da natureza da pátria”.<sup>300</sup> Ele acreditava que, sob a gestão de Caldeira, a entidade passou por processos que visavam enriquecer suas coleções, sobretudo no sentido de reforçar a execução de uma nova missão: mostrar as potencialidades das riquezas naturais brasileiras, mas também iniciar uma tradição museológica genuinamente nacional que acompanhava as tendências do cientificismo europeu. Contrapondo este período com os momentos anteriores da instituição, Netto julgou que, finalmente, “o Museu começava a ser um verdadeiro estabelecimento consultivo para o Governo Imperial”.<sup>301</sup>

O primeiro inventário da instituição em que a coleção egípcia é mencionada é o do ano de 1838. Nele, o conjunto foi catalogado como “objetos relativos às artes e costumes de diversos povos”, e esse arranjo não foi descrito em sua totalidade. Foram elencadas apenas as principais peças, que seriam “cinco múmias de homens, três de animais, cinquenta e três ídolos, três ânforas, oito canopos, três vasos lacrimatórios, duas lâmpadas sepulcrais, dois quadros e diferentes outros objetos com representações de animais, esculturas, hieroglíficos”.<sup>302</sup> Somente dez anos depois, um novo arrolamento descreveu a totalidade do acervo pertencente ao lote inicial de Nicolau Fiengo.<sup>303</sup>

Ao ser classificada dessa forma, um significado era conferido à coleção egípcia: seus objetos foram definidos como os representantes mais antigos da cultura material da história da civilização humana, inserindo-os em um rol de outras antiguidades, como as europeias e as mexicanas. Interessante notar que, naquele momento, o acervo já contava com antiguidades romanas e gregas, poucas, mas que não foram descritas nesse documento. Doadas por D. João VI, essas peças – “duas chaves romanas e um pé de mármore com alparcata grega”<sup>304</sup> – foram as primeiras de seu gênero a entrarem na instituição. Ainda que tivessem valor artístico, o que

---

<sup>300</sup> NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. p. 37.

<sup>301</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>302</sup> MUSEU NACIONAL, Relação dos objetos que se conservam no Museu Nacional desta Corte. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1819 até 1842 (MN RA 01)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1838. folha 150.

<sup>303</sup> MUSEU NACIONAL. Inventário dos Objetos existentes no Museu Nacional (Ano de 1844). In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1844. folha 59 (verso).

<sup>304</sup> NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. p. 22.

se evidenciava era seu aspecto histórico, a História Natural servia como eixo ordenador do conhecimento que se reunia sobre os artefatos humanos expostos (imagem 5).



Imagem 5: Gravura de Pieter Gotfred Bertichen datada de 1856, em que mostra o Museu Nacional em sua antiga sede no Campo da Aclamação/Sant'Ana (atual praça da República). Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Espelhando as novas metodologias científicas e a divisão do conhecimento delas decorrentes, em 1842, foi criado o seu primeiro regulamento interno, que visava dar “ao Museu Nacional uma organização acomodada à melhor classificação e conservação dos objetos”<sup>305</sup> recolhidos pela instituição até então. Dessa feita, o Museu foi segmentado em quatro seções: “Anatomia comparada e Zoologia”; “Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas”; “Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas”; e, por último, “Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas”. Essa setorização foi baseada “segundo o modelo do Departamento de Ciências Naturais do Museu Britânico”,<sup>306</sup> que segmentava o acervo de acordo com os campos de produção da ciência que se delineavam na formação dos paradigmas científicos modernos. No que tange ao estudo das sociedades humanas, a entidade passou a ter divisões em que foram arranjadas as coleções de peças de origem brasileira, mas, também

<sup>305</sup> MUSEU NACIONAL. Regulamento nº123 de 3 de fevereiro de 1842. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1819 até 1842*(MN RA 01), Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1842. folha 4.

<sup>306</sup> ANDERMANN, Jens. *The optic of the State: Visuality and Power in Argentina and Brazil*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 2007. p.32.

aquelas cujo sentido deveria produzir uma narrativa da história mundial, da Antiguidade à Modernidade. As peças egípcias foram, então, alocadas na Seção de “Numismática, Artes Liberais, Arqueologia e Usos e Costumes das Nações Modernas” (quarta seção), bem como as demais coleções de antiguidades.

Essas coleções de objetos representativos dos Usos e Costumes das Nações Modernas adquiriam, nesse momento, um duplo sentido na narrativa construída. Por um lado, a presença deste tipo tradicional de arranjo aproximava a instituição da realidade dos seus congêneres europeus, com os quais dividia as mesmas tipologias de acervos e coleções. Segundo Myriam Santos:

O Museu Nacional reproduzia o discurso dos grandes museus europeus, ainda que em menores proporções. A constituição dos imaginários nacionais sempre envolve narrativas sobre origens, e para os articuladores do Império Brasileiro uma de nossas origens era sem dúvida aquela mesma que fundamentava as grandes potências europeias.<sup>307</sup>

Mas, por outro, os exemplares provindos de culturas materiais distantes, sobretudo daquelas consideradas civilizadas, casos do Egito, Grécia e Roma, permitiam estabelecer paralelos ou diferenças entre a realidade do Brasil e seus povos originários com os estágios históricos vividos em outras partes e épocas do mundo. Assim, o Museu Nacional se constituía, nos primórdios de sua formação, como uma entidade cujo acervo e a produção de conhecimento deveriam dialogar com os padrões estabelecidos pelas instituições europeias, ditas civilizadas. Esta tendência acentuou-se após a Independência, com o intuito de que o Império do Brasil apagasse seu passado colonial e mostrasse aos outros países a sua glória.

A instituição também utilizava seu acervo para constituir uma narrativa própria, que dialogasse com a História que se construía sobre o passado e as origens dessa nova nação tropical. Não é de se estranhar que a edição dos seus novos estatutos estivesse em harmonia com a produção intelectual gestada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fundado em 1838, no ano seguinte o Instituto recebeu o patronato do imperador e, em 1840, lançou um concurso sobre como se deveria escrever a História do Brasil, lançando as bases para a mesma.

Os Relatórios Anuais do Museu Nacional são fontes importantes para a compreensão da narrativa sobre a relação estabelecida entre as antiguidades egípcias e a instituição que passou por diversas transformações.<sup>308</sup> Salienta-se que essa documentação está permeada de

---

<sup>307</sup> SANTOS, Myriam S. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Soc. estado.*, Brasília, v. 15, n. 2, dezembro de 2000. p. 281.

<sup>308</sup> Os relatórios anuais faziam parte do processo burocrático do Museu Nacional. Assim que terminava o ano, os diretores de cada seção detalhavam o que tinha sido adquirido, as alterações das exposições, as necessidades, os empréstimos e todo eventual acontecimento. O diretor da instituição recebia esses pareceres, os organizavam e

significados, nos quais “aparecem neles marcados gestos sobre as coleções: preparar, classificar, dispor”; e para além disso “neles há ensaiada uma retórica, que muitas das vezes prioriza elencar os problemas da instituição”. Há, então, a construção de “um discurso mais endereçado ao ‘vir a ser’, a um museu sonhado”,<sup>309</sup> por vezes ultrapassando a realidade do estabelecimento, projetando-o para o futuro. Não se pode esquecer que esses pareceres eram escritos visando um leitor específico, o Secretário dos Negócios do Império,<sup>310</sup> que estava à frente da pasta a qual a instituição estava vinculada e que tinha autonomia para influenciar a gestão do orçamento dessa entidade museológica.

### **3.2. “Gabinete de valor muito considerável” – A coleção egípcia sob a ótica de Manuel de Araújo Porto-Alegre**

Inicialmente, a Seção de “Numismática, Artes Liberais, Arqueologia e Usos e Costumes das Nações Modernas” do Museu Nacional contou com diretores provisórios que faziam parte de outros setores da instituição. Em 9 de agosto de 1842,<sup>311</sup> o pintor Manuel José de Araújo Porto-Alegre (1806 – 1879), o barão de Santo Ângelo (imagem 6), foi nomeado como o responsável por ela, de modo que grande parte dos relatórios referentes a essa seção, do período 1842 a 1859,<sup>312</sup> são de sua autoria.

---

fazia um documento final, incluindo suas ações. O relatório era enviado para o órgão do governo imperial em que o Museu estava inserido. Infelizmente, os relatórios anuais, juntamente com os ofícios, notas, e toda a documentação referente aos duzentos anos do museu foram destruídos no incêndio de 02 de setembro de 2018. Esse material ficava guardado na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, que atualmente passa por um processo de recuperação do que foi perdido através de cópias feitas por pesquisadores. Sendo assim, o material recolhido para esta pesquisa, que incluía grandes partes dos relatórios anuais e o primeiro livro de ofícios foram “salvas” graças às cópias digitais feitas. Elas foram doadas ao museu em 15 de abril de 2019 como forma de garantir novos estudos sobre o passado da instituição.

<sup>309</sup> SEGANTINI, Verona Campos. “Maneira decente e digna de expor aos olhos do público”: modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2015. p. 141

<sup>310</sup> “O Museu Nacional esteve subordinado ao seguintes Ministérios: De 6.6.1818 a 12.10.1822 - Ministério dos Negócios do Reino; De 12.10.1822 a 29.04.1868 - Ministério dos Negócios do Império; De 29.04.1868 a 8.05.1890 - Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Decreto nº 4.167); De 8.05.1890 a 6.12.1892 - Ministério da Instrução Pública Correios e Telégrafos (Decreto nº 379 A); De 6.12.1892 a 12.08.1909 - Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Decreto nº 1.160); De 12.08.1909 a 1.12.1930 - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Decreto nº 7.501); De 1.12.1930 a 5.07.1937 - Ministério da Educação e Saúde Pública (Decreto nº 19.444)”. In: DANTAS, Regina M. M. Costa Dantas. *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. (Mestrado em Memória Social), UFRJ. Rio de Janeiro, 2007. p. 274.

<sup>311</sup> SEGANTINI, Verona Campos. “Maneira decente e digna de expor aos olhos do público”: modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2015. p. 151.

<sup>312</sup> Institucionalmente, Manuel de Araújo Porto-Alegre continuou como diretor da quarta seção após sua saída para a Europa em 1859, dado que o Museu esperava que ele retornaria ao Brasil em pouco tempo. Enquanto esteve

Em 1831, Porto-Alegre viajara para a Europa a fim de realizar a chamada “*Grand Tour*”, que consistia em frequentar os principais centros culturais da época e que “significava o coroamento da formação de um jovem culto, além de também familiarizar o viajante com a tradição clássica”.<sup>313</sup> Segundo Letícia Squeff, nessa busca por referenciais clássicos, os viajantes se “interessavam pelas ruínas romanas, por esculturas clássicas, por vasos gregos – indícios de antigas civilizações, cuja grandeza, sobretudo da Grécia, era insuperável”.<sup>314</sup> Por isto, na maioria das vezes, eles eram acompanhados por antiquários e guias de viagens que traçavam os melhores destinos. Durante essa estada no exterior, ele iniciou seus estudos na Escola de Belas Artes de Paris.



Imagem 6: Retrato de Manuel de Araújo Porto-Alegre por Ferdinand Krumholz (1848). Fonte: Wikimedia.

Quando esteve na Itália, Porto-Alegre estudou com o arqueólogo Antonio Nibby, que estimulou-lhe o seu gosto pela Arqueologia e pelas civilizações do passado. Nibby foi um profissional de destaque, que “lecionava na Universidade Roma” e trabalhava para o Estado Pontifício, “na direção de escavações na cidade de Roma e em seu entorno”.<sup>315</sup> Ele publicou livros que influenciaram o modo como o jovem pintor retratou sua passagem pelas cidades italianas. Para Squeff, esse encontro com o mundo das antiguidades proporcionou-lhe o “contato com a tradição clássica, [...] [ele] aprendeu a olhar para os objetos e as obras de arte a partir de uma perspectiva histórica, a apontar linhas de influência e progresso entre eles,

---

afastado, o seu salário foi suspenso e outros diretores ocuparam interinamente o seu posto. Dessa forma, como não houve mais relatórios escritos por ele, optou-se por colocar de 1842 a 1859, o período de sua gestão no MN.

<sup>313</sup> SQUEFF, Letícia. A *Grand Tour* de um brasileiro: a importância da Itália nas ideias de Manuel de Araújo Porto-Alegre. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v. 12, n. 2, agosto de 2017. p. 379. (online).

<sup>314</sup> *Ibidem*, p. 379.

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 379. (online).

apoiando-se em um conhecimento da literatura clássica e arte”;<sup>316</sup> saberes que fariam jus ao fato de ele ser nomeado para a direção da quarta seção do Museu Nacional, na qual a arte, a ciência e a Arqueologia integravam-se.

As experiências intelectuais vividas por Porto-Alegre na Europa estão presentes em seus relatórios sobre sua responsabilidade. Em 1844, escreveu que “as Nações europeias trabalham com afincos para levar ao maior incremento possível estes gêneros de estudo (Numismática, Artes liberais e Arqueologia), visto serem eles, o índice da matéria espiritualizadas pela inteligência da indústria, [...] do maior ou menor grau de civilização dos povos”.<sup>317</sup> Para ele, as salas do museu dedicadas a essas temáticas auxiliavam o estudo sobre as povoações que outrora dominaram o mundo; bem como faziam da arte uma ferramenta importante para a compreensão da evolução das sociedades ditas ilustradas. Mas mais do que reproduzir as lições prescritas pelos setores expositivos de seus congêneres europeus, para esse diretor a diversidade de objetos dispostos no acervo do Museu Nacional ajudaria os pesquisadores brasileiros a criarem paralelos entre a produção indígena original do Brasil e a cultura material das grandes civilizações do mundo. Dessa forma, Porto-Alegre alegava que,

apesar de que o nosso país se ache afastado dos depósitos dos monumentos de arte, e se não encontrem nele esses Mercados de antiguidades da Europa, nem ainda nos produtos de sua indústria, caráter assaz pronunciado que revele sensivelmente a história das artes e ofícios durante os três séculos da sua existência, possui todavia esta seção objetos de sumo valor, e que podem orientar no apreço dado ao estudo das Belas Artes.<sup>318</sup>

O Brasil, por sua coleção de antiguidades, a egípcia em particular, podia se orgulhar de ser uma exceção nesse panorama cuja falta de antiguidades clássicas produzia o sentimento de ausência de profundidade histórica nas tradições artísticas e nos ofícios locais. Mas não só, ao longo do século XIX, nações latino-americanas, como o Brasil<sup>319</sup> e o México,<sup>320</sup> investigavam o seu passado, escavando sítios arqueológicos, em busca de ruínas, de objetos de uso cotidiano e, principalmente, de exemplares que porventura atestassem o grau de avanço artístico e civilização dos povos nativos. Desse modo, produziam-se novas formas de se criar narrativas

---

<sup>316</sup> SQUEFF, Letícia. *A Grand Tour de um brasileiro: a importância da Itália nas ideias de Manuel de Araújo Porto-Alegre*. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v. 12, n. 2, agosto de 2017. p. 386.

<sup>317</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1843. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1819 até 1842 (MN RA 01)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1844. folha 42.

<sup>318</sup> *Ibidem*, folha 42.

<sup>319</sup> LANGER, Johnni. *Ruínas e Mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000. 327 p

<sup>320</sup> GONZALBO, Pablo Escalante. *La idea de nuestro patrimonio histórico y cultural*. México: DGP, 2011.

que equiparavam as antigas sociedades locais com as culturas consideradas as mais evoluídas da história do Ocidente, como a egípcia, a grega e a romana.<sup>321</sup> Para Porto-Alegre, a ausência de antiguidades ditas nacionais no acervo da instituição seria suprida pelas de outros povos que, de algum modo, ajudavam na instrução das Belas Artes. Para além, obter uma coleção como aquela no contexto brasileiro havia sido realização extraordinária: diferentemente da Europa (sobretudo em cidades italianas como Roma, Pompeia e Florença, de onde fluíram diversas manifestações artísticas ao longo dos séculos), não era tão fácil encontrar aqui grandes monumentos e objetos de arte de civilizações passadas, bem como mercados especializados no ramo.

Porto-Alegre, em seu relatório, enaltecia a Seção de “Numismática, Artes liberais, Arqueologia e Uso e Costumes das Nações Modernas”. Como o documento seria lido por aqueles responsáveis pelo envio de verbas para a instituição, esses elogios tinham duas intenções: a primeira, ressaltar a importância e o valor do acervo; e a segunda, denunciar a precariedade das salas em que eles estavam expostos. De acordo com esse diretor, “os objetos desta seção têm sido colocados da melhor maneira que convém ao local, mas não como conviria ao Museu de uma Nação civilizada”. Alegava que as salas da quarta seção eram pequenas e “sua construção imprópria”, não oferecendo os melhores “meios para apresentar ao público” relíquias tão importantes.<sup>322</sup> De fato, inicialmente, o prédio do Museu Nacional não foi concebido para ser uma instituição museológica. Era uma antiga casa que foi sendo adaptada e que, ao longo dos anos, foi ampliada com ‘puxadinhos’. Porto-Alegre, que visitou museus importantes na Europa, como o Louvre e o Museu Britânico, entendia que a função de instituições como estas, era a de exibir suas peças segundo “uma classificação e ordem simétrica nos objetos plásticos e nas antiguidades egípcias, segundo o bom gosto das Nações europeias”.<sup>323</sup>

Quando foi à Paris, o Museu Charles X (Museu do Louvre) já havia sido inaugurado, apresentando a forma de classificação e de disposições conforme concebido pelo famoso egiptólogo Jean François Champollion. Porto-Alegre, que se habituara a visitar as exposições

---

<sup>321</sup> LINHARES, Anna Maria Alves. Um grego agora nu: índios Marajoara e identidade nacional brasileira. Curitiba: CRV, 2017. 280 p.

<sup>322</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1843. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1844. folha 42.

<sup>323</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1843. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1844. folha 42.

no Museu do Louvre, teve o conhecimento da forma de organização dessa instituição e, ao comparar com a realidade da quarta seção do Museu Nacional, percebeu as diferenças entre as duas. No seu momento de criação, não havia especialista que soubesse ordená-la. Conseqüentemente, com a falta de espaço adequado, foi difícil criar narrativas que impressionassem o público. Ele sabia da importância das antiguidades egípcias (naquele momento, o maior acervo em comparação com os outros da mesma divisão) e deveriam, portanto, ter o mesmo tratamento dispensado a elas nos museus europeus.

No entanto, em 1844, dois anos depois de assumir a direção, a situação da seção piorou. O teto ameaçava desabar, acarretando a necessidade de deslocar o acervo para outras partes do museu.<sup>324</sup> Dessa forma, os objetos foram “amontoados em armários e gavetas sem a ordem conveniente”, o que impossibilitava que os visitantes tivessem uma boa fruição das peças. Essa desordem imperava por todo o museu, sendo assim, não contava com a organização expositiva almejada. Porto-Alegre ressalta a “necessidade da conclusão da obra, que salvará tão preciosos e importantíssimos [objetos] para os estudos históricos, não só dos outros povos, como particularmente do Brasil, desde os aborígenes até a invasão do homem civilizado e seus progressos”.<sup>325</sup> Em outras palavras, fracassava-se o projeto da seção de ser o local de instrução pública sobre as diferentes produções humanas e os distintos tempos históricos.

De acordo com a concepção de expor e estudar, lado a lado, as antiguidades nacionais com as das grandes civilizações mundiais, a quarta seção buscava compor um acervo de artefatos materiais indígenas que eram ainda recolhidas, principalmente no estado do Pará. Ali havia vivido os povos Marajoara, que, naquele momento, era considerada a civilização mais desenvolvida culturalmente que habitara o território brasileiro, durante o período pré-cabralino, dado o grande refinamento da sua produção cerâmica. Em correlato com a escrita da História do Brasil promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, existia a necessidade de “sondar o passado, buscar origens, definir uma identidade e uma memória coletiva, tornar a nova nação parte da civilização, ao lado das demais nações civilizadas”.<sup>326</sup> Para tanto, era necessário procurar os vestígios materiais desse tempo remoto e caberia ao museu organizar uma área dedicada às antiguidades nacionais, a fase inicial desse processo.

---

<sup>324</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1844. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1845. folha 75 (verso).

<sup>325</sup> *Ibidem*, folha 75 (verso).

<sup>326</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.p. 22.

Durante dois anos, a seção ficou em obras, “impedindo a colocação e classificação dos objetos”, incluindo as novas peças que contribuiriam para enriquecê-la. Estátuas de Napoleão Bonaparte e da Caridade<sup>327</sup> foram doadas para o Museu, juntamente com máscaras de “Dante, Tasso, Evaristo, Ferreira de Veiga, José Bonifácio, José Maurício e um busto de Raphael”. Com a incorporação dessas peças, esse setor reuniu um vasto acervo que mesclava efígies de personagens importantes para a história mundial e da nação.<sup>328</sup> Segundo seu diretor e curador, tais peças tinham como objetivo “abrilhantar esta seção na parte plástica”. Mesmo existindo a Academia Imperial de Belas Artes e a sua pinacoteca, locais em que esculturas e pinturas eram expostas, a quarta seção se tornou outro repositório de objetos do gênero, no Rio de Janeiro. Isso demonstra que o gosto e o interesse pessoal do artista que era Porto-Alegre definiu a tipologia de objetos que deveriam constar ali. Por isso, em sua gestão, esse departamento do Museu se tornou um microcosmo do passado, que priorizava obras de arte e artefatos arqueológicos, caráter que seria mudado após a sua saída do cargo.

Em 1844, foi realizado um novo inventário do acervo do Museu, que se diferencia do primeiro (1838) em várias partes. Tudo indica que, dessa vez, a coleção egípcia foi listada em sua totalidade, sendo contabilizados hipoteticamente 271 objetos. Ao analisar esse documento, percebemos sua forma de organização a essa época vindo, primeiro, os sarcófagos e suas respectivas múmias de humanos e de animais. Logo depois, os amuletos e as pequenas estatuetas, as esculturas, os ídolos, os vasos canopos, as ânforas, as estelas, as máscaras, as telas egípcias e, por fim, uma lata com papiros. Além das antiguidades egípcias, figuravam as gregas, romanas, mexicanas e brasileiras, pois agora haviam sido incluídos os vestígios seculares dos indígenas pré-cabralinos,<sup>329</sup> como representantes do povo mais remoto que habitara o Brasil, cuja produção cultural era comparável, em alguma medida, a das grandes civilizações do passado mundial.

Diferentemente das coleções egípcias dos museus europeus, a do Museu Nacional não possuía um arranjo de peças monumentais como os conjuntos escultóricos do Louvre, do Museu

---

<sup>327</sup> As obras são de autoria de Frederick Augustus Ferdinand Pettrich (1798-1872), importante escultor do Romantismo brasileiro que circulou na Alemanha, Estados Unidos e Itália, e chegou a ser professor da Academia Imperial de Belas Artes.

<sup>328</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) foi um político e um dos idealizadores do processo de independência do Brasil, que posteriormente seria consagrado como o “patriarca da independência”. Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (1799-1837) poeta e político que foi responsável pela composição do Hino da Independência.

<sup>329</sup> Nesse momento, essa coleção era pequena, composta apenas por 1 vaso de barro cozido, 1 sarcófago de barro e 2 fragmentos do dito, algo que mudaria nos anos seguintes, principalmente na gestão de Ladislau Netto, quando grandes levas de material arqueológico oriundos de sítios arqueológicos de todo o Brasil seriam enviadas para o MN. Ver capítulo 4.

Britânico e de Turim. Porém, para uma nação tropical, distante dos grandes circuitos culturais, dispunha-se de um conjunto de boa qualidade sobre essa civilização. Não por menos, Manuel de Araújo Porto-Alegre finalizou o inventário tecendo elogios. Para ele, “as antiguidades egípcias tão raras nos principais museus não só pela dificuldade de aquisição, como pela incerteza da sua legitimidade constituem entre nós um **Gabinete de valor muito considerável**, podendo alguns deles figurar com vantagem nos mais ricos Museus da Europa”.<sup>330</sup> Em sua visão, a coleção abrihantava a instituição, que precisava distinguir-se entre os que visitavam o Brasil e seu conteúdo estava à altura das tendências colecionistas europeias. Ademais, o diretor exprimia o quão complexo era obter objetos semelhantes. De um lado, reinava a quase ausência de um mercado de antiguidades no Novo Mundo. Do outro, subsistia o problema da autenticidade das obras à disposição no comércio mundial, uma vez que, no século XIX, as falsificações de antiguidades egípcias<sup>331</sup> eram recorrentes nos antiquários europeus e americanos.

No ano de 1847, Manuel de Araújo Porto-Alegre pôde finalmente organizar a quarta seção, conforme o seu gosto. O acervo que estava disperso foi realocado para as salas recém reformadas. Chegaram, também, novas ofertas de obras de arte, medalhas, moedas, que contribuíam para “o seu brilho e interesse histórico”. Dentre as novas aquisições, destacam-se “os bustos de Raphael Sânzio, formado sobre o de mármore, que orna o topo das lojas do Vaticano; o busto do grande escultor [Bertel] Torsvaldsen, feito por [Pietro] Tenerani; e também os de suas Majestades Imperiais, doados pelo professor cavalheiro Fernando Pettrich”<sup>332</sup> (imagem 7) peças imbuídas de grande valor, uma vez que sua procedência e seus doadores eram importantes.

Obras que ligassem o museu e a monarquia eram importantes, pois conectavam o soberano com o mundo das artes e das ciências e com a própria história da nação. Porto-Alegre solicitou ao mordomo da Casa Real, José Maria Velho, que “uma cópia em bronze da mão direita de S. M. o Imperador” fosse doada. A peça foi “fundida sobre o molde que se tirou, em 1840, da própria mão do Soberano, para simbolizar o remate do ceptro da justiça, que serviu na

---

<sup>330</sup> MUSEU NACIONAL. Inventário dos Objetos existentes no Museu Nacional (Ano de 1844). In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1844. folha 59 (verso). Destaque feito pelo autor.

<sup>331</sup> Sobre as falsificações de antiguidades egípcias, ler: WAKELING, T. G. *Forged Egyptian Antiquities*. Coachwhip, 2006, 159 p.

<sup>332</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1847. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1848. folha 143.

cerimônia da Coroação”.<sup>333</sup> Nesta parte do Museu, ficava evidente a necessidade de garantir o culto ao imperador, manifesto por meio de quadros, bustos e objetos de cunho simbólico ligados à sua pessoa e à monarquia. Afinal, esse acervo deveria contribuir para narrativa da história do Império brasileiro, sendo o museu o repositório ideal dos monumentos que a registravam.<sup>334</sup>



*Imagem 7: Bustos de D. Pedro II e D. Tereza Cristina esculpidos por Ferdinand Pettrich e doado por ele. Nele vemos os monarcas representados com adereços greco-romanos. Esse tipo de associação com o mundo antigo foi frequente no século XIX. Fonte: Museu Imperial de Petrópolis/Ibram.*

Novas antiguidades também chegaram, naquele ano de 1847, sendo “dois medalhões de mármore, que o generoso doador afirma serem achados nas ruínas de Pompeia”,<sup>335</sup> oferecidos

<sup>333</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1847. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1848. folha 144.

<sup>334</sup> Em 1838, foi fundado o Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro, que tinha a missão de ser o órgão oficial responsável por narrar a história do Brasil. Em 1851, foi criado o museu da instituição, destinado a ser o repositório dos objetos que fossem importantes para a história da nação. Ao longo dos anos, alguns objetos que eram do Museu Nacional foram transferidos para essa nova instituição, assim como a cópia da mão de D. Pedro II supracitada. Para saber mais, ver: LAGO, Pedro Correa do. *Brasiliana IHBG*. Rio de Janeiro: Capivara, 2014.

<sup>335</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1847. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1848. folha 144.

pelo político senhor Bazileo Quaresma Torreão. Se a procedência afirmada pelo doador for correta, é possível que ele as tenha adquirido durante viagens à Europa, pois aquele momento correspondia ao auge das escavações nas ruínas de Pompeia e Herculano. Dez anos depois, essa coleção seria contemplada com um grande número de objetos provindos dessas cidades, doados pela imperatriz Thereza Cristina, que era originária da região.

Com essa remodelação, a seção ganhou novos ares, “segundo o bom gosto das nações europeias”. Porto-Alegre organizou de modo que “todas estátuas que se achavam na oficina particular do Diretor da Seção, os quadros representando usos e costumes asiáticos, outros de riquíssimo valor em mosaico e pedra dura de Florença” fossem expostos para a melhor compreensão dos visitantes. O mesmo se deu com as “vestes dos indígenas brasileiros das outras regiões, ficando estas colocadas em formas de troféus e com um arranjo artístico, mais conveniente e harmônico para a sua exposição ao público”.<sup>336</sup> O museu se tornava um teatro do conhecimento, no qual o acervo era exibido de maneira que impressionasse o seu público, pois o “ato de colecionar é uma forma de espetacularizar”.<sup>337</sup>

O mesmo processo de ostentação de objetos aconteceu com parte da coleção egípcia. A falta de espaço no Museu Nacional era preocupação constante e, por isso, todos os cantos da instituição eram aproveitados. Porto-Alegre descreveu que “a escada nova foi ornada com as estelas egípcias, ou cipos funéreos que estavam nos armazéns de depósito há muitos anos e onde se acha ainda um sarcófago com uma Múmia egípcia por não haver local”.<sup>338</sup> Além de ser estratégia expositiva, exibir as estelas nas escadas garantia uma narrativa visual que impressionava pela grande quantidade desse tipo de peça existente no acervo. A solução também facilitava a visualização delas individualmente. Esse trecho também indica que a coleção, nos seus primeiros anos, não foi exposta em sua totalidade, o que pode explicar o número reduzido de itens listados no primeiro inventário, limitado aos que estavam em exposição naquele momento, sendo que várias peças permaneceram guardadas, esperando a criação de novas salas para serem exibidas.

---

<sup>336</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1847. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1848. folha 144.

<sup>337</sup> LINHARES, Anna Maria Alves. *Um grego agora nú: índios marajoaras e identidade nacional brasileira*. Curitiba: CRV, 2017. p. 21.

<sup>338</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1847. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1848. folha 144 (verso).



Imagem 8: Cartonagem doada por José Francisco Guimarães, em 1848. Fonte: Acervo pessoal

Em 1848, a coleção egípcia recebeu sua primeira doação (imagem 8) após a compra do lote principal de Nicolau Fiengo. Porto-Alegre registrou, no seu relatório, que não conseguiu muitas ofertas como ocorrera no ano anterior. Porém, reforçou que “não deixou de receber valiosos presentes”, que se destacaram pelo grande apreço que alcançaram. “Para a coleção arqueológica, ofereceu o Senhor José Francisco Guimarães um fragmento de tela egípcia, representando uma figura, e o Senhor Francisco Marques um fragmento de mosaico pompeiano”.<sup>339</sup> Em termos científicos, a “tela egípcia” era, na realidade, um fragmento de cartonagem<sup>340</sup> de uma múmia da era ptolomaica.<sup>341</sup> Por aparentar ser uma tela para pintura, ela foi designada com esse termo. Observa-se aqui que o gosto pela Egiptologia começava a se espalhar pela elite local que, em suas viagens, adquiria peças para suas coleções particulares e para as do Museu Nacional, de forma a tornar pública a erudição e a liberalidade de seus doadores.

É interessante perceber a forma como esta peça foi tratada em outra fonte. A 19 de julho de 1849, o relatório foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, mas com alterações que o tornaram diferente do documento original. Foi descrita como “um hieróglifo achado pelo Dr. Agostini na grande pirâmide de Quéops, no Egito, oferecido ao museu pelo Sr. José Francisco Guimarães”.<sup>342</sup> Desta vez, o registro da doação destacava a notabilidade do artigo milenar. Nada daria maior prestígio para o Museu que ter um objeto achado na pirâmide do faraó Quéops, a única sobrevivente das Sete Maravilhas do mundo antigo, erguida no platô de Giza, próxima a cidade do Cairo. Entretanto, tratava-se de um embuste. Por aquela época, essa construção já

<sup>339</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1848. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1849. folha 144 (verso).

<sup>340</sup> A cartonagem é uma espécie de revestimento que era feito nas múmias. Após elas terem sido enfaixadas com bandagens de linho, cobria-se novamente o defunto com camadas de fibras de papiro úmido e, em seguida, passava-se gesso sobre as fibras. No gesso, eram escritas orações e desenhada uma idealização da face da múmia.

<sup>341</sup> KITCHEN, Kenneth. *Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum*, Rio de Janeiro. Liverpool University Press, 1990. p. 180.

<sup>342</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Museu Nacional. Rio de Janeiro: Typographia da rua d’Ajuda, 19 de julho de 1849. p. 2. disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/094170\\_01/33679](http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/33679)

fora examinada por diversos exploradores e curiosos, não restando nenhum vestígio dos seus tesouros originais. Para além disso, o objeto é do período Ptolomaico, posterior à época da sua construção. José Francisco Guimarães adquiriu essa peça em suas viagens pela Europa - meses antes de doá-la ao museu, ele retornara da França,<sup>343</sup> onde estudou “os melhoramentos e cômodos que incessantemente se proporcionam aos habitantes das cidades grandes e populosas”.<sup>344</sup> Quanto ao Dr. Agostini, até o momento não se sabe quem ele foi. Posto que seu sobrenome é de origem italiana, pode-se inferir que viveu em algum lugar da península itálica e que teve contato com o Egito, que passara a ser o destino favorito de muitos turistas e viajantes.

Aos poucos, a quarta seção foi se consolidando como um lugar em que o mundo das Artes, da Arqueologia, da Numismática e dos costumes dos povos podiam ser conferidos, apreciados e estudados. Foi também por intermédio de Porto-Alegre que, em 1856, recebeu, da imperatriz Thereza Cristina, um grande lote de antiguidades denominadas ‘pompeianas’, já mencionado. Essa foi a segunda mais importante doação de antiguidades recebida no século XIX, só sendo possível graças a um pedido que ele fizera à imperatriz para “obter do Museu Bourbonico de Nápoles alguns objetos de antiguidades extraídas das Cidades soterradas pelo Vesúvio no ano de 79 da era Cristã”.<sup>345</sup>

Estudos atuais indicam que os objetos doados não eram originários apenas de Pompeia. Há peças provenientes de Herculano, de Nápoles e de Veios, sendo que a própria imperatriz financiou escavações arqueológicas nestas duas últimas regiões.<sup>346</sup> A denominação das peças como “pompeianas” ou “de Pompeia” conferia notabilidade aos objetos, uma vez que, desde o século XVIII, surgiu um frenesi por objetos provenientes dessa famosa cidade soterrada pelo Vesúvio.<sup>347</sup> Tal fato justifica o porquê dessa denominação ter sido aplicada ainda que em

---

<sup>343</sup> Sobre sua viagem para a Europa com objetivo de realizar estudos: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Comunicado da Câmara Municipal. Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 6693, 19 de agosto de 1844. p. 4 disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_01/27868](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/27868) ; Retorno ao Brasil na galera francesa Parana DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Entradas no porto. Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 6758, 2 de novembro de 1844. p. 4. disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_01/28128](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/28128) ; Doação realizada por José Francisco Guimarães para o Museu Nacional: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Museu Nacional. Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 8155, 19 de julho de 1849. p. 2. disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_01/33679](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/33679)

<sup>344</sup> DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Muzeo Nacional. Rio de Janeiro: Typographia da rua d’Ajuda, 19 de julho de 1849. p. 2. Diário do Rio de Janeiro, p. 4, 19 de agosto de 1844.

<sup>345</sup> MUSEU NACIONAL. Ofício de Paulo Barbosa da Silva ao Ministro do Império comunicando o recebimento no Museu do presente feito por sua Majestade. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1855 até 1861 (MN RA 04)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1856. folha 33.

<sup>346</sup> AZEVEDO, Evelyne. A coleção Teresa Cristina: idealização e falência de um projeto cultural para o Brasil. In: *Revista Concinnita*. Rio de Janeiro: UERJ, ano 19, n.º 34, dezembro de 2018. p. 116-125.

<sup>347</sup> TRONCHIN, Francesca. The rediscovery of Pompeii and the other cities of Vesuvius. In: Khan Academy. Disponível em: <https://www.khanacademy.org/humanities/special-topics-art-history/arches-at-risk-cultural->

desconformidade com a origem exata do artefato descrito, podendo ser originário de outros locais ou mesmo de outras épocas, como dos períodos etrusco e romano.

Essa nova ordenação refletiu as concepções ideais de Porto-Alegre, que inclusive projetou as salas e definiu como dispor as peças. Seus referenciais se baseavam na experiência que vivenciara na Europa, fundados nas práticas expositivas dos museus do Louvre, Vaticano e Britânico. No seu relatório anual de 1847, descreveu as dificuldades que enfrentou para a visualização adequadas das peças:

O partido que se pôde tirar da posição arquitetônica da Sala foi aproveitado para a colocação das estátuas de Napoleão, Portugal e Brasil, **mau grado a péssima luz que oferece o edifício, pois não foi construído para Museu;** e nem mesmo na parte nova se procurou este meio tão eficaz e profícuo para realçar todos os objetos, que aí se deviam colocar. Com os escassos meios que o Governo fornece ao estabelecimento, pouco se pode fazer em uma Seção, onde o local é impróprio entre tantas e tão belas produções.<sup>348</sup>

Além de não contar com um pé direito alto e com salas abertas e espaçosas, o Museu não possuía claraboias que pudessem facilitar a iluminação natural, como ocorria nos grandes museus europeus. Também não existiam espaços em que os itens pudessem ser dispostos com simetria e com a garantia de boa visualização, principalmente no que se referiam aos objetos artísticos.

Para além de ressaltar as questões da visualidade e da disposição dos objetos, fica clara a preocupação de Porto-Alegre em criar narrativas simbólicas. Três esculturas - Napoleão, Portugal e Brasil - que separadas diriam mais sobre quem representavam, foram dispostas juntas, induzindo a inferências sobre o processo histórico da formação do último. O imperador francês fora o responsável pela fuga da família real – esta, representada por Portugal – para o Novo Mundo, o que resultou na emancipação do Brasil.<sup>349</sup> Dessa forma, observa-se que o Museu servia como espaço ímpar, visual, de reflexão histórica sobre a nação, em consonância com o IHGB.

---

[heritage-education-series/the-role-of-archaeology/a/the-rediscovery-of-pompeii-and-the-other-cities-of-vesuvius](https://www.museu.gov.br/heritage-education-series/the-role-of-archaeology/a/the-rediscovery-of-pompeii-and-the-other-cities-of-vesuvius) (último acesso: 25/10/18).

<sup>348</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1847. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1847. folhas 144 e 145.

<sup>349</sup> Como marco de memória, relato que foi nesse trecho em que eu estava trabalhando quando eu soube do incêndio do Museu Nacional, por volta das 20h do dia 2 de setembro de 2018. Nesse dia, meu trabalho ganhou ar de um memorial sobre a primeira e mais importante coleção egípcia da América Latina.

O diretor da seção tinha a consciência da importância da coleção egípcia para o Museu Nacional e para a nação, pois emprestava aos dois ares de civilização e permitia que acompanhassem os modismos colecionistas europeus. É interessante notar que nos inventários do Museu Nacional, o arrolamento dos objetos começava sempre pela coleção egípcia, o que reafirma sua relevância dentre os outros acervos que faziam parte dessa divisão do museu.

Em 1859, Porto-Alegre deixou o cargo de diretor da quarta seção. Suas múltiplas atividades, como chefe da Academia Imperial de Belas Artes e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem como o seu relacionamento próximo com a Casa Imperial,<sup>350</sup> ocasionaram a sua distinção na sociedade. Em 1857, tornara-se diplomata, representando o Brasil na Prússia, em Berlim, em Dresden e em Lisboa, respectivamente, o que tornou incompatível a manutenção do cargo. Mesmo assim, não deixou de contribuir para o enriquecimento do acervo antes sob sua responsabilidade, enviando lotes de medalhas e de moedas.<sup>351</sup> O compromisso desse indivíduo com a organização da quarta seção era tamanho que “antes de sua partida começou a arranjar nos novos móveis, as medalhas e moedas”. Entretanto, não foi nomeado um substituto para cuidar desse setor, ficando o diretor da instituição, Frederico Leopoldo César Burlamaqui, encarregado dele. Em sua concepção, “não faz certamente falta a presença desse Diretor (Porto-Alegre), e o seu cargo é bem dispensável em um Museu tão pobre em objetos arqueológicos”.<sup>352</sup>

Mesmo com as coleções egípcia, romana e etrusca, Burlamaqui não acreditava nas potencialidades desses acervos, nem na necessidade de nomear um responsável permanente para cuidá-los. Visão bem diferente da de Porto-Alegre. Naquele momento, o frenesi pelas antiguidades egípcias já havia diminuído. O Egito começava a criar políticas de proteção de seu patrimônio e o desejo de adquirir antiguidades estrangeiras já não era a preocupação maior de muitos museus, que se voltavam para suas próprias antiguidades, coletando peças capazes de projetar, na história, o ponto de origem de seu próprio povo e o momento de fundação da sua nação. Foi também período de transição das grandes espoliações da cultura material do antigo

---

<sup>350</sup> Vale ressaltar que foi Manuel de Araújo Porto-Alegre o responsável pela remodelação arquitetônica do palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, moradia oficial dos imperadores, e que futuramente se tornaria a sede do Museu Nacional.

<sup>351</sup> “O sr. Manoel D’Araújo Porto-Alegre comprou e enviou de Portugal 12 medalhas e 320 moedas de ouro, prata, cobre e ligas metálicas. Na maior parte de ouro e prata”. MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1859. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1855 até 1861 (MN RA 04)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1860. folha 182.

<sup>352</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1859. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1855 até 1861 (MN RA 04)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1860. folha 152 (frente).

Egito por mercadores de antiguidades para a formação das missões arqueológicas organizadas. Estas visavam aplicar novos métodos e práticas científicos de exploração, que impactaram ainda a interpretação e a forma de expor esses objetos. A Arqueologia ganhava o rigor de ciência.

Com a saída de Porto-Alegre, o cargo ficou alguns anos sem um responsável definitivo. Normalmente, o próprio diretor do Museu Nacional manteve-se a par do que ocorria, como aquisições e empréstimos, descrevendo-as nos relatórios anuais. As reclamações sobre as precárias condições em que ela se encontrava continuaram a aparecer nas atas de sua gestão, principalmente menções à falta de espaço. Porém, os elogios e os longos discursos sobre sua importância cessaram - uma mudança visível no discurso narrativo. Grande parte dos registros, até os anos de 1870, ressaltam o impacto da ausência do seu antigo gerenciador e a relevância que creditava à organização das coleções sob sua responsabilidade.

### 3.3. Ladislau Netto e os novos rumos da coleção

A despeito dos comentários pouco abonadores, Frederico Burlamaqui tinha consciência da necessidade de um especialista para a quarta seção. Em 1862, informou ao governo que “para produzir todos os seus frutos, necessito de um homem versado em Numismática e que seja, ao mesmo tempo, um arqueólogo e um etnógrafo”.<sup>353</sup> As limitações de recursos, no entanto, não possibilitavam a contratação de profissionais especializados para cada área científica do acervo, sendo necessário que o candidato dominasse os três campos de estudos. Somente dez anos depois, em 1872, na gestão de Ladislau Netto, quando foi nomeado o pintor e professor da Academia Imperial de Belas Artes, Pedro Américo de Figueiredo (1843-1905),<sup>354</sup> a vaga foi preenchida.

A escolha de Pedro Américo fez jus às qualidades necessárias para organização e classificação dos objetos. Além de ser um proeminente artista em ascensão, possuía conhecimentos sobre o mundo da Arqueologia. Anos antes, em 1859, ele viajara para a Europa

---

<sup>353</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1862. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1861 até 1869 (MN RA 05)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1863. folha 41 (frente).

<sup>354</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1872. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1869 até 1875 (MN RA 06)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1873. folha 104 (verso).

com o objetivo de realizar o seu “*Grand Tour*”, conhecendo os principais museus e suas produções artísticas. A 18 de fevereiro de 1870, ele tomara posse da cadeira de História das Artes, Estética e Arqueologia da AIBA. Essa disciplina fora idealizada anos antes, em 1855, mas sua aprovação e inclusão no currículo da Academia só aconteceu quinze anos depois.<sup>355</sup> Ela serviria para que os estudantes conhecessem o pensamento do homem da Antiguidade acerca de sua produção artística e também era a responsável por recuperar aquilo que o tempo não destrói.

A indicação de Pedro Américo para ocupar o cargo de diretor da quarta seção sofreu influência de Porto-Alegre, uma vez que esse era o seu sogro.<sup>356</sup> Para além disso, Américo possuía experiência na área da Arqueologia e das artes, qualidades necessárias para ocupar o posto. Segundo Ladislau Netto, a “4ª Seção carece de há muito de uma reorganização geral que a torne mais acessível ao estudo de suas mais que heterogêneas coleções”. Ou seja, passaram-se mais de treze anos sem que nenhum especialista fosse contratado para implementar o método mais adequado de classificação e organização do acervo desse setor. Mas, com a chegada de Américo houve a esperança de que o local fosse mais bem sistematizado. De acordo com Netto, “felizmente nas luzes e na atividade do Diretor interino, a cujo cargo se acha, confio que, a feição das necessidades de tão preciosos objetos, se esforçará por apresentá-las quais as desejamos ver”.<sup>357</sup>

Pedro Américo não ficou muito tempo no cargo - apenas dois anos. Porém, foi na sua gestão<sup>358</sup> que o museu recebeu um segundo lote de antiguidades egípcias. No Relatório Anual de 1873, ele informa que era “avultado o número de objetos de que tem feito aquisição o Museu Nacional [...] Os mais notáveis de tais objetos são os seguintes: *uma coleção de antiguidades egípcias* que com diversas alfaias usadas no norte da Europa foi oferecida pelo Sr. Conselheiro Lopes Netto”.<sup>359</sup> Diferentemente da primeira leva da coleção, essa doação não foi listada com a descrição de todos os seus objetos. Por isso, não é possível inferir a quantidade e a tipologia

---

<sup>355</sup> BARROS, Francisca Argentina Gois. *A arte como princípio educativo: uma nova leitura biográfica de Pedro Américo de Figueiredo e Melo*. Tese (Doutorado Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2006. p. 49.

<sup>356</sup> Pedro Américo se casou com a terceira filha de Manuel de Araújo Porto-Alegre, D. Carlota. OLIVEIRA, José Manuel Cardoso Oliveira. *Pedro Américo: sua vida e suas obras*. Senado Federal: Centro Gráfico, 1943. p. 77.

<sup>357</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1872. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1869 até 1875 (MN RA 06)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1872. folha 104 (verso).

<sup>358</sup> Em 1874, Pedro Américo partiu para viver em Florença. Antes, escreveu um trabalho que foi registrado no Relatório Anual sobre a antiguidade dos indígenas brasileiros, assunto que será abordado no capítulo 4.

<sup>359</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1873. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1869 até 1875 (MN RA 06)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1873. folha 157.

do acervo<sup>360</sup> adquirido. Mas certo é que não se tratou de apenas uma peça, posto que o uso do termo *coleção* indica um conjunto de objetos, mas, entre eles, somente um fragmento de sarcófago pôde ser identificado.<sup>361</sup> (imagem 9)



*Imagem 9: Fragmento de sarcófago doado pelo conselheiro Felipe Lopes Netto, contendo hieróglifos e a imagem do deus egípcio Thot. Fonte: Acervo pessoal.*

O Conselheiro Felipe Lopes Netto (1814-1895) era um importante político. Sua formação em Direito se dera nas universidades de Olinda e Pisa, na Itália. Durante o império, tornou-se diplomata, ocupando postos no Uruguai, nos Estados Unidos da América, na Itália e na Bolívia. Para além disso, foi eleito presidente da representação brasileira na Exposição Universal da Filadélfia, cargo que requeria confiança e domínio cultural. De acordo com Antônio Carlos Sequeira Fernandes, “Lopes Netto teve grande atuação na reunião e doação de exemplares ou coleções de história natural a instituições nacionais”.<sup>362</sup> Suas contribuições para

<sup>360</sup> Devido ao incêndio que atingiu o arquivo do Museu Nacional, não foi possível conferir no inventário do acervo do museu quais foram as peças doadas à instituição pelo Conselheiro Lopes Netto – lacuna que só o tempo dirá se será possível resolvê-la.

<sup>361</sup> A constatação da existência desse objeto foi realizada por Kenneth Kitchen. Porém, como não foi produzido um catálogo modernizado da coleção que atestasse os dados de peça a peça juntamente com a documentação do museu, não se pode saber qual era a dimensão real dessa coleção e quais eram seus componentes.

<sup>362</sup> FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; PANE, Vittorio. Cartas valiosas: a correspondência de Felipe Lopes Netto e João Barbosa Rodrigues para Enrico Hyllier Giglioli In: *Filosofia e História da Biologia*, v. 7, n. 2, p. 157-180, 2012. p. 160.

a quarta seção do Museu Nacional foram grandes, sendo o responsável por doar acervos de origem inca, egípcia e escandinava, que coincidem com períodos em que atuou como diplomata, respectivamente, na Bolívia, na França e na Escandinávia.

Em 1868, Lopes Netto foi enviado para a Bolívia, a fim de resolver os conflitos territoriais entre esse país e o Chile, que havia anexado partes do deserto do Atacama, algo que futuramente ocasionou a eclosão da Guerra do Pacífico (1879-1883).<sup>363</sup> De toda forma, ele aproveitou o tempo em que esteve na Bolívia para adquirir objetos da cultura material do povo inca, que futuramente seriam denominados “antiguidades bolivianas”.<sup>364</sup> No ano seguinte à sua chegada, ele enviou várias peças aumentando a coleção boliviana. Consta do relatório “1 pedaço de poncho, 1 pequeno vaso contendo farinha de milho, 1 envoltório de lã com folhas de coca, planta outrora sagrada para os peruanos. Estes objetos foram desenterrados das *chullpas* (cemitérios *aimara*) de *la Lizere* perto de *Arica*”.<sup>365</sup> Este acervo, como outros artefatos desse povo que estavam sendo revelados por escavações arqueológicas, ajudaria a conectar as antiguidades dos indígenas brasileiros com o passado glorioso do império Inca, legitimando a ideia contida na narrativa museológica que fora construída, de que as Américas vivenciaram um processo civilizatório próprio.

No que se refere às antiguidades egípcias doadas por Felipe Lopes Netto ao Museu Nacional, não é possível determinar, no momento, o lugar exato em que foram compradas. Como esse arranjo foi doado juntamente com o material colhido na Escandinávia,<sup>366</sup> é possível pensar que foi adquirido nessa mesma viagem, quando passou por algum grande centro de comércio de antiguidades, como a França e a Itália. Para Ladislau Netto, era “o sr. conselheiro Lopes Netto, um dos brasileiros que maiores serviços têm prestado a este Museu, viajante

---

<sup>363</sup> Tamanha foi a importância de Felipe Lopes Netto como intermediário diplomático entre esses países que os jornais da corte do período lançaram diversos elogios à sua atuação, como por exemplo: “É inegável que um dos triunfos modernos de nossa diplomacia foi o que resultou da missão especial a Bolívia, confiada ao talento, perspicácia e extremado zelo do conselheiro Lopes Netto. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Sr. Conselheiro Felipe Lopes Netto. Rio de Janeiro: Typographia Rua d’Ouvidor. 27 de setembro de 1869. p. 2. disponível: [http://memoria.bn.br/docreader/094170\\_02/24944](http://memoria.bn.br/docreader/094170_02/24944) (último acesso em: 25/10/18).

<sup>364</sup> “Tendo-se aumentado consideravelmente a coleção Arqueológica do Museu Nacional com 61 vasos de barro e de pedra e mais objetos bolivianos, trazidos e oferecidos pelo Ex.mo Snr Conselheiro D.º Felipe Lopes Netto”. In: MUSEU NACIONAL. Ofício remetendo a requisição do Preparador de Numismática de um armário para os objetos da Bolívia e o respectivo orçamento. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1861 até 1869 (MN RA 05)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1868. folha 187.

<sup>365</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1869. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1869 até 1875 (MN RA 06)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1869. folha 14 (verso).

<sup>366</sup> Em 2 de julho de 1872, o Jornal do Comercio anunciou sua ida para a Europa, na fragata Patagônia. JORNAL DO COMÉRCIO. Notícias Marítimas. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal, 2 de julho de 1872, ano 51, n. 183. p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_06/5083](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_06/5083) (último acesso em: 25/10/18).

ilustrado para quem são sempre constantes incentivos de amor pátrio as preciosidades que se lhe oferecem no solo estrangeiro”.<sup>367</sup> Tais elogios reforçavam a importância das suas doações para o crescimento do acervo da instituição.

Felipe Lopes Netto compreendia a importância das coleções, cujos itens podiam inclusive ser adquiridos por meio de troca com outros espaços científicos. Assim sendo, ao longo do século XIX, o Museu realizou permutas de duplicatas de exemplares de História Natural e de Antropologia com diversos museus europeus. Esse diplomata foi responsável por enviar diversos espécimes da fauna e da flora brasileira para o Museu Zoológico de Vertebrados do Real Instituto de Estudos Superiores de Florença, instituição com a qual manteve um contato assíduo através de correspondências<sup>368</sup> para efetuar essas transações. Também auxiliou na troca de material bibliográfico e no intercâmbio de pesquisas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A 29 de outubro de 1871, o IHGB recebeu do governo chileno um lote de “três caixões com livros” para compor a sua biblioteca.<sup>369</sup>

Esses atos evidenciam que, no contexto brasileiro, a carreira de um diplomata não esteve restrita apenas às ações políticas.<sup>370</sup> Em 1867, antes das antiguidades bolivianas chegarem ao museu, outro diplomata, Antônio Pedro de Carvalho Borges (1824-1888), “encarregado dos Negócios do Império na República da Bolívia, fez valioso presente à seção d’Arqueologia, de uma múmia boliviana e diversos objetos, encontrados junto a ela”.<sup>371</sup> Sendo assim, como nos países europeus, muitos desses agentes do Estado acabavam por se tornarem os responsáveis

<sup>367</sup> NETTO, Ladislau. Relatório do Museu Nacional (1874). Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1875. p. 17.

<sup>368</sup> FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; PANE, Vittorio; FORTI, Andrea Siqueira D’Alessandri; RAMOS, Renato Rodriguez Cabral. Trocando espécimens de animais por cabeças-troféu Munduruku: o intercâmbio de Enrico Giglioli com o Museu Nacional na segunda metade do século XIX. In: *Filosofia e História da Biologia*, v. 5, n. 1, 2010. p. 1-19.

<sup>369</sup> “Em desempenho de seu nobre e patriótico desejo, o Sr. Conselheiro Lopes Netto pode, a favor de sua fortuna pessoal e da sua infatigável perseverança, reunir grande cópia de publicações nacionais e brindar com elas os principais estabelecimentos de instrução e de leitura na república do Chile. A coleção pacientemente organizada por S. Ex. constitui uma riqueza, que com segurança não a possuem a melhor biblioteca particular do nosso país. Em compensação a república do Chile, graças a gentileza e a ilustração de seu governos e de seus mais distintos representantes, mas diferentes províncias, do saber humano, acaba de mimosear ao Instituto Histórico com mais de 1500 volumes, e ao próprio Sr. conselheiro Lopes Netto com cerca de 2000 volumes, que são o arquivo luminoso onde o pensador e o curioso literário encontram todos os elementos denunciadores da futura grandeza desse povo, tão inteligente, tão ativo e tão sensato”. JORNAL DO COMÉRCIO. O Chile e os seus tesouros literários. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal, ano 50, n. 301, 31 de outubro de 1870. p.2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_06/3542](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_06/3542) (último acesso em: 25/10/18).

<sup>370</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. “Colecionismo e gosto: a aquisição de livros e gravuras nos Países Baixos meridionais para a Livraria Real de Lisboa”. In: WERNER, Thomas; STOLS, Eddy (orgs.) *Un mundo sobre papel: libros y grabados flamengos en el Imperio Hispano Portugués (siglos XVI-XVIII)*. Lovaina: Acco, 2009. p. 393-408.

<sup>371</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1867. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1861 até 1869 (MN RA 05)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1867. folha 132 (verso).

pela realização de aquisições de objetos para as coleções dos museus e pela efetivação de trocas de materiais entre as instituições científicas, conforme foi abordado no capítulo 1.

Este fato reforça a hipótese de que o enriquecimento de coleções estrangeiras no Museu Nacional não se deu apenas por meio das doações realizadas por viajantes e exploradores. Para o estudo da formação de coleções no Brasil Imperial, Felipe Lopes Netto, José Francisco Guimarães, Manuel de Araújo Porto Alegre e Antônio Pedro de Carvalho Borges figuram como importantes agentes receptores e mediadores de acervos científicos e artísticos. Para além de se dedicarem aos atos políticos de suas missões diplomáticas, estavam atentos às oportunidades de compra e permuta de objetos que fossem de interesse tanto para a nação brasileira, quanto para seus países anfitriões.

No ano de 1870, Ladislau Netto escreveu a primeira publicação dedicada a narrar os fatos mais memoráveis da história do Museu, denominada “*Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*”. Além de descrever cronologicamente os principais feitos dos seus diretores, relacionou as coleções que existiam naquele momento, bem como a forma como estavam dispostos museologicamente os objetos que as integravam. A coleção egípcia ficava na saleta de número oito (imagem 10) e estava distribuída em sete armários. De acordo com Netto: “três múmias bem conservadas ainda e dispostas no meio do aposento, em caixões envidraçados, *são os objetos que atraem logo as vistas do visitante, quando ele vai penetrando nesta saleta*”.<sup>372</sup> Em outras palavras, apesar da abundância de antiguidades expostas, eram as múmias humanas que mais chamavam a atenção do visitante, causando admiração ou espanto naqueles que se viam diante de corpos milenares.

Segundo Netto, as múmias encontravam-se “em seus competentes sarcófagos, que são feitos de Sicômoro e ornados de curiosíssimas pinturas hieroglíficas, cujas cores, apesar do bafo de centenários anos sobre elas, conservam-se muito frescas e brilhantes”,<sup>373</sup> atestando seu bom estado de conservação. Note-se também, que até esse momento, os sarcófagos não tinham sido estudados adequadamente, pois não são informados os nomes de seus proprietários neles grafados. Também não se informa se havia correlação entre esses nomes e as múmias que guardavam, algo que somente seria revelado no século XX.

---

<sup>372</sup> NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. p. 262.

<sup>373</sup> NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. p. 262.

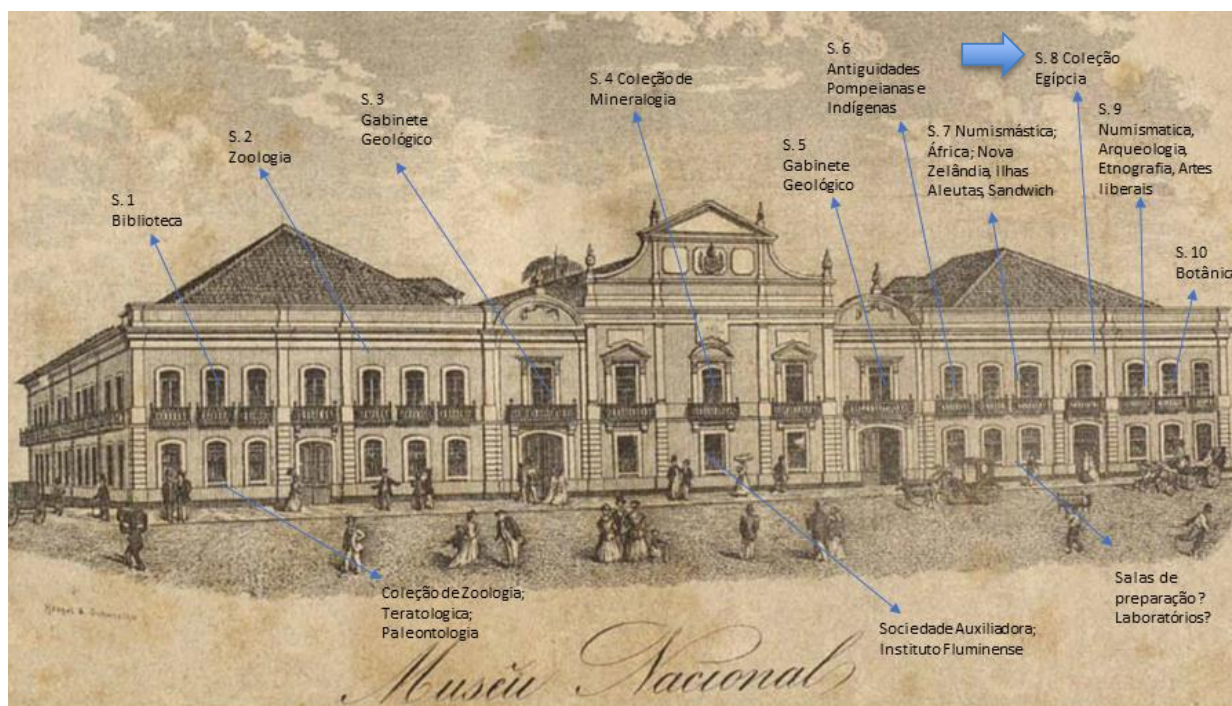


Imagem 10: Projeção da localização dos respectivos setores do Museu Nacional feito pelo autor com base na descrição feita por Ladislau Netto, em 1870, ainda situado em sua antiga sede, localizada no Campo da Aclamação. A coleção egípcia ficava na saleta com numeração S.8. Fonte: *Investigações Históricas*.

Ladislau Netto, em seu relato, confere destaque a uma máscara dourada, que se encontrava sobre uma múmia e que supôs ser “um distintivo dado aos cadáveres das pessoas nobres”,<sup>374</sup> para ele o status social se refletia na nobreza do material já que a peça era folheada a ouro. A máscara pertencia à múmia que, mais tarde, foi denominada de Kherima, e que chamava a atenção dos visitantes pelo delicado processo de mumificação que sofrera, que será discutido adiante. Oriunda do período romano, o nome Kherima foi-lhe atribuído no século XX. Durante os anos de 1950-1960, o professor Victor Staviarski ministrava cursos de hieróglifos e Egiptologia na sala onde repousavam as múmias. Segundo relatos, por meio de práticas de hipnose, conduzia seus alunos de volta ao antigo Egito. Em uma dessas sessões, uma aluna, ao encostar nessa múmia, teve uma visão na qual uma mulher afirmava que aquele era o seu corpo e que ela se chamava Kherima e dizia ser uma princesa do Sol.<sup>375</sup> Essa experiência fez com que muitos acreditassem que aquela era uma história real, e que esses restos mortais eram de um membro importante da realeza egípcia. Real ou não, o fato é que ela foi “batizada” com esse

<sup>374</sup> *Ibidem*, p. 262

<sup>375</sup> KITCHEN, Kenneth. *Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum*. Rio de Janeiro. Liverpool University Press, 1990. p. 6-7.

nome e, uma vez que não havia registros históricos que a identificasse, essa atribuição foi mantida pela equipe do museu até sua destruição no incêndio de 2018.

A importância dos sarcófagos e suas múmias revela-se pelo tamanho do espaço que Netto dedicou-lhes no relatório, quase uma folha inteira, contrastando com os demais itens da seção. Sobre sua disposição, informou que ficavam “descobertos e as suas tampas foram colocadas sobre os armários fronteiros, sendo fácil reconhecer pelas máscaras destas tampas, e mais ainda pelos contornos dos corpos das próprias múmias, o sexo a que elas pertencem”.<sup>376</sup> Fica evidente que a falta de espaço obrigava formas criativas de exposição, aproveitando todos os locais disponíveis, adaptando-os às necessidades. O ideal era que os esquifes, denominados “tampas”, ficassem de pé, encostados em algum canto do cômodo. Mas, como os armários expositivos eram grandes demais e cobriam a maior parte da sala, a solução foi colocá-los em cima desses móveis. O “drama” por mais espaço seria, desde a fundação, uma constante, solucionada apenas com a transferência para a Quinta da Boa Vista, ocorrida em 1892. Netto finalizou informando que “todos os outros objetos da coleção estão expostos nos armários desta saleta”<sup>377</sup> e listou-os sem descrevê-los com grande precisão, como havia feito com os sarcófagos e as múmias. Esse detalhe é revelador, pois mostra que esses objetos já eram os grandes sucessos da seção, quicá do museu, reconhecido pelos dirigentes da instituição e por seu público visitante.

Na gestão do diretor Ladislau Netto (1876 a 1893),<sup>378</sup> o Museu Nacional adotou novas linhas de investigação e a Etnografia passou a ser o centro das atenções.<sup>379</sup> Em princípio, a quarta seção teve seu nome alterado, passando a se chamar “Numismática, Arqueologia, Artes Liberais e Etnografia”.<sup>380</sup> A denominação ‘Usos e costumes das nações Modernas’ foi abandonada, evidenciando o alinhamento aos modernos conceitos inerentes à renovação dos campos científicos que estudavam os povos e sua diversidade cultural. Porém, na reforma mais ampla, que realizou em 1876, toda essa seção acabou sendo extinta, passando a ter o caráter de anexa, “desmembrada das outras três” repartições do Museu – A 1ª de Antropologia,

---

<sup>376</sup> NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. p. 263.

<sup>377</sup> *Ibidem*, p. 263.

<sup>378</sup> A data oficial do início do mandato de Ladislau Netto é 1876, porém, a partir do ano de 1870 ele se encontrava ocupando o cargo da instituição, mas como diretor interino.

<sup>379</sup> De modo, em 1882 seria organizada a Exposição Antropológica, um dos principais marcos dos estudos antropologia e etnologia no Brasil do século XIX.

<sup>380</sup> MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1870. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1869 até 1875 (MN RA 06)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1870. folha 37 (frente).

Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal; a 2ª de Botânica Geral e Aplicada, e Paleontologia Vegetal; e a 3ª de Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia, e Paleontologia Geral.<sup>381</sup> Para o diretor, não era ato de desmerecimento em relação a esses acervos, ao contrário, pois afirmava ser necessário construir um novo museu, dedicado somente a eles e garantiu que “empenho-me, quanto em minhas forças cabe, afim de que se opulente em raros haveres e faça-se peregrino legado do Museu Nacional ao futuro museu arqueológico ou etnográfico para o qual terá ela um dia de constituir-se primeiro cabedal”.<sup>382</sup>

A partir dos anos 1870, intensificou-se o papel do IHGB e da Biblioteca Nacional na escrita da história da nação,<sup>383</sup> e o estudo e a pesquisa de seus próprios acervos e o Museu Nacional era fontes de informação importantes para tanto. É nesse contexto que ganha sentido a aspiração de criação de um museu separado de Arqueologia e de Etnografia, lugar ideal para o desenvolvimento de pesquisas sobre a antiguidade brasileira e suas conexões com as de outros povos.

Por um lado, o MN já possuía, nesse momento, uma significativa coleção de objetos arqueológicos que abrangia desde os tempos mais remotos das civilizações clássicas, como a grega, a romana e a egípcia, representantes da sua conexão com o Velho Mundo. Por outro lado, também havia antiguidades americanas, provenientes de locais como a Bolívia, o Peru, o México e o Brasil, capazes de reconstituírem a história do Novo Mundo. Segundo Netto, entre as peças de “valor científico que encerra esta seção (quarta) em seus gabinetes, deu inequívoco testemunho a coleção de arqueologia brasileira que, com outras tão raras em preço quanto exíguas nos aspectos ou volume, exibiu na última Exposição Nacional”.<sup>384</sup> As coleções arqueológicas possuíam, então, grande relevância para que a nação brasileira entendesse e narrasse a evolução dos “povos primitivos” do país e os situassem frente às grandes civilizações mundiais, inclusive divulgando tal conhecimento a um público mais amplo, presente nessas exposições universais. Divulgava-se o acervo, ao mesmo tempo que instruíam a nação.

---

<sup>381</sup> LOPES, Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX*. Brasília: Ed. UNB, 2009. p. 174.

<sup>382</sup> NETTO, Ladislau Netto. *Relatório do Museu Nacional do ano de 1876*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1877. p. 7.

<sup>383</sup> CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Colecionar e escrever a história: a memória do Império Português legada por Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017. 200 p. CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. 390 p. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-27, 1988.

<sup>384</sup> A exposição Nacional de 1861 foi organizada como um dos pretextos para exibir ao público acervos que fossem importantes para a nação e para a escrita de sua história. Por isso, diversos livros, mapas, manuscritos, objetos etnográficos e arqueológicos foram reunidos.

O interesse de Ladislau Netto em desmembrar a quarta seção seria a forma de garantir a criação de um novo museu. Ele seria um espaço novo e amplo capaz de abrigar as pesquisas científicas necessárias nas áreas da Antropologia e Arqueologia, bem como um lugar mais adequado para a fruição do público com aqueles objetos, que se encontravam permanentemente sem espaço para serem exibidos adequadamente. Certamente, suas decisões estavam acompanhando “as mudanças na Antropologia, implementadas por [Ernest] Hamy – discípulo de [Jean Louis Armand de] Quatrefages – que, se distanciando da Antropologia Biológica, tinha maior preocupação histórica e etnográfica”.<sup>385</sup> De acordo com Mary Bouquet, “muitos museus etnográficos se moldaram na insurgência de grandes exposições industriais e universais do século dezenove: por exemplo, embora objetos etnográficos haviam feito parte da coleção do Museu Britânico desde a sua fundação, [...] o departamento etnográfico foi estabelecido apenas após a Grande Exposição de 1851”.<sup>386</sup>

A prática de reorganização de coleções de caráter etnográfico foi um processo que, como abordado, estava em andamento no campo museológico europeu e norte-americano. Nessa época, muitas instituições remanejaram seus objetos para que fossem criados novos setores de estudos, a exemplo do Museu Britânico e do Museu Nacional da Dinamarca, ou novos museus foram criados, como o Museu Nacional de Etnologia (1837), na Holanda; o Museu Colonial de Haarlem (1861), na Holanda; o Museu Etnográfico do Trocadéro (1878), na França; e o Museu Real da África Central de Tervuren (1898), na Bélgica. Países europeus que possuíam diversas colônias nos continentes americano, africano e asiático reuniram seus impressionantes acervos, ocasionando a formação de extensas coleções etnográficas. O Brasil, por sua vez, não ficou totalmente ausente desse processo, recebendo peças por meio de permutas com outras instituições ou por doações feitas por agentes privados.

Os planos de Ladislau Netto para a criação de um museu arqueológico ou etnográfico não se concretizaram. Posteriormente, em 1888, foi realizado um novo regulamento da instituição e ela voltou a contar com quatro seções, sendo que a que havia sido extinta foi renomeada “Antropologia, Etnologia e Arqueologia”. É evidente a mudança conceitual, pois o nome não descrevia mais o tipo de objetos do acervo, mas as ciências responsáveis por estudá-los. Era reflexo da cientificização e especialização do conhecimento que se refletia nos espaços

---

<sup>385</sup> LOPES, Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX*. Brasília: Ed. UNB, 2009. p. 174.

<sup>386</sup> Texto original: “many ethnographic museums took shape in the wake of great industrial or universal exhibitions of the nineteenth century: for example, although ethnographic objects had been part of the British Museum’s collection since its foundation [...] the ethnographic department was established only after the Great Exhibition of 1851”. BOUQUET, Mary. *Museums: a visual Anthropology*. New York: BERG, 2012. p. 74.

museológicos, a exemplo do que ocorria nos grandes centros acadêmicos. Segundo Margaret Lopes, “tais alterações não eram uma simplificação de nomes, constituíam ajustes às novas especialidades que ganhavam espaços no museu: a Antropologia [...] separava-se formalmente do domínio da Zoologia e se constituía não só em seção independente, como vinha merecendo atenção de Ladislau Netto e João Batista Lacerda”.<sup>387</sup> Principalmente após a Exposição Antropológica de 1882, essa ciência passaria a dominar grande parte dos estudos no Museu Nacional.

O contexto político nacional também é importante para entendermos a criação desse novo arranjo, pois a reescrita da história do Brasil deveria ser realizada empregando esses acervos museológicos. O século XIX é o período de ascensão dos nacionalismos. Com efeito, a construção de “comunidades imaginadas”<sup>388</sup> criou mitos fundacionais para as nações e o Brasil não esteve imune a esse processo. A simbologia inerente ao arranjo da Exposição Antropológica objetivava apresentar para a sociedade, de forma científica, as origens dos povos “primitivos” brasileiros. O discurso científico embasava o político e sustentava o nacionalismo emergente. Por isso, era necessário expor uma grande quantidade de objetos que embasassem a construção da narrativa que pretendia “resgatar e revalorizar a iconografia indianista do Império, que na época parecia ter-se tornado redundante”.<sup>389</sup> O Museu Nacional cumpria sua função de espetacularização do conhecimento, conferindo visibilidade importante para uma instituição que estava fora dos circuitos tradicionais europeus e que, ao mesmo tempo, era essencial para se pensar o papel da ciência na ainda jovem nação. De acordo com Mary Bouquet:

Museus, galerias e exposições tiveram grande importância enquanto agências educativas e civilizadoras durante a consolidação do Estado-nação do século XIX, tendo sido analisados nesses termos como parte do complexo de exposições. Uma das principais características destas exposições foi a exibição de tecnologias avançadas e produtos no mesmo espaço de exposição, como objetos etnográficos (figuras, armas, implementos e roupas), o que estabeleceu uma nova distinção: aquela entre os cidadãos das nações (progressivos, civilizados) e os outros que habitavam os territórios distantes do império.<sup>390</sup>

<sup>387</sup> LOPES, Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX*. Brasília: Ed. UNB, 2009. p. 160.

<sup>388</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>389</sup> ANDERMANN, Jens. Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. In: *Topoi* Rio de Janeiro, v. 5, n. 9., 2004. p. 129.

<sup>390</sup> Texto original: “Museums, galleries and exhibitions were of great significance as educational and civilizing agencies during the consolidation of the nineteenth-century nation state and have been analysed in these terms as part of the exhibitionary complex. One of the key features of these exhibitions was the display of advanced technologies, and products in the same exhibition space as ethnographic objects (such as figures, weapons, implements and clothing), which established a new distinction: between citizens of the (progressive, civilized) nation

Nos anos seguintes, a missão mais importante da seção passou a ser mapear as origens dos indígenas brasileiros. Consequentemente, a coleção de Arqueologia indígena, outrora chamada de antiguidades indígenas, aumentou consideravelmente, pois passou a ser a de interesse prioritário da instituição. Em contrapartida, os acervos não brasileiros mantiveram-se sem alterações, salvo quando houve doações de peças avulsas, pois nenhuma coleção volumosa foi adquirida ou doada até o fim do século.

Se nos tempos de Manuel de Araújo Porto-Alegre, a coleção egípcia alcançara grande destaque e, nos de Ladislau Netto, fora posta de lado, servindo de complemento para o estudo dos povos indígenas brasileiros, agora era totalmente obliterada pelos artefatos desses últimos. Até então, além de testemunhos da grande civilização, seus itens haviam sido empregados como recurso de legitimação da busca pelo passado mais remoto da sociedade brasileira. Conexões foram feitas para legitimar o grau de avanço dos indígenas brasileiros, em comparação com o povo do Nilo, de modo a inserir-se a cultura material do homem pré-colombiano no *hall* das antiguidades mundiais.

Em 1919, já em sua nova sede, na Quinta da Boa Vista, o Museu Nacional também se reestruturava para adequar-se ao novo espaço. Novos profissionais foram contratados, como Alberto Childe (Dmitri Petrowitch Vanitzin, 1870-1950),<sup>391</sup> com a função de pesquisador e conservador da instituição. Nesse mesmo ano, publicou o primeiro catálogo da coleção egípcia,<sup>392</sup> juntamente com o da Antiguidade Clássica. Em suas mãos, o conjunto recebeu os cuidados necessários à conservação dos objetos milenares, sendo descritos adequadamente de forma a revelar suas funcionalidades passadas e suas datações. Escreveu e publicou ainda trabalhos sobre as peças, a fim de compreendê-las, se destacando pelo compromisso em cuidar desses objetos.

O século XX, para as antiguidades egípcias do Museu Nacional, foi de grande relevância: os objetos foram estudados segundo os novos parâmetros instituídos pela ciência contemporânea, empregando a tecnologia moderna disponível. Sobre tal etapa, far-se-á apenas breve referência. Para permitir tal mergulho no passado, um laboratório de Egiptologia surgiu

---

and others who inhabited the far-flung territories of the empire”. BOUQUET, Mary. *Museums: a visual Anthropology*. New York: BERG, 2012. p. 72.

<sup>391</sup> Sobre a carreira de Alberto Childe no Museu Nacional, ler: FARIA, Luís de Castro. Alberto Childe: o homem, a obra e a sua época. In: *Publicações Avulsas do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 59-60, 1973.

<sup>392</sup> CHILDE, A. *Guia das Collecções de Archeologia Clássica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

no Novo Mundo,<sup>393</sup> o SESHAT. Com equipe composta por arqueólogos e egiptólogos, a coleção egípcia teve diversas peças estudadas individualmente, sendo utilizadas tecnologias modernas, como o raio-x e as tomografias, que permitiram uma renovada e ampliada compreensão desses artefatos. O mesmo laboratório criou a SEMNA - Semana de Egiptologia do Museu Nacional - a fim de divulgar as pesquisas, tanto da casa, quanto de outras partes do mundo. Ao longo do tempo, pode-se dizer, então, que essa coleção, além de ser grande atrativo de público não especializado, também foi exibida, entendida, enquadrada e estudada segundo as transformações que se operavam na ciência, especialmente após a criação da Egiptologia, que teve em Champollion seu mais importante expoente. Até sua quase completa destruição, ocupou seu lugar de importância na América Latina e mesmo no mundo.

### 3.4. Os viajantes e a coleção egípcia

Desde a sua inauguração, o Museu Nacional recebeu a visita de inúmeros viajantes e naturalistas que, em suas expedições pela América do Sul, encontravam nessa instituição uma base para conhecer o Brasil. A presença constante dos viajantes letrados e naturalistas no museu abriu a oportunidade para que sua contratação se tornasse comum. Era uma forma de contribuir com o enriquecimento dos acervos da instituição, com objetos coletados em suas andanças pelo país. Segundo Lorelai Kury, “nas grandes expedições científicas, os viajantes buscavam dar conta das sensações e impressões experimentadas durante sua estada no Brasil, não só utilizando o desenho e a pintura, mas também fazendo ricas descrições textuais”<sup>394</sup> e coletando objetos, que formaram ou alimentaram coleções. Em consequência disto, os relatos produzidos por esses sujeitos são importantes fontes para a compreensão dos lugares, da fauna e da flora do país. Mais que isto, estes textos expressam como os indivíduos perceberam e pensaram o universo tropical que os cercavam, fosse nas cidades brasileiras ou quando arriscavam sua vida para saciar sua sede de conhecimento em locais afastados e inóspitos.

Os viajantes e naturalistas luso-brasileiros e estrangeiros buscaram seguir os métodos de observação e de coleta dos elementos da natureza e das culturas humanas, que foram instituídos entre a segunda metade do século XVIII e inícios do século seguinte. Esses não eram

---

<sup>393</sup> O SESHAT é um laboratório de pesquisa do Museu Nacional sobre a Arqueologia do antigo Egito, surgiu com o intuito de divulgar a coleção egípcia dessa instituição através de pesquisas investigativas, eventos e exposições.

<sup>394</sup> KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciência, Saúde – Manginhos*. Rio de Janeiro, vol. VIII (suplemento), 2001. p. 863.

homogêneos, mas divergiam entre si em razão dos distintos paradigmas científicos a que cada um se alinhava e a época em que atuou. Ainda no período colonial, anterior à criação do Museu ou à chegada das peças egípcias no Brasil, já havia o estímulo da Coroa à prática do colecionismo científico. Durante o período pombalino e, especialmente após a criação da Real Academia de Ciências (1790), no reinado mariano, a Coroa procurou nortear o ensino e a prática das Ciências Naturais. Nesse contexto, o filósofo naturalista paduano Domingos Vandelli (1735-1816), que foi contratado para atuar em Portugal, foi dos principais responsáveis por desenvolver metodologias de coleta de espécimes e amostras para a análise do mundo natural, tanto do Reino como das colônias. Suas recomendações diziam que todo naturalista que chegasse a um país deveria estar apto a descrever, além da natureza e seus reinos, os “aspectos físicos e climáticos, [...] os habitantes, a agricultura, o comércio” e também os “edifícios públicos e particulares e as estruturas dos templos, das casas e a sua arquitetura”<sup>395</sup> do lugar.

Os métodos elaborados por pesquisadores como Vandelli orientavam o olhar dos viajantes e o modo como procediam, estabelecendo processos de observação que auxiliavam na elaboração dos seus diários, que posteriormente eram editados e impressos, contribuindo para a circulação das experiências desses indivíduos e para a produção e disseminação do saber sobre as peculiaridades do Brasil. Os detalhes registrados nestes relatos se tornaram, então, importantes para conhecermos não apenas a diversidade dos biomas brasileiros, mas também o modo de viver e pensar, no século XIX, além das práticas culturais e científicas que começavam a ser construídas no Império. Até a mudança da Corte, a maior parte dos artefatos de História Natural que foram recolhidos no Brasil rumaram para Portugal, especialmente para enriquecer o Real Gabinete da Ajuda e o Gabinete de História Natural da Universidade de Coimbra. Mas há que se destacar a criação da Casa de História Natural, - mais conhecida como Casa dos Pássaros - no Rio de Janeiro, durante o vice-reinado de Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790).<sup>396</sup>

Ao longo do século XIX, houve uma grande circulação de viajantes-naturalistas, muitos deles estrangeiros, pelo Brasil e, após a chegada da Família Real, com a flexibilização das regras, ocorreu um afluxo maior dos últimos. Até então, a Coroa procurava cercear a divulgação

---

<sup>395</sup> VANDELLI, Domingos. Do conhecimento Físico, e Moral dos Povos. *Apud*: SEGANTINI, Verona Campos. *"Maneira decente e digna de expor aos olhos do público": modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2015. p. 47.

<sup>396</sup> LOPES, Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX*. Brasília: Ed. UNB, 2009. p. 25-42.

e a publicação, principalmente no estrangeiro, de descrições sobre suas colônias.<sup>397</sup> Ingleses, franceses, estadunidenses, italianos e alemães foram as nacionalidades principais dos viajantes-naturalistas estrangeiros que visitaram os trópicos e produziram relatos. Segundo Kury “cabia a eles (viajantes-naturalistas) transformar sensações, experiências e seres vivos em novas espécies de animais e plantas que se encaixassem na ordem natural das famílias, em herbários, animais empalhados, bichinhos imersos em álcool, descrições detalhadas escritas de modo inteligível em cadernos de viagens e etc.”.<sup>398</sup>

Nesse emaranhado de personagens, uma parcela dos viajantes-naturalistas estrangeiros que passaram pelo Brasil produziu relatos sobre o Museu Nacional, suas exposições e suas coleções, que foram conhecer durante sua estada. Entre eles, alguns dedicaram um bom número de páginas à instituição, enquanto outros limitaram-se a deixar uma rápida descrição. Como evidenciado, descrever as cidades e os prédios públicos fazia parte do roteiro de escrita desses indivíduos, principalmente no caso de textos de caráter científico. Essas descrições serviam como referencial para identificar o grau de civilização em que a nação se encontrava, pois reconhecia-se que tais espaços de instrução pública cooperavam para o enriquecimento intelectual da população.

Nas descrições dos edifícios de instrução, havia certa tendência de se falar do Museu Nacional, por esta ser uma das primeiras instituições científicas do país e um espaço de referência e interlocução para os viajantes-naturalistas. Entre tudo que se podia ver ali, a coleção egípcia ganhou a atenção desses indivíduos, como Robert Walsh, George Gardner, Thomas Ewbank e Carl von Koseritz; sendo este último o que mais se estendeu, entre os mencionados, ao descrever a sala em que ficavam as antiguidades egípcias.

O primeiro a mencionar a coleção egípcia do Museu Nacional foi o médico, historiador e reverendo irlandês Robert Walsh (1772-1852). Em 1828, ele viajou para o Brasil, juntamente com o embaixador inglês, o Visconde de Strangford. Walsh foi nomeado capelão da embaixada britânica no Rio de Janeiro, entre os anos de 1828 e 1829.<sup>399</sup> Durante sua permanência na corte redigiu e publicou “*Notices of Brazil in 1828 and 1829*”, no qual narrou suas experiências e os modos de vida dos brasileiros.

---

<sup>397</sup> SECO, Ana Paula. *Um olhar sobre a educação na colônia: os viajantes estrangeiros*. São Paulo: EDUSC, 1999. 394 p.

<sup>398</sup> KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. VIII (suplemento), 2001. p. 865.

<sup>399</sup> WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: B. Clay, vol. I, 1830. p. IV.

Walsh chegou ao Brasil exatamente dois anos depois que a coleção egípcia fora adquirida. Ele fez uma breve descrição do museu, informando que sua “ereção foi um dos últimos bons atos, pelo qual as pessoas estão em dívida com Dom João [VI], antes de deixar o país”.<sup>400</sup> Para além de ter sido um presente do monarca para os brasileiros, o reverendo afirmou que o museu possuía um acervo bem tradicional para os parâmetros de quem conhecia os museus ingleses da época: “contém os objetos usuais encontrados em tal como em uma coleção, pássaros, bestas, peixes, conchas e minerais”.<sup>401</sup> O museu, entretanto, não o surpreendeu muito e, para Walsh, era “lamentável que Spix e Von Martius, que preencheram tão magníficos museus em Viena e Munique com os espólios do Brasil, não tenham sido empregados a princípio, para preencher e organizar aquilo que é do país de onde eles retiraram”.<sup>402</sup> A desilusão de encontrar um lugar que não evidenciava os avanços das ciências, bem como as potencialidades das espécimes existentes na nação, foi marcante para esse religioso.

Quando Walsh visitou o Museu Nacional, o diretor era João da Silva Caldeira, naquele momento empenhado em modernizar a instituição, enriquecê-la com novas coleções e equipá-la com um laboratório químico. Além disso, ele almejava organizar os acervos que não tinham possuído o tratamento correto. Nessa época, o espaço científico estava ganhando atenção pelo Governo Imperial<sup>403</sup> e sua importância para a nação estava começando a interessar os governantes, que passaram a investir um pouco mais na sua ampliação.

De toda forma, Robert Walsh caracterizaria a entidade científica como um “departamento imperfeito de História Natural”. Ele, contudo, ressaltou a importância de haver ali “alguns espécimes de múmias egípcias e outras antiguidades do Velho Mundo e duas ou três do novo”, que correspondiam a cabeças “tiradas de algumas catacumbas indígenas”<sup>404</sup>. De toda a coleção egípcia, seus olhos foram atraídos pelas múmias. Seu interesse, no entanto, não se limitou ao fascínio oitocentista pelos corpos milenares, mas como uma chave para o entendimento do passado dos povos aborígenes. Comparou as técnicas de mumificação dos

---

<sup>400</sup> Texto original: “its erection was one of last good acts, for which the people are indebted to Dom John before he left the country”. In: WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: B. Clay, vol. I, 1830. p. 421.

<sup>401</sup> Texto original: “they contain the usual objects founds in such a collection, birds, beasts, fishes, shells, and minerals”. *Ibidem*, p. 421.

<sup>402</sup> Texto original: “it is much to be regretted that Spix and Von Martius, who have filled such magnificent museums at Vienna and Munich with the spoils of Brazil, should not have been employed, in the first instance, to fill and arrange that of the country from whence they took them”. *Ibidem*, p. 422.

<sup>403</sup> NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. p. 33.

<sup>404</sup> Texto original: “there are a few specimens of Egyptian mummies and other antiquities from the old world, and two or three from the new. These are heads taken from some Indian catacombs”. In: WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: B. Clay, vol. I, 1830. p. 422.

egípcios com as dos povos Maori, da Nova Zelândia,<sup>405</sup> representadas pelas cabeças mumificadas que “eram preservadas como múmias e tatuadas de modo curioso”, acreditando que elas foram feitas pelos nativos brasileiros, evidenciando a falta de organização e classificação dos objetos do Museu. Juntamente com esses excêntricos exemplares, estavam “roupas, aras e outros restos indígenas, que formariam o núcleo de um departamento nacional extremamente interessante, marcando a existência de uma raça que ‘logo se irá e desaparecerá’”.<sup>406</sup>

As críticas de Walsh ao acervo do MN evidenciam, também, que era comum associar a missão inicial da instituição com o acompanhar das tendências colecionistas europeias. Segundo o reverendo, era preciso que esse espaço científico fosse como os museus de Viena e Munique, porém, em termos de expor e divulgar as peculiaridades da natureza e dos povos que habitavam a nação, uma vez que neles havia mais artefatos brásílicos do que no Museu Nacional. Estes eram os acervos que os viajantes almejavam encontrar, ao conhecer a instituição. Porém, ao visitarem suas exposições, eles se deparavam com a visão de uma coleção idêntica às que havia na Europa. Robert Walsh ressaltou que “a instituição parece uma coisa valiosa para o país em que está estabelecido. É provável que excite um sabor e sentimento por objetos da natureza e da arte, e crie um amor pela ciência nas pessoas que visitam isto”.<sup>407</sup> Mesmo que não possuísse grandes coleções e muitos espécimes da fauna e flora brasileiras, ainda assim a entidade científica era importante para o país, uma vez em que, naquele local, a ciência brasileira estava dando seus primeiros passos.

A mesma opinião teve o viajante-naturalista e botânico inglês George Gardner (1812-1849), quando visitou o Brasil entre os anos de 1836 e 1841. Ele percorreu vários estados brasileiros, inclusive o Rio de Janeiro. No relato de seu itinerário, denominado “*Viagens pelo Brasil,*” ele relatou a mesma frustração com relação ao museu brasileiro, que dava “uma ideia muito apoucada da grande cópia de produtos naturais existentes no país”. Para ele, “como em muitos outros museus, deu-se aí mais atenção ao continente que ao conteúdo”,<sup>408</sup> à edificação que às suas coleções. Gardner também informa que o museu possuía oito salas destinadas à

---

<sup>405</sup> Nesse momento, a instituição contava com dois exemplares de cabeças mumificadas feitas pelos povos Maori. O museu também possuía exemplares feitos pelos Mundurucus, entretanto, a constatação de que se tratava de exemplares neozelandeses veio através da menção “tatuadas de modo curioso”, técnica que era utilizada por esses nativos da Oceania.

<sup>406</sup> WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: B. Clay, vol. I, 1830. p. 422.

<sup>407</sup> Texto original: “Indeed the institution seems a valuable thing for the country in which it is established. It is likely to excite a taste and feeling for objects of nature and art, and create a love for science in the people who visit it”. WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: B. Clay, vol. I, 1830. p. 423.

<sup>408</sup> GARDNER, George. *Viagens pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 28

exposição do seu acervo, “uma destas (salas) é reservada para as vestes, ornamentos, armas e outros objetos dos aborígenes do Brasil”.<sup>409</sup> Este espaço era um módulo integrante da quarta seção do museu e atraiu seu olhar por mostrar objetos que atendiam ao estereótipo estabelecido do que representaria os povos indígenas brasileiros e, conseqüentemente, retratavam a nação.

Sobre a coleção egípcia, Gardner relatou que em outra sala estavam expostos “uns poucos caixões de múmias enfileirados em um dos lados”, sendo que “de um destes o corpo foi retirado e posto em um caixão de vidro. As ataduras da cabeça e dos pés foram desfeitas e estas partes estão inteiramente expostas”.<sup>410</sup> Tratava-se da múmia Kherima (imagem 11).

No momento da visita de Gardner ao Museu Nacional, a quarta seção ainda não havia sido organizada por Manuel de Araújo Porto-Alegre. Nesta época, a instituição enfrentava problemas constantes com a falta de espaço e com a má conservação do edifício. Para além disso, a coleção egípcia não estava exposta em sua completude, como Porto-Alegre evidenciou em seus relatórios, citados anteriormente. Dada a inexistência de espaços expositivos adequados, a coleção de estelas e algumas múmias se encontrava no depósito do museu e fora do alcance dos olhos desse botânico, que pôde observar e descrever apenas uma parte do conjunto.



*Imagem 11: Múmia de Kherima. Fonte: BBC Brasil.*

---

<sup>409</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>410</sup> *Ibidem*, p. 28.

Àquela altura, as bandagens das extremidades do corpo da múmia Kherima já haviam sido desfeitas, dando-lhe o aspecto com que passou a ser reconhecida. Até hoje, no entanto, não se sabe ao certo quem retirou as ataduras e os motivos que o levaram a fazê-lo. Mas não é de todo improvável que o próprio Nicolau Fiengo o tenha feito, para que parte do corpo embalsamado ficasse exposto e pudesse dar maior credibilidade ao artefato. De fato, foi este o fator determinante para que o crítico Basílio Ferreira Goulart acreditasse que se tratava realmente de uma múmia. Ao ver Kherima, ele confirmou que as peças vendidas pelo italiano “são [realmente] Múmias, pelos pés de uma, que vi tão bem”.<sup>411</sup>

É plausível supor que, dada a técnica de enrolamento das faixas de Kherima ser distinta da maior parte das múmias conhecidas, os funcionários do museu poderiam ter entendido que esse exemplar era mais importante que os demais, dado que ela foi descrita pelo jornal *Astrea*, que dada as “inscrições que se encontram no seu corpo [...] e que consiste em folhas de árvores, se infere ser uma Princesa das mais distintas famílias daquele antiquíssimo tempo, denominada Princesa do Sol”.<sup>412</sup> De fato, diferentemente das outras múmias do museu, Kherima possuía uma máscara mortuária folheada a ouro. Seus membros também foram preparados de uma maneira rara para múmias egípcias, sendo enfaixados separadamente, dando-lhe uma configuração harmônica e o visual de uma “boneca”. Por isto, os funcionários do museu deram prioridade para que fosse exposta, enquanto os outros exemplares foram guardados em razão da falta de espaço para sua exibição. No caso dos esquifes, eles foram enfileirados em um lado da parede, uma vez que a área expositiva era limitada. Essa forma de expor esse tipo artefato era bastante comum em museus europeus da época, pois assim se garantia uma boa visualização do objeto e se permitia compreender suas formas e seu tamanho. Não seria de se admirar, portanto, que o responsável pela organização dos artefatos na exposição tivesse levando em conta modelos expositivos europeus (imagem 12).

---

<sup>411</sup> ASTREA, Jornal. Notícias. Rio de Janeiro: Typographia Torres, nº37, 19 de setembro de 1826. p 150.

<sup>412</sup> ASTREA. *Consta-nos que na alfândega d’esta Capital...* Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29 de julho de 1826, nº 16. p. 64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



*Imagem 12: Infelizmente não existem gravuras ou desenhos do interior do Museu Nacional no século XIX, porém é possível imaginar que a coleção egípcia estava disposta conforme retratado nesta pintura. Segundo a descrição de George Gardner, no ano de 1841 os sarcófagos ficavam encostados na parede, e a múmia de Kherima, em uma caixa de vidro como representado acima. Imagem: “Corredor e o último gabinete da coleção egípcia na coleção Ambraser do Baixo Belvedere” – Carl Goebel, 1875, óleo sobre tela. Fonte: Wikimedia.*

A narrativa de Gardner trazia evidências da falta de organização dos objetos do Museu Nacional no período em que visitou o lugar. Na mesma sala em que ficava a coleção egípcia, havia “uma coleção mui limitada de moedas e medalhas e uns poucos quadros de pintura, dos quais um é o retrato do fundador [do museu], em tamanho natural”.<sup>413</sup> É provável que as obras descritas pelo inglês fossem exemplares da coleção de pinturas de D. João VI, que seria posteriormente transferida para a Academia Imperial de Belas Artes. O que soava estranho na organização desta sala, aos olhos de Gardner, era que a ordenação dos objetos da quarta seção não produzia uma clara separação dos objetos conforme a sua tipologia – obras de arte e numismática –, segundo os padrões com os quais ele estava acostumado. É possível pensar, no entanto, que a falta de espaço e a prática de se tomar moedas, medalhas e pinturas como registros da história das nações civilizadas pudessem ter inspirado a composição da sala, reunindo as duas tipologias de acervos. Fato é que, segundo o viajante, o arranjo da coleção não

<sup>413</sup> GARDNER, George. *Viagens pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 28.

permitia uma boa fruição dos objetos pelos visitantes, que se esbarravam ao transitarem entre exemplares da Antiguidade e peças do período Moderno. Também é interessante observar a necessidade de um museu régio exibir o retrato de seu fundador – D. João VI – para que todos que o visitassem soubessem quem foi e venerassem o monarca responsável pela criação da instituição científica.

A forma com que foram exibidas e classificadas as outras coleções também não agradaram ao inglês. Segundo Gardner, outra sala do museu continha “uma porção de caixas de pássaros empalhados e poucos deles rotulados”. Em contrapartida, “duas salas são reservadas para uma coleção de minerais, que é mais vasta, bem como a mais interessante porção que contém o Museu”. Naquele lugar, “os espécimes são principalmente europeus”,<sup>414</sup> o que demonstra que a instituição estava mais preocupada (ou preparada) para mostrar acervos que não representavam a nação, que exemplares da natureza e das culturas locais – o que, de certa forma, espantava os estrangeiros que esperavam descobrir um mundo de novidades nos corredores do museu. O resultado ia contra a missão inicial do Museu, que era constituir um repositório dos tesouros do universo brasílico a ser estudado para a divulgação, mundo afora, das potencialidades da exploração da flora e da fauna do país.

Em 1846, o viajante e etnólogo inglês radicado nos Estados Unidos, Thomas Ewbank (1792-1870), visitou a cidade do Rio de Janeiro. Em seu relato *Vida no Brasil*, descreveu os principais aspectos da cultura e da natureza brasileiras. Sua passagem pelo Museu Nacional deixou-lhe impressões interessantes sobre o acervo. Para ele, a zoologia e a ornitologia constituem os principais ramos do museu, dando destaque para os espécimes de felinos e de pássaros, sendo que esses últimos davam uma boa noção dos “representantes de toda a província”,<sup>415</sup> especialmente a coleção de colibris. Com essa descrição, pode-se constatar que, dez anos após a visita de George Gardner, o museu aumentara os seus acervos de Zoologia brasileira, anteriormente descritos como pobres e desorganizados. Mesmo sem o imaginar, Ewbank mostrou que houve esforços maiores da instituição para enriquecer a coleção zoológica com espécimes brasílicos.

Quando esse etnólogo inglês esteve no museu, observou que para “os estudantes de numismática, existem aqui moedas e medalhas antigas e modernas” e que a “coleção de

---

<sup>414</sup> Os minerais europeus aos quais ele se refere provavelmente são os da coleção Werner, recolhida por esse mineralogista no século XVIII e que compôs o lote inicial das coleções do Museu Nacional. *Ibidem*, p. 28.

<sup>415</sup> EWBank, Thomas. *A vida no Brasil: ou Diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia., 1976. p. 97

minerais é extensa e existe um laboratório para a análise dos minérios”.<sup>416</sup> A instituição avançava para conseguir se equipar e permitir que os seus pesquisadores pudessem saber mais sobre a Geologia brasileira. Além disso, se preparava para aumentar a prática de coletas de materiais desse gênero. Nos anos seguintes, seria montada a Comissão Científica do Império,<sup>417</sup> a fim de desbravar o nordeste do país com a intenção de descobrir possíveis recursos naturais que pudessem ser explorados. Desse modo, acentuava-se a importância do Museu Nacional para o desenvolvimento e o progresso do país.

No que se referia ao acervo de numismática, nesse momento ele já possuía grande notabilidade, com seus três mil exemplares. A coleção já havia se consagrado como a principal desse tipo no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento dos estudos numismáticos e de História. Porém, no momento da visita de Ewbank, a quarta seção estava passando por reparos exigidos pelo risco de desabamento do teto das salas que a acolhiam. O seu acervo estava, portanto, disperso em várias outras salas, o que pode ter influenciado negativamente as impressões do viajante.

O relato da experiência de Thomas Ewbank com a coleção egípcia é simples e rápido. Mas também estava associado a uma apreciação cruzada das antiguidades egípcias e das “antiguidades nacionais”, embora resultando em observações com sentido contrário às de Gardner. Segundo ele, para o museu “foram também obtidas algumas interessantes antiguidades egípcias”. No que se referiam às antiguidades nativas, elas eram “poucas e não desperta[vam] grande interesse, no entanto este detalhe da exposição melhorará”<sup>418</sup> no futuro.

A opinião do viajante sobre o acervo de antiguidades é bem clara: as nacionais estavam em desvantagem e tinham menor qualidade se comparado às antiguidades egípcias. Nesse período, havia apenas “duas cabeças de cabeças dos Índios Mundurucus e duzentos e vinte peças compreendendo três vestimentas completas, capacete, carapuças, cetros, armas de caça, e guerra pertencentes as diversas tribos do nosso continente”.<sup>419</sup> A quantidade parecia-lhe insuficiente para representar a variedade das etnias indígenas que viviam no Brasil. Entretanto, Ewbank mencionou que a situação da exposição estava prestes a sofrer mudanças. De fato, após

---

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>417</sup> KURY, Lorelai (org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio., 2008. 272 p.

<sup>418</sup> EWBank, Thomas. *A vida no Brasil: ou Diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia., 1976. p.97

<sup>419</sup> MUSEU NACIONAL. Inventário dos Objetos existentes no Museu Nacional (Ano de 1844). In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1844. folha 59.

as reformas do prédio, a quarta seção seria reorganizada por Manuel de Araújo Porto-Alegre, que valorizaria o acervo e exporia novos espécimes das produções da cultura material indígena, que seriam adquiridas nos anos seguintes.

Independentemente das impressões do viajante sobre as antiguidades nacionais, sua quantidade era decepcionante para o público estrangeiro que visitava o Museu Nacional. Eram mesmo as cabeças mumificadas do povo Mundurucu que atraíam a admiração desses indivíduos e grande parte dos viajantes relatou as peculiaridades percebidas nessa técnica de preservação de despojos humanos.

As diferentes percepções dos viajantes sobre as transformações nas exposições do museu podem ser percebidas no contraste dos relatos discutidos até aqui com o conteúdo do livro *Imagens do Brasil*, escrito por Carl von Koseritz. A minúcia das descrições do Museu Nacional feitas pelo alemão torna este relato muito diferente dos escritos dos demais viajantes. Koseritz foi duas vezes ao Museu Nacional, o que resultou em uma narrativa relevante sobre a instituição, em seu tempo “glorioso”, sob a administração de Ladislau Netto.

À época de sua primeira visita, ocorrida em 1883, “o museu não [tinha sido] posto em ordem, desde a Exposição Antropológica [de 1882]”. Por isto, “a visita ainda não está [aberta] ao público” e o ingresso do viajante na instituição foi facultado por um convite de seu diretor. Por isto, o relato de Koseritz tem a vantagem de permitir um exame detalhado do espaço em um momento de mudança, no qual ele não podia ser observado por muitos.

Koseritz teve a honra de ter a mediação do seu passeio feita por Ladislau Netto, que o guiou para o “famoso salão dos Mundurucus, a mais selvagem e mais guerreira das tribos brasileiras”. Que “riqueza em tesouros etnológicos, se encontra nesta sala!”<sup>420</sup> – foi a expressão de seu maravilhamento que o relato conservou. O museu, havia pouco, tinha recebido grandes remessas de material etnológico e arqueológico de diversas partes do país, para serem exibidos na grande Exposição Antropológica de 1882 – maior evento expositivo criado pela instituição, no século XIX, que se tornou um grande sucesso de público.

Diferentemente dos primeiros anos em que a falta desse tipo acervo causava frustração nos visitantes estrangeiros, a instituição havia se enriquecido com novas aquisições motivadas pela organização da Exposição Antropológica. Ladislau Netto incentivou que colecionadores privados doassem peças pré-cabralinas, bem como organizou expedições científicas que

---

<sup>420</sup> KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. p. 90-91.

circularam pelo interior do país, coletando objetos etnográficos, reunindo espécimes da natureza e anotando observações científicas. Passada a grande Exposição, de todos os objetos exibidos nas galerias da instituição, as “massas e flechas de todos os tamanhos, varapaus, lanças de guerras, as sarabatanas” era o que agora se destacava. Junto a elas, “a maior raridade são os troféus dos inimigos mortos, que os grandes chefes carregam”:<sup>421</sup> as cabeças preparadas pelos Munducurus. Esses testemunhos da vida indígena ainda causavam grande admiração naqueles que entraram no museu, durante e depois da mostra.

Koseritz não se furtou a explicar o processo de mumificação dessas cabeças, certamente após ter sido instruído por Ladislau Netto, grande amante da Antropologia. Segundo esse viajante alemão, “o Mundurucu corta a cabeça do inimigo, retira a parte óssea, retira a pele e remove, com facas de taquara, toda a carne de forma a que reste por fim a pele”. O processo continuaria com a aplicação do “óleo de andiroba” e, após isso, os indígenas dependuravam-nas ao “sol para secar, depois de ter sido empalhada com capim”. Na perspectiva de Koseritz, essa técnica de redução da cabeça era uma forma de o guerreiro Mundurucu obter “o maior prazer da vingança”.<sup>422</sup>

O método de preparo garantia que a cabeça do derrotado conservasse o realismo e perfeição dos seus traços (imagem 13). Ao ver uma delas, Koseritz afirmou que era “uma verdadeira obra de arte, esta cabeça, tão preparada que a arte dos egípcios parece-nos mesquinha em comparação com esta realização dos selvagens”.<sup>423</sup> Novamente, a antiguidade egípcia foi usada como parâmetro de comparação e como recurso legitimador do alto grau civilizacional dos indígenas brasileiros. Os antigos egípcios eram reconhecidos, em grande parte, por suas técnicas de mumificação e conservação dos corpos dos mortos, por um processo que foi refinado ao longo dos séculos. O Museu Nacional possuía belos exemplares de múmias humanas dessa civilização. Mas, em grande parte, elas ainda estavam cobertas por suas bandagens, não permitindo a observação do grau de conservação dos corpos. Porém, havia alguns membros de múmias desenrolados, que tornavam possível a visão das feições do morto. Para o espanto de Koseritz, era de se impressionar que “selvagens” pudessem realizar um método de conservação tão refinado que ultrapassava a qualidade obtida pelos habitantes do Nilo, em séculos de prática da mumificação.

---

<sup>421</sup> *Ibidem*, p. 90-91.

<sup>422</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>423</sup> KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. p. 91.



*Imagem 13: Exemplar de cabeça mumificada pelo povo Mundurucu que pertencia ao Museu Nacional em registro fotográfico do século XIX. Fonte: Museu Nacional UFRJ.*

Carl von Koseritz dedicou grande parte do seu tempo no Museu a visitar a seção de Etnologia. Ali, ele viu as cerâmicas indígenas que tinham “desenhos muitos bonitos, outros parecem copiados da cerâmica europeia da antiguidade”.<sup>424</sup> É provável que ele estivesse falando da arte marajoara que, dado o alto uso de elementos geométricos, o viajante teria associado à técnica dos gregos. A tese que aproximava a arte marajoara de exemplares da Antiguidade Clássica havia sido defendida por Ladislau Netto, no Guia da Exposição Antropológica de 1882.<sup>425</sup> Resumidamente, o propósito de exaltar esses espécimes era claro: defender que os antigos indígenas possuíam antiguidade e alcançaram um grau civilizatório que lhes permitia produzir objetos requintados, tão importantes quanto as grandes sociedades do mundo antigo.

---

<sup>424</sup> KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. p. 92.

<sup>425</sup> No capítulo 4, a relação entre as antiguidades brasileiras e clássicas será melhor debatida, principalmente, as teorias que foram criadas por Ladislau Netto para defender a origem do povo brasileiro.

Depois de passear pelo microcosmo da Antropologia, Koseritz dirigiu-se para o Laboratório de Fisiologia,<sup>426</sup> na companhia de certo Dr. Freitas, possivelmente o engenheiro e pesquisador Francisco José de Freitas. Logo em seguida, foi para as salas de Mineralogia e Paleontologia, com o fim de ver os crânios de Santa Luzia recolhidos por Peter Lund, em Minas Gerais.<sup>427</sup> Posto que o museu ainda se encontrava em organização e a recolocação de seu acervo nas salas de que havia sido retirado para dar lugar à Exposição Antropológica, o viajante alemão encerrou sua visita.

Para saciar sua sede de conhecimento, depois de dois meses Koseritz voltou ao Museu Nacional para ver as salas que faltavam para completar seu *tour*. Acompanhado pelo botânico Dr. Shack, ele iniciou sua visita pela sala egípcia, “na qual se encontra a rica coleção de múmias, de urnas mortuárias e de imagens sagradas que S. M. o Imperador doou ao Museu”.<sup>428</sup> Essa parte do museu o agradou, pois os elogios a ela não pararam. Segundo ele, “ali se encontram múmias de todas modalidades e em todos os estados de conservação, desde as de filhas de faraós, em ricos caixões e com máscaras douradas sobre as faces, até as múmias envolvidas em mortalhas de linho roídas pelos vermes”.<sup>429</sup> A suposta “filha do faraó” era a múmia Kherima, que possuía uma máscara dourada em seu rosto. Como foi dito, a sua mumificação se destacava pelo alto grau de detalhes.

Além de se encantar com a riqueza do refinamento desse corpo embalsamado e os sarcófagos da coleção egípcia, Koseritz não deixou de mencionar os exemplares que não estavam em bom estado de conservação, dada a corrupção do tempo e as ações dos vermes. Eram essas as múmias de Hori e Harsiese.

No seu relato, a passagem mais marcante sobre a sua experiência na sala egípcia corresponde ao momento em que Koseritz fez a seguinte afirmação: “Quem conhece os museus da Europa não vê ali nada de novo; mas quem nunca apreciou antiguidades egípcias encontra lá muito que admirar”.<sup>430</sup> O viajante alemão definiu, com essas palavras, a importância do acervo para a instituição e os diversos públicos do Brasil. Mesmo que continuasse seguindo um modelo imperialista, o museu tinha um acervo de caráter universal, que servia para que aqueles

---

<sup>426</sup> Para saber mais sobre a Fisiologia no Museu Nacional, ver: GOMES, Ana Carolina Vimieiro. *Uma ciência moderna e imperial: A fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. 172 p.

<sup>427</sup> Sobre as descobertas de Peter Lund na região de Santa Luzia, ver capítulo 4.

<sup>428</sup> KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. p. 193.

<sup>429</sup> *Ibidem*, p.193.

<sup>430</sup> KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. p.193.

afastados dos circuitos das grandes instituições museológicas pudessem ter acesso a coleções diversificadas.

Para quem estava habituado a ver esse tipo de acervo, como era o caso da maioria dos viajantes estrangeiros, o Museu Nacional não oferecia quase nada de novo. Porém, nos anos de Ladislau Netto, a instituição se esforçou para agradar “gregos e troianos”. De um lado, foram expostas novas peças sobre a antiguidade indígena, de modo a compor um “cosmo nacional” para o museu. Mas, por outro, era necessário abarcar outros universos que permitissem criar conexões com o Velho Mundo e que auxiliassem na instrução de pessoas que nunca chegariam a pisar nele. O próprio Koseritz entendia que “as seções estrangeiras, em conjunto, me interessam muito menos que as nacionais, mas em todo caso é sempre curioso visitar algumas daquelas”.<sup>431</sup> Principalmente, se pensarmos no fato de que esse naturalista morava no Brasil desde 1850, ou seja, ele não era um sujeito de passagem como os viajantes citados, que retornariam aos seus países de origem e escreveriam suas impressões de suas experiências. Portanto, ele entendia que uma nação deveria se representar mais em seus museus, tornando-os como um espelho. Para isso, era necessário coletar e expor espécimes locais e não estrangeiros, para que visitantes enxergassem as potencialidades dos recursos naturais do Brasil.

Carl von Koseritz ressaltou a importância de outro acervo doado pelos monarcas D. Pedro II e D. Tereza Cristina ao museu: a coleção de antiguidades greco-romanas. Segundo ele, “para o comum dos visitantes o ponto de maior interesse é a coleção pompeiana, e que na verdade é extraordinariamente rica. Lá se encontram as mais variadas peças de cerâmica, desde os grandes vasos até os menores brinquedos de criança”. O arranjo dava notabilidade à instituição e a enriquecia com enorme variedade de exemplares da cultura material da Antiguidade Clássica. Os elogios a essa coleção foram muitos. Para o viajante, esse conjunto era um “verdadeiro presente de príncipe, que deve ter custado muito dinheiro ao seu autor”.<sup>432</sup> Porém, ele estava equivocado. Conforme foi dito anteriormente, essas peças foram doadas a mando da imperatriz Tereza Cristina, que as tinha recebido em troca com objetos indígenas. Para além disso, ela própria financiava escavações na Itália, que resultariam no crescimento do lote já doado.

Koseritz reforçava que, “para o comum do público, como disse, esta deve ser a parte mais interessante da sala, mas para mim foi outra, a coleção de toda a sorte de armas de pedra,

---

<sup>431</sup> *Ibidem*, p. 193-194.

<sup>432</sup> KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. p. 194.

que ali também está exposta”.<sup>433</sup> A sua opinião sobre as antiguidades que não eram nacionais continuava presente no relato. Um museu que tratava de abordar as ciências naturais do seu país deveria possuir compromisso maior em expor objetos nativos. Por sorte, a coleção de exemplares líticos e instrumentos de pedra possuía grande primor, para Koseritz, agradando-o em sua experiência na instituição.

Como foi perceptível nos relatos abordados, podemos ter a noção do que significava a presença de antiguidades estrangeiras no Museu Nacional, sobretudo as egípcias. A finalidade desses viajantes em conhecer a instituição era, em grande parte, ampliar o seu conhecimento sobre o Brasil por meio dos acervos coletados nas diferentes províncias. Porém, desde a sua fundação, o compromisso da entidade em garantir a prioridade de coletas de materiais brasílicos foi influenciada pela perspectiva científica de cada diretor que assumia, ao comandar esse espaço. Para alguns, era importante que o museu acompanhasse as tendências colecionistas das grandes metrópoles e tivessem um acervo enciclopédico comparável aos dos museus europeus. Para outros, era necessário criar um discurso genuinamente brasileiro.

Outro detalhe a se destacar é que a perspectiva dos viajantes-naturalistas era influenciada pelos processos internos que o museu sofria. No que se referia à quarta seção, sua gestão viveu seus altos e baixos naqueles anos. Em pouco tempo, as expressões de sua recepção passaram de um espaço desorganizado e sem classificação para um que seguia os padrões expositivos dos grandes museus mundiais. Houve, ainda, a valorização de determinados acervos, como a coleção egípcia, percebendo-se que os funcionários possuíam consciência de quão difícil era obtê-las, fora dos circuitos de comércios de antiguidades.

Robert Walsh, George Gardner e Thomas Ewbank viram um museu desorganizado e com problemas no seu estado de conservação. Já Carl von Koseritz, presenciou os anos de glória do Museu Nacional, sob a direção de Ladislau Netto. Para ele, “Netto prestava ao país um grande serviço, quando protege e conserva todos esses tesouros de ciência [...], agora não está mais tudo desorganizado e caótico, mas já se vê como a ordem reina nestas salas que, em breve, terão um infinito interesse para todos os homens de ciência que visitem o Brasil”.<sup>434</sup> Koseritz fazia apostas em Ladislau Netto, esperando que a instituição fizesse jus ao termo “nacional” que estava atrelado ao seu nome.

---

<sup>433</sup> *Ibidem*, p. 194.

<sup>434</sup> KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. p. 93.

Os relatórios anuais, jornais, recibos e relatos de viajantes foram fontes que contribuíram para enriquecer a história da primeira coleção egípcia da América Latina. Estes documentos e as informações que guardam ampliam o horizonte de interpretação sobre a História da Ciência e dos processos museológicos aos quais os objetos foram submetidos, ao longo da história do museu, e sob os quais foram ressignificados e reinterpretados. Além disso, possuir fontes muito raras, que demonstraram como essa coleção foi recebida pelo público comum, torna-a única na história do país.

Porém, no século XXI, faltando apenas seis anos para que a coleção egípcia completasse 200 anos de permanência no Brasil, grande parte dela foi destruída. No dia 2 de setembro de 2018,<sup>435</sup> um incêndio de grandes proporções destruiu o Museu Nacional, já instalado no antigo Palácio de São Cristóvão.<sup>436</sup> O incêndio se iniciou próximo às salas que conservavam e expunham grande parte coleção egípcia, que continuava sendo uma das maiores atrações da instituição. O conjunto foi, portanto, um dos primeiros a ser destruído.

O fogo não devastou apenas esse conjunto milenar, mas mais de noventa por cento de um acervo de 20 milhões de peças. Após dois séculos de existência, o Museu Nacional e os esforços de vários diretores e funcionários arderam em chamas. Nenhum governo, tanto imperial quanto republicano, investiu suficientemente na instituição. Tão pouco se compreendia sobre a sua importância para o desenvolvimento das ciências, no Brasil e no mundo. É lamentável pensar que grande parte da coleção egípcia que possuía uma memória tão envolvente e relacionada com a história brasileira não existe mais. Até a presente data, 14 de outubro de 2018,<sup>437</sup> teve-se a notícia de que possivelmente o governo do Egito irá emprestar algumas peças para a reconstrução da instituição. Mas estas peças não serão do povo brasileiro e também não vão possuir conexões tão fortes com o nosso passado, como aquela que foi vendida aos imperadores por Nicolau Fiengo.

---

<sup>435</sup> TORRES, L.; RODRIGUES, M.; TOLEDO, N.; ABREU, R.; TELES, L. Incêndio de grandes proporções destrói o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista. *GI*, Rio de Janeiro, 02/09/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio>>. Acesso em: 14/10/2018.

<sup>436</sup> Como marco de memória, hoje, 19 de outubro de 2018, foi encontrado em meios aos escombros o fóssil de Luzia em perfeito estado de conservação. Algo que dá esperanças de achar mais acervos que continuam nos escombros do museu. WERNECK, Antônio; ROQUE, Denise. Crânio de Luzia, fóssil humano mais antigo das Américas, é encontrado nos escombros do Museu Nacional. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19/10/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/cranio-de-luzia-fossil-humano-mais-antigo-das-americas-encontrado-nos-escombros-do-museu-nacional-23168966>>. Último acesso: 19/10/2018.

<sup>437</sup> MARTINS, Marlucci. Egito vai emprestar peças para o Museu Nacional. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12/10/2018, Blog Marina Caruso. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/marina-caruso/post/egito-vai-emprestar-pecas-para-o-museu-nacional.html>>. Acesso em: 14/10/2018.



**4. “Interpretando os monumentos desses pequenos Egípcios americanos” - A busca pela antiguidade da nação**

## 4.1. Em busca do “Champollion brasileiro”

*No pátio do museu desta corte acham-se depositadas muitas tábuas de pedra, carregadas de figuras que foram nelas gravadas, as quais, se como nos afirmaram foram encontradas no Brasil, não são pequeno argumento a favor da opinião do geógrafo de Berlim. Até onde podemos lembrar-nos, não há diferença essencial entre os hieroglíficos dos obeliscos de Roma, e os das pedras do museu do Rio de Janeiro.*<sup>438</sup>

A procura pelas antiguidades da nação foi um dos principais objetivos perseguidos pelos eruditos brasileiros que almejavam encontrar o elo que conectaria o passado do Brasil com a História Universal. Nesse período, “ênfaticamente, no mais diversos domínios, a busca de explicações sobre as origens – dos homens, das sociedades, das nações”. Assim, “tornando-se como referência o quadro universal, ocidental, o Brasil foi frequentemente representado como um país que, na sua maior parte, precisava ser civilizado”.<sup>439</sup> Era preciso eliminar as barreiras que impediam que a jovem monarquia se tornasse um Império de destaque entre as repúblicas da América Latina. Ao longo do século XIX, teorias como esta publicada no *Jornal do Comércio* estavam presentes nas discussões dos membros do principal órgão oficial dedicado à escrita da História brasileira: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Nesta epígrafe podemos entender um pouco a forma como esses vestígios civilizatórios eram encontrados. Por meio do método poligenista buscava-se a compreensão de elementos presentes na cultura material dos povos indígenas em relação aos de outras civilizações, o que será detalhado adiante. No caso, o autor da manchete destaca a presença de “tábuas de pedra”, provavelmente extraídas de sítios arqueológicos que continham pinturas rupestres ou gravações em baixo-relevo feitas por populações pré-cabralinas, cujos símbolos tinham correspondências com os hieróglifos egípcios esculpidos em obeliscos que se encontravam na capital italiana.

Para que o processo de busca da antiguidade brasileira fosse concretizado, o IHGB e o Museu Nacional foram locais essenciais na produção de teorias sobre a origem do brasileiro e o processo de ocupação da América do Sul. As duas instituições viram no indígena brasileiro o agente que daria as respostas para se pensar a gênese da nação. A partir de meados dos

---

<sup>438</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. *Origem dos índios sul-americanos*. In: *Notícias Científicas* Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, ano XV, nº 15, 17 de janeiro de 1840. p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_03/57](http://memoria.bn.br/docreader/364568_03/57) (último acesso: 11/11/18).

<sup>439</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 23-24.

oitocentos, a cultura material pré-colombiana ganhou a atenção de estudiosos, principalmente para se tornarem agentes de afirmação dos estados recém independentes. Era preciso conhecer a aurora da pátria antes da interferência dos europeus. O Brasil não ficou de fora desse processo, era necessário que o povo brasileiro conhecesse as suas raízes, por isso “as antiguidades nacionais ganharam legitimidade para a compreensão do passado, sobretudo aquele anterior à presença das culturas clássicas ou, em certos casos, para o entendimento de sociedades que não sofreram diretamente esta presença”.<sup>440</sup>

Prova disso está na continuação do texto apresentado, cuja identidade do autor da manchete é desconhecida. Ele expôs a teoria de um erudito e geógrafo da Sociedade Geográfica de Berlim, denominado professor Lehmann, que acreditava ver traços similares entre a escrita indígena e a dos antigos egípcios. De acordo com o colunista, a teoria de Lehmann tratava “de estabelecer a origem de diferentes raças sul-americanas”. Na sua opinião, “todas [as raças] ou quase todas elas são de origem mongólica, chinesa, japônica, e talvez mesmo egípcia”, destacando-se a última, entre as demais, para a compreensão da cultura material dos antigos autóctones. A razão apontada para a importância do estudo da cultura egípcia para o entendimento dos povos indígenas brasileiros se dava pela “coincidência acerca do uso de muitos trastes domésticos dos índios, [que] são os mesmos que usavam os antigos egípcios”.<sup>441</sup> Em outras palavras, a antiguidade brasileira encontrava respaldo científico na presença de vestígios que a conectava com uma grande civilização do passado e, como será defendido, na consideração de que os nativos brasileiros poderiam ter sido descendentes de uma importante sociedade que teria entrado em decadência, ainda que alguns traços tivessem se mantido durante esse processo.

Para o autor, a “ideia do professor Lehmann não [era] nova”.<sup>442</sup> Os membros do IHGB - criado havia dois anos - estavam produzindo teses e suposições mais avançadas sobre as origens do homem brasileiro. Era preciso lembrar ao leitor do periódico que a nação brasileira possuía um importante órgão de pesquisa que encontraria as repostas sobre o seu passado. Na ausência de documentos que sustentassem a antiguidade e a grandiosidade dos povos nativos, tomados como lastro da importância e do futuro do Brasil, um dos recursos amplamente

---

<sup>440</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado com a História: o IHGB e a sociedade dos Antiquários do Norte. In: In: Heizer, Alda; Videira, Antonio A. P. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 3.

<sup>441</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. Origem dos índios sul-americanos. In: *Notícias Científicas*. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, ano XV, nº 15, 17 de janeiro de 1840. p. 1.

<sup>442</sup> *Ibidem*, p. 1.

empregados foi a comparação da cultura material indígena com aquela produzida pelas grandes civilizações do passado. De acordo com Valdeí Lopes de Araújo,

para enfrentar a tarefa de escrever a história de povos de um passado remotíssimo ou de povos que, como os índios brasileiros, não possuíam registros escritos, era necessário investigar os monumentos e as ruínas, testemunhas até então silenciosas que vinham sendo reivindicadas pelas novas técnicas de ciências como a Arqueologia e a Etnografia. Em seus anos iniciais, os membros do Instituto estavam atentos e ávidos por descobrir e fazer falar essas ruínas silenciosas, desde as línguas indígenas, mediante sua decifração, até monumentos cuja existência parecia fundada em um desejo coletivo por um passado remoto.<sup>443</sup>

“Desejo coletivo por um passado remoto” é o melhor termo para entendermos os esforços dos primeiros eruditos do IHGB na invenção da história brasileira. Para definir os princípios para a escrita do passado do Brasil, o acesso às fontes documentais era de extrema relevância e tinha a função não apenas de oferecer informações sobre os eventos fundacionais, mas também de legitimar discursos de invenção de um sentido para a jovem nação brasileira, que seriam construídos a partir delas.

O recurso aos vestígios das civilizações da Antiguidade para elaboração de um lugar para os povos indígenas na história mundial tornou-se viável, principalmente, quando foi constatado que estas grandes sociedades possuíam o domínio da escrita – e, no caso do antigo Egito, seu reconhecimento ocorreu quando Champollion criou o método de ler os hieróglifos que não possuíam padrões greco-latinos, mas pictográficos. Algo que dava esperanças para a compreensão da antiguidade brasileira, uma vez que havia ausência de fontes textuais feitas por indígenas, essas poderiam estar na forma de grafismos em cerâmicas e nas paredes de cavernas. A chave para sua leitura poderia se encontrar na comparação com as escritas pictográficas do mundo antigo. Assim, achar um lastro para o futuro do país nesse passado longínquo e grandioso alimentava a expectativa dos sábios brasileiros.

Com o objetivo de propagar as ideias que eram discutidas nas reuniões dos membros do IHGB, em 1839, foi editado o primeiro volume da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. A publicação apresenta artigos historiográficos, compilações de fontes e textos com novas teorias sobre o passado brasileiro, abarcando temas que iam dos períodos pré-cabralino ao colonial e ao imperial. Em sua primeira publicação, destacou-se a presença de um artigo escrito por Manuel de Araújo Porto-Alegre, denominado ‘*Relatório sobre a inscrição da*

---

<sup>443</sup> ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 154.

Gávea'.<sup>444</sup> Nesse texto, o intelectual e sócio do IHGB analisava as inscrições feitas no monólito de mesmo nome, que se localiza na floresta da Tijuca. A descoberta de um registro que poderia ter sido produzido por uma civilização supostamente superior, que teria aportado no Rio de Janeiro antes dos europeus, poderia corroborar com a hipótese de uma origem ilustre dos indígenas. Para o pensamento positivista de Porto-Alegre “a descoberta de uma inscrição é, de fato, que pode fazer uma revolução na História: [...] um nome, uma frase em uma lápide, podem preencher lacunas imensas, restaurando conjecturas, e abrir uma estrada luminosa do passado ao futuro”;<sup>445</sup> “lacunas” que os eruditos brasileiros se empenhavam em preencher para conquistarem prestígio universal para si e para a História do Brasil.

Para esse intelectual, a inscrição na pedra da Gávea parecia possuir semelhanças marcantes com os traçados feitos pela civilização fenícia. Os fenícios eram conhecidos, então, pelo alto domínio das práticas marítimas e acreditava-se que eles poderiam ter conseguido atravessar o Mediterrâneo e o Atlântico e chegado às terras do futuro Brasil. A tese sobre a presença desses povos no Novo Mundo seria posteriormente defendida por Ladislau Netto,<sup>446</sup> sobretudo após a notícia da descoberta da Pedra da Paraíba, que supostamente apresentaria claros caracteres fenícios.

O parecer de Porto-Alegre sobre a pedra da Gávea, no entanto, não produziu um entendimento definitivo sobre a questão: ao mesmo tempo que ele apresentava a possibilidade dos caracteres grafados na pedra serem vestígios da passagem remota dos fenícios pelo Brasil, também foi dito que os homens envolvidos na expedição para averiguar as características desse objeto não possuíam o conhecimento necessário para emitir uma conclusão final. Não obstante, Porto-Alegre finalizou o relatório evocando a necessidade de que um dia aparecesse “um Champollion brasileiro, esse Newton da antiguidade egípcia ou Cuvier do Nilo, para com o facho de seu gênio indagador iluminar essa parte tão obscura da História primeva do Brasil”.<sup>447</sup> Supondo a possibilidade de criação de um método para a leitura dos grafismos indígenas, acreditava ele que, para que fosse possível decifrar outras línguas antigas, era preciso encontrar seus registros escritos. Assim, ao longo do século XIX, o IHGB promoveu missões e expedições

---

<sup>444</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel Araújo. Relatório sobre a Inscrição da Gavia. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo I, 1839. p. 77.

<sup>445</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>446</sup> BITTENCOURT, José. Fenícios, sambaquis e Marajó, os primórdios da Arqueologia no Brasil e a formação do imaginário nacional. In: *Tempos Históricos*, v. 3, n. 1, agosto de 2001. p. 53-75.

<sup>447</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel Araújo. Relatório sobre a Inscrição da Gávea. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo I, 1839. p. 80.

na busca de outras provas da antiguidade dos povos brasileiros. De acordo com Lúcio Menezes Ferreira,

o naturalista bávaro Karl P. von Martius (1794-1868), por seu turno, no conhecido e tantas vezes já comentado texto que lançou as bases metodológicas das pesquisas historiográficas, arqueológicas e etnográficas a serem concretizados pelo IHGB, também incentivou as excursões arqueológicas, fiando-se na “evidência” de que os indígenas seriam “ruínas de povos” – resquícios de uma antiga civilização que teria habitado toda a América. Para von Martius, grandes monumentos arqueológicos, a exemplo do que aconteceu nos rincões de outras regiões da América, poderiam ser revelados sob as sombras das milenares matas brasileiras.<sup>448</sup>

A crença na antiguidade dos povos nativos acalentava a esperança de que construções antigas e outras evidências que demonstrassem a presença de sociedades culturalmente avançadas fossem achadas no território brasileiro. Para além disso, era necessário “encontrar monumentos que aproximassem o Brasil, país de pouca história, do passado de nações cuja antiguidade ia mais longe”, pois, na “imaginação dos eruditos brasileiros, o passado do território estaria cheio de sinais da passagem de representantes de civilizações antigas, ou da própria existência de civilizações possivelmente autóctones”.<sup>449</sup> Assim como os outros países, o Brasil precisava descobrir sua origem e de certa maneira a presença de marcos que revelassem a outrora existência de comunidades desenvolvidas. Ao mesmo tempo, novos achados recrudesciam esperanças, em seguida frustradas por falta provas sólidas, que dessem clareza de sua autenticidade e da efetiva grandeza dos habitantes do passado brasílico.<sup>450</sup>

No plano simbólico da política, falhar na missão de detectar vestígios de um passado grandioso significava também colocar o país em uma situação de inferioridade na consonância das nações latino-americanas. Nos países vizinhos ao Brasil, destacava a existência de pirâmides, construções religiosas, ruínas de habitações e diversos outros vestígios da refinada cultura material das sociedades indígenas. Sobretudo Incas, Maias e Astecas impressionavam pela alta habilidade técnica e pelo caráter monumental de suas construções. De certa forma, tornava-se difícil contornar a contraposição entre os Estados Republicanos latino-americanos com o passado glorioso de suas grandes civilizações ameríndias e a única monarquia das Américas, com sua patente carência de uma antiguidade “civilizada”, segundo os parâmetros do pensamento oitocentista. Diante da comparação com o passado das nações adjacentes, a

<sup>448</sup> FERREIRA, Lúcio Menezes. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Um saber sobre o Estado. In: *Vestígios de Civilização: A arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2002. p. 31.

<sup>449</sup> BITTENCOURT, José. Fenícios, sambaquis e Marajó, os primórdios da Arqueologia no Brasil e a formação do imaginário nacional. In: *Tempos Históricos*, v. 3, n. 1, agosto de 2001. p. 57.

<sup>450</sup> ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 154.

ausência de grandes produções materiais pelos indígenas brasileiros não seria um sinal contrário ao futuro progresso do Brasil? Para os intelectuais do Brasil, sim: esta “mácula” no passado de nossos nativos implicaria em uma falha no processo civilizacional e um perigo para o futuro da pátria.

Para auxiliar nessa busca pelas origens da nação, o IHGB encontrou um parceiro que aparentemente passava pelos mesmos problemas, a Sociedade dos Antiquários do Norte. Localizada na Dinamarca, essa associação tinha os mesmos objetivos que instituições correlatas do Novo Mundo: procurar evidências do grau avançado dos seus ancestrais. Neste sentido, o problema enfrentado pelos intelectuais dinamarqueses se aproximava da perspectiva dos estudiosos brasileiros, no intuito de elevar a imagem dos povos nativos: a ausência de fontes escritas e conexões com as grandes civilizações.

No caso dinamarquês, contudo, o problema resvalava na percepção da baixa estima dos cidadãos e em uma certa desconfiança acerca do futuro da nação: mergulhada em uma terrível recessão econômica, enfrentando o fim da união com a Noruega (1814) e amargando a perda de territórios coloniais do país, a população da Dinamarca vivia uma profunda crise identitária.<sup>451</sup> Para solucionar esse obstáculo, a Sociedade tinha como “objetivo retirar [seus antepassados] de um possível passado de barbárie, afirmando no próprio passado destas regiões a possibilidade da civilização”.<sup>452</sup> Convergindo esforços neste sentido, os especialistas de Copenhague fizeram uso da Arqueologia e das instituições museológicas como principais ferramentas que ajudariam ‘iluminar’ a ‘escuridão’ que pairava sobre a história da pátria.

A finalidade de promover a investigação do passado compartilhada pelo IHGB e pela Sociedade dos Antiquários do Norte, além dos objetivos comuns que guiavam a atuação das duas instituições, a relação entre os sócios estava imbuída de intencionalidades. Uma delas era garantir que a troca de ideias, informações e acervos museológicos contribuísse com a fundamentação da principal hipótese da Sociedade: a de que os povos nórdicos possuíam alto grau civilizacional ao ponto de terem sido capazes de colonizar outras regiões do mundo, entre elas a América. Segundo Manoel Salgado, “dialogar com uma sociedade de letrados fazia parte de um projeto intelectual posto pela Sociedade”, que almejava “integrar outras associações e

---

<sup>451</sup> GOMES, René Lommez. *Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016. p. 144.

<sup>452</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado com a História: o IHGB e a sociedade dos Antiquários do Norte. In: In: Heizer, Alda; Videira, Antonio A. P. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 5.

intelectuais no continente americano e visando um grande trabalho comparativo a respeito das antiguidades de regiões fora da tradição clássica”.<sup>453</sup> Era necessário mostrar para os outros países que existiam provas concretas do nobre passado dinamarquês, atestando a existências de outras grandes civilizações da Antiguidade para além dos gregos, dos romanos e, ainda, dos egípcios.

O interesse pela investigação de seu passado torna-se tão relevante para os dinamarqueses que, em 1807, foi criada a Comissão Real (*Oldsagskommissionen*) “para a conservação das Antiguidades e Monumentos”. Ela tinha o propósito de vasculhar o território da nação em busca de objetos e estruturas construídas que fossem importantes para registrar os feitos dos povos nórdicos e para narrar a história da Dinamarca. O material recolhido foi depositado no Museu Real das Antiguidades Nórdicas (*Oldnordisk Museum*), criado em 1819 com esse objetivo. Esse esforço pela procura por antiguidades nacionais tinha o intuito de “libertar o passado de uma cronologia estreita, limitada à supremacia das fontes escritas”. Para levar a cabo essa tarefa, seria feita “a recolha sistemática de restos arqueológicos deste passado”,<sup>454</sup> que seriam submetidos a uma análise arqueológica rigorosa, que promoveria o diálogo com as outras áreas das ciências naturais a fim de criar uma cronologia para as sociedades sem escrita, que habitaram a região.

Nesse processo destaca-se a figura do antiquário e arqueólogo dinamarquês Christian Jürgensen Thomsen (1788 – 1865). Ele atuou nas escavações arqueológicas a fim de encontrar registros da população primitiva da Dinamarca e foi um dos intelectuais mais importantes para a formação dos museus nacionais dinamarqueses, sendo um dos responsáveis pela reorganização e distribuição das antigas coleções reais do seu país para as novas instituições. Esse antiquário demonstrou que as tecnologias de produção dos objetos de determinada cultura evoluíam ao longo do tempo, variando de acordo com a predominância do uso de algum material, fosse ele pedra, bronze ou ferro. A partir disto, ele definiu um método de classificação cronológica e evolutiva da cultura material, que organizava a datação dos objetos nas idades da Pedra, do Bronze e do Ferro. A teoria das Três Idades ganhou relevância internacional,<sup>455</sup> sendo introduzida no arcabouço teórico da Arqueologia.

---

<sup>453</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado com a História: o IHGB e a sociedade dos Antiquários do Norte. In: In: Heizer, Alda; Videira, Antonio A. P. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 6.

<sup>454</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>455</sup> GOMES, René Lommez. Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas. Tese (Doutorado em História) – Fafich - UFMG. Belo Horizonte. 2016. p.141.

Esse tipo de classificação ajudava na datação de objetos, e, com isso, auxiliava os estudiosos a identificarem os períodos de povoamento de um território. Mas Thomsen também almejava que o sistema fosse refletido nas formas de exibição dos acervos museológicos que representavam as culturas do mundo pela perspectiva da arqueologia comparada. A incorporação do sistema das Três Idades na forma de ordenação dos objetos em exposições seria um recurso que indicaria os elos que aproximavam ou distanciavam os povos “primitivos”, de acordo com seu grau de “evolução” tecnológica.

Partindo do pressuposto que os diferentes povos do Norte da Europa viveram um momento de sua pré-história com características mais ou menos semelhantes e que estas poderiam guardar profundos traços de semelhança com sociedades primitivas contemporâneas, [Thomsen] defendia a necessidade de uma pesquisa que recorresse à comparação não apenas tipológica, mas também tecnológica, entre o material arqueológico e o material etnográfico.<sup>456</sup>

Em 1841, foi criado o Museu Etnográfico Real da Dinamarca, tendo Christian Thomsen como curador. Ele via a necessidade de criar uma instituição que abordasse a Etnografia dinamarquesa em comparação com outros povos, como recurso para indicar o alto grau de civilização dos nórdicos. Com um acervo rico oriundo de coletas que aconteceram desde o século XVI, o museu adquiria a função de investigar o passado dessas populações através da comparação da sua produção material com a de outras sociedades, entre elas, a dos indígenas brasileiros. Ele também almejava criar um espaço com “coleções de objetivos provenientes das colônias dinamarquesas, com o ‘plano de’, no futuro, ‘incluir todos os povos não europeus’”.<sup>457</sup> Por este meio, o museu projetaria uma imagem da Dinamarca como nação predestinada a figurar entre as mais civilizadas do mundo, ao mesmo tempo em que polia a figura do monarca como incentivador das ciências e das artes. Simultaneamente, os eruditos que integravam a Sociedade dos Antiquários do Norte estabeleciam relações com os membros de institutos de outras nações que poderiam fornecer-lhes novos dados e acervos ou que vivenciavam problemas semelhantes aos seus. Assim, durante os anos 40 do século XIX, as comunicações entre o IHGB e a Sociedade foram intensas.

Evidências da necessidade de criar no ambiente nacional lugares que pudessem reunir e dispor objetos que falassem mais sobre a origem dos povos, tanto nacionais como

---

<sup>456</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado com a História: o IHGB e a sociedade dos Antiquários do Norte. In: In: Heizer, Alda; Videira, Antonio A. P. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 13.

<sup>457</sup> GOMES, René Lommez. Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas. Tese (Doutorado em História) – Fafich - UFMG. Belo Horizonte. 2016. p. 149.

internacionais, são percebidas tanto na atuação do IHGB, como do Museu Nacional.<sup>458</sup> Em 1841, o historiador Francisco Adolfo Varnhagen expôs para os sócios do Instituto que passava da hora de se estudar as línguas indígenas antes que desaparecessem. Para que isso fosse possível, ele defendia que o local deveria se munir de uma Seção de Etnografia e Arqueologia. Essa repartição teria a missão de fazer a relação “dos nomes das nações indígenas brasileiras, suas línguas e dialetos, localidades, imigrações, crenças, arqueologia, usos e costumes, os meios de as civilizar”. Timidamente, a ciência da Etnologia estava chegando aos Trópicos trazendo consigo as teorias raciais que reforçariam a inferiorização de povos ditos não civilizados, justificando que estes conseqüentemente eram a causa do atraso do progresso brasileiro. Por causa disso, cabia a esses homens o dever de encontrar a solução desse “problema”.<sup>459</sup>

Não parece ser pura coincidência que, no ano seguinte, seria criada, pelo novo regulamento do Museu Nacional,<sup>460</sup> a quarta seção, dedicada a Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas, sendo usos e costumes uma analogia à ciência da Etnografia. As discussões em andamento nas seções do IHGB reverberavam sobre o diretor do museu, que era também membro do Instituto, e seus funcionários a seguir a proposta de oficializar o direcionamento de uma parte da instituição para a guarda de objetos que tivessem um sentido importante para a história brasileira e, também, para os estudos dos hábitos dos indígenas.<sup>461</sup> No ano de 1844, no que se referia a acervos etnográficos nacionais, o museu contava com “duas cabeças dos índios Mundurucus e duzentas e vinte peças, compreendendo três vestimentas completas, capacete, carapuças, cetros, armas de caça e guerra pertencentes as diversas tribos do nosso continente”. Lentamente, a entidade aumentaria o volume de seu acervo etnográfico, bem como das ditas “antiguidades brasileiras”, que no mesmo período eram pobremente representadas por um “vaso de barro colorido, um sarcófago de barro e fragmentos”.<sup>462</sup>

---

<sup>458</sup> FERREIRA, Lúcio Menezes. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Um saber sobre o Estado. In: *Vestígios de Civilização: A arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2002. p. 33.

<sup>459</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Sobre a necessidade do Estudo e Ensino das Línguas Indígenas do Brasil. In: *Revista do IHGB*, 1841. p. 62.

<sup>460</sup> MUSEU NACIONAL. Regulamento nº 123, de 3 de fevereiro de 1842. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1848 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1842. folha 4.

<sup>461</sup> Nos seus iniciais anos, as reuniões do IHGB aconteciam dentro do Museu Nacional, algo que facilitou a entrada dessas discussões em torno da origem do homem brasileiro na instituição, e também, da necessidade da recolha de vestígios que poderiam auxiliar na escrita do passado da nação.

<sup>462</sup> MUSEU NACIONAL. Inventário dos Objetos existentes no Museu Nacional (Ano de 1844). In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1844. folha 58 (verso).

Ao mesmo tempo em que o material etnográfico e arqueológico brasileiro do acervo do Museu Nacional não se destacava entre os demais objetos da quarta seção, percebe-se que havia algum interesse pelas coleções que compunham esse núcleo inicial da Etnografia. Antiguidades egípcias, gregas, romanas, mexicanas, europeias, objetos africanos, asiáticos e das ilhas do Pacífico faziam parte desse cosmo de objetos que representavam os costumes dos povos. Para um museu sul-americano de um país que não possuía colônias de onde espoliar objetos, em 1844 o Brasil tinha uma notável coleção. Lúcio Menezes defende a teoria de que o Museu Nacional foi apenas um espaço de arquivamento desses conjuntos, sendo que poucos deles foram estudados e examinados pelos profissionais dessa instituição. De fato, Manuel de Araújo Porto-Alegre não fez pesquisas aprofundadas sobre eles, posto que passou a maior parte do tempo no cargo de diretor, organizando e classificando essa seção. Tal dedicação tomava quase todo seu tempo, que já era compartilhado com o desempenho de outras atividades profissionais, junto a outros órgãos do Império, como o IHGB e a Academia Imperial de Belas Artes. O estabelecimento científico desde a sua fundação até os anos de 1860 não produziu trabalhos significativos sobre a Etnografia, porém, os arranjos desse gênero eram utilizados nos estudos dos sócios do IHGB, uma vez que no Museu havia peças de sociedades ditas civilizadas que ajudariam nas pesquisas sobre os estágios evolutivos do indígena brasileiro.

Atuando como o principal lugar destinado ao cultivo das ciências naturais na corte imperial, o Museu Nacional servia como repositório de objetos e ponto de observação de estudos para pesquisadores. O fato de que os membros da instituição pouco refletiram sobre Etnografia e Arqueologia, durante grande parte do século XIX, não implica que ela tenha sido irrelevante para outros intelectuais. O naturalista e explorador dinamarquês Peter Wilhelm Lund realizou trabalhos importantes sobre a fauna e a ocupação humana da Pré-História brasileira, tornando-se um membro honorário do IHGB. Periodicamente, enviava à instituição cartas e relatórios com suas descobertas, principalmente no que se referia à origem do homem brasileiro. Em suas análises, ele utilizou acervos do Museu Nacional como base para comparar o material recolhido em Lagoa Santa com os vestígios de outros povos.<sup>463</sup>

As escavações que esse arqueólogo dinamarquês realizou nas cavernas da região de Lagoa Santa trouxeram importantes evidências para se entender a ocupação humana e da fauna na Pré-História brasileira. Muito do material que foi recolhido em suas expedições foi enviado para o Museu Etnográfico Real da Dinamarca (atual Museu Nacional da Dinamarca),

---

<sup>463</sup> HOLTEN, Birgitte; STREL, Michael. *P. W. Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 335 p.

enriquecendo-o, conforme esperava Christian Thomsen. Os crânios humanoides descobertos em Minas Gerais deram luz a teorias sobre o processo de ocupação da América do Sul. Sabendo da importância desses achados, tanto o IHGB como a Sociedade dos Antiquários do Norte abriram sessões para que os relatórios de Lund fossem lidos e debatidos entre seus membros, fazendo dele um “personagem [...] importante como elo entre as duas sociedades de letrados”.<sup>464</sup>

De um lado, ficava a esperança de que Lund pudesse solucionar, por meio de seus estudos e escavações, as dúvidas que pairavam sobre a origem dos povos brasileiros e acerca do seu grau de civilização, antes da chegada dos europeus. De outro, havia a expectativa dos dinamarqueses em provar que seus antepassados teriam povoado as Américas, garantindo a superioridade dos povos nórdicos. Projetos distintos, mas interligados entre si pela necessidade de se comprovar o alto grau civilizacional dos seus respectivos ancestrais. Evidências de uma ansiedade que objetivava encontrar “elementos capazes de forjar uma identidade nacional contemporânea, uma vez que nestas origens estaria a idade de ouro, os tempos heroicos destas sociedades”.<sup>465</sup> Sendo assim, Lund tornou-se o principal agente da união dessas duas instituições.

A expectativa de encontrar provas e evidências de uma civilização desenvolvida no Brasil ganharia fôlego no interior da Bahia. Em 17 de novembro de 1840, “Lund comunicava à Sociedade dos Antiquários do Norte a possível existência [de uma] cidade que, segundo hipóteses, deveria se tratar de uma aglomeração urbana contemporânea à estadia dos escandinavos nesta parte do território americano”. Para além disso, havia rumores da “existência de uma estátua humana sobre uma coluna apontando em direção ao polo norte”,<sup>466</sup> possivelmente indicando que a origem dos ancestrais desse povo perdido seria das regiões nórdicas. Esse acontecimento foi uma injeção de ânimo nos integrantes da Sociedade. Para comprovar essa suposição foi realizada uma expedição ao local, sob o comando do padre Benigno José de Carvalho e Cunha, sob orientações do Império e do IHGB. A Dinamarca também organiza uma missão com o propósito de averiguar a existência das ruínas dessa cidade

---

<sup>464</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado com a História: o IHGB e a sociedade dos Antiquários do Norte. In: In: Heizer, Alda; Videira, Antonio A. P. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 16.

<sup>465</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>466</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado com a História: o IHGB e a sociedade dos Antiquários do Norte. In: In: Heizer, Alda; Videira, Antonio A. P. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 22.

perdida.<sup>467</sup> O empenho de ambos os países para encontrar esse aglomerado remoto não teve um desfecho satisfatório e as esperanças de algum avanço no conhecimento das origens do homem americano continuavam depositadas sobre os trabalhos do arqueólogo dinamarquês, na região de Lagoa Santa.

Se a Sociedade almejava que Lund revelasse indícios sobre o povoamento nórdico no Brasil, suas esperanças foram frustradas com as conclusões desse pesquisador sobre a antiguidade do homem de Lagoa Santa. Em 1842, foram enviadas cartas<sup>468</sup> direcionadas tanto para o IHGB, como para o órgão dinamarquês. Nelas, Lund propôs que as origens dos brasileiros primitivos estavam em outro lugar: o Egito. A partir das análises dos crânios encontrados nas cavernas mineiras, ele constatou que a “América já era habitada, em tempos em que os primeiros raios da história não tinham apontado no horizonte do Velho Mundo”.<sup>469</sup> O estudioso comparou os vestígios humanos encontrados na cidade mineira com ossadas de outros povos, sendo que uma delas era proveniente do antigo Egito. Para comprovar sua teoria, Lund contrapôs os crânios descobertos com um exemplar egípcio mumificado que havia no Museu Nacional.<sup>470</sup> A comparação dos desgastes dos dentes dos dois exemplares indicou-lhe uma equivalência entre eles, “por não se achar nada de semelhante em nenhum povo moderno, mas, sim, unicamente nas múmias ou corpos embalsamados do antigo Egito”.<sup>471</sup>

Para chegar a essa constatação, Lund empregou as teorias de Anatomia comparada do antropólogo e médico Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840). Esse método se baseava nas análises de esqueletos, especialmente crânios, observando os traços e as formações ósseas que lhes fossem comuns ou diferentes. A partir dessas referências, Blumenbach comparou crânios de etnias diferentes e constatou que a diferença entre eles resultaria na criação de uma divisão estrutural dos seres humanos, classificando-os em cinco raças: caucasiana, etíope, malaia, mongol e americana. Sendo a primeira a mais avançada e as demais, a sua degeneração, ocasionada por fatores ambientais. Sobre as interpretações propostas com base nas teorias de

---

<sup>467</sup> Para saber mais sobre a história dessa expedição, ler LANGER, Johni. A miragem de uma cidade. In: *Ruínas e Mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000. p. 98.

<sup>468</sup> LUND, P. W. Notice sur des ossements humains fossiles, trouvés dans une caverne du Brésil. In: *Mémoires de la Société Royale des Antiquaires du Nord*. Copenhague: Berling 1845-1849. p. 49. LUND, P. W. Carta da Lagoa Santa (Minas Geraes), ao sr. 1º Secretário do Instituto, pelo sócio honorário Sr. Dr. Lund. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana, 1842. p. 80-87.

<sup>469</sup> LUND, Peter W. Novas observações sobre a antiguidade do Homem em Lagoa Santa. In: *Memórias sobre a paleontologia Brasileira*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1950. p. 494.

<sup>470</sup> CHILDE, A. *Guia das Collecções de Archeologia Clássica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 27.

<sup>471</sup> LUND, Peter W. Novas observações sobre a antiguidade do Homem em Lagoa Santa. In: *Memórias sobre a paleontologia Brasileira*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1950. p. 494.

Blumenbach, Lund certificou que as “variadas analogias que apresentam alguns dos monumentos antigos do México com os do Hindustão e do Egito, mas dificilmente se adivinharia que também o Brasil ofereceria um ponto de contato com este último país nos tempos antigos”. Parecia-lhe que “os restos fósseis, de que me ocupo aqui, fornecem a prova de uma tal coincidência”.<sup>472</sup>

Nesse momento, havia certa relutância em se crer que os antigos egípcios eram negros. Acreditava-se que eles provinham de povos não africanos, que cruzaram o Mediterrâneo e áreas do Oriente Médio, estabelecendo-se no norte da África. Foi apenas no século XX que africanistas expuseram a realidade sobre a origem dos egípcios que, até então, não eram considerados integrantes de uma suposta “raça etíope”.<sup>473</sup>

Todas essas novas interpretações proporcionadas pela análise dos restos humanos encontrados nos sítios arqueológicos, faziam parte uma nova corrente de pensamento científico que surgia nos estudos sobre a origem dos homens. Segundo Lilia Schwarcz, esses processos tratavam do poligenismo, teoria que entrou em vigor a partir da segunda metade do século XIX. Essa tese “transformava-se em uma alternativa plausível, em vista da crescente sofisticação das ciências biológicas e sobretudo diante da contestação ao dogma monogenista da Igreja”, que acreditava que a humanidade teria aparecido através da ação divina. Para os adeptos dessa concepção, todos os indivíduos seriam resultantes de um produto “da maior degeneração ou perfeição do Éden”. Por contestar isso e por ter a ciência ao seu favor, o poligenismo ganhou grande adesão, provando o valor da “Frenologia e a Antropometria, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos”.<sup>474</sup> A disputa entre ciência e religião só aumentava com o surgimento dessas novas formulações sobre a origem do homem, e seria acentuada com a publicação da *Origem das Espécies* de Charlie Darwin, que viria a contradizer a criação divina.

Influenciado por essa corrente científica, Lund usou a Frenologia para atestar o grau de semelhança existente entre os povos americanos e os do Nilo. Para ele, a “analogia entre os habitantes primitivos do novo mundo e os antigos egípcios pode ter alguma importância, [...], no último período, ofereceram relações muito notáveis entre os habitantes da região do Velho

---

<sup>472</sup> LUND, Peter W. Novas observações sobre a antiguidade do Homem em Lagoa Santa. In: *Memórias sobre a paleontologia Brasileira*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1950. p. 494.

<sup>473</sup> ARAÚJO, Manuel de. Os egípcios eram mesmo negros? In: *Os grandes mistérios do antigo Egito*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017. p. 49-60.

<sup>474</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 48.

Mundo com o Novo”.<sup>475</sup> Um indício dessa ligação eram os dentes incisivos, tanto nas mandíbulas dos egípcios como nas dos povos americanos. Havia um desgaste neles que não resultava de práticas alimentares como a “trituração de raízes, a mastigação de substâncias narcóticas ou a geofagia”.<sup>476</sup> Elas teriam surgido de uma formação morfológica típica dessas nações. Porém, o parecer final do pesquisador nórdico sobre essa relação apontava que suas causas estavam longe de serem decifradas. Ele constatou que era preciso realizar estudos mais aprofundados para se entender essas conexões.<sup>477</sup>

As teorias de Peter Lund diminuíram as esperanças da Sociedade dos Antiquários do Norte em encontrar evidências de que, no passado, uma grande civilização nórdica teria cruzado o Atlântico e povoado a América, em especial, sua porção Sul. Em seus relatórios, ele evidenciou a proximidade da raça mongólica com a americana e apontou que sua relação com a caucasiana era mais distante do que se pensava. Em 28 de março de 1844, enviou uma carta para Carl Rafn, secretário da Sociedade, que selaria as teorias do povoamento nórdico na América. Segundo ele, “a população habitante desta parte do mundo americano portaria os mesmos caracteres da população que habitava a região no momento da chegada dos portugueses”. Em outras palavras, ele contrariou definitivamente a ideia de que “o continente fora visitado por populações do norte do continente europeu em momentos muitos anteriores (séc. X)”.<sup>478</sup> Portanto, as análises de Lund concluía que não existiam provas físicas de traços morfológicos que ligassem os povos escandinavos aos americanos e não teria sido possível os primeiros terem povoado o Novo Mundo. A partir dessas novas revelações, as comunicações entre o IHGB e a Sociedade diminuíram, uma vez que o “projeto de escrita da história nacional

---

<sup>475</sup> Trecho original: “l'analogie qu'il y a entre les habitants primitifs du nouveau monde et les anciens Égyptiens pourrait être de quelque importance [...] le dernier temps ont offert des rapports fort remarquables entre les habitants de l'ancien et du nouveau monde”. In: LUND, P. W. Notice sur des ossements humains fossiles, trouvés dans une caverne du Brésil. In: *Mémoires de la Société Royale des Antiquaires du Nord*. Copenhague: Berling 1845-1849. p. 75.

<sup>476</sup> LUND, Peter W. Novas observações sobre a antiguidade do Homem em Lagoa Santa. In: *Memórias sobre a paleontologia Brasileira*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1950. p. 494.

<sup>477</sup> Segundo Lilia Schwarcz, o mesmo processo de comparação de crânios ocorreu nos EUA: “É semelhante a experiência de Samuel George Morton, cientista da “Escola Americana de Poligenia” e discípulo de L. Agassiz. Morton, com seus dois estudos - *Crania americana* (1839) e *Crania aegyptia* (1844) -, estabeleceu paralelos, não só físicos como morais, entre as populações dos Estados Unidos e do Egito, tendo como material de análise os crânios de diferentes representantes dessas nações”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.54.)

<sup>478</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado com a História: o IHGB e a sociedade dos Antiquários do Norte. In: In: Heizer, Alda; Videira, Antonio A. P. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 19.

dinamarquesa encontrava, desta forma, sérios obstáculos aos postulados de um papel pioneiro daqueles povos do norte para o conjunto da história da civilização”.<sup>479</sup>

Provavelmente, assim que esses relatórios e cartas foram lidos nas sessões do IHGB, as notícias animaram os sócios, uma vez que davam esperanças de se saber algo novo sobre a origem dos indígenas e, conseqüentemente, sobre o passado e o futuro da nação. Seriam os brasileiros descendentes dos antigos egípcios? Os povos nativos eram uma raça “degenerada” de uma grande civilização? Durante os anos quarenta do século XIX, os eruditos dessa entidade tiveram notícias satisfatórias sobre a suposta antiguidade dos autóctones, o que os estimulava a pensar as conexões entre as populações do Brasil e do Egito antigo.

Posteriormente, em 1858, Peter Lund desvendaria o mistério acerca da proximidade da morfologia dos crânios de Lagoa Santa com os dos povos do Nilo. Nesse ano, foram encontrados na região potes de barro enterrados por indígenas em tempos remotos. Em um primeiro momento, esse arqueólogo achou que se tratava de um enterramento. Porém, constatou que só havia uma matéria negra no fundo dessas cerâmicas, indicando serem traços de uma bebida feita possivelmente de mandioca. Esta era preparada mastigando-se e cuspidando-a em um jarro que, logo em seguida, era enterrado para fermentação. Com base nessas evidências, constatou-se que os dentes molares desgastados eram resultados do processo de fabricação dessa bebida,<sup>480</sup> eliminando de vez a teoria de que a formação dentária dos nativos fora herdada dos antigos egípcios. Mas isso não impediu que os membros do IHGB continuassem a criar teorias e suposições sobre elos entre os povos egípcios e indígenas ao longo dos oitocentos.

Almejando possuir a melhor estrutura de análise sobre o passado brasileiro, o IHGB lançou um concurso, em 1840, para que intelectuais propusessem caminhos metodológicos que os auxiliassem na escrita da história do Brasil.<sup>481</sup> De todas elas, destacou-se a proposta de Carl von Martius, que ressaltou a necessidade de se estudar as origens das três raças dominantes na formação da nação: a indígena, a negra e a portuguesa. Como já apontado, a primeira causava maior incômodo em razão das dúvidas sobre a sua gênese, pois ficava sem resposta o questionamento: como era possível escrever a história de povos que não tinham escrita e nem memória? Isto ocasionava julgamentos negativos sobre os indígenas, permitindo que fossem

<sup>479</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado com a História: o IHGB e a sociedade dos Antiquários do Norte. In: Heizer, Alda; Videira, Antonio A. P. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 27.

<sup>480</sup> O relato pode ser lido em sua integralidade em: HOLTEN, Birgitte; STREL, Michael. Explicação dos dentes gastos. In: *P. W. Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 217-221.

<sup>481</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1998. p. 16.

considerados como agentes que estavam longe do florescimento intelectual, sendo-lhes vedado o domínio da escrita, que era um atestado de superioridade civilizacional. Segundo Martius, “a história dos habitantes primitivos do Brasil, história que por ora não está dividida em épocas distintas, nem oferecendo monumentos visíveis, ainda está envolta em obscuridade, mas que por esta mesma razão excita sumamente a nossa curiosidade”.<sup>482</sup> Assim, segundo ele, o “mistério” sobre os nativos precisava ser resolvido a fim de saber qual seria sua contribuição para o futuro da nação.

De acordo com Martius, uma das soluções possíveis para se escrever a história dos indígenas seria realizar um estudo comparativo que os contrastassem com os povos de terras vizinhas, cujo avanço civilizacional parecia-lhe visivelmente demonstrado por meio de achados arqueológicos. Para o naturalista, os nativos brasileiros resultariam da corrupção de civilizações pré-colombianas e conseqüentemente, estas da Antiguidade. Evidências dessa possível descendência poderiam estar presentes em traços das línguas e nas práticas culturais destas sociedades, principalmente em sua cultura material. Por isso, colocava-se em relevo a importância da Etnografia como ferramenta auxiliar na compreensão do processo histórico dos autóctones.

Carl von Martius não escreveu a história do Brasil conforme queriam os membros do IHGB. Quem cumpriu esse papel foi Francisco Adolfo de Varnhagen.<sup>483</sup> Esse historiador foi responsável por monumentalizar o passado brasileiro, por meio da escrita da obra “*História Geral do Brasil*”, que propunha a historicização da construção da nação antes mesmo da ocorrência da Independência.

A publicação seguia os preceitos propostos por Martius que colocava em relevo a importância de se investigar as relações estabelecidas entre as três raças dominantes na formação do Brasil, sendo que o “índigena merecia um estudo cuidadoso da história, até mesmo pela possibilidade de tais investigações contribuírem para a produção de mitos da nacionalidade”.<sup>484</sup> Assim como os demais países no século XIX, era necessária a criação de crenças fundacionais sobre os primeiros povos, ditos ‘brasileiros’, uma vez que isso dava respaldo ao processo de formação do Brasil.

---

<sup>482</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1845. p. 382-383.

<sup>483</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1998. p. 18.

<sup>484</sup> *Ibidem*, p. 17.

Mesmo assumindo uma postura anti-indianista, Varnhagen dedicou alguns capítulos da *História Geral do Brasil* para falar sobre o papel dos indígenas brasileiros na formação da pátria. No que se refere à sua abordagem sobre eles, contrapunha, em suas análises, a associação entre civilização e barbárie, sendo que a segunda, em grande parte representada pelos nativos, impedia o desenvolvimento da primeira. Entretanto, esse historiador expunha em tom otimista que o progresso chegaria à jovem nação, assim que a questão indígena fosse resolvida com o tempo e com o investimento do Estado Imperial na ilustração desses indivíduos. Como prova disso, o historiador dizia que até mesmo as grandes civilizações, como a romana e a grega, em seus primórdios eram formadas por bárbaros que, no decorrer do tempo, foram sendo instruídos por sociedades “avançadas”, desenvolvendo-se e dominando os sujeitos que se encontravam em estado de “selvageria”.<sup>485</sup>

Varnhagen implicava com o fato de o Brasil não possuir vestígios de grandes civilizações, ao passo que, nos países vizinhos, eram encontradas provas concretas da existência delas. Ele chegou a dizer, na sua obra, que “monumentos de raças anteriores, análogos aos do Mexicanos, Centro-América e Peru, não tem por ora aparecido no Brasil”. Mesmo “a cidade abandonada da Bahia [já] começa a passar por fabulosa”.<sup>486</sup> Os novos obstáculos impediam de encontrar os elos que revelassem a antiguidade brasileira. Se os povos autóctones não deixaram testemunhos escritos, como os historiadores poderiam investigar o passado para compreender a barbárie ou o grau de avanço dessas sociedades? Como dito anteriormente, apenas a Etnografia e a Arqueologia poderiam dar esperanças para a solução desse problema.

Na nota 54 da *História Geral do Brasil*, intitulada “Alguns vislumbres de relações marítimas entre o Mundo antigo e a América”, Varnhagen destinou algumas páginas para expor o seu parecer sobre a ideia da conexão entre esses dois mundos. Para ele, em “séculos mui afastados”, o continente americano teria sido visitado por povos oriundos do Mediterrâneo, uma vez que dada a existências de fortes correntes marítimas, como a *Gulf Stream*, povos navegantes teriam perdido o controle de suas embarcações e chegado às ilhas Canárias e a outras partes do território continental americano. De acordo com ele, o próprio Jean François Champollion teria “encontrado na língua dos Guanches muitas palavras das línguas do antigo Egito, e com a circunstância de que as múmias se embalsamavam como das deste país”.<sup>487</sup> Novamente supunha-se a presença dos povos do Nilo como agentes colonizadores do Novo Mundo. Para

---

<sup>485</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1857. p. 134.

<sup>486</sup> *Ibidem*, p. 134.

<sup>487</sup> *Ibidem*, p. 451.

além disso, ele ressaltou que “os crânios das que se encontram nas Canárias se parecem às das egípcias” e a Etnografia, a Arqueologia e a Frenologia eram usadas como recursos importantes para revelar a origem dos americanos.

A relevância dessas ciências para o estudo dos povos sem escrita era defendida por Varnhagen e, para tanto, seria necessária a criação de comissões que pudessem coletar o material arqueológico e etnolinguístico dos indígenas. Até meados do século XIX, não havia sido comprovado o uso da escrita por sociedades pré-cabralinas no Brasil. Portanto, era preciso transformar a oralidade em documentos, de modo a se criar fontes importantes para iluminar o passado das nações autóctones que ainda habitavam o território. Ao longo da nota, ele expôs os argumentos que demonstravam as conexões deixadas por meio de testemunhos de possíveis “relações interrompidas entre os navegadores do Mediterrâneo e os povos antigos d’América”.<sup>488</sup>

Para ele, a presença de sociedades avançadas na América fornecia indícios das conexões entre Novo e Velho Mundo. Era preciso, portanto, que em “algum dia, algum novo Champollion, ou algum futuro Instituto, [interpretasse] os monumentos desses *pequenos Egípcios americanos*, que existem no Peru, em Cundinamarca em Aztlan, e consigam acaso verificar estas nossas apreensões”.<sup>489</sup> Na época pré-cabralina existiam pirâmides no México<sup>490</sup> e escrita hieroglífica. No Peru, as cidades foram feitas com pedras delicadamente encaixadas umas nas outras, sem usos de ferramentas avançadas, indicando o florescimento de sociedades com alto nível intelectual. Esses lugares só poderiam existir graças a indivíduos que dominavam técnicas seculares, estas que supostamente só apareceram em civilizações avançadas e grandes construtoras da Antiguidade, como os egípcios. Para ter certeza dessas conexões, era preciso que estudiosos comprovassem a veracidade desses elos do passado americano.

Se naqueles países as evidências sobre a presença de sociedades avançadas eram claras, no Brasil, até a publicação da *História Geral do Brasil* (1854-1855), havia mais suposições do que provas concretas da sua existência. Sendo assim, Varnhagen argumentou que, “quem sabe se nas cordilheiras pouco exploradas de nossos sertões, ou debaixo dessa frondosa vegetação dos nossos matos virgens não jazem ainda monumentos como os do Peru?”.<sup>491</sup> A mensagem era clara: o Brasil precisava encontrar suas antiguidades e elas tinham que estar respaldadas em

---

<sup>488</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1857. p. 451.

<sup>489</sup> *Ibidem*, p. 452. Grifo do autor.

<sup>490</sup> GONZALBO, Pablo Escalante. *La idea de nuestro patrimonio histórico y cultural*. México: DGP, 2011.

<sup>491</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1857. p. 452.

povos que demonstrassem alto nível intelectual. Isso poderia aumentar a esperança de que a civilização voltaria a se fazer presente no país, em sua percepção.

Ao longo de sua vida, Aldo de Varnhagen foi se consagrando como o historiador oficial do Brasil, produzindo trabalhos dedicados a pensar a história da nação, nos quais as fontes documentais eram de grande relevância para dar respaldo a uma ‘História verdadeira’.<sup>492</sup> Para além disso, sua produção intelectual seguia a corrente teórica da História como mestra da vida, que ensinaria aos seus leitores a evitarem os erros do passado para alcançar glórias futuras. Suas investigações estão inseridas em uma “retórica da nacionalidade”, que deveria traçar os caminhos da formação dos brasileiros e, a partir disso, pensar o futuro do país com “um discurso destinado a convencer, a persuadir, os brasileiros de que partilhavam um passado em comum”.<sup>493</sup>

Nos processos investigativos de Varnhagen, há uma obra considerada como a “mais enigmática” de todas, intitulada *L’Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes et des Anciens Egyptiens* (A origem turaniana dos americanos Tupis-Caribes e Antigos Egípcios). Nessa obra, esse historiador procura “provar, por meio da Filologia comparada e da Etnografia, que a origem dos índios brasileiros encontrava-se no mundo antigo”,<sup>494</sup> e, com isso, ser o ‘Champollion brasileiro’. Assim como o erudito francês, faria o uso da língua dos Tupis como se fosse sua pedra de Roseta, esperando nela encontrar a chave que apontaria o caminho da gênese da nação. Para além disso, havia o interesse de que essa publicação circulasse no meio acadêmico, ao ponto de ter sido escrita em francês – a língua dos intelectuais – como forma de garantir sua adoção pelos estudiosos estrangeiros.

Essa obra foi o resultado de trinta anos de pesquisa em linguística, nos quais o autor almejou “comparar o tupi com os antigos dialetos gregos e latinos, o que acabou revelando-se um trabalho improdutivo”.<sup>495</sup> Através do método comparado, Varnhagen passou para o aprendizado das outras línguas do mundo antigo, revelando-se um assíduo estudioso dos dialetos hebraico, fenício, siríaco, armênico, assírio e babilônico. Desse modo, o historiador da nação esperava encontrar traços linguísticos das grandes civilizações da Antiguidade na língua Tupi, afinal, evidências de estudos como os de Lund demonstravam que os indígenas pré-

---

<sup>492</sup> CEZAR, T. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 20-21.

<sup>493</sup> CEZAR, T. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o Mundo Antigo: o Caso da origem dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006. p. 29.

<sup>494</sup> CEZAR, T. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 55.

<sup>495</sup> CEZAR, T. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o Mundo Antigo: o Caso da origem dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006. p. 34.

cabralinos eram a corrupção dessas sociedades. Isso reforça que as ideias que estavam sendo discutidas no IHGB circulavam em outras esferas da produção cultural e intelectual do Império.

Em *L'Origine*, Varnhagen detalhou seu método de pesquisa, argumentando que a Egiptologia foi essencial para que ele compreendesse o passado dessa civilização. Essa ciência orientou sua percepção de que sociedade egípcia compartilhava características com a dos Tupis. De acordo com Temístocles Cezar, “a hipótese de Varnhagen é que os tupis eram o produto de um cruzamento entre os cários, povo navegador da Ásia Menor, de filiação turaniana ou oral-altaica, que teriam em grande parte emigrado para a América Central, e povos indígenas, pertencentes à grande família mongólica”.<sup>496</sup> O delírio que alçou as suposições desse historiador foi tal que ele afirmou que os Cários eram “um povo da família dos egípcios”, contrariando a sua origem minoica.

Essa “enigmática” obra foi fruto de uma análise minuciosa, que foi se acumulando ao longo dos anos, pois descobrir a origem dos Tupis tornou-se o objetivo da vida de Varnhagen. Na *L'Origine*, deixou referenciadas as cartas e os relatórios que enviara ao IHGB, nos quais ressaltara a importância do estudo da língua dessa sociedade indígena para a compreensão do passado brasileiro. Em 1841, enviou uma missiva aos membros do Instituto<sup>497</sup> em que colocava a necessidade de se criar um método sério de pesquisa sobre a gênese dos brasileiros antes de Cabral. Ressaltava que os museus provinciais deveriam se preocupar com a recolha de material etnográfico e arqueológico, para dar sustentação a este trabalho. Na sua percepção, não bastava apenas a análise contemporânea dos usos e dos costumes dos indígenas, mas compreender os vestígios das antiguidades dos indígenas, considerando-se que a língua poderia ser o único repositório de informações sobre a memória tupi. Estaria nesse tempo remoto a chave para a compreensão da origem desses povos. Por fim, o historiador concluía que havia no território brasileiro sinais da passagem de indivíduos superiores e os membros desse órgão de pesquisa tinham que estar atentos a eles. Para exemplificar estas referências, relatou sua experiência ao ver um sambaqui:

Não está em mim, que vi com meus olhos (passe o pleonasma) cobertos de altíssimo mato virgem os restos de um colossal saumaqui [sic] ou ostreira; isto é de um grande monte ou pirâmide cônica feita de cascas de ostras, que serviam de mausoléu a muitas ossadas humanas, não está em mim, digo, deixar de ter fé e fé viva em que um dia o acaso fará descobrir n'alguns pontos

---

<sup>496</sup> CEZAR, T. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o Mundo Antigo: o Caso da origem dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006. p. 34.

<sup>497</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas no Brasil. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1841. p. 53-63.

da vasta extensão do Brasil alguns monumentos de outra geração anterior, e mais civilizada que a raça degenerada, pela maior parte botocuda e canibal.<sup>498</sup>

Se, ao longo de sua carreira, Varnhagen enxergava ‘vestígios’ de uma civilização superior que vivera no Brasil, não é de se estranhar a sua dedicação em estudar línguas antigas a fim de encontrar o elo da conexão entre o Novo e Velho Mundo. A *L’Origine* é a consagração da necessidade de se criar imaginários fundacionais que trariam lustros à nação e o interesse pelo passado brasileiro. Em carta ao IHGB, afirmava que “convém que todos estejamos persuadidos que o nosso passado, o atual império mesmo, interessará tanto mais as outras nações civilizadas e instruídas quanto mais longe podermos fazer remontar, não as fontes da nossa história, mas o mitos de seus tempos heroicos”.<sup>499</sup> Na sua concepção, reforçava-se a necessidade de expor que a barbárie dos indígenas contemporâneos era resultado de um processo de degeneração e perda cultural de uma grande civilização que existira no país em tempos primórdios. Mas, também que, nesse processo, algumas marcas sobreviveram e elas estariam presentes em cerâmicas, práticas ritualísticas e sobretudo, na língua dos Tupis, que na mentalidade oitocentista era a etnia mais civilizada dentre as diversas “raças” indígenas.

Varnhagen projetou adiante o antigo discurso presente nas fontes documentais do período colonial, que produziam a contraposição entre Tupis e Tapuias como forma de diferenciar os indígenas mais civilizáveis dos mais bárbaros.<sup>500</sup> Os primeiros se encaixavam nessa perspectiva de civilização: Viviam em comunidades organizadas, que praticavam a agricultura e possuíam uma cultura material mais elaborada. Como viviam em regiões da costa brasileira, foram os Tupis que mais contatos tiveram com os portugueses. Já os Tapuias, segundo estes discursos que fundaram o imaginário oitocentista, eram os guerreiros bravios que faziam uso da caça e da pesca para se alimentar e que viviam na floresta como os animais.<sup>501</sup> Por isso, os Tupis foram vistos, pelos europeus, como superiores aos Tapuias, bem como pela historiografia indigenista do século XIX.

Para convencer seus interlocutores da validade de sua teoria sobre a possível origem dos indígenas estar conectada com a civilização dos antigos egípcios, Varnhagen analisou palavras

---

<sup>498</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Carta escrita pelo sócio Sr. Francisco Adolpho Varnhagen versando sobre ethnographia, línguas, emigrações e archeologia, padrões de mármore dos primeiros descobridores. In: *Revista do IHGB*, Tomo XII, 1849. p. 372.

<sup>499</sup> *Ibidem*, p. 370.

<sup>500</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 300 p.

<sup>501</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 41.

do vocabulário dos Tupis que possuíam variações semelhantes com a escrita hieroglífica. As tentativas de conseguir provas dessas relações ficam evidentes na criação de uma tabela comparativa dessas línguas. Nela, vemos as correlações de verbos como ‘ir’, ‘bater’, ‘dormir’, ‘comer’ e ‘morrer’ nas linguagens tupi, copta e hieroglífica. Para o historiador, “as semelhanças são impressionantes”. Estes fatores desencadeariam, em seu pensamento, suposições sobre como a gênese dos primeiros brasileiros estaria conectada com uma grande sociedade da Antiguidade (imagem 14).

PLUSIEURS VERBES.			
37			
Verbes.			
	Tupi	Copte	Egyptien
Aller, naviguer	<i>atá*</i>		<i>áta</i> 
Battre, frapper	<i>petéc</i>	ⲡⲟⲩⲛⲧ̅	<i>petpete</i> 
Dormir	<i>oker</i>	ⲈⲚⲢⲟⲧ	<i>ket-nu**</i>
Manger	<i>aú</i>	Ⲑⲧⲁⲙ Ⲑⲓ Ⲑⲧⲱⲙ	<i>ám</i> 
Mourir	<i>manô</i>	ⲙⲁⲟⲧ ***	
Percer, couper	<i>hetá</i>		<i>hetá†</i> 
Regretter (quelqu'un)	<i>ahap̃r̃r̃</i>		<i>áp-r̃p̃, bénir</i> 
Sauter	<i>pó</i>	Ⲣⲟⲩ	
Venir	<i>yu</i>		<i>ei</i>
Voir	<i>teçá</i>		<i>teka</i> 

\* Montoya, *Tes.* f. 70.  
\*\* Brugsch, *Wört.* p. 1682.  
\*\*\* En hongrois *halomány*, la mort.  
† Le foret.

Imagem 14: Tabela comparativa das línguas tupis, copta e egípcia (hieroglífica) presente na obra *L'Origine*, criada por Adolfo Varnhagen através de suas análises sobre os graus de proximidade entre esses povos. Fonte: imagem extraída da *L'Origine*, p. 37.

*L'Origine* não foi detalhadamente estudada, de modo que, para compreendê-la, será necessário novas investigações. Ainda está por se entender a metodologia utilizada por Varnhagen, que gerou suas conclusões sobre as conexões linguísticas desses povos. Segundo Temístocles Cezar, existem poucas resenhas sobre a obra e, em grande parte, “desautorizando” a imagem do historiador. Em uma delas, Pedro Puntoni considerou essa publicação como uma “projeção do delírio anti-indianista”<sup>502</sup> de Varnhagen. Porém, é necessário considerar que esse livro é resultado de anos de pesquisa e que Varnhagen estava inserido no pensamento científico da época. A busca pela aurora dos povos indígenas levou-o a investigar sinais que, enfim, não eram verdadeiros.

Na *História Geral do Brasil*, Varnhagen expôs a necessidade de novos “*Champollions*”, capazes de compreender as gêneses das línguas americanas. Porém, na ausência deles, esse pesquisador se propôs a cumprir este papel, uma vez que possuía grande arcabouço metodológico para o estudo de fontes e realizar as análises linguísticas. Desse modo, passou grande parte de sua vida estudando dialetos antigos e se baseando em teorias que dariam respaldo para pensar os testemunhos ainda existentes de um possível contato dos indígenas com uma civilização superior, ainda que jamais tivesse encontrado sua pedra de “Roseta” brasileira.

## 4.2. A “Roseta” marajoara<sup>503</sup>

Durante a primeira metade do século XIX, as discussões em torno da origem do homem brasileiro encontraram no IHGB seu principal *locus* de debate. Ali, foram discutidas as várias teorias que contribuía para escrita da história do Brasil. Peter Lund e Adolfo Varnhagen foram estudiosos que colaboraram para alimentar a imaginação dos sócios do Instituto, auxiliando no desenvolvimento de artigos que procuravam dar respostas à necessidade de criação de mitos fundacionais. Ademais, o Museu Nacional, ao longo desse período, recebeu importantes coleções de objetos provenientes de diferentes culturas. Simultaneamente, a instituição iniciou

<sup>502</sup> CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o Mundo Antigo: o Caso da origem dos Tupis. In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006. p. 36.

<sup>503</sup> Passado mais de 100 dias do incêndio do Museu Nacional, no dia 13 de dezembro de 2018, foram divulgadas as primeiras peças da coleção egípcia que foram resgatadas dos escombros. Visivelmente, os objetos foram bastante danificados pelo fogo. MIRANDA, Eduardo. Após destruição do Museu Nacional, governo anuncia R\$ 45 mi em recursos. UOL, Rio de Janeiro, 13/12/2018. Disponível: < <https://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2018/12/13/apos-destruicao-do-museu-nacional-governo-anuncia-r-45-mi-em-recursos>. > Último acesso: 13/12/2018.

o recolhimento de artefatos indígenas para auxiliar no desenvolvimento de estudos no ramo da Etnografia. Porém, foi a partir do 1870 que essa ciência iria ganhar maior atenção na instituição, unindo a produção intelectual do IHGB com os seus acervos, fato que resultaria na organização da Exposição Antropológica, em 1882.

Segundo Ana Paula Caldeira, a partir de 1870, nota-se, na capital do império e em demais partes do país, a modernização e a criação de órgãos culturais. “Em 1871, é fundado o Museu Paraense Emílio Goeldi.<sup>504</sup> Cinco anos depois, abriu-se as portas do Museu Paranaense; enquanto que, em 1883, foi criado o Museu Botânico do Amazonas e, na década de 1890, o Museu Paulista”.<sup>505</sup> Foi nestas instituições museais que a produção do conhecimento sintonizava-se com a guarda de materiais que pudessem sustentar teorias e tornar “visível” o passado brasileiro. Nesse momento, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional e posteriormente o Arquivo Nacional, a primeira representada pela figura de Ramiz Galvão, a segunda por Ladislau Netto e a terceira por Joaquim Portela, passaram por reestruturações importantes para ampliarem seu domínio de influência na instrução cívica. Em um “país que vivia certa carência de escolas superiores, os museus, os institutos históricos e, podemos acrescentar, as bibliotecas e arquivos faziam o papel de espaços de produção, divulgação e vulgarização científica”.<sup>506</sup> Esses eram os principais locais de produção de conhecimento e precisavam estar sintonizados aos novos métodos de pesquisa criados na Europa e adaptá-los ao contexto brasileiro.

No Museu Nacional, Ladislau Netto realizou mudanças importantes, como a atualização dos estatutos e a reorganização das seções, estimulando a entrada das novas teorias evolucionistas que explicavam o atraso e o avanço das sociedades. A Antropologia seria usada como uma ferramenta para a compreensão do povo brasileiro. Para além disso, teve a missão de criar uma instituição científica que mostrasse aos seus visitantes as potencialidades naturais e arqueológicas do Brasil, não obstante as reclamações de viajantes e naturalistas sobre a ausência de acervos que dissessem mais sobre a nação do que sobre povos do exterior.<sup>507</sup>

Além de atuar como botânico, Ladislau Netto interessou-se pela Antropologia. A partir de 1871, tornou-se membro da comissão de Arqueologia do IHGB. Seu contato com essa área

---

<sup>504</sup> Oficialmente o Museu Paraense foi criado nessa data. Porém, anos antes, ele funcionava como a Associação Filomática, fundada em 1866, e que tinha como objetivo a criação de um museu de História Natural. Para saber mais, ler: SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: IBRAM, 2010. 496 p.

<sup>505</sup> CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2017. p. 146.

<sup>506</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>507</sup> LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. Brasília: Editora UNB, 2009. p. 158-160.

foi fundamental “para o surgimento de uma arqueologia fundamentada em uma metodologia nacional de investigações de campo e gabinete”.<sup>508</sup> Para além disso, o Museu passaria a ser o repositório de todos objetos arqueológicos encontrados no território nacional, incluindo os que outrora pertenceram ao Instituto. Era preciso que as “antiguidades indígenas” figurassem entre as demais que compunham o acervo da instituição.

Ao auxiliar na busca pela gênese do Brasil, o Museu Nacional ocupou papel importante para tornar visível a crença na existência de sociedades avançadas no território. Na gestão de Netto, a coleção de Arqueologia brasileira aumentou significativamente, principalmente com a coleta de acervos provindos de outras regiões, como o Pará, fonte arqueológica da principal cultura indígena cobiçada pelos oitocentos: a Marajoara. Segundo Anna Maria Linhares, “entre fins do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX, a cerâmica Marajoara e seu grafismo costumavam ser apresentados como símbolos da identidade nacional brasileira, como indicativ[as] da capacidade criativa do povo brasileiro, como símbolo de civilização”.<sup>509</sup> Enquanto as ruínas de uma sociedade superior não eram encontradas, essa produção indígena foi o suspiro de alívio para os eruditos que ansiavam achar elos com os povos “avançados” da Antiguidade.

Almejando que a mais importante instituição museal fosse um dos principais repositórios da Arqueologia do país, Ladislau Netto, após saber da relevância da cultura Marajoara para história da nação, tratou de criar os meios necessários para a recolha de seus artefatos. A fim de conseguir os melhores exemplares, criou o cargo de viajante-naturalista do Museu Nacional e contratou o ‘arqueólogo’ e explorador Domingos Soares Ferreira Penna, que foi um dos principais coletores de cerâmica Marajoara, no século XIX. Explorara a região do lago Arari (localizado em Marajó) e seus achados formaram o núcleo inicial do Museu Paraense, outrora fundado por esse explorador.<sup>510</sup> Destacando-se neste ramo, Penna dedicou-se ao estudo do passado brasileiro, publicando teorias sobre a povoação do norte do Brasil, baseadas nas análises dos sambaquis, de crânios e das cerâmicas encontradas.<sup>511</sup>

---

<sup>508</sup> LANGER, Johnni. *Ruínas e Mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000. p. 92.

<sup>509</sup> LINHARES, Anna Maria Alves. Um grego agora nu: índios marajoara e identidade nacional brasileira. Curitiba: CRV, 2017. p. 11

<sup>510</sup> SANJAD, Nelson. “Ciência de potes quebrados” Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 19, jan. jun. 2011. p. 140

<sup>511</sup> Na revista *Archivos do Museu Nacional*, Domingos Soares Ferreira Penna chegou a publicar alguns artigos sobre a arqueologia, entre eles: PENNA, D. S. F. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. In: *Archivos do MNRJ*. Rio de Janeiro, v. 1, 1876. p. 85-99.; PENNA, D. S. F. Apontamentos sobre os cerâmios do Pará. In: *Archivos do*



*Imagem 15: É possível que a comparação do objeto marajoara com a arte egípcia tenha sido feita a partir de um tipo de escultura denominado “estátua bloco”. Esse tipo de representação era comum na antiguidade egípcia e retratava o morto na posição de côcoras. Trechos de textos religiosos e sobre a vida do indivíduo eram escritos em seu entorno. Como Pedro Américo não citou os exemplares que suscitaram a comparação, podemos sugerir um exemplo qualquer como ilustração da ideia do estudioso. Fonte: Cerâmica Maracá: Acervo Museu Nacional (esq.); Estátua Bloco de Hor, filho de Ankh khonsu: Google Images.*

Em 1873, Pedro Américo atuava como diretor da quarta seção do Museu Nacional. Nesse ano, escreveu um relatório sobre a remessa de antiguidades indígenas oriundas da ilha do Marajó, enviadas à instituição por Ferreira Penna. O objetivo dessa descrição era expor um diagnóstico sobre os artefatos que, para Américo, eram elementos de uma “arte quase perdida”. Em sua concepção, se não fosse pelo povo Marajoara, pouco se saberia que houve, no Brasil, uma sociedade pré-cabralina que possuía elevado domínio artístico na produção de cerâmicos. Dentre essas criações, se destacavam duas urnas funerárias que se diferenciavam das demais por sua qualidade estética. Possuíam um formato tubular e representavam “um indivíduo sentado, com o corpo imóvel, os membros paralelos e as mãos sobre os joelhos, tal qual faziam os antigos egípcios”.<sup>512</sup> É provável que, ao mencionar a estatuária egípcia, Américo estivesse fazendo analogia a um tipo de representação denominada “estátua de bloco” (imagem 15).

*MNRJ*. Rio de Janeiro, v. 2. 1877. p. 46-68. PENNA, D. S. F. Observações sobre as duas urnas descritas e figuradas pelo Sr. João Barbosa Rodrigues. In: *Archivos do MNRJ*. Rio de Janeiro, v. 2, 1877. p. 73-76.

<sup>512</sup> AMÉRICO, Pedro. Relatório do adjunto da 4ª seção. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1869 até 1875 (MN RA 06)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1873. folha 127 (frente).

Novamente, por um lado, usava-se o método comparativo de civilizações para atestar o grau de avanço dos indígenas aproximando-os dos antigos egípcios.

Mas, por outro lado, Pedro Américo com seu olhar apurado sobre a arte, não pôde deixar de criticar as peças.<sup>513</sup> Para ele, os lados “escultural e artístico exprimem a ignorância a mais completa da ciência anatômica e do desenho”,<sup>514</sup> preceito fundamental para a arte acadêmica. Ainda assim, mesmo considerando a escultura dita ‘Marajoara’ pouco refinada, reforçou suas qualidades artísticas e justificou sua existência na ideia de que, no Brasil, teria havido contatos com sociedades oriundas do Velho Mundo.

Argumentou que traços presentes nessas cerâmicas induziam a percepção de uma possível conexão ou presença de povos asiáticos no vale do Amazonas. Para ele, “se encontrassemos artefatos [...] o que me parece, tende a provar uma arte de origem remota, anterior às tradições conservadas e porventura asiáticas”. Para além disso, Pedro Américo reforçou que essas ligações não eram impossíveis, uma vez que “antigas comunicações entre os Fenícios e as nações americanas, [é um] fato exuberantemente provado pelo recente descobrimento e interpretação do ilustre colega e amigo Ladislau Netto”.<sup>515</sup> No mesmo período, Netto estava aprofundando as suas investigações sobre o contato dessa civilização com o Brasil, algo que será abordado adiante. Depreende-se, então, que as discussões sobre a gênese dos povos do Novo Mundo estavam acontecendo tanto no Museu Nacional como no IHGB. Segundo Américo,

ninguém há hoje que conteste a alta probabilidade de antiquíssimas relações entre os habitantes do mundo dos antigos continentes, principalmente indianos e egípcios. Os monumentos mexicanos estão confirmando esta quase não hipótese, já com suas figuras de sacerdotes e de guerreiros, cujos traços reproduzem antes as feições e ornamentos indiatícos e egipcíacos do que os dos Americanos, já com seus vasos e ânforas tão semelhantes aos que nos ligou a antiguidade no Egito, na Índia, na Grécia, e até na Etrusca.<sup>516</sup>

Sob esta leitura enviesada da cultura material dos povos nativos, a América dava indícios de ter sido povoada por sociedades do Velho Mundo, bem antes da chegada de Cabral. A permanência de vestígios que se assemelhavam com a produção de outras culturas antigas

---

<sup>513</sup> Essas urnas são da tradição Maracá. Erroneamente, Pedro Américo pode ter confundido que esses objetos teriam vindo da ilha de Marajó, mas elas foram encontradas na região do Rio Maracá. Naquele momento, as cerâmicas dessa região não tinham sido estudadas e podem ter sido associadas com a arte dos Marajós.

<sup>514</sup> AMÉRICO, Pedro. Relatório do adjunto da 4ª seção. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1869 até 1875 (MN RA 06)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1873. folha 127 (verso).

<sup>515</sup> *Ibidem*, folha 127 (verso).

<sup>516</sup> *Ibidem*, folha 128 (frente).

das demais nações latino-americanas, bem como construções arquitetônicas, como as pirâmides mexicanas, templos peruanos e as elaboradas cerâmicas maias ou incas reforçava a hipótese que o continente americano fora a continuidade de civilizações superiores e herdeira de seu engenho, civilidade e futuro. Porém, acreditava-se que esse processo havia sido interrompido em terras brasileiras, uma vez que a ausência desses rastros de civilidade nativa induzia a se pensar que os indígenas representavam a decadência ou a corrupção desse desenvolvimento.

Estilisticamente, a cerâmica à época identificada como Marajoara é caracterizada por conter grafismos altamente elaborados, com figuras geométricas e antropomorfas.<sup>517</sup> A sua produção ficou restrita à região da ilha do Marajó, tornando-se vestígios únicos da cultura dos povos que habitavam essa porção. Entre as diversas etnias indígenas, foram os que mais se dedicaram à produção ceramista. Em 1882, a fim de tornar a Exposição Antropológica um dos principais eventos científicos da época, Ladislau Netto montou uma equipe com a intenção de explorar sítios arqueológicos na região do Pacoval e de Santa Isabel, no Pará. Tão grande era a relevância da cultura Marajoara para a formulação da narrativa da exposição, que esse diretor solicitou ao presidente da província paraense o envio de material desse gênero para o Museu Nacional. Porém, dadas as dificuldades e o curto prazo para a recolha dos artefatos, o próprio Netto resolveu organizar a procura pelas peças. Segundo João Batista Lacerda, nessa expedição,

foram descobertos grandes depósitos de objetos cerâmicos, todos moldados em argila: ídolos, falos, figuras zoomorfas, outras antropomorfas, urnas funerárias de diferentes tamanhos, figuras humanadas agachadas, gebosas, em grotescas posturas de jogral, corcundinhas, tangas para velar as partes pudendas femininas, pratos com pinturas em volta, **parecendo caracteres de uma escrita ideográfica desconhecida**, e muitas outras coisas originais e esquisitas, que foram cuidadosamente transportadas para o Museu Nacional.<sup>518</sup>

Aos olhos dos investigadores oitocentistas, esse tipo de cerâmica parecia apresentar indícios de que uma prolífica “civilização Marajoara” estivera presente no Brasil, antes da chegada dos europeus. O domínio de certo “instinto artístico” na produção dessa sociedade parecia-lhes um claro sinal de sua civilidade. Para além disso, estudiosos, como Ladislau Netto e Frederick Hartt,<sup>519</sup> enxergaram, nos grafismos dos objetos Marajoaras, a presença de sinais

<sup>517</sup> Como no caso da cerâmica Maracá, muitos pesquisadores da época erroneamente classificaram essas produções como pertencentes, em grande parte, aos Marajoaras. Com o desenvolvimento da Arqueologia e novos métodos comparativos, percebeu-se que alguns objetos eram de outras tradições indígenas.

<sup>518</sup> LACERDA, J.B. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1905. p. 56. Destaque do autor.

<sup>519</sup> NETTO, Ladislau de Souza Mello. Investigações sobre a Archeologia Brasileira. In: *Archivos do MNRJ*. Rio de Janeiro, v. 6, 1885. p. 257-260.; HARTT, Charles Frederick. Nota sobre algumas tangas de barro cosido dos antigos indígenas da ilha de Marajó. *Archivos do MNRJ*. Rio de Janeiro, vol. I, 1876.; HARTT, Charles Frederick. A origem da arte ou evolução da ornamentação. *Revista da Exposição Anthropologica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882.

que possivelmente prenunciavam a existência de uma língua indígena ainda não decifrada. Isto contribuiu para a propagação da ideia de que, além do domínio artístico, possuíam uma escrita que era registrada nas suas cerâmicas e que precisava ser decifrada. Sendo assim, remetia à importância similar da pedra de Roseta para o entendimento dos hieroglíficos.



Imagem 16: Igaçaba marajoara encontrada por Ferreira Penna. Na legenda da foto lê-se “Igaçaba da Ilha do Pacoval cerca do lago de Arary von Ferreira Penna in Pará”. Gilberto Ferrez, 1875. Fonte: Brasileira Fotográfica.

Em sua aventura pela ilha do Marajó, não apenas as cerâmicas Marajoaras impressionaram Ladislau Netto, mas o peculiar lugar em que foram encontradas: o *mound* de Pacoval. Ferreira Penna foi o responsável por ter identificado uma formação elevada no lago Arari que lhe chamou a sua atenção. Ao começar o trabalho de prospecção arqueológica, achou exemplares de “urnas com acabamento grosseiro, sem tampas e pouco decoradas, [e] à medida em que escavava, constatou que as camadas inferiores da colina, continham restos cerâmicos de qualidade superior”<sup>520</sup> (imagem 16). Sua constatação foi que, inicialmente, o monte era uma

<sup>520</sup> LANGER, Johnni. *Ruínas e Mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000. p. 259.

construção humana, que nos seus primórdios foi habitada por povos altamente civilizados. Com o tempo, contudo, essa sociedade foi se corrompendo e perdeu a técnica da produção ceramista.

Denominados pelos americanistas como “*mounds*”, estas estruturas artificiais foram construídas por povos indígenas por toda América com o fim de serem espaços para culto, defesa e moradia. Para Netto, o *mound* do Pacoval era a clara evidência da presença de uma sociedade civilizada que teria habitado a região. Na revista *Archivos do Museu Nacional*, dedicou algumas páginas para falar sobre essa formação ‘artificial’. Em sua percepção, aquilo era claramente um monumento brasileiro ao qual deveria ser dado prestígio, assim como as ruínas de outras civilizações. Na sua explicação, o *mound* fora erguido com a força de “alguns centos, senão milhares, de operários e muitos meses de penosíssimos trabalhos feitos em parte dentro d’água”, sob a ordem de um “senhor absoluto”.<sup>521</sup> Construía-se uma clara analogia ao processo da construção das grandes pirâmides do Egito e de outras regiões do mundo antigo, em que um indivíduo dominante teria orientado a obra. Segundo Netto,

o novo e o antigo continentes estão a mostrar-nos, por centenas, construções assim erguidas, desde estes simples *mounds* de argila, de que oferecem tão grande número de espécimes os Estados meridionais da União Americana, até as grandes pirâmides e os templos colossais do México, do Peru, da Indo China, da Assíria e do Egito.<sup>522</sup>

Por analogia, o monumento brasileiro deveria receber a devida atenção do governo imperial, mesmo que ainda não mantivesse sua configuração original, dada a corrupção pelo tempo. O *mound* do Pacoval era, para ele, a prova definitiva da existência de civilização no país. Finalmente, depois de várias construções míticas, o Brasil parecia ter encontrado os seus construtores na Antiguidade.

A euforia de Netto com a cultura Marajoara não teve limites. Para ele, os grafismos existentes nas cerâmicas eram indícios de que se tratava de hieróglifos, aos moldes da escrita de outros povos antigos. Para auxiliar o processo de interpretação desses símbolos, criou uma tabela comparativa contendo “82 figuras marajoaras e suas correspondentes na escrita das maiores civilizações da antiguidade: México, China, Egito e Índia”.<sup>523</sup>

---

<sup>521</sup> NETTO, Ladislau de Souza Mello. Investigações sobre a Archeologia Brasileira. In: *Archivos do MNRJ*. Rio de Janeiro, v. 6, 1885. p. 267.

<sup>522</sup> *Ibidem*, p. 267.

<sup>523</sup> LANGER, Johnni. *Ruínas e Mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000. p. 263.

Netto propôs que as cerâmicas Marajoaras estavam divididas entre objetos de cunho funerário e utensílios do cotidiano. Nos primeiros estariam grafados fatos da vida do morto, enquanto os segundos abririam um leque de interpretação maior sobre a história dessa sociedade. Em um prato recolhido no Pacoval, o cientista observou hieróglifos que, segundo ele, narrariam o surgimento do povo Marajoara. Ao analisar outros sinais presentes nesse mesmo utensílio, estabeleceu correspondências com a escrita mexicana e a egípcia, que permitiriam sua leitura e interpretação. Segundo ele, o objeto contava a história de “um grande chefe” que “embarcou numerosa quantidade de guerreiros em navios, atravessou um enorme oceano e alcançou um país muito povoado”. Nesse “novo local, os migrantes construíram uma residência real – o *mound* Pacoval”.<sup>524</sup>

Essa não foi a primeira vez que Ladislau Netto criou teorias pouco verossímeis, como ocorrera no caso da pedra da Paraíba. Em 1872, os sócios do IHGB receberam informes de uma possível evidência de que os fenícios teriam habitado o Brasil: “Um fazendeiro, com nome Joaquim Alves da Costa, [...] teria encontrado enigmáticos caracteres em uma pedra” e remeteu uma missiva ao Instituto, narrando o acontecimento. Junto à notícia, “anexado à carta, foi enviado uma cópia em lápis desses sinais”. Durante alguns meses, Netto teria trabalhado para decifrar os símbolos, supondo serem indícios da vinda dos fenícios ao Novo Mundo. Sua tradução do texto “aludia a dez navios da cidade da fenícia de Sidônia, que sob o reinado de Hiram partiram do Mar Vermelho pela África, chegando ao Brasil em seguida”.<sup>525</sup>

O “achado” só aumentou as esperanças dos eruditos brasileiros em encontrar a conexão entre o Novo e o Velho Mundo. Segundo Johni Langer,<sup>526</sup> durante o século XIX, foram comuns estudos que procuravam provar o contato da civilização fenícia – feniciologia – com a América, sendo amplamente discutidos em congressos científicos da época. Até mesmo Adolfo Varnhagen acompanhou esse modismo.

Tamanha foi a surpresa da corte imperial com a tradução da pedra da Paraíba, que o trabalho de Netto foi noticiado nos jornais da época. Ele procurou internacionalizar esse feito, enviando para revistas acadêmicas estrangeiras a sua descoberta. Essas, por sua vez,

---

<sup>524</sup> LANGER, Johni. *Ruínas e Mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000. p. 265.

<sup>525</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>526</sup> Com a tese *Mito e Arqueologia*, Johni Langer realizou uma ampla investigação da relação da arqueologia com o surgimento de lendas sobre o passado brasileiro. Neste trabalho, o caso da pedra da Paraíba, assim como outros mitos de povoamento do continente americano por grandes civilizações orientais é tratado com maiores detalhes. De modo que essa investigação é de grande importância para a História da Arqueologia brasileira no século XIX. Para saber mais, ver: LANGER, Johni. *Ruínas e Mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000.

“publicaram a carta e os documentos deste investigador entre 1873-74, sempre com o aval do IHGB: *Proceeding* (London *Anthropological Society*), *Zeitschrift der Deutschen Morgenländischen Gesellschaft*, *leiner Literaturzeitung e Revue critique*”.<sup>527</sup> Porém, nem tudo foi perfeito. Especialistas no ramo contestaram o trabalho do diretor do Museu Nacional, acusando-o de que a inscrição era falsa. Netto teve a sua imagem de pesquisador sério e compromissado manchada, tendo que se retratar com membros de sociedades americanistas e autoridades no estudo de sociedades da Antiguidade, como o francês Ernest Renan. Também teve que dar satisfações ao público brasileiro, escrevendo para o *Jornal do Comércio* que se envolvera em uma artimanha a fim de desmoralizá-lo.<sup>528</sup> Segundo Johni Langer,

ao leitor moderno, pode parecer muito estranha essa constante citação de sociedades das mais variadas regiões do planeta, sempre tentando encontrar pontos de origem comum aos monumentos da insula paraense. Para o pensamento difusionista, entretanto, o incessante intercâmbio era a única maneira de explicar a diversidade americana - o oceano e as montanhas nunca separavam os povos da antiguidade, apenas os teriam unido!<sup>529</sup>

A influência do Difusionismo na Antropologia brasileira foi bem marcante, ao longo do século XIX. Essa teoria defendia que existiram trocas culturais entre sociedades, de modo que a mais avançada era copiada por outros grupos ditos “primitivos”. Dessa forma, povos considerados “incivilizados”, como os indígenas brasileiros, eram sempre comparados com outras civilizações, como a egípcia, a grega e a romana, buscando-se indícios de contatos e choques culturais entre eles. A princípio, Ladislau Netto não apoiava seus estudos no Difusionismo. Foi apenas com o contato com a cerâmica Marajoara e os estudos iniciais que Charles Hartt fizera sobre ela que se sentiu estimulado a crer que, provavelmente, os autóctones sofreram influências de outros povos no passado.

A sexta edição da revista *Archivos do Museu Nacional* é muito importante para a compreensão do estado da Arqueologia brasileira naquele momento. Isto se deve principalmente por ter sido publicada logo após a Exposição Antropológica (1882), evento responsável por fazer florescerem novas discussões sobre os ancestrais brasileiros. Ladislau Netto dedicou mais de trezentas páginas ao tema, descrevendo os novos estudos realizados no Brasil.<sup>530</sup> Entre eles, havia pesquisas sobre as teorias de ocupação do território, as descobertas na Amazônia, as origens dos sambaquis e outros temas pertinentes. Uma delas se destaca por

---

<sup>527</sup> LANGER, Johni. *Ruínas e Mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000. p. 86.

<sup>528</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>529</sup> *Ibidem*, p. 261.

<sup>530</sup> NETTO, Ladislau de Souza Mello. Investigações sobre a Archeologia Brasileira. In: *Archivos do MNRJ*. Rio de Janeiro, v. 6, 1885.

ser de grande relevância para esse trabalho. Trata-se das análises sobre os símbolos presentes na cerâmica Marajoara. Por meio de métodos comparativos influenciados pelo Difusionismo, Netto conseguiu identificar oitenta e duas correspondências entre sinais Marajoaras e hieróglifos mexicanos, chineses, egípcios e indianos. Para a realização desse trabalho comparativo, consultou livros de Egiptologia, bem como de línguas orientais, provavelmente oriundos da biblioteca do imperador D. Pedro II, uma vez que este possuía extensa coleção bibliográfica desse gênero. A coleção egípcia também auxiliou nesse estudo, servindo de amostragem para entender a língua hieroglífica (imagem 17).

Por meio da comparação dos estilos de escrita dessas civilizações, Netto encontrou indícios de símbolos que aparentemente correspondiam uns aos outros, dando a ideia de que possivelmente levas de migrações procedentes do Egito poderiam ter se direcionado para o Oriente, atravessado a Ásia e descido para as Américas. Assim, essas mudanças teriam deixado marcas que não se alteraram ao longo dos séculos. Acreditou que tinha “diante dos olhos testemunhos irrefragáveis em favor da comum origem que enlaça a grande família americana com as nações do Nilo e da Indochina”.<sup>531</sup> Essas constatações só foram possíveis graças aos exemplares de cerâmica Marajoara encontrados no Monte Pacoval. Para os estudos da antiguidade brasileira, essa produção funcionava como uma espécie de Pedra de Roseta, que ajudaria a entender o passado da nação. De acordo com Netto,

se a América pré-colombiana recebeu alguma vez do antigo continente os elementos de civilização de que teremos, no artefato em questão, prova moralmente tão significativa quanto é fisicamente insignificante e frágil este artefato, tudo fazer crer que das margens do Nilo emanou parte dessa civilização, na qual, entretanto, não podemos deixar de enxergar a contribuição de sangue malaio.<sup>532</sup>

---

<sup>531</sup> *Ibidem*, p. 466

<sup>532</sup> *Ibidem*, p. 477.

ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL 455

Collecao do MUSEU	BRAZIL Marajó.	MEXICO	CHINA	EGYPTO	INDIA
Nº1 206 476					
Nº2 206 476					
Nº3 476					
Nº4 113. 1100					
Nº5 114. 1100					
Nº6 114 98					
Nº7 P					
Nº8 27C					
Nº9 114 98					
Nº10 114 98*					
Nº11 696DD					
Nº12 150 24D					
Nº13 150 24D					
Nº14 E.L.					
Nº15 E.L.					

CARACTERES SYMBOLICOS COMPARADOS.

Imagem 17: Fragmento da tabela comparativa feita por Ladislau Netto e publicada na revista *Archivos do Museu Nacional*. Fonte: NETTO, Ladislau de Souza Mello. *Investigações sobre a Archeologia Brasileira*. In: *Archivos do MNRJ*. Rio de Janeiro, v. 6, 1885. p. 455.

Diferente de Adolfo Varnhagen, Ladislau foi mais audacioso no seu projeto de buscar as raízes da nação. Isso foi facilitado pela diferença profissional existente entre ambos. O primeiro era um assíduo pesquisador de arquivo, enquanto o outro era um botânico que decidiu explorar o mundo da Antropologia, a fim de encontrar evidências consideradas como científicas. Netto elencou autores que também estavam refletindo sobre o povoamento da América a partir dos vestígios das sociedades pré-colombianas, como o antiquarista Augustus Le Plongeon que, em sua obra, *Vestiges of Antiquity* (1878), defende a tese de que a língua dos

Maias possuía sua origem no Oriente. Também citou o paleontólogo e antropólogo Florentino Ameghino, que publicou a “*La antigüedad del hombre en el Plata*” (1880), obra na qual defendeu que a gênese da raça humana se dera nos pampas argentinos.

Seu trabalho comparativo entre os símbolos Marajoaras e os elementos gráficos de outras civilizações poderia ter deslanchado a carreira de Ladislau Netto, não fosse o ocorrido logo após sua publicação, em artigo denominado “*Investigações sobre a Archeologia brasileira*”, veiculado no *VI Archivos do Museu Nacional*. Pouco depois, em 1886, o médico português, Francisco Ferraz de Macedo, em sua *Ethnogenia Brazilica: esboço crítico sobre a pré-história do Brazil*, acusou Netto de plagiar o trabalho do francês Paul L’Epine, que seria o verdadeiro criador da tabela comparativa dos caracteres Marajoaras.

De acordo com Macedo, L’Epine havia trabalhado “por convite do Museu Nacional, a fim de tirar, por ordem do Imperador, cópia de hieróglifos” da coleção egípcia, “que tinham que ser remetidos a (Gaston) Maspero”,<sup>533</sup> importante autoridade no campo da Egiptologia. Ao realizar sua viagem ao Egito em 1876, D. Pedro II encontrou-se com Maspero, que o acompanhara em sua excursão pela “Terra dos Faraós”. Segundo o médico português, após esse contato, o Imperador se mostrou desejoso de desvendar os “segredos” contidos na coleção egípcia da instituição brasileira e percebeu que esse egiptólogo poderia auxiliar no trabalho de leitura dos símbolos contidos nos objetos guardados no Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Para que Maspero pudesse interpretar os objetos, L’Epine seria o responsável por fazer cópias das inscrições, remetendo-as ao egiptólogo. Porém, de acordo com Macedo, sabendo das qualidades de desenhista de L’Epine, Ladislau Netto pediu que reproduzisse também as urnas marajoaras que estavam expostas na Exposição Antropológica, a fim de acelerar a produção do volume *VI da Archivos do Museu Nacional*. Mas o artista e estudioso deu início a um árduo processo investigativo próprio sobre a coleção de Arqueologia brasileira do Museu Nacional e, além de usar tais acervos como objetos de estudo, aproveitou o acesso às bibliotecas do Museu e do monarca brasileiro para enriquecer suas teorias. Resultou deste trabalho a redação de um texto que comparava os grafismos Marajoara com os hieróglifos egípcios e de outros povos. Mas essa investigação permaneceria inédita, até que Netto usurpou-a como de sua autoria.

Francisco Macedo elaborou uma espécie de dossiê para comprovar o plágio de Netto das pesquisas de L’Epine e o inseriu na *Ethnogenia Brazilica*. Para comprovar o trabalho e o

---

<sup>533</sup> MACEDO, Francisco Ferraz de. *Ethnogenia Brazilica: esboço crítico sobre a pré-história do Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886. p. 20.

pioneirismo do francês, compilou matérias publicadas em jornais sobre o trabalho encomendado pelo monarca ao pesquisador, cartas trocadas entre ele e Macedo, comprovantes de moradias na corte autenticados em cartório, missivas de outros especialistas pedindo a opinião sobre o fato e, por fim, uma cópia da análise dos 82 símbolos descobertos por L'Epine.

Na correspondência direcionada a Macedo, L'Epine respondera uma série de perguntas colocadas pelo primeiro, e a mesma provava a legitimidade da pesquisa “usurpada” por Ladislau Netto. Sobre a sua formação, o estudioso francês se apresentou como um “bacharel em ciências [formado] em 1866, com assiduidade [n]o curso de línguas orientais no Colégio de França, [e] que no mês de julho de 1867 [tinha ido ao] Cairo”.<sup>534</sup> Com essas informações, buscava provar seu domínio das línguas orientais e sua atuação como orientalista. Para além disso, explicou como teria ido para o Rio de Janeiro e o modo como expôs questões curiosas para a história da coleção egípcia do Museu Nacional. Seu contato com a instituição acontecera “em 1881, no mês de setembro, oito dias antes do encerramento da Exposição Antropológica”:

Entre para ali como um simples desenhador, para copiar as inscrições egípcias dos sarcófagos do Museu, a fim de que Sua Majestade o Imperador as mandassem ao sr. Maspero, professor de egípcio de Paris, que nesta ocasião, se achava em Mariette Bay, no Egito. **Depois deste trabalho, pedi e obtive a faculdade de classificar, fazer o catálogo e descrição de todos os objetos egípcios que possuía o Museu do Rio.** Acabado isto, dois meses depois da minha entrada, o que nos leva ao mês de outubro, pediu-me o diretor para eu pesquisar, entre os fragmentos de cerâmica, as particularidades que eu encontrasse, tendo relação com a face humana.<sup>535</sup>

A atuação de L'Epine no Museu Nacional deve ser considerada um marco histórico para os estudos da coleção egípcia, pois revela-se, pela primeira vez, que, ainda no século XIX, esse acervo foi estudado e catalogado por um egiptólogo em atuação no Brasil, e que o contato dessas peças não teria ficado restrito aos estudiosos brasileiros. Mas, antes de discutir esse feito, voltemos ao relato do francês.

De acordo com o mesmo, quando soube do seu domínio com as línguas orientais e de sua capacidade de desenhar, Ladislau Netto contratou seus serviços para que o auxiliasse com a publicação do *VI Archivos do Museu Nacional*, uma vez que a publicação estava atrasada e ele seria uma grande ajuda na ilustração dos trabalhos que comporiam o volume. Ao mesmo tempo em que esboçava as peças que foram selecionadas, L'Epine aproveitou para analisar os grafismos nelas presentes. Quando os examinava, constatou que a biblioteca do Museu

<sup>534</sup> MACEDO, Francisco Ferraz de. *Ethnogenia Brazílica: esboço crítico sobre a pré-história do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886. p. 20.

<sup>535</sup> *Ibidem*, p.20. Destaque feito pelo autor.

Nacional era muito pobre para auxiliar os seus estudos. Por essa razão, Netto contactou D. Pedro II solicitando que fosse concedido acesso à sua biblioteca privada. Com a desculpa de que estava sobrecarregado com as tarefas, L'Epine argumentou que melhor desempenharia seu trabalho se levasse o material para sua casa, pois poderia aproveitar o período noturno, o que de fato ocorreu.

Até então, tudo parecia correr na perfeita ordem, mas, ao mostrar suas descobertas para Ladislau Netto, esse teria ficado impressionado, de modo que propôs a L'Epine a ideia de publicar seu trabalho na revista do museu. Ao aceitar o convite, o orientalista entregou para publicação apenas parte de suas pesquisas e não o material mais importante: A análise comparada dos 82 caracteres marajoaras.

L'Epine justificou esse lapso dizendo estar insatisfeito com a forma como era tratado pelo diretor da instituição. Assim, não entregou todos os documentos produzidos em suas pesquisas e reclamou que o seu salário, além de baixo, estava atrasado havia alguns meses. Foi quando soube de um emprego de desenhador em São Paulo, que o atraiu pela expectativa de ter uma melhoria de vida. Esse fato reforçou sua decisão de passar às mãos de Netto apenas os esboços, os desenhos e as anotações que tinha se comprometido a fazer. As conclusões de suas próprias pesquisas, não previstas em contrato, almejava publicar em outra revista acadêmica de maior alcance, de preferência uma europeia.

Com a decisão de romper com o Museu Nacional decidida, o francês começou a realizar os preparativos para sua mudança. Nesse processo, solicitou que Netto mandasse alguém buscar, em sua casa, os livros que pertenciam à instituição. Porém, como ainda não tinha certeza de se assentar em São Paulo, deixou a maioria de seus pertences em casa, avisando que, caso seu novo emprego se concretizasse, retornaria para buscá-los. No entanto, logo que chegou na capital paulista, L'Epine foi preso, acusado de ter “desviado livros e notas que pertenciam ao Museu”. Começou, então, o seu pesadelo. Ao retornar para o Rio de Janeiro, foi informado pela locatária do imóvel em que morava, que “o sr. Ladislau Netto tinha, na véspera, aberto a [sua] mala e dela tirado tudo o que continha de manuscritos e desenhos; e que vendo esta formidável quantidade de documentos”<sup>536</sup> os levava para si, deles se apropriando.

Para dar respaldo ao seu dossiê de investigação sobre o furto de Ladislau Netto, Macedo autenticou, em cartório e no Consulado da França, todas as cartas e documentos

---

<sup>536</sup> MACEDO, Francisco Ferraz de. *Ethnogenia Brazílica: esboço crítico sobre a pré-história do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886. p. 29-30.

comprobatórios dos fatos narrados por L'Epine. Para além disso, o próprio pesquisador que fora lesado com toda essa situação expusera seu método de pesquisa, informando que, durante as análises das cerâmicas Marajoaras, percebera que muitos símbolos pareciam com os hieróglifos egípcios. Assim, “desenhava todos separadamente, e ajudado do dicionário e da gramática de Champollion [fez] a comparação”<sup>537</sup> entre eles. O francês também “procurava analogias que podiam existir com o antigo chinês, com o mexicano, ajudado pela obra de Brasseur de Bourbourg”,<sup>538</sup> autores que deram respaldo para sua compreensão tão particular dos grafismos Marajoaras e para propor sua teoria sobre a gênese dessa sociedade.

Outra informação dada por L'Epine e que reforçava que seu trabalho fora plagiado, é que ele havia sido publicado incompleto, com lacunas de sinais que ainda não tinham correspondentes por se tratar de uma pesquisa em andamento. Assim, questionou: por que Ladislau Netto não conseguiu completar a tabela? Seria isto o indício de que lhe faltava meios para finalizar o trabalho? Seus dados e conhecimentos não eram suficientes? Afinal, por que motivo alguém publicaria algo com lacunas visíveis?

Tanto Francisco Macedo como o estudioso francês expuseram que Netto não tinha capacidade para realizar tal investigação, e que estava angariando um mérito que não o pertencia. Ambos alegaram que ele não compreendia a língua antiga dos mexicanos, tampouco o indiano, que apenas um estudioso formado em uma importante instituição como o Colégio da França entenderia como analisar línguas antigas. Tamanho foi o propósito do médico português em expor o plágio de Netto que, além da versão em português da *Ethnogenia Brazilica*, traduziu e publicou a obra em francês, como forma de ampliar a divulgação dos maus feitos do diretor. Incomodava-o o fato de que foi através das *Investigações sobre a Archeologia brasileira*, obra em que o trabalho dos símbolos Marajoaras estava inserido, que Netto conseguiu o “título de sócio correspondente da Sociedade Antropológica de Berlim”.<sup>539</sup>

---

<sup>537</sup> MACEDO, Francisco Ferraz de. *Ethnogenia Brazilica: esboço crítico sobre a pré-história do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886. p. 25.

<sup>538</sup> Charles Étienne Brasseur de Bourbourg (1814 – 1874) foi um importante pesquisador, historiador, antiquário e etnógrafo francês. Ao longo de sua vida, ele dedicou trabalhos sobre as civilizações Maias e Astecas. Suas obras tornaram-se referências para o estudo dessas sociedades pré-colombianas. No Setor de Obras Raras da Biblioteca do Museu Nacional constam livros de Bourbourg, porém o precário catálogo online não informa a procedência, se pertenceram à instituição ou se foram incorporadas com a doação da biblioteca de D. Pedro II após o seu exílio. Destaca-se as seguintes obras que possam ter sido usadas por L'Epine e que pertencem ao MN: BOURBOURG, C. E. B. *Histoire des nations civilisées du Mexique et de l'Amérique-Centrale, durant les siècles antérieurs à Christophe Colomb*. Paris: Arthus Bertrand, 1857. ; BOURBOURG, C. E. B. *Quatre lettres sur le Mexique : exposition absolue du système hiéroglyphique mexicain la fin de l'age de pierre*. Paris: Maisonneuve, 1868.

<sup>539</sup> MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008. p. 28.

Não satisfeito em ter publicado um livro difamando a autoridade de Ladislau Netto, Macedo também enviou ao *Jornal do Comércio*<sup>540</sup> uma extensa crítica sobre o plágio que L'Epine sofrera. De modo que foram quatro artigos de sua autoria que questionaram o suposto autor da descoberta e reivindicaram que o diretor do MN explicitasse o método investigativo que usara para elaborar a tabela comparativa dos símbolos Marajoaras, no intuito de que a sua versão fosse confrontada com a do francês, cabendo ao público decidir qual a mais pertinente.

As respostas às críticas de Macedo só surgiram um ano depois, no *Jornal do Recife*, em texto publicado durante uma viagem de Ladislau Netto à cidade. Nele, escreveu extenso artigo, no qual coloca em dúvida as façanhas de Macedo e de L'Epine, o último denominado como um “aventureiro”, e apresentava a sua versão dos fatos. Segundo o diretor, o francês o teria persuadido para que “o admitisse como desenhador auxiliar na confecção dos trabalhos gráficos com que eu devia ilustrar o sexto volume da *Archivos do Museu Nacional*”. Como “não havia o cargo no museu, mas precisando de um auxiliar de desenho, tomei para esse serviço (a expensas minhas e sem salário fixo) o Sr. Lepine [sic], que desde logo se mostrou pouco escrupuloso nas cópias confiadas ao seu cuidado”.<sup>541</sup>

Para Ladislau Netto, o desenhista francês não era tudo o que dizia ser, principalmente no que se referia à produção de ilustrações. Diversas vezes teve que apontar sua falta de atenção aos detalhes, de modo que muitos desenhos ficaram adulterados. A situação viria a piorar após o cientista brasileiro ter comunicado ao Imperador que gostaria de utilizar sua biblioteca pessoal para aperfeiçoar suas pesquisas para a *Archivos*. Concedida a autorização, os dois pesquisadores seguiram para São Cristóvão. Como a vida do diretor era muito corrida, principalmente por causa das funções na instituição, deixou que L'Epine separasse os livros que eles precisavam e os levasse para o Museu Nacional, tudo com a devida autorização do monarca e do seu bibliotecário, Ignácio Augusto Cesar Raposo. Porém, nem tudo correria como deveria. Segundo Netto “o sr. Lepine [sic] assim o fez (buscou os livros), mas, tentado pela sua natural rapacidade, favorecido pela generosa confiança daquela residência, intrometeu nos diversos pacotes feitos, vários volumes de literatura francesa moderna”,<sup>542</sup> tema que não tinha nada a ver com os estudos de ambos.

---

<sup>540</sup> As críticas foram publicadas nas edições dos dias, 18, 21, 25 e 27 de outubro de 1885.

<sup>541</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. *Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, ano 66, n. 18, 1888. p. 2 Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_07/19539](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/19539)

<sup>542</sup> *Ibidem*, p. 2.

Desta forma, Netto afirmou que, além de um caluniador, L'Epine era também um ladrão, que se aproveitara de sua ingenuidade e confiança. Mas a situação não parou por aí, pois os livros eram apenas uma parte do que teria sido roubado. Após realizar uma viagem, Ladislau Netto retornou ao seu escritório no Museu Nacional e notou que vários “livros, notas e desenhos” tinham sumido. Também desapareceram obras que pertenciam à instituição e livros da biblioteca do monarca. O furto também foi percebido pelo bibliotecário do palácio de São Cristóvão, causando um grande desconforto entre o diretor e a Casa Real.

Querendo livrar-se das suspeitas de ser um bandido, Netto criou os meios necessários para apagar as máculas que L'Epine causara em sua imagem. Sabendo de sua viagem a São Paulo, tratou de acionar o chefe de polícia da Corte, que imediatamente expediu o pedido de prisão do francês. Tendo sido autorizada a busca dos itens que foram roubados, Netto teve uma grande surpresa, pois “encontramos dezenas de obras preciosas pertencentes a S.M. o Imperador, e ao meu gabinete particular, além de muitos esboços, gravuras, pequeninos vasos, estatuetas das coleções do museu”. A situação de L'Epine piorou quando foi encontrada “uma placa de ouro das que traziam os Incas por ornato distintivo e que se achava em um pedaço de papel no qual se lê *‘feuille d'or brute dans une excavation des environs de Cusco (Perú). L. 7 novembre 1880 dans mon Voyage d'exploration’*”.<sup>543</sup> Para Netto, além de ladrão, o desenhista que contratara era um falso arqueólogo, que aproveitara sua estadia no Museu Nacional para furtar peças das coleções arqueológicas e insinuar que haviam sido descobertas por ele em uma expedição.

Também encontraram, entre os pertences de L'Epine, uma carta direcionada ao ministro da instrução pública da França, que “comunicava haver percorrido grande parte da América do Sul e particularmente o vale do Amazonas, de onde havia exumado imensa quantidade de antiguidades notáveis” e que ele mandasse “os meios necessários” para publicar um trabalho sobre essas descobertas.<sup>544</sup> Portanto, Netto argumentava que o objetivo de L'Epine era furtar as peças que alegava ter supostamente escavado e publicar um trabalho sobre esse grande feito, com base nos manuscritos que pertenciam ao diretor.

O desfecho foi simples. Tendo recuperado “os objetos subtraídos ao Museu, livros preciosos na maior parte, e alguns raríssimos”, Ladislau Netto deixou que a polícia da Corte

---

<sup>543</sup> Tradução do autor: “Folha de ouro bruto de uma escavação perto de Cuzco (Peru) L. 7 de novembro de 1880 em minha Viagem de exploração”. JORNAL DO COMÉRCIO. *Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, ano 66, n. 18, 1888. p. 2.

<sup>544</sup> *Ibidem*, p. 2.

cuidasse do caso. Porém, L'Epine foi solto no outro dia, não sofrendo nenhuma punição. Consequentemente, não satisfeito com o desfecho do caso, o francês “irritado pelo mau êxito de sua trapaça, travou mais tarde íntimas relações com o Dr. Ferraz”,<sup>545</sup> que era rival de Netto. Desse modo, os dois conspiraram contra o renomado cientista brasileiro, publicando a *Ethnogenia Brasileira*, acusando-o de algo que não era verídico.

Essa não seria a primeira vez que Ladislau Netto esteve envolvido em situações dessa natureza. Anos antes, após a Exposição Antropológica, ele teve sua imagem abalada pelo fato de que grande parte do material que havia sido emprestado ao museu para a realização desse evento não foi devolvido às instituições e aos colecionadores particulares que as tinham cedido. Tamanho foi o alvoroço que o ministro dos Negócios do Império teve que intervir várias vezes para que fossem feitas as devoluções, principalmente as do Museu Paraense, proprietário de grande parte do acervo emprestado para a exposição.<sup>546</sup> O acontecimento gerou grande desconforto para Netto, que sofreu a oposição de diretores de museus e cientistas.

No mesmo período, ocorreu o caso da Pedra da Paraíba, fato que piorou sua imagem, retratando-o como um falsário. Ademais, seu autoritarismo na instituição desagradava outros funcionários, como o subdiretor da seção de Botânica, Collatino Marques de Souza Filho, que publicou sua carta de demissão no *Jornal do Comércio*, sob o pretexto de “se libertar das pressões” de Ladislau Netto.<sup>547</sup> Sendo assim, criava-se uma áurea em torno dele, que colocava em dúvida sua integridade como profissional, principalmente após as acusações de Francisco Macedo.

Independentemente de quem tinha razão nessa disputa, a *Ethnogenia Brasileira* é uma obra importante para estudo da coleção egípcia do Museu Nacional, pois comprova que havia um interesse grande, principalmente por Ladislau Netto, em se tentar encontrar os elos perdidos entre a história brasileira e a história universal. É difícil saber quem falou a verdade, mas é mais provável que fosse o diretor da instituição. Desde os anos 1870, suas pesquisas gravitavam o campo da Antropologia. E, para tanto, recebera formação adequada, pois havia sido aluno na Universidade de Sobornne, local em que tivera o contato necessário com as línguas orientais e as teorias Difusionistas. Até o momento, não existem trabalhos que aprofundam o processo de

---

<sup>545</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. *Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, ano 66, n. 18, 1888. p. 2.

<sup>546</sup> SANJAD. Nelson. “Ciência de potes quebrados” Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 19, jan. jun. 2011. p. 154.

<sup>547</sup> MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008. p. 30

construção da *Ethnogenia*<sup>548</sup> e expliquem se as provas apresentadas por Macedo seriam autênticas. O arqueólogo André Prous chegou a concluir, no livro *Arqueologia Brasileira*, que a versão de L'Epine era correta, porém não ofereceu as fontes e os caminhos que o fez para chegar a tal conclusão.<sup>549</sup> Para complicar a situação, não é mais possível consultar os documentos e as anotações de Ladislau Netto, uma vez que o incêndio que atingiu o Museu Nacional, a 02 de setembro de 2018, destruiu seu arquivo histórico, juntamente com as possíveis provas dos seus estudos, esboços e anotações. Até que apareçam outros documentos, não será possível determinar qual narrativa seria a verdadeira.

Enquanto isso, as duas versões são possíveis. Dado o histórico de Ladislau Netto, pode-se sustentar que se apropriou da pesquisa de L'Epine, já que também foi acusado de plagiar os trabalhos de Ferreira Penna, mas não se sabe como foi estabelecido o acordo entre os dois para solucionar o problema.<sup>550</sup> Mas a versão que Ladislau Netto apresenta também possui um ar de autenticidade, principalmente quando se atenta que o ilustrador francês errara o ano de realização da Exposição Antropológica, que acontecera em 1882 e não em 1881. Johni Langer, que procurou documentação sobre a disputa, não encontrou os recibos e os ofícios de contratos do L'Epine. A razão disto seria que o pagamento veio do bolso de Ladislau e não do Estado, como o primeiro argumentara; algo que explicaria a sua ausência em fontes oficiais. Mas, até o momento, não foi possível encontrar os desenhos de L'Epine, nem o material que produziu. Assim, ficará difícil definir quem fez a tabela comparativa em questão.<sup>551</sup>

Outro fato relevante é que se Paul L'Epine organizou o primeiro catálogo da coleção egípcia do Museu, dificilmente este documento teria simplesmente sumido, afinal era a primeira vez que alguém organizava os objetos da coleção conforme seus significados. O documento, portanto, teria relevância para a instituição e auxiliaria seus pesquisadores na reorganização desses acervos. No catálogo produzido por Alberto Childe, não há nenhuma menção ao francês, nem ao seu contato com a coleção. No corpo de estudantes do Colégio da França não consta o nome de Paul L'Epine. Para além disso, não existem publicações de sua autoria sobre o tema.

---

<sup>548</sup> LANGER, Johni. *Ruínas e Mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000. p. 264.; MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008. p. 28-29.; PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1992. p. 9.

<sup>549</sup> PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1992. p. 9.

<sup>550</sup> SANJAD, Nelson. “Ciência de potes quebrados” Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 19, jan. jun. 2011. p. 141-142.

<sup>551</sup> L'Epine deixou evidente que teria doado os documentos para a Biblioteca Nacional de Lisboa, porém, na busca sistematizada pelo catálogo da instituição não consta o nome de L'Epine. Bem como nada que correspondesse ao tipo de pesquisa dele, como, por exemplo, a cerâmica marajoara.

Caso fosse um assíduo pesquisador, teria enviado seus trabalhos para outras instituições e revistas, até mesmo como forma de aperfeiçoar suas teorias, mostrando por meio da ciência que Netto o havia plagiado. Não fosse pelo relato de Ladislau Netto, em que descreve a sua relação com L'Epine, ele poderia até ser considerado como uma criação de Macedo.

Essas foram as possíveis interpretações sobre o suposto plágio de Ladislau Netto. De toda forma, é possível constatar que, a partir da década de 1870, houve uma grande euforia pela busca do passado brasileiro. Conectar o Novo Mundo com o Velho Mundo era forma de mostrar que o futuro do Brasil poderia ser mudado se, na antiguidade brasileira, houvesse indícios de civilizações, o que daria mostras de que seria possível civilizar os indígenas do período. Sendo assim, havia esperanças que a jovem nação se tornasse uma grande potência.

A busca por cidades perdidas, achados arqueológicos, vestígios linguísticos, produção artística e anatomia comparada foram os recursos que os eruditos brasileiros utilizaram para encontrar as respostas a algumas das perguntas que eles próprios criavam. Haveria o Brasil sido habitado por uma grande civilização? Seriam os nossos indígenas brasileiros a corrupção de povos superiores? Estes foram questionamentos que estiveram presentes nos principais estabelecimentos de produção do conhecimento do Brasil, no século XIX. As coleções arqueológicas do Museu Nacional, principalmente a partir de meados desse século, serviram como um espelho do Velho no Novo Mundo. Vestígios da cultura material do Egito, Grécia, Roma, Nigéria, Escandinávia foram comparados com artefatos do Peru, Bolívia, México, Ilhas Aleutas e do Brasil. Nesse sentido, os objetos da Quarta Seção, especialmente a coleção egípcia, eram um microcosmo dos objetos e dos costumes etnográficos dos povos antigos, funcionando como um leque de opções para o Brasil encontrar o seu “parente” mais distante e, nesse caso, sua antiguidade seria uma mistura com o Egito Antigo.

***5. Conferindo prestígio e notabilidade – A coleção egípcia do Museu Mariano Procópio***

## 5.1. Encontrando múmias brasileiras

As discussões em torno do passado brasileiro também alcançaram a alta sociedade do Império, não se restringindo apenas ao corpo de eruditos que atuavam nas instituições da capital. No decorrer da segunda metade do século XIX, um acontecimento em especial contribuiu para o enriquecimento das coleções do Museu Nacional, por meio das ações da sociedade civil. Em 1871, foi averiguado pelo médico e escritor Manoel Basilio Furtado que, na caverna da Babilônia (situada na região de Juiz de Fora, porção sul da Província de Minas Gerais), havia antigos sepultamentos indígenas que poderiam ocasionar importantes contribuições para os estudos indigenistas que estavam em voga no momento, tanto no IHGB como no MN. A propriedade em que se localizava o achado pertencia ao conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Cavalcanti), um importante membro da sociedade imperial. Era ele “um homem de formação erudita e enciclopédica e de grande prestígio junto ao Imperador, tendo sido presidente de diversas províncias, deputado, ministro, membro de liceus e institutos, como o Instituto Histórico da Bahia e o Instituto Arqueológico de Pernambuco”.<sup>552</sup> Até onde se tem notícia, Albuquerque e Furtado foram dois dos primeiros membros da alta sociedade imperial a tomar a Arqueologia amadora como *hobby* e a iniciarem a procura por vestígios arqueológicos.

Manoel Basilio Furtado deu as primeiras “pinceladas” sobre a terra e o pó, para iniciar a escavação da caverna da Babilônia. Em sua investida pioneira, foram encontrados esqueletos, fragmentos de ossos, vasilhames e cestaria. Tendo a consciência da necessidade de ter uma equipe para auxiliar na escavação, Diogo Albuquerque entrou em contato com Ladislau Netto, solicitando que o Museu Nacional enviasse a Minas algum suporte para dar continuidade às escavações. Em resposta ao pedido, o diretor da instituição montou uma comitiva com importantes cientistas que incluía ele próprio, “Charles Frederick Hartt<sup>553</sup>, o naturalista norte-americano que dirigiu a Comissão Geológica do Império, Auguste François Marie Glaziou, diretor do Passeio Público, Claude Henri Gorceix, membro da Escola de Minas no Brasil, e um

---

<sup>552</sup> CORRÊA, Ângelo Alves; COLOMBO, André Vieira. “Cavernas da Babilônia” Narrativas e intervenções: vestígios funerários pré-coloniais na microrregião de Juiz de Fora. In: *Cadernos do Lapaarq*. Pelotas: UFPEL, vol. XI, nº 21, 2014. p. 198.

<sup>553</sup> Charles Hartt publicou um relatório sobre a escavação em um periódico científico, explicando todo o processo e metodologia utilizada. ver: HARTT, Charles Frederick. The Indian cemetery of the Gruta das Mumias, Southern Minas Geraes, Brazil. In: *The American Naturalist*. USA, 1875. p. 205-217.

assistente do Museu Nacional”.<sup>554</sup> Acreditava Netto que, com o apoio desses especialistas, a escavação no cemitério indígena seria feita de forma sistematizada com o fim de preservar, da melhor maneira possível, os restos mortais que não haviam sido consumidos pelo tempo.

De acordo com Ângelo Corrêa, sob o comando de Netto, a escavação dentro da caverna ocorreu com grande planejamento e sistematização, considerando-se os padrões da época. Foi “montada uma linha de 20 escravos para retirar, durante dois dias, toneladas de terra solta de considerável profundidade do interior da caverna partindo da entrada”,<sup>555</sup> de modo que todo o espaço foi sondado na busca por vestígios arqueológicos. Nesse processo, achados surpreendentes emergiram do solo mineiro: múmias indígenas!

O fato tornou-se notório e sua notícia correu o Império. Era a primeira vez que se encontrava corpos de indígenas conservados pela ação da natureza, que remontavam ao período pré-cabralino. A importância da descoberta ampliaria o acervo de antiguidades do Museu Nacional, que passaria a ilustrar também a cultura e a morfologia dos primeiros habitantes do Brasil antes do contato com os europeus.

Para além disso, a instituição se converteria no lugar apropriado para a recepção e a conversação de vestígios arqueológicos mumificados que fossem futuramente encontrados. Se no Museu Nacional havia múmias egípcias de mais de três mil anos que estavam em bom estado de conservação, não haveria outro espaço no Brasil para os novos exemplares de “antiguidades americanas”, que foram encontradas na Caverna da Babilônia. Ladislau Netto registrou, no Relatório Anual de 1874, que alguns esqueletos e vasos de argila foram exumados [por ele] de uma caverna da fazenda de Sant’Anna com o auxílio dos srs. conselheiros Diogo Velho e comendador Machado”,<sup>556</sup> peças que resultariam em um precioso acervo de múmias indígenas brasileiras. Era um grande feito para a jovem instituição.

No relatório anual, as doações das peças encontradas em Minas Gerais ao acervo do Museu Nacional foram registradas separadamente, como forma de identificar os seus “descobridores”. Segundo os arquivos da instituição, Diogo Velho teria doado “uma múmia de índia da tribo dos Coroados, acompanhada de um feto mumificado” (imagem 18)”. Outro doador envolvido nos achados de Minas Gerais foi o Dr. Rozendo Moniz, que teria encontrado

---

<sup>554</sup> CORRÊA, Ângelo Alves; COLOMBO, André Vieira. “Cavernas da Babilônia” Narrativas e intervenções: vestígios funerários pré-coloniais na microrregião de Juiz de Fora. In: *Cadernos do Lapaarq*. Pelotas: UFPEL, vol. XI, nº 21, 2014. p. 198.

<sup>555</sup> *Ibidem*, p. 198-199.

<sup>556</sup> NETTO, Ladislau. *Relatório do Museu Nacional do ano de 1874*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1875. p. 3.

ossos de índios Coroados na mesma caverna. Por fim, Ladislau Netto resumira os feitos de sua equipe em seu nome, sendo ele o único doador de “três múmias incompletas, uma urna funerária e dois crânios”.<sup>557</sup>



*Imagem 18: Múmia indígena encontrada na Caverna da Babilônia, na região de Juiz de Fora e que estava exposta no Museu Nacional. Fonte: Divulgação Museu Nacional UFRJ*

No *Guia da Exposição Antropológica* de 1882 consta que uma “múmia encontrada na caverna do morro da Babilônia”<sup>558</sup> foi exposta na sala Lund, que fazia referência ao grande estudioso dinamarquês que atuara em escavações em Minas Gerais. Também era essa a seção da exibição que abordava a Antropologia, em especial, dos indígenas Botocudos. Outros crânios encontrados naquela mesma caverna também foram expostos, sendo que um deles já havia sido incorporado à coleção de D. Pedro II.<sup>559</sup> O fato evidencia como as práticas arqueológicas e colecionistas privadas e o envolvimento direto das elites do Império, foram importantes para o

<sup>557</sup> NETTO, Ladislau. *Relatório do Museu Nacional do ano de 1874*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1875. p. 3.

<sup>558</sup> MUSEU NACIONAL. *Guia da Exposição Anthropologica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leusinger & Filhos, 1882. p. 44. Disponível em: <https://archive.org/details/guiadaexposioan00bragoog/page/n9>

<sup>559</sup> *Ibidem*, p. 43.

avanço da ciência e a composição de ações museais, como eventuais exposições, no Brasil oitocentista.

Tamanha foi a notabilidade dos achados na Caverna da Babilônia que o imperador D. Pedro II resolveu conceder uma menção honrosa para o responsável por conduzir a expedição, o Visconde de Cavalcanti. Porém, como a propriedade em que as múmias foram encontradas havia pertencido à matriarca da família Lage, a baronesa Maria José de Sant'Anna, o Visconde resolveu homenageá-la repassando o feito ao seu nome. Segundo Ângelo Côrrea,

consta dos autos da instituição que tal conjunto teria sido doado em 1875 ao imperador D. Pedro II pela baronesa D. Maria José de Sant'Anna. Porém, no período da doação a baronesa já era falecida, assim como Mariano Procópio, e a doação foi feita como menção honrosa à baronesa, que tinha grande prestígio junto ao Império.<sup>560</sup>

Dessa forma, posteriormente, estudiosos sobre o Museu Nacional apontaram que a múmia indígena tinha sido doada por D. Pedro II após o seu exílio. No *Guia da Exposição Antropológica*, porém, a múmia é descrita como sendo do acervo da instituição, tendo sido doada pelo Visconde de Cavalcanti, em 1874.

A importância desses achados foi enorme e, como dito, alguns crânios foram enviados para o imperador D. Pedro II, para compor sua coleção particular. O monarca possuía, na residência do palácio de São Cristóvão, um gabinete dedicado aos seus estudos. Era ali, também, que ele mantinha sua biblioteca e exibia os objetos que coletou nas suas viagens. Os presentes diplomáticos juntavam-se a este gabinete, diversificando a coleção.

Segundo Regina Dantas, a coleção de Pedro II passou por dois momentos distintos. Nos primeiros tempos, um núcleo inicial da coleção foi formado pela mãe do futuro Imperador, a imperatriz D. Leopoldina, e compunha-se de um acervo de numismática e de mineralogia, além de um herbário. No segundo, a coleção se transformou, como resultado de “muitos objetos armazenados e recebidos em consequência das distintas visitas que fazia ou que recebia. Viajantes, chefes de Estado, naturalistas brasileiros ou estrangeiros traziam sempre presentes ao imperador, que os colocava, sistematicamente, em seu museu”.<sup>561</sup> Esse gabinete demonstrava a necessidade do soberano em ter um lugar reservado para sua ilustração pessoal, por meio da realização de estudos e da contemplação de suas coleções. Tratava-se de um

---

<sup>560</sup> CORRÊA, Â. A.; COLOMBO, A. V. “Cavernas da Babilônia” Narrativas e intervenções: vestígios funerários pré-coloniais.... In: *Cadernos do Lepaarq*. Pelotas: UFPEL, vol. XI, nº 21, 2014. p. 199.

<sup>561</sup> DANTAS, Regina; SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 46, fev / 2008. p.132.

microcosmo formado em torno de suas predileções e de curiosidades científicas, que garantiam seu estudo e entretenimento, além da projeção de uma imagem de monarca das ciências.

O microcosmo forjado por D. Pedro II incluía acervos que futuramente seriam direcionados para o Museu Nacional, em razão da proclamação da República (1889)<sup>562</sup> e da consequente apropriação de seus bens pelo Estado. A variedade de objetos reunidos era extensa. Segundo o jornal *O Paiz*, o local era “o depósito de grandes preciosidades científicas e artísticas e também de todas as futilidades que o ex-imperador recebia”. Havia peças oriundas de Pompeia e Herculano, umas “caçarolas ou panelas, vasos, repuxos, trabalhos de cerâmica, de ferro, de bronze”, dos quais “os desenhos, as tintas e as esculturas estão perfeitas”.<sup>563</sup> Aqueles objetos teriam sido escavados na Itália a mando da esposa de D. Pedro II, a imperatriz Tereza Cristina, grande financiadora de escavações arqueológicas. Também havia, ali, algum espaço para as culturas asiáticas e africanas, exibidas por meio de peças provenientes destes continentes, como armas, vestes e cerâmicas, entre outros. Fica evidente, portanto, que fronteiras não existiam dentro do “museu do imperador”, um verdadeiro espaço de encontro de civilizações.

Civilizações. Para a mente de D. Pedro II, elas não existiam apenas no Velho Mundo - como testemunha seu depósito de preciosidades. Segundo o jornal *O Paiz*, “a história e a civilização da América ali têm conspícuo lugar, desde os Incas até os nossos dias”. Era um gabinete que incluía “a Antropologia indígena [com] objetos de estudos nas múmias e nas içaçabas, nos corpos e nas cabeças mumificadas ou pelo tempo ou pela arte, há ali uma cabeça de guerreiro mumificada e tão reduzida”.<sup>564</sup> Sendo um monarca dos Trópicos, D. Pedro II não poderia excluir os representantes de sua nação em seu espaço de reflexão. Por isso era importante que obtivesse alguns achados da Caverna da Babilônia para engrandecer a coleção. Outro artefato importante, que aproximava o acervo do Imperador às coleções do Museu Nacional, era uma cabeça mumificada do povo Mundurucu que, desde há muito tempo, atraía a cobiça de vários museus, como mencionado anteriormente. Aos olhos dos intelectuais e das elites do país, a partir da década de 1870, o Brasil apresentava fortes indícios de ter tido sua própria antiguidade: povos anteriores à chega de Pedro Álvares Cabral deixaram suas marcas

---

<sup>562</sup> DANTAS, Regina M. M. Costa Dantas. *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. (Mestrado em Memória Social), UFRJ. Rio de Janeiro, 2007. p. 56.

<sup>563</sup> O PAIZ. Acervo Augusto. In: *Coluna Salada de Frutas*. Rio de Janeiro, ano VI, n.º 3025, 6 de agosto de 1890. p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_02/1168](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/1168)

<sup>564</sup> *Ibidem*, p. 2.

pelo território e demonstravam o alto progresso dos nativos da terra, marcando a predestinação da nação para a glória.

Além das antiguidades nacionais e internacionais, uma peça se sobressaía pela sua importância para esse trabalho de construção de uma origem cultural para a nação: a múmia da sacerdotisa Sha-Amun-En-Su. Ela chegou ao Brasil como um presente diplomático para o Imperador, pelo quediwa Ismail Paxá (1830-1895). A oferta foi feita quando o quediwa recebeu um livro sobre o jovem império brasileiro e se decidiu por retribuir a dádiva enviando uma múmia ainda lacrada em seu sarcófago. É interessante pensar que, mesmo sabendo que o Museu Nacional possuía um rico acervo da cultura do antigo Egito, D. Pedro II, ao receber a curiosa lembrança, decidiu não doá-la para essa instituição. Optou por expô-la em seu museu privado, que se tornava um paradigma para o colecionismo privado entre as elites do Brasil, que ainda precisa ser adequadamente estudado.

Um ponto importante a ser destacado é que o monarca e parte da família imperial chegaram a realizar duas viagens ao Egito. A primeira ocorreu em 1871 e a segunda em 1876. Em nenhuma delas, o imperador adquiriu antiguidades, embora muito as apreciasse. Fato era que, em viagens ao Egito como aquela, a aquisição de objetos do período faraônico não era corriqueira, principalmente por se esperar que um chefe de Estado respeitasse as novas políticas de proteção ao patrimônio egípcio, instauradas após o fim da Guerra dos Cônsules. D. Pedro II, de fato, era assíduo defensor do legado egípcio. Segundo Regina Dantas, quando esteve em Alexandria, “proferiu o comunicado ‘O vandalismo dos viajantes’,<sup>565</sup> alertando para a situação dos constantes saques aos templos do Egito, que poderiam comprometer a cultura egípcia para a população futura”.<sup>566</sup> Por isso, seria contraditório que levasse objetos que deveriam permanecer no seu território de origem. O Imperador brasileiro tinha a consciência de que comprando esses objetos, estaria alimentando o mercado ilícito de antiguidades e, com isso, a depredação dos monumentos do povo do Nilo.

Outro detalhe que revela a postura protecionista de D. Pedro II é que, mesmo recebendo a Sha-Amun-En-Su como um presente, compreendeu a condição rara de ainda estar lacrada em seu sarcófago, e optou por não abri-la. A abertura de esquifes e múmias egípcias era considerado um espetáculo oitocentista, que atraía um público curioso para entender o ‘mistério’ da preservação dos corpos. Certamente, compreendera que mantendo o seu ‘presente’

---

<sup>565</sup> DANTAS, Regina M. M. Costa Dantas. *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. (Mestrado em Memória Social), UFRJ. Rio de Janeiro, 2007. p. 221.

<sup>566</sup> *Ibidem*, p. 242.

da forma como o recebeu acrescentaria maior valor ao artefato, preservando-o em seu estado original, intacto há mais de três mil anos.

Sha-Amun-En-Su foi doada ao Museu Nacional após o exílio de D. Pedro II para a Europa, momento em que não teve tempo de definir o que levaria consigo. Durante o processo de levantamento dos bens do ex-imperador que estavam no palácio de São Cristóvão, Ladislau Netto percebeu que o ‘Museu do Imperador’ ainda estava intacto, não estando desprovido dos seus preciosos objetos. Havia peças que seriam importantes para o enriquecimento das coleções da instituição que dirigia. Sua decisão foi, então, enviar um requerimento ao governo republicano, solicitando que itens de cunho científico fossem agregados ao acervo do Museu. Sha-Amun-En-Su era descrita no inventário do espaço museológico do monarca como “uma múmia autêntica do Egito”,<sup>567</sup> comprovando que não era uma falsificação e nem uma mera curiosidade, garantindo-se, assim, seu interesse científico e sua incorporação à coleção egípcia.

Em 1892, o Museu Nacional foi transferido do Campo de Sant’Ana para a Quinta da Boa Vista. Uniam-se, em um só lugar, o Museu criado por D. João VI com as coleções de seu neto, D. Pedro II, e da mãe dele, D. Leopoldina. Em que pese a importância e o caráter da instituição, esta união pode ser encarada como símbolo da necessária confluência, no Brasil, entre o nascimento das práticas e dos procedimentos museológicos e o colecionismo privado das elites, que se desenvolveram em paralelo e em alimentação recíproca.

Falar de Sha-Amun-Em-Su é, ao mesmo tempo, o recordar de um tempo histórico em que, de um lado, conservava-se a imagem de uma sacerdotisa que fora sepultada há mais de três mil anos e, do outro, projetava-se a figura de um D. Pedro II estudioso e monarca. No momento em que saiu das areias do Egito e passou a compor o acervo do Chefe de Estado brasileiro, ela passou por essa dupla associação: como semióforo, para usar o conceito cunhado por Pomian,<sup>568</sup> recebia novos valores como um objeto que ligaria a imagem de D. Pedro II, amante do Egito, à do soberano que usava as ciências para demonstrar o seu poder. Para Regina Dantas e Lilia Schwarcz, “uma coleção é feita de peças classificáveis, cada uma delas guarda um sentido, mas vistas coletivamente passam todas a influir no próprio teatro do poder que se realizava durante

---

<sup>567</sup> DANTAS, Regina M. M. Costa Dantas. Anexo 1 – Muzeo. In: *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. (Mestrado em Memória Social), UFRJ. Rio de Janeiro, 2007. p. 293.

<sup>568</sup> POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. In: *Enciclopédia Einaud. I. Memória – História*. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1984, p.51-86.

o Segundo Reinado”.<sup>569</sup> Sendo assim, o Museu do Imperador era um lugar em que esse soberano construía suas efígies de homem letrado e Monarca ilustrado.

## **5.2. “Oferecê-las ao culto da Ciência” - Quando colecionar se torna um dever cívico**

A presença de objetos antropológicos brasileiros no gabinete do Imperador, como os crânios da Caverna da Babilônia e outros artefatos indígenas, reforça a conexão de D. Pedro II com o movimento indigenista, que ganhara espaço na cena cultural da corte, durante o século XIX. O monarca era forte apoiador de artistas, escritores, poetas que viam no indígena brasileiro o elo primordial da nação com suas nobres origens. Assim, “o romantismo no Brasil não foi apenas um projeto estético, mas também um movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo”.<sup>570</sup> Para além disso, o contato do soberano com as pesquisas que os membros do IHGB estavam desenvolvendo contribuía para reforçar o pensamento de que os povos nativos eram a chave para se entender o passado, mas também, o futuro da nação. Em sua coleção privada, os seus gostos pessoais e sua visão sobre o passado estavam refletidos. Múmias indígenas, artefatos incas, romanos, gregos, marajoaras, bem como um sarcófago egípcio criavam conexões e teciam uma linha que unia o Novo e o Velho Mundo, ajudando a narrar a gênese do Brasil.

A aristocracia carioca também teve o seu papel na construção da história do Brasil. Um exemplo é o casal Cavalcanti, que foi responsável pela escavação das múmias indígenas de Minas Gerais, conforme abordado anteriormente. No *Guia da Exposição Antropológica*,<sup>571</sup> realizada pelo Museu Nacional, em 1882, encontram-se listados todos os objetos que foram expostos nesse evento, juntamente com a sua procedência. Por ele, sabe-se que algumas peças exibidas haviam sido cedidas por outros museus, como o Paraense e o Paranaense. Informa-se, também, o empréstimo de peças pertencentes a colecionadores privados, em destaque, D.

---

<sup>569</sup> DANTAS, Regina; SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 46, fev / 2008. p.132. p. 140

<sup>570</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.139.

<sup>571</sup> MUSEU NACIONAL. *Guia da Exposição Antropológica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leusinger & Filhos, 1882. 72 p.

Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque, esposa de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e futura Viscondessa de Cavalcanti.

Pesquisas recentes sobre o casal revelam a importância de suas práticas colecionistas no Brasil Império.<sup>572</sup> Certamente, ambos se afiguram como os principais colecionadores desse período, posto que sua vasta coleção de arte e curiosidades incluía várias tipologias de acervos, em especial de obras de arte, numismática, *memorabilia*, artefatos antropológicos, arqueológicos, de História Natural e de antiguidades.<sup>573</sup>

O nome da Viscondessa de Cavalcanti é citado em diversas partes no *Guia*, mostrando a extensão de sua coleção de Antropologia, que foi emprestada para a exibição. O conjunto era composto por uma rica variedade de peças, como arcos, flechas, buzinas, tambores, armas de caça, cerâmicas, colares de dentes humanos e de animais, cetros, redes e esteiras. Era também formado por artefatos oriundos de diversos povos indígenas, como os Coroados, os Guatós, os Cabixás, os Guanás, os Uaupés e os Parintintins. Outros objetos emprestados para a mostra foram classificados como originários de “diversas tribos”, o que leva a crer que sua coleção poderia abarcar a cultura material de mais etnias, além das citadas. Um conjunto que ganhou grande notoriedade na exposição foi a coleção arqueológica da Viscondessa, composta por “pontas de flechas de calcedônia, de sílex e de obsidiana; de tembetás de berilo, de ortoclásio, de obsidiana, de quartzo e de resina; machados e instrumentos de diferentes formas de quartzo, diorito, granito, fibrolito e nefrito”.<sup>574</sup> Para dar o devido reconhecimento ao empréstimo de sua coleção para a exibição, Ladislau Netto publicou, no *Jornal do Comércio*, um agradecimento “em nome do governo imperial aos expositores que mais se distinguiram, entre esses, acham-se a sra. D. Amélia Machado de Cavalcanti de Albuquerque [...]”.<sup>575</sup>

O marido de Amélia, Diogo Velho também seria agraciado pelo seu ‘empenho’ no auxílio da montagem da Exposição Antropológica. Com o objetivo de deixar a mostra atraente

---

<sup>572</sup> COSTA, Angelita Maria Rocha Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, UFJF. Juiz de Fora, 2010. 233 p; CHRISTO, M. C. V. Coleções da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio. In: MALTA, M.; NETO, M. J.; CAVALCANTI, A.; OLIVEIRA, Emerson D.; COUTO, M. F. M. (orgs.). *Histórias da arte em coleções: modos de ver e exibir em Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, v. 1. p. 57-70.

<sup>573</sup> Grande parte da coleção do casal Cavalcanti foi doada para o Museu Mariano Procópio, em Juiz Fora, figurando como um dos principais museus de Minas Gerais.

<sup>574</sup> É provável que alguns desses objetos tenham sido encontrados na Caverna da Babilônia e incluídos na coleção arqueológica da Viscondessa. Essas peças foram doadas para o Museu Nacional. Somente no futuro, com a reconstrução da instituição e o seu arquivo, é que se será possível confirmar essa hipótese. MUSEU NACIONAL. *Guia da Exposição Antropológica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leusinger & Filhos, 1882. 72 p. 60.

<sup>575</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. *Exposição Antropológica*. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, ano 61, n. 319, 16 de novembro de 1882. p. 1.

ao seu público, estátuas de indígenas de variadas etnias foram feitas com base em moldes retirados em modelos vivos. Na *Revista Illustrada*, era anunciado que “a direção do museu [Nacional], que já possui grande cópia dos primeiros habitantes do Brasil, está agora moldando em cera os índios cherengues, do conselheiro Diogo Velho, e outros tipos patronímicos.... Vai ser muito interessante”.<sup>576</sup> A prática desumana de tratar indivíduos como objetos exóticos, acervos a serem exibidos e propriedade pessoal era, infelizmente, muito presente, no século XIX. Enquanto houvesse ‘civilizados’ e ‘incivilizados’, existiria um direito natural em que os primeiros eram considerados superiores aos segundos. De toda forma, naquele momento, para o Museu Nacional, o auxílio de Diogo Velho para a concretização da exibição foi relevante.

O ato de tornar público o que antes era privado era uma forma de mostrar para a sociedade a importância das coleções particulares para a instrução dos cidadãos e, também, de projetar a figura do colecionador, cobrindo-o de notoriedade tanto por sua coleção, quanto por suas ações. Para além disso, criava-se a imagem de que estava fazendo um importante serviço patriótico, em disponibilizar bens pessoais ao público. No próprio *Guia da Exposição Antropológica*, Ladislau Netto confirma essa ideia. Para ele, “os nomes dos doadores que perfeitamente interpretaram o verdadeiro e nobre intento deste certâmen que não é simplesmente expor os artefatos e os documentos etnográficos [...], mas reuni-los num só repositório público e aí, oferecê-las ao culto da Ciência”.<sup>577</sup> Não há dúvidas que essa exibição foi o principal evento científico do século XIX e sua concretização só foi possível devido ao empenho de sujeitos que cederam à instituição seus acervos particulares, de modo a compor a narrativa da mostra, enriquecendo-a.

Por mais que novas instituições científicas e culturais fossem surgindo no Brasil ao longo dos oitocentos, foram os colecionadores privados que auxiliaram na formação das coleções desses espaços. No caso do Museu Nacional isso é perceptível nos Relatórios Anuais, nos quais grande parte do acervo era doado por terceiros; vez ou outra o Estado Imperial liberava recursos para contratação de pessoal para recolher espécimes de História Natural e etnográficos. Porém, o recolhido por essas expedições não superava em número as doações privadas, sendo assim os agentes particulares foram essenciais para a concretização da Exposição Antropológica, uma vez que, para além do espaço que a sediou – o Museu Nacional - existiam apenas duas outras instituições museológicas no país: o Museu Paraense e o Museu

---

<sup>576</sup> REVISTA ILLUSTRADA. *Echos da Semana*. Rio de Janeiro, ano 6, n.º 280, 1881. p. 2.

<sup>577</sup> MUSEU NACIONAL. *Guia da Exposição Antropológica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leusinger & Filhos, 1882. p. 5-6.

Paranaense. Essas entidades ainda estavam em processo de coleta de seus núcleos iniciais de acervo e pensando em suas missões para a sociedade. Elas eram, portanto, instituições muito novas, que tinham muito a aprender com o seu colega do Rio de Janeiro.

Um exemplo da importância do colecionismo privado para o refinamento da sociedade cortesã ocorreu na Copenhague do começo do século XIX. A aristocracia dinamarquesa constatou que a ausência de instituições museológicas, em sua nação, era um fator alarmante, que prejudicava o processo de instrução da sociedade e de formação do orgulho pela nação. Assim, os colecionadores privados que possuíam coleções admiráveis, principalmente de obras de arte, optaram por abrir suas casas para que o público comum pudesse ter acesso ao que havia de mais belo e notório das produções humanas, especialmente as produções dinamarquesas. Para eles, se o Estado falhava como o provedor da cultura para os seus cidadãos era à elite, então, que cabia assumir esse papel e promover o acesso às Artes e às Ciências.

No reino da Dinamarca, havia importantes coleções privadas que se destacavam pela qualidade de seus objetos, tanto de arte como de História Natural. Em um primeiro momento, em meados do século XVIII, elas eram semi-acessíveis, restritas aos artistas, turistas, distintos cidadão e viajantes. Uma notável coleção era a de Lorenz Spengler (1720–1807), composta por pinturas, desenhos e gravuras dos Velhos Mestres - termo conjurado para designar os principais artistas da arte ocidental - como Rembrandt, Van Dyck, Rubens, Teniers, Frans Hals, entre outros<sup>578</sup> artistas do passado que eram cobiçados por diversos colecionadores. Outros casos eram as coleções de Hermann Treschow (1739-1797) e de Johan Christian Bodendick (1735–1818), que se ressaltavam pela qualidade dos objetos, embora sofressem a limitação de acesso ao público.

Com a virada do século e o avanço do movimento de abertura de museus nas grandes nações europeias, a elite dinamarquesa forjou a ideia de transformar as coleções privadas dos reis em museus e expor ao público. Dessa forma, os colecionadores dinamarqueses optaram por abrir suas próprias casas e coleções à visitação. No mesmo período, esses coletores, compreendendo a importância dos conjuntos de bens culturais que amealharam, desejaram vendê-los para o Estado Régio como forma de garantir um beneficiamento mútuo, tornando pública a coleção e recebendo, em troca, um pagamento digno. Entre eles, estava o primeiro-

---

<sup>578</sup> SVENNINGSSEN, Jesper. Publicly accessible art collections in Copenhagen during the Napoleonic era. *Journal of the History of Collections*, vol. 27, 2015. p. 201.

ministro Joachim Godske Moltke (1746–1818), que herdou a coleção de arte de seu pai e decidiu oferecê-la para o governo para criar um espaço dedicado à fruição desses itens.<sup>579</sup>

A transformação de coleções privadas em museus foi um processo comum na segunda metade do século XIX e no início do século XX. Um país que fez disso uma tradição é os Estados Unidos da América, em que a elite norte-americana assumiu o compromisso de garantir a instrução pública por meio da abertura de museus, bem como alimentar estas instituições com objetos que foram comprados em viagens ao Velho Mundo. Esta era uma forma encontrada para se deixar um legado que nobilizaria famílias como os Rockefeller, os Guggenheim e os Getty, que criaram importantes instituições museais. Dentre essa gama da elite cultural norte-americana, destacaram-se as ações de John Taylor Johnston, empresário de ferrovias e grande colecionador, que deu partida para a criação do *Metropolitan Museum*, em Nova Iorque, no ano de 1870.

No Brasil, foram poucos integrantes das elites que se dedicaram a criar coleções ou museus. Isto, no entanto, não impediu a formação de vastas e importantes coleções privadas, no século XIX, como foi o caso do casal Cavalcanti. Grande parte do acervo reunido por eles foi doada para Alfredo Ferreira Lange, com o objetivo de fundar o Museu Mariano Procópio, em Juiz Fora. Na segunda metade do século XIX, essa localidade recebeu ares de progresso por meio de Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872), industrial e político que tinha o objetivo de transformar a cidade em uma “Manchester Mineira”, fazendo alusão à urbe inglesa. Além de incentivar o surgimento de um polo fabril, Mariano Procópio queria fazer do lugar um berço da civilidade e “símbolo da modernização urbana”, o que foi possível graças à implantação da estrada de ferro União e Indústria. Com ela, Juiz de Fora, que outrora era um pequeno vilarejo pertencente a Barbacena, viu a prosperidade chegar, resultando no seu desenvolvimento com “avenidas largas cortadas por trilhos de bonde; o mercado municipal; o cemitério público, a malha ferroviária e, por fim, a energia hidrelétrica da Usina de Marmelos, a primeira da América do Sul”.<sup>580</sup>

Alfredo Ferreira Lage (1865-1944) era o filho de Mariano Procópio. Após a morte de seu pai, foi morar e estudar em Paris, que no momento estava em seu auge, como a capital cultural do mundo ocidental. Retornando ao Brasil, passou a administrar os bens de seu pai, aumentando sua fortuna, e a planejar ações instrutivas que pudessem polir a Manchester

---

<sup>579</sup> SVENNINGSSEN, Jesper. Publicly accessible art collections in Copenhagen during the Napoleonic era. *Journal of the History of Collections*, vol. 27, 2015. p. 202.

<sup>580</sup> MAPRO. *Catálogo do Museu Mariano Procópio*. São Paulo: Banco Safra, 2006. p. 10.

Mineira. Nesse processo, tornou-se colecionador, coletando acervos de mineralogia, História Natural, numismática, *memorabilia*, objetos históricos da monarquia, pinturas e esculturas. Seu colecionismo resultou em uma extensa coleção e ele viu na casa de veraneio de sua família, em Juiz Fora, o lugar ideal para dispô-la, dando partida à formação do Museu Mariano Procópio.

Por mais que a coleção de Alfredo Lage fosse de notável riqueza, ela não é foco dessa pesquisa. Antes sim, a coleção que foi doada por sua prima, a Viscondessa de Cavalcanti. Ela, juntamente com o seu marido, formara uma extensa coleção de arte e curiosidades. Eles poderiam ter sido apenas mais dois dos colecionadores do Brasil Império. Porém, um arranjo se destaca em meio ao microcosmo de bens culturais que ornava a casa dos Cavalcanti: a coleção egípcia por eles formada.

Quase desconhecida e mencionada em uma única publicação científica, a “coleção egípcia mineira”<sup>581</sup> figura-se como uma das principais do país, formada no século XIX. Era composta, em grande parte, por um conjunto de amuletos funerários, uma estela policromada, um fragmento de um rosto de esquife e *shabtis*. Esse acervo faz pensarmos quais seriam as conexões existentes entre essa coleção privada, formada na elite da corte, a de D. Pedro II e a do Museu Nacional. Estaria o casal influenciado pela onda de egiptofilia proveniente da capital do Império? O que os teria motivado a comprar esses objetos? Poderia haver aí indícios da formação de um gosto da elite brasileira, compartilhado com o Imperador?

### 5.3. O colecionismo de Amélia e Diogo Cavalcanti

Algo que deve ser enfatizado antes de adentrarmos ao processo de aquisição de antiguidades egípcias que, no momento, é intitulado como pertencentes à Viscondessa de Cavalcanti: devemos nos perguntar sobre qual seria a melhor denominação para nos referirmos a esse conjunto. Tanto Diogo como Amélia de Albuquerque estavam profundamente envolvidos com o colecionismo privado. Por causa da carência de fontes sobre as aquisições que ambos fizeram, fica difícil identificar qual objeto e qual coleção pertencia a quem. Mesmo que fosse possível identificar a posse das peças, seria o ideal separarmos itens que tudo indica terem sido comprados com a participação e a aprovação de ambos?

---

<sup>581</sup> BRANCAGLION Jr, Antônio. Coleções egípcias no país. In: BAKOS, Margaret (org.). *Egiptomania, o Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

Angelita Ferrari apontou, em sua dissertação,<sup>582</sup> que a Viscondessa de Cavalcanti era de uma família de origem abastada e que isso teria possibilitado melhores oportunidades de instrução que seu marido, dessa forma surgia um contexto favorável para o florescimento do desejo de se tornar colecionadora. De acordo com Maraliz Christo, “em conversa com um jornalista de *O Jornal*, em 21 de junho de 1931, [a Viscondessa] declarou que ‘começou a colecionar aos quatro anos, fazendo coleção de carretéis. Depois, colecionou insetos e depois medalhas’”,<sup>583</sup> ações que demonstram seu gosto pelo colecionismo e um olhar apurado dessa colecionadora, que foram se desenvolvendo ao longo dos anos.

No que se refere ao seu marido, a família de Diogo Velho possuía certo *status* no Império. Os nomes Cavalcanti e Albuquerque eram tradicionais na aristocracia rural do país, embora sua família não fosse tão rica quanto a de sua esposa. De toda forma, o Visconde de Cavalcanti também recebeu uma boa educação, cursando Direito em Olinda. Isto não o impediu de ter vivido uma condição favorável ao desenvolvimento do gosto pelo colecionismo, principalmente após casar-se com Amélia e ser influenciado por ela.

Outra evidência que contribuiu para a hipótese de se pensar que a coleção desse casal deveria ser denominada como pertencentes a ambos, é o fato de que Diogo Velho faleceu primeiro, em 1899. Conseqüentemente, todo o microcosmo que os dois formaram foi disperso pela Viscondessa, favorecendo sua imagem de uma dama colecionista e apagando o papel de seu marido na aquisição de acervos. Segundo Angelita Ferrari, “Diogo e Amélia tinham uma vida social intensa, colecionavam obras de arte, e circulavam no meio intelectual, abrindo semanalmente as portas de suas residências, fosse no Rio de Janeiro ou em Paris”<sup>584</sup> – o que indica que eles estavam envolvidos em práticas colecionistas, cada um contribuindo à sua maneira para o engrandecimento da coleção.

Por mais que a Viscondessa possa ter continuado com a aquisição de peças após a morte de seu marido, isso não diminui as ações dele. Não se trata de elevar um ou de rebaixar o outro. Mas, de garantir que ambos tenham o mesmo tratamento, uma vez que o olhar seletivo do casal

---

<sup>582</sup> COSTA, Angelita Maria Rocha Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, UFJF. Juiz de Fora, 2010. 233 p

<sup>583</sup> CHRISTO, M. C. V. Coleções da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio..In: MALTA, M.; NETO, M. J.; CAVALCANTI, A.; OLIVEIRA, Emerson D.; COUTO, M. F. M. (orgs.). *Histórias da arte em coleções: modos de ver e exibir em Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, v. 1. p.3.

<sup>584</sup> COSTA, Angelita Maria Rocha Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, UFJF. Juiz de Fora, 2010. p. 24.

proporcionou o surgimento de uma extensa coleção, que futuramente seria partilhada entre as seguintes instituições: Museu Histórico Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Nacional e o Museu Mariano Procópio;<sup>585</sup> doações que revelam a importância e a grandeza dos itens coletados. Resumindo, atribuir a formação da coleção a uma única pessoa provocaria o apagamento de afetos que os uniam na construção de um riquíssimo e variado acervo. As coleções, para além de uma acumulação sistemática de objetos, também são a expressão da necessidade humana de criar um cosmo particular para a fruição pessoal e de reunir objetos que trazem admiração.

As viagens dos cônjuges à Europa eram constantes e a França era o principal destino. A carreira de diplomata de Diogo Velho facilitou esses trânsitos para o Velho Mundo, tendo o casal estabelecido uma residência em Paris e criado contatos e redes de sociabilidade em polos culturais dos dois lados do Atlântico. Pelos espaços que circularam, a vida social dos dois era marcada pela visita a exposições, salões de arte, museus e lojas de antiguidades. Segundo Paulo Knauss, “o mecanismo que os colecionadores do Brasil tinham como forma de aquisição de peças de arte estrangeira [eram] as viagens e temporadas no exterior”.<sup>586</sup> Mas é bom lembrar da presença de leilões e antiquários presentes na capital do Império, que contribuíam com a entrada de obras de arte europeias no país.

Em 1888, Diogo Velho foi nomeado membro da comissão da Exposição Universal de Paris, que aconteceria no ano seguinte. Isso garantiu suas idas e vindas entre a América e a Europa, carregado de objetos para a coleção do casal, que aproveitava esses passeios ao Velho Mundo para enriquecê-la.<sup>587</sup> Além do acesso aos atores que atuavam naqueles centros de cultura, as exposições favoreciam o contato com artistas e antiquários. Nessas exposições, para além de maquinários, peças de manufatura e produtos naturais, também eram expostas produções artísticas, o que garantia visibilidade aos seus criadores e facilitava sua venda para futuros compradores, como os Cavalcanti.

Tamanha era a notoriedade dos acervos coletados pela Viscondessa que na Exposição Universal de Paris ela se destacou entre os diversos expositores com a sua coleção de minerais

---

<sup>585</sup> COSTA, Angelita Maria Rocha Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, UFJF. Juiz de Fora, 2010. p. 39.

<sup>586</sup> KNAUSS, Paulo. O cavalete e a paleta: arte e prática de colecionar no Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 33, 2001. p. 26.

<sup>587</sup> Na Exposição Universal de Paris, Diogo Velho foi presenteado com uma escultura do artista Marius Jean Antonin Mercié, denominada Davi e que passou a compor a coleção do casal. Um notório exemplo, de como acontecia esses processos de aquisição de peças durante as suas viagens.

brasileiros chegando a ganhar uma medalha de honra pela qualidade do conjunto. A honraria contribuía para a construção da imagem de Amélia como colecionadora e como mulher culta, que cada vez mais se destacava na sociedade internacional por sua polidez, inteligência e elegância. Segundo Maraliz Christo, “o fato de ter ficado viúva aos 47 anos, em 1899, permitiu-lhe dedicar-se ao colecionismo com ampla liberdade”,<sup>588</sup> principalmente ao morar em Paris, lugar em que tinha acesso às mais diversas produções artísticas do momento e às casas de leilões. Para evitar apagamentos de atos colecionistas de Diogo Velho e de Amélia Machado, neste trabalho o conjunto de antiguidades egípcias será denominado como coleção egípcia do casal Cavalcanti, uma vez que a mesma havia sido comprada enquanto o marido da Viscondessa estava vivo e com a participação dos dois no seu processo de aquisição.

A agência de ambos para o enriquecimento das coleções foi mútua, cada um com o seu olhar particular definiu quais itens deveriam compor o microcosmo do casal. Para além disso, é difícil perceber os traços individuais em uma coleção sistematizada e organizada por dois sujeitos, principalmente quando há a ausência de catálogos e fontes documentais a indicar as ações individuais na montagem do conjunto. Exemplo disso é sua coleção egípcia, que a priori era destacada como pertencente à Viscondessa. Mas, nos registros de compra, consta o nome de Diogo Velho Cavalcanti. Por isso, seria possível dissociar a agência dos dois na formação dessa respectiva coleção? Mas, antes de adentrarmos esse assunto, toquemos em outro ponto sobre a relação entre decoração e coleção.

Para Krzysztof Pomian, o conceito de coleção é “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeito a uma proteção especial num local fechado para esse fim, e expostos ao olhar público”.<sup>589</sup> Nesse sentido, uma coleção só seria legitimada como tal se seguisse esses preceitos, estando recolhida e exibida ao público, sendo os museus os principais repositórios para elas. As coleções privadas, por mais que estivessem abertas à visitação, sofrem uma limitação para se encaixarem plenamente neste conceito: se não são musealizadas, elas se dispersam após a morte de seu proprietário. Desse modo, grande parte delas perde a sua composição original, bem como os métodos classificatórios em que estavam imbuídos sua organização.

---

<sup>588</sup> CHRISTO, M. C. V. Coleções da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio. In: MALTA, M.; NETO, M. J.; CAVALCANTI, A.; OLIVEIRA, Emerson D.; COUTO, M. F. M. (orgs.). *Histórias da arte em coleções: modos de ver e exibir em Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, v. 1. p. 3.

<sup>589</sup> POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. In: *Enciclopédia Einaud. I. Memória – História*. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1984, p. 53.

No caso da coleção do casal Cavalcanti, com a dispersão para outras instituições fica difícil pensarmos como era a sua composição e sistematização originais. Até o momento, não há estudos que podem conferir a imagem da totalidade desse microcosmo, mas apenas trabalhos específicos como aqueles dedicados à coleção de autógrafos escritos em um leque<sup>590</sup> e aos retratos em miniatura.<sup>591</sup> Algo que dificulta projetarmos a dimensão dessa coleção aristocrática é o fato de que não existe um catálogo ou um inventário dos objetos que a compunham. Com a morte de Diogo Velho, seus bens foram repassados para a sua esposa. Ao fim da vida, ela doou uma parte desse acervo para instituições museológicas e outra foi vendida. Por isso, é impossível saber a totalidade desse agrupamento por meio dos inventários disponíveis.

Outro ponto a se destacar é que o conceito de coleção para Pomian é muito fechado, não dando margem para se pensar a relação existente entre o espaço físico de guarda de uma coleção e os objetos que o habitam. Na casa da Viscondessa e de seu marido, obras de arte, como pinturas e esculturas, estavam dispersas, enfeitando os ambientes públicos e privados. Conseqüentemente, esses arranjos não poderiam estar classificados e ordenados conforme as tipologias de acervos que representariam, caso estivessem em um museu. Quadros estariam juntos aos móveis e outros elementos decorativos, como pratarias, porcelanas e cristais em um universo que definia o gosto do casal, como por objetos provenientes do Oriente. Reunidas, essas peças constituíam o universo colecionista de Diogo e Amélia. Por que elas deveriam ter um tratamento diferente dos demais, só por se serem denominadas ‘decorativas’? Quando esses objetos saem desse espaço e são enviados para um museu, eles são reagrupados conforme a sua tipologia, sendo exibidos juntos. Dessa forma, ganham o título de ‘coleção’. Portanto, a coleção privada não deve ser tratada apenas respeitando os dogmas criados para a classificação de acervos em instituições museológicas, deve-se entender quais elementos para além dos tradicionais estão reunidos com outros e é necessário ler as suas conexões.

Porcelanas chinesas, cadeiras e mesas de jacarandá do século XVIII, pinturas representando naturezas mortas, vasos orientais e pratarias estando juntos criam um imaginário. Para além de decorarem uma sala de jantar, representam os seus proprietários. Expor na sala de visitas conjuntos de quadros, esculturas e desenhos de artistas importantes da Academia Imperial de Belas Artes, próximos a estantes de livros de autores consagrados, bem como a uma

---

<sup>590</sup> CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A viscondessa e seus artistas: a trajetória de um leque de autógrafos. In: *Anais do XXXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: Arte em Ação*. Rio de Janeiro, 2017. v. 1. p. 393-403.

<sup>591</sup> COSTA, Angelita Maria Rocha Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, UFJF. Juiz de Fora, 2010. 233 p.

miscelânea de objetos históricos que outrora pertenceram a membros da monarquia, constituem uma narrativa sobre os proprietários da casa, sobre seus gostos e interesses. O visitante perceberia que os moradores da residência eram ilustrados, cultos e que possuíam devoção ao soberano da nação. Esse era o universo de Amélia e Diogo Cavalcanti e sua relação com os objetos que decoraram suas casas no Rio de Janeiro e em Paris.

O casal estava inserido em uma rede de contatos que favorecia as coletas de materiais que atraíam o seu desejo por colecionar, e, também, controlar a pulsão colecionista deles. Por isso, destacam-se nas coleções de Amélia e Diogo obras de arte estrangeiras e brasileiras, que representavam a vontade de carregarem para o Novo Mundo peças cobiçadas da arte europeia “classificadas genericamente, por anotação da escola nacional – italiana, holandesa ou francesa”.<sup>592</sup> No conjunto de quadros que o casal possuía, vale destacar a presença de um Jean Honoré Fragonard (1732 – 1806),<sup>593</sup> conceituado artista do rococó francês, cujo exemplar de pintura pertencente ao casal foi eternizado pelas palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade como “um quadrinho delicioso, da sua melhor maneira, talvez a única tela desse pintor voluptuoso e mulherengo, que exista fora da Europa, e a única, seguramente, nestes brasis”.<sup>594</sup> Outra obra importante da coleção era uma pintura do aclamado artista neerlandês Frans Post (1612 – 1680),<sup>595</sup> que ficou reconhecido por estar presente na comitiva do Conde Maurício de Nassau, durante a ocupação holandesa no nordeste brasileiro, e ter representado paisagens do Brasil do século XVII.

O palacete do casal Cavalcanti estava localizado na região do Flamengo (Rio de Janeiro) e foi palco de diversos salões de música, saraus e bailes, um ponto de encontro de vários artistas

---

<sup>592</sup> KNAUSS, Paulo. O cavalete e a paleta: arte e prática de colecionar no Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 33, 2001. p. 26.

<sup>593</sup> Essa pintura está sob a guarda do Museu Mariano Procópio, considerada como uma das principais peças do acervo da instituição. Tamanha a sua relevância que o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade escreveu um artigo sobre ela. AZUL, Barba [Carlos Drummond de Andrade]. Fragonard em Minas. In: REVISTA DO APM. Crônicas de Carlo Drummond de Andrade sob pseudônimo: Barba Azul. SIAAPM [online]. p. 128-129.

<sup>594</sup> AZUL, Barba [Carlos Drummond de Andrade]. Fragonard em Minas. In: REVISTA DO APM. Crônicas de Carlo Drummond de Andrade sob pseudônimo: Barba Azul. SIAAPM [online]. p. 128-129.

<sup>595</sup> Atualmente esse quadro se encontra no acervo do Instituto Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. No século XIX houve um interesse por pinturas que representassem o Brasil durante o período colonial. Com a redescoberta de Frans Post, suas obras passaram a ser desejadas por colecionadores brasileiros, como a Viscondessa de Cavalcanti, o diplomata Manuel de Oliveira Lima e o jornalista e fundador da Academia de Letras Brasileira, Eduardo Prato. Em uma matéria sobre Frans Post, do periódico “Leitura para Todos”, o autor diz que “Em Amsterdam referiu o livreiro Frederick Müller que havia anos comprara um quadro de Post por um cavalheiro residente em Paris e chamado Cavalcanti. Na suposição que se tratasse do Visconde de Cavalcanti, nos dirigimos à sua viúva que mui gentilmente nos mostrou o quadro de sua propriedade”. LEITURA PARA TODOS. O primeiro pintor no Brasil. Rio de Janeiro, julho de 1928. p. 94. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/348074/26749>

e escritores conceituados do período.<sup>596</sup> Como parte da elite aristocrática, era necessário que eles promovessem ritos que os fizessem estar presentes no cenário cultural da cidade, uma forma de se afirmarem como mantenedores do avanço das artes e ciências na sociedade. Participando da vida cultural da corte, eles tentavam deixar claro que a barbárie estava sendo expulsa do Brasil e a civilização tomando o seu lugar. Desse modo, a coleção de Amélia e Diogo funcionava como aparato de distinção social, representando o refinamento cultural de ambos.

Segundo Wanderley Pinho, em seu “grande gosto pelas artes, não bastava à Viscondessa de Cavalcanti [e seu marido] decorar as paredes da casa de telas de preço em obras de mestres, deliciava também seus convivas tocando Beethoven a quatro mãos com Artur Napoleão”.<sup>597</sup> A casa era, portanto, ambiente em que a pintura, a escultura, a música e a literatura estavam reunidas no culto das Artes. Para além disso, era também local para discussões políticas, pois naquela “época de transformações do século XIX, na vida privada se pensava, criticamente, a vida pública, [...] era todo um modo de vida no qual era divulgado a polidez e os modelos de perfeição moral e social”.<sup>598</sup>

Amélia e Diogo Cavalcanti fizeram de sua residência um local em que os objetos coletados em suas viagens internacionais e nacionais pudessem estar presentes nos cômodos públicos e privados e servissem de espelho que refletiam a imagem polida de ambos.

O colecionismo privado de fins do século XIX e inícios do século XX, futuramente contribuiria para a formação de acervos dos museus do país. Foi a sociedade civil, em especial, a elite que possibilitou a criação e ampliação das coleções públicas. O Estado atuava como um sujeito onipresente, que criava as instituições, mas que necessitava das doações de particulares para construir lugares em que a história da nação pudesse ser cultuada, como foi o caso do Museu Histórico Nacional.

---

<sup>596</sup> PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

<sup>597</sup> *Ibidem*, p. 247.

<sup>598</sup> COSTA, Angelita Maria Rocha Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. Dissertação (Mestrado) UFJF. Juiz de Fora, 2010. apud PRIORI, Mary Del. *Condessa de Barral: a paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 25

## 5. 4. A coleção egípcia do casal Cavalcanti

Composta por 51 peças, a coleção egípcia dos Cavalcanti, hoje parte integrante do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, configura-se como uma das mais importantes de Minas Gerais e também do Brasil. Principalmente após o incêndio do Museu Nacional e a consequente destruição de grande parte do seu acervo oriundo da Terra dos Faraós, a coleção do Mariano Procópio teve sua relevância ressaltada em âmbito nacional. Algo interessante da coleção do museu mineiro é que parte das suas peças milenares foi documentada, havendo preservando-se seus registros de compra, indicando locais e datas da aquisição. Esse arranjo fazia parte de outros dois conjuntos maiores, formados na Europa do começo do século XIX. No recibo de compra foram listados cerca de 35 objetos que foram adquiridos em 25 de julho de 1884 no antiquário de David Kugelmann, localizado na cidade de Kissingen, na Alemanha Imperial.

A 1º. de junho de 1884, o “conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, sua senhora, 2 filhos e 1 criada”<sup>599</sup> rumaram para Bordeaux, na França, para levar um ente enfermo para receber cuidados médicos na Europa.<sup>600</sup> Um mês depois de ter saído do Brasil, a família se encontrava na cidade de Kissingen, lugar onde foi adquirido e pago o primeiro lote da coleção egípcia, por Diogo Velho. No recibo da compra é mencionado formalmente o seu cargo de “conselheiro do Imperador e senador do Império do Brasil”,<sup>601</sup> demonstrando que mesmo fora de sua nação, sua posição social era importante.

Além do recibo de compra disponibilizado pelo antiquário de David Kugelmann, os objetos foram acompanhados de outro documento importante para compreensão da origem da coleção egípcia do casal Cavalcanti: uma folha contendo a relação de um lote de antiguidades egípcias. Nessa página consta a seguinte inscrição manuscrita: “*Vente Cavaliere Carlo Morbio à Milan*” (Venda cavalheiro Carlo Morbio em Milão). Essa informação foi de grande ajuda para compreendermos a procedência desses objetos, antes de sua aquisição pelo antiquário que as vendeu.

<sup>599</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. Partidas. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, ano 63, n.º 152. p.2.

<sup>600</sup> Em um ofício enviado para o Senado, comunicava que o “Sr. senador Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, de 19 do corrente mês, pedindo licença para acompanhar em excursão fora do Império pessoa de sua família que se acha enferma”. JORNAL DO COMÉRCIO. Expediente. In: *Assembleia Geral / Senado*. Rio de Janeiro: Typ. Villeneuve, ano 63, n.º 141, 21 de maio de 1884. p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_07/10411](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/10411)

<sup>601</sup> KUGELMANN, David. Recibo de compra da coleção egípcia. Kissingen, 25 de julho de 1884. Arquivo Histórico do Museu Mariano Procópio / Coleção Família Visconde de Cavalcanti.

A folha que foi entregue junto ao recibo fazia parte de uma publicação intitulada “*Katalog der Kunst-Sammlungen des Cavaliere Carlo Morbio im Jahre 1881 in Mailand verstorbenen Herrn*” (Catálogo de Coleção de Arte do cavaleiro Carlo Morbio que morreu em Milão, em 1881).<sup>602</sup> Essa publicação traz a relação de mais de mil peças que compunham a coleção desse cavaleiro e que foram vendidas em um leilão ocorrido em Munique, no ano de 1883. O conjunto era composto por duas divisões: a primeira formada por antiguidades, como egípcias, gregas e etruscas; e a segunda, por objetos de arte medieval. Desse modo, é possível saber o tipo dominante de colecionamento praticado por Morbio.

Para além desse catálogo, existe um segundo específico da venda da coleção de pintura italiana de grandes mestres. O leilão também ocorreu em Munique, mas em 1882.<sup>603</sup> Esse evento resultou em uma grande saída de obras arte, favorecendo a realização de outra hasta, que, no caso, seria o restante da coleção, incluindo as antiguidades egípcias. Esses dois acontecimentos nos permitem imaginar a dimensão da coleção de Carlo Morbio, que certamente foi um dos grandes colecionadores do século XIX. Por sorte, a existência dessas duas publicações fornece importantes fontes para entender o colecionismo desse indivíduo. O responsável por organizar os lotes do leilão, J. Naue, escreveu no prefácio do catálogo que o cavaleiro Carlo Morbio teve “a sorte de reunir esta preciosa coleção em uma longa vida com muito esforço e grande cuidado; ele foi apoiado em seu esforço pelas relações mais variadas com os estudiosos mais renomados da Itália, França e Alemanha”.<sup>604</sup>

Carlo Morbio foi um importante aristocrata italiano, nascido em Novara, a 1º. de abril de 1811. De família nobre, logo se mudou para Milão, onde se dedicou, em particular, aos seus estudos históricos e numismáticos. Segundo J. Naue, parte de sua coleção teve origem em outra anterior, que pertencera ao nobre milanês Visconde de Arcliinti. Por ser de família nobre e de longa linhagem, sua coleção resultou das práticas colecionistas de seus antepassados, que também foram mecenas e decoraram seus palácios com obras de arte de renomados artistas. Dessa forma, seu arranjo possuía uma notabilidade digna de cavaleiros. De acordo com Claudia Gatta:

---

<sup>602</sup> HEBERLE, J. M. *Katalog der Kunst-Sammlungen des Cavaliere Carlo Morbio*. München, 1883. 155 p.

<sup>603</sup> WESENER F. J. *Catalog einer Sammlung italienischer Münzen aller Zeiten sowie von bronzedaillen der besten italienischen Meister des XV und XVI Jahrhunderts [...] des Cavaliere Carlo Morbio in Mailand*. München, 1882.

<sup>604</sup> Texto original: “verstorbene Cavaliere Carlo Morbio hat das seltene Glück gehabt, diese kostbare Sammlung in einem langen Leben mit vieler Mühe und grosser Sorgfalt zusammenzustellen; unterstützt wurde er in seinem Bestreben durch die mannichfaltigsten Beziehungen zu den namhaftesten Gelehrten Italiens, Frankreichs und Deutschlands”. In: HEBERLE, J. M. *Katalog der Kunst-Sammlungen des Cavaliere Carlo Morbio*. München, 1883. p. VII.

A vasta coleção foi dividida em um museu e uma biblioteca. A Biblioteca foi distribuída em cinco classes: documentos diplomáticos; cartas autografadas; códices manuscritos; gravuras e desenhos antigos; panfletos e estampas raras. O Museu incluiu antiguidades egípcias, etruscas, gregas e romanas; antiguidades cristãs e bizantinas; cabeças de arte da Idade Média e do Renascimento e uma vasta coleção numismática.<sup>605</sup>

Morbio esteve envolvido na criação de arquivos e bibliotecas, na Itália. Grande parte de sua coleção de manuscritos e de livros foi, posteriormente, doada para a Biblioteca Ambrosiana, uma das mais antigas e importantes da Europa.<sup>606</sup> Não se sabe, ao certo, o que motivou a venda de sua coleção, uma das hipóteses é que, na ausência de herdeiros, sua esposa Marianna Dell'Acqua optou pela venda dos objetos mais raros. Certamente, a procedência do seu conjunto de antiguidades egípcias estava associada a três caminhos possíveis: Viagens pessoais ao Egito, prática comum no início do século XIX; aquisição junto a comerciantes de artes e antiguidades; ou escavações realizadas na própria península Itálica, visto que os antigos romanos, ao visitarem o Egito, transportaram muito da cultura material desse povo para as mais diversas partes desse Império.

Para além de inscrições manuscritas presentes nos documentos de aquisição da coleção dos Cavalcanti, a constatação de que as peças compradas no antiquário David Kugelman vieram do leilão de Carlo Morbio pode ser verificada pelo fato de que suas características batem com as descrições oferecidas pelo catálogo do mesmo. No recibo, o número do lote de leilão de cada objeto foi também escrito, seguindo-se a mesma numeração do catálogo original, facilitando o reconhecimento de cada peça (imagem 19). Para o casal de colecionistas, além de permitir a identificação das antiguidades, ter a cópia dessa publicação garantiria a autenticidade dos objetos, bem como a compreensão do seu significado.

O leilão dos bens de Carlo Morbio aconteceu em 1883, um ano antes da viagem do casal Cavalcanti para a Europa. Desse modo, podemos inferir que foi David Kugelman quem adquiriu as peças, como forma de garantir a entrada de mais produtos para o seu antiquário. O futuro dos negócios de Kugelman foi promissor. Anos mais tarde, com a sua morte, os seus produtos foram colocados à venda.<sup>607</sup> Seus pertences alcançavam quantidades bem menores

---

<sup>605</sup> Texto original: "La vastissima collezione era divisa in Museo e Biblioteca. La biblioteca era distribuita in cinque classi: carte diplomatiche; lettere autografe; codici manoscritti; stampe e disegni antichi; opuscoli e fogli stampati rari. Il museo comprendeva antichità egizie, etrusche, greche e romane; antichità cristiane e bizantine; capi d'arte del Medioevo e del Rinascimento ed una vasta collezione numismática". In: GATTA, Claudia. *Signacula ex aere e collezionismo. Carlo Morbio e le sue raccolte*". In: *Instrumenta Inscripta V, Signacula ex aere Aspetti epigrafici, archeologici, giuridici, prosopografici, collezionistici*. Roma, 2014. p. 268.

<sup>606</sup> GATTA, Claudia. *Signacula ex aere e collezionismo. Carlo Morbio e le sue raccolte*". In: *Instrumenta Inscripta V, Signacula ex aere Aspetti epigrafici, archeologici, giuridici, prosopografici, collezionistici*. Roma, 2014. p. 267-278.

<sup>607</sup> LEPKE'S, Rudolph. *Nachlass David Kugelman-Kissingen*. Berlin, 1927.

que os do cavaleiro Morbio, mas por não se tratar de uma coleção e sim, de uma loja, não era de se esperar que fosse extensa.

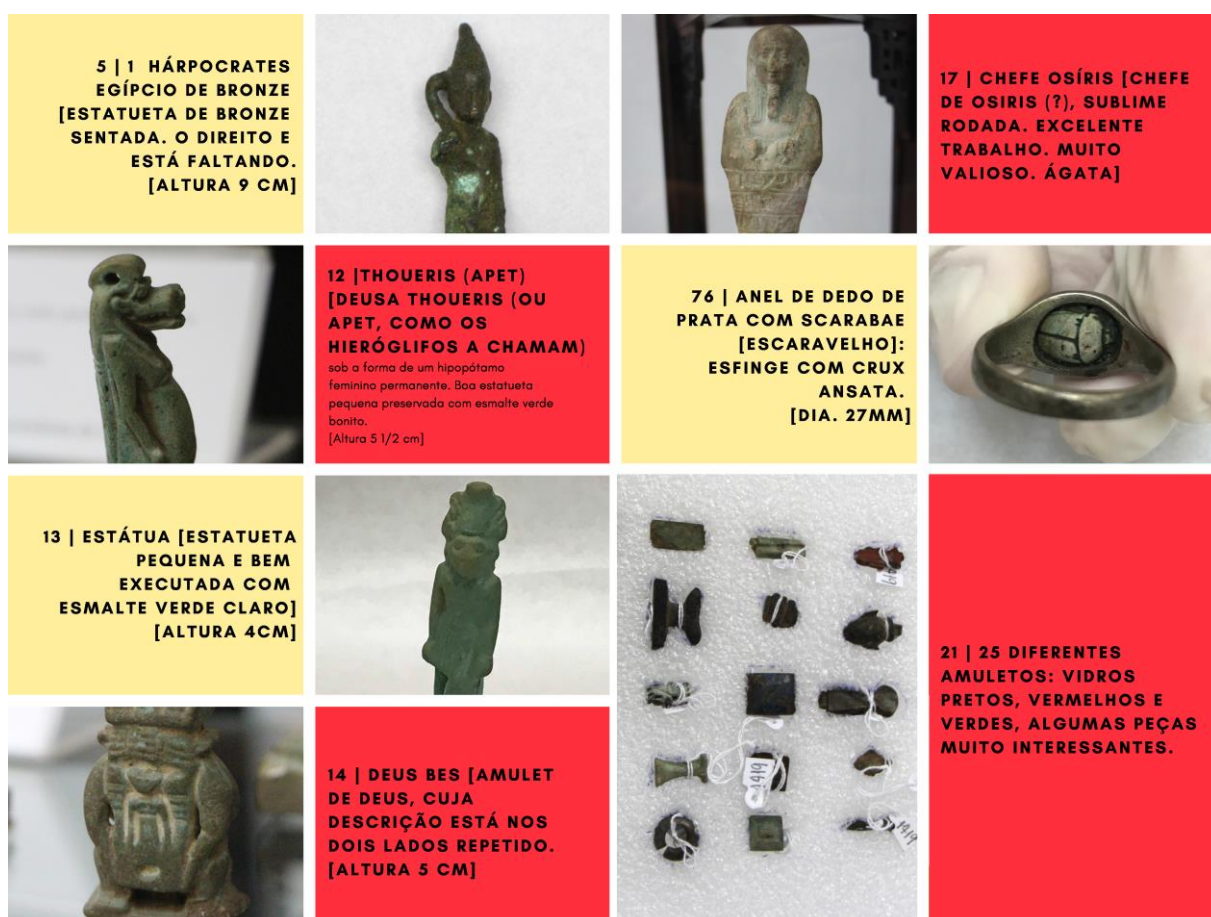


Imagem 19: Objetos que constam no recibo do antiquário de David Kugelmann. Existem algumas peças que não foi possível identificar. Entre colchetes está a descrição presente no catálogo do leilão de Carlo Morbio. Montagem: Ygor Gabriel.

Nas palavras J. Naue era possível perceber as tendências colecionistas de Carlo Morbio. De acordo com ele, o nobre cavaleiro “estava tão familiarizado com a antiguidade quanto com o início da Idade Média cristã e o início do Renascimento”, dada a qualidade e a diversidade dos objetos destes períodos, existentes em sua coleção. Sobretudo, era “raro que uma seleção tão notável de obras de arte históricas de todos os tempos tenha sido vendida na Alemanha”,<sup>608</sup> demonstrando que não se tratava de um simples agrupamento de objetos, e, por isso, os colecionadores de prontidão não deveriam perder a oportunidade. É claro que não podemos desconsiderar que essa narrativa fazia parte de uma tática para atrair vendedores. Mas,

<sup>608</sup> HEBERLE, J. M. *Katalog der Kunst-Sammlungen des Cavaliere Carlo Morbio*. München, 1883. p. VIII.

observando as peças descritas no catálogo da venda, é inegável que se tratava de um conjunto com peças de grande qualidade.

No que se refere à coleção de antiguidades egípcias de Carlo Morbio, ela não era muito extensa e contava com aproximadamente sessenta objetos; em grande parte, amuletos, pequenas estatuetas de bronze, terracota e calcário. Já o seu arranjo de antiguidades gregas e romanas era bem maior do que as egípcias, possivelmente pelo fato de morar em uma região que foi dominada por esses povos, e, conseqüentemente, vivenciar um momento em que tomavam fôlego as escavações empreendidas por arqueólogos e antiquários. Entre o acervo, se destacam os rolos de papiro, uma vez que a fragilidade desse tipo objeto dificultava a sobrevivência de seus exemplares. Assim sendo, os itens colecionados por Morbio eram de extrema raridade.

Até o momento, pode-se identificar sem margem de dúvidas a procedência de 35 artefatos egípcios da coleção do casal Cavalcanti. O primeiro lote pertencera ao cavaleiro Carlo Morbio. Como dito, após sua morte, sua coleção foi vendida e parcialmente adquirida pelo antiquário de David Kulgemann, que conseqüentemente revendeu uma pequena parcela das peças para Diogo Velho de Cavalcanti. O restante do conjunto não foi documentado, mas existe outra folha de um catálogo de leilão com a inscrição manuscrita “*collection Minutoli, à Liegnits*” (coleção Minutoli, de Liegnitz), que foi anexada na documentação da coleção. Infelizmente, ainda não foi possível encontrar essa publicação, o que dificulta a busca por mais informações sobre esse segundo lote.

Alexander von Minutoli (1806-1887) foi um advogado e economista que, ao longo de sua vida, montou uma extensa coleção de arte, com aproximadamente 28 mil objetos. Ele também esteve envolvido em escavações arqueológicas na região de Silésia. A importância dos acervos coletados por ele era tamanha que o rei prussiano Friedrich Wilhelm IV cedeu algumas salas do castelo de Liegnitz (atual Polônia), para que fossem expostas as suas obras mais renomadas. Tão notórias se tornaram suas coleções que foram umas das primeiras da Europa a serem completamente retratadas, resultando disto um conjunto de mais de quatro mil e quinhentas fotografias. O feito marcou o nome do colecionador como um dos principais apoiadores do desenvolvimento da fotografia no reino da Prússia. Na atualidade, esse acervo de imagens não está digitalizado e disponível para acesso, o que torna hercúlea a tarefa de encontrar os objetos que foram comprados pelo casal Cavalcanti; esforço que ficará para trabalhos futuros.

Ao longo de sua vida, Alexander von Minutoli vendeu para o Estado prussiano parte de suas coleções, como forma de enriquecer os museus locais. Algo que garantiu o aumento de sua fortuna e seu prestígio na sociedade. Porém, no que se refere ao seu conjunto de antiguidades egípcias, a sua formação vem de tempos anteriores e se deve aos feitos de seu pai.

Heinrich Menu von Minutoli (1772-1846), o pai do colecionador, fora oficial do exército prussiano envolvido nas campanhas arqueológicas no Egito. Seu interesse pela arte egípcia era tão grande que chegou a ser responsável por coordenar e auxiliar a criação da seção de antiguidades egípcias do Museu Real, que ficava instalado no castelo de Mon Bijou. A abertura deste museu se deu no mesmo período (1827) em que Giuseppe Passalacqua vendeu sua coleção para o rei da Prússia, conforme abordado no capítulo 1. Apoiado por Alexander von Humboldt, Frederick Wilhelm IV copiava as ações do monarca francês Charles X, no campo da cultura, inclusive seu interesse por fundar uma coleção egípcia para abrilhantar o mundo da intelectualidade do reino. Futuramente esse acervo daria origem ao Museu Egípcio de Berlim, registrando como mais um caso de coleções particulares que foram incorporadas aos museus nacionais; e, no caso, uma instituição cujo acervo inicial possui certo grau de “parentesco”, pela origem comum, com a coleção do casal Cavalcanti. Estes fatos evidenciam como, no começo do século XIX, ocorreu intenso movimento para a criação de coleções egípcias de caráter público e privado, nos principais reinos europeus, havendo inclusive uma grande quantidade de peças e informações entre colecionadores individuais e instituições museais.

Em 1820, Heinrich von Minutoli comandou uma campanha prussiana no Egito. Juntamente com a presença de artistas, naturalistas, arquitetos e cientistas selecionou as peças mais relevantes para compor a coleção régia, que futuramente seria transformada em museu.<sup>609</sup> Infelizmente, em 1821, uma parte do acervo coletado, que comporia sua coleção particular, foi perdido em um naufrágio. Porém, nem tudo ficou arruinado e a outra porção que não foi destruída acabou sendo adquirida pelo rei prussiano.

O período em que Heinrich von Minutoli comandou a expedição ao Egito, foi o mesmo em que os principais coletores de antiguidades do século XIX, Henry Salt e Bernadino Drovetti, entre outros, espoliavam o patrimônio cultural do Egito. Dessa forma, é interessante observar como um processo que começou com as invasões napoleônicas foi se desdobrando em ações de outros sujeitos responsáveis pela criação de coleções e museus na Europa. Coleções que, com

---

<sup>609</sup> PLANTUREUX, Serge. *Virtual Museum of Count Minutoli*. Paris, 2018. [online].

o passar do tempo, se incorporariam a outros conjuntos, como o do casal Cavalcanti. Infelizmente, devido às limitações, das fontes não é possível saber ao certo o local em que foram encontrados esses objetos.<sup>610</sup> Nas cartas de Minutoli, há indícios de lugares por onde passou, como os sítios de Saqqara, Abusir e Memphis, todos na região próxima à cidade do Cairo, onde encontrou múmias, vasos de alabastros e itens diversos. É provável, portanto, que parte das peças da coleção do Casal Cavalcanti provenha dessas áreas, mas não se descarta outras possibilidades.



Imagem 20: Estela funerária de Per-a-Iset. Fonte: Registro do autor.

Nessa medida, é instigante aventar essa hipótese de que o Museu Mariano Procópio possui parte de uma extensa coleção que outrora pertencera ao fundador do Museu Egípcio de Berlim e essas peças carregam consigo esse significado. Dentre elas, há uma estela egípcia de Per-a-Iset<sup>611</sup> (imagem 20) e um rosto de esquite de um homem que viveu no antigo Egito, que

<sup>610</sup> KARIG, Joachim S.; MINKELS, Dorothea. *Heinrich Menu von Minutoli und seine herausragende familie*. Berlim: Band, 2018. p. 49.

<sup>611</sup> Agradeço ao professor e arqueólogo Moacir Elias Santos pela tradução do texto presente na estela de *Per-a-Iset*. Sem a ajuda dele não seria possível saber a quem pertencia esse importante objeto. Para saber o conteúdo completo, ver anexo 2: Estela de Per-a-Iset.

se destacam entre os demais objetos, uma vez que esses são em grande parte pequenos amuletos. Tanto a estela como a ‘máscara’ poderiam figurar com exemplares pertencentes à coleção de arte do casal Cavalcanti, dado que ambos tinham uma preocupação em obter exemplares das principais manifestações artísticas. Para além de objetos da civilização egípcia, há algumas peças greco-romanas, como a escultura denominada *Tanagra*, do século IV a. C., que fornecem indícios da afinidade desse casal em coletar peças da Antiguidade.

Pressupõe-se que o restante dos objetos, não descritos no recibo da coleção que pertenceu a Carlo Morbio, fazia parte do conjunto de Heinrich von Minutoli e posteriormente, do seu filho, uma vez que não foi encontrada outra fonte que pudesse indicar uma terceira origem do acervo comprado pelos Cavalcanti. Em 1889, com o fim da monarquia, o casal se mudou para Paris, acompanhado pela família imperial, sendo eles um dos principais apoiadores de D. Pedro II. Como Alexander Minutoli morreu em 1887, os objetos que não foram vendidos anteriormente acabaram sendo leiloados. Desse modo, pode-se inferir que foi a partir de 1889 que as suas antiguidades egípcias foram arrematadas por outros antiquários e, posteriormente, compradas por Amélia e Diogo. Na ausência de fontes, essa hipótese bastante plausível permanece, no entanto, sem verificação. Se essas peças tivessem sido adquiridas no antiquário de David Kugelman, elas teriam sido descritas no recibo, pois este era um item importante para a comprovação da procedência de objetos, até mesmo para garantir sua autenticidade e ser posteriormente vendidas para alguma casa de leilão.

Até o momento, a despeito da ausência de documentação, pode-se supor quais foram as motivações da aquisição das antiguidades egípcias pelo casal Cavalcanti. Sendo o século XIX um período em que a egiptofilia era um dos principais motores para a formação de coleções egípcias, esse gosto acentuado em obter objetos do antigo Egito pode ter contaminado a Viscondessa e o seu marido. Por morarem na cidade do Rio de Janeiro, o contato com as coleções do Museu Nacional pode ter influenciado o desejo em obter tais peças. Para além disso, D. Pedro II era um indivíduo que tinha grande afeto pela antiguidade egípcia e, dada a proximidade de ambos com ele, isso pode ter colaborado para que na primeira oportunidade que surgisse, comprassem esses objetos.

Seguindo esse raciocínio, é provável que esse gosto pela antiguidade egípcia foi sendo construído ao longo dos anos, de um lado pela frequência à coleção egípcia do Museu Nacional e ao gabinete privado do imperador; de outro, pelas constantes viagens ao Velho Mundo. Nessas incursões ao exterior, era possível visitar grandes coleções desse gênero, como a do Museu do Louvre e a do Museu Britânico. A presença de objetos de outras civilizações no microcosmo

dos Cavalcanti indica que havia um desejo de também possuir exemplares de manifestações artísticas de outros povos, não havendo questionamentos acerca do caráter artístico daqueles artefatos, que outros considerariam meramente “etnográficos”.

Porém, outra hipótese pode explicar a aquisição desses objetos. Partindo de uma análise das peças do primeiro lote, adquirido em 1884, no antiquário de David Kugelmann, percebe-se que a maioria delas são amuletos. Se o casal estivesse preocupado em adquirir obras que representassem a arte dos antigos egípcios, deveriam ter optado em comprar itens que apresentassem maior compromisso estético, como esculturas, baixos-relevos, cartonagens, dentre outros. A aquisição desse conjunto podia estar conectada, então, a uma questão sagrada ou mística.

A viagem do casal ao Velho Mundo teve como motivação a enfermidade de algum parente, como indicado no *Jornal do Comércio*. Como estavam acompanhados dos seus filhos, é provável que algum deles, ou ambos, estivessem com alguma doença difícil de ser curada. O primeiro lote da coleção foi comprado semanas após a chegada da família à França. Parte dos amuletos adquiridos, de acordo com a crença egípcia, ligavam-se à proteção de crianças e aos cuidados maternos. Entre eles se destacam a figura do deus *Bes* e da deusa *Taweret*, ambos protetores das grávidas e de indivíduos infantis contra os maus espíritos, dificuldades nos partos e nos primeiros dias de vida do bebê. A pequena estatueta da divindade *Hárpocrates* também fornece indícios da conexão desse conjunto com o cuidado de crianças, uma vez que representa *Hórus* quando menino. Dessa forma, a razão para a aquisição dessa coleção de amuletos poderia estar associada à sua função de proteger algum filho do casal da doença que sofria e de auxiliar na cura.

O uso de práticas das ditas religiões pagãs foi recorrente, no século XIX, para o tratamento de doentes. Objetos de origem egípcia ganharam fama de serem ‘milagrosos’, dada a áurea que se criou sobre o Egito como um lugar mágico. Um elemento conhecido, desde o século XVII e que foi usado até o período oitocentista, foi o pó de múmia,<sup>612</sup> feito a partir da queima de corpos humanos mumificados e que eram ingeridos para dar força vital e também no combate às doenças. De acordo com Nikelen Witter “o cientificismo do século XIX, por mais cartesiano que pretendesse ser, não conseguiu afastar a medicina acadêmica europeia

---

<sup>612</sup> AUFDERHEIDE, Arthur C. *The Scientific Study of Mummies*. United Kingdom: Cambridge Press, 2003. p. 518.

dessas concepções de cunho sobrenatural”,<sup>613</sup> que ainda mantinham forte presença por meio de práticas de curandeirismo. Nesse período, erudição, magia e cultura popular ainda permaneciam presentes no universo da saúde, como o hábito de usar talismãs e até pedras para o tratamento de doenças,<sup>614</sup> o que remontava ao período Medieval e que perdeu força no universo terapêutico, a partir do século XX.

Desta forma, não é de se estranhar que uma das motivações para a compra desses objetos fosse a enfermidade de algum membro da família Cavalcanti ou, eventualmente, até uma gravidez da Viscondessa. A família só retornaria ao Brasil no outro ano, em 1885, passando uma temporada de quase seis meses na Europa. Além de roupas, em sua bagagem traziam para o Novo Mundo mais antiguidades egípcias, fazendo do Rio de Janeiro o principal repositório de artigos desse gênero na América Latina.

O restante da coleção que pertencera a Heinrich von Minutoli era composta por uma estela, um fragmento de um esquife (imagem 21), ambos do Terceiro Período Intermediário. Pequenas estatuetas votivas e outros amuletos exprimem uma preocupação estética, como objetos que representam as técnicas artísticas dos antigos egípcios. A composição deste segundo lote nos induz a pensar que foi adquirido com a intenção de servirem como elementos que ilustrassem o mundo da arte da Antiguidade, na extensa coleção do casal Cavalcanti. Uma evidência disso é que a estela foi emoldurada como se fosse um quadro, facilitando a sua exposição nas paredes da residência.

Na coleção egípcia do casal existem falsificações.<sup>615</sup> Algumas peças, como estatuetas, foram deliberadamente feitas para parecerem antiguidades. Com o passar do século XIX, o patrimônio egípcio começou a ser protegido pelo Estado, de modo que se tornou mais complicado comercializar tais objetos. Como forma de driblar esse processo, artesãos começaram a fabricar itens baseados em originais e, conseqüentemente, vendê-los como se fossem autênticos. Turistas, viajantes e pessoas leigas no assunto, não possuíam a capacidade de distinguir essas falsificações e acabavam comprando-as e integrando-as em suas coleções.

As falsificações também possuem o seu valor para os estudos de coleções, pois elas demonstram que o desejo de obter antiguidades desse gênero era tamanho que, na demanda por esses objetos, comerciantes usaram o caminho mais fácil. T. G. Wakeling escreveu, em 1912,

---

<sup>613</sup> WITTER, Nikelen Acpsta. *Dizem que foi feitiço: as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001. p. 72

<sup>614</sup> FURTADO, Júnia Ferreira; FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. 1022 p.

<sup>615</sup> Ver anexo 1: Coleção Egípcia do Museu Mariano Procópio.

o livro *Forged Egyptian Antiquities*, no qual abordou as variedades de falsificações que existiam no período, desde amuletos até múmias. Nesse momento, segundo ele, “a venda de antiguidades egípcias falsas não se limitava ao Egito. Londres, Nova York, Paris e até mesmo Argel também eram campo de caça dos criadores de imitações, que muitas vezes ganhavam grandes somas de dinheiro sobre aqueles que não possuíam o conhecimento necessário para detectar a fraude.<sup>616</sup> Dessa forma, criava-se um mercado lucrativo que, na ausência de informações sobre o processo de falsificação das peças, levava muitas pessoas a cárem nesse golpe. O casal Cavalcanti pode ter sido enganado por algum antiquário e ingenuamente adquiriu tais peças.



*Imagem 21: Fragmento de um rosto de esquiife masculino do Terceiro Período Intermediário que pertence ao acervo do Museu Mariano Procópio. Fonte: Registro do autor.*

A coleção egípcia de Amélia e Diogo foi doada ao Museu Mariano Procópio por volta dos anos de 1920. Infelizmente, a limitação de fontes documentais não permite definir com clareza o ano em que os objetos chegaram à instituição. No mesmo período, a Viscondessa de

---

<sup>616</sup> Texto original: “The selling of spurious egyptian antiquities is not confined to Egypt alone. London, New York, Paris, and even Algiers, are also the hunting-ground of the makers of imitations, who often make large sums of money by imposing upon those who do not possess the knowledge requisite to detect the fraud”. In: WAKELING, T. G. *Forged Egyptian antiquities*. New York: Macmillan Company, 1912. p.

Cavalcanti retornou ao Brasil, depois de morar por anos em Paris, para auxiliar seu cunhado, Alfredo Lage, na criação do museu; inclusive, doando itens importantes da história brasileira.

As ações da Viscondessa de Cavalcanti no campo da cultura sempre foram notáveis. Sua elegância, seu bom gosto e seu refinamento garantiram-lhe o título de grande dama do império brasileiro. Após a morte de seu marido, Amélia continuou morando em Paris, acompanhando os salões de arte e de literatura, bem como alimentando as suas diversas coleções. Mas foi nos anos de 1920 que a imprensa brasileira dedicou diversos artigos sobre suas realizações, como a doação de pinturas de sua coleção para o Museu Nacional de Belas Artes; de pertences de personalidades históricas do Brasil, como o monarca D. Pedro II, para o Museu Histórico Nacional; e mesmo a destinação de outras peças para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e para o Museu Mariano Procópio.

Na edição de 13 de maio de 1926, o jornal *O Paiz* figura a manchete “Uma doação que enriquece a Escola Nacional de Bellas Artes; A oferta da Viscondessa de Cavalcanti”.<sup>617</sup> A matéria detalha quais eram as obras de arte que Amélia doou para a instituição. Destacam-se os quadros de Léon Bonnat (1833-1922), que fez o seu retrato; outra pintura do renomado artista Raimundo de Madrazo y Garreta (1841-1920), que eternizou as feições de sua filha. Na mesma reportagem, o jornalista informa um fato importante: Amélia estava “desfazendo o seu apartamento de Paris, que foi um dos salões *chics* da grande cidade”.<sup>618</sup> Nessa época, o “último sorriso da monarquia”<sup>619</sup> estava com 73 anos e, na ausência de herdeiros que pudessem receber seu legado e de seu marido, iniciou o processo de dispersão da coleção. Além de concretizar doações, algo que pode ter favorecido o seu retorno para o Brasil, a sua idade avançada motivou-a a fixar residência em um lugar que contava com a maior presença de familiares.

As ações da Viscondessa foram aclamadas graças a outro feito. Trata-se do financiamento para a abertura do setor de braile da Biblioteca Nacional, algo que a eternizou como a grande dama do progresso. Amélia fez uma grande doação de acervos que facilitassem a leitura por pessoas com deficiência visual. Essa façanha a consagrou como importante

---

<sup>617</sup> O PAIZ. *Uma doação que enriquece a Escola Nacional de Bellas Artes; A oferta da Viscondessa de Cavalcanti*. Rio de Janeiro, ano XLII, n.º 15.180, 13 de maio de 1926. p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/178691\\_05/25263](http://memoria.bn.br/docreader/178691_05/25263)

<sup>618</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>619</sup> Nas palavras de Carlos Drummond de Andrade, a Viscondessa de Cavalcanti era uma “dama de melhor linhagem de espírito brasileiro, e não apenas do melhor sangue, e que ainda hoje vive em Paris, última claridade e último sorriso da monarquia. AZUL, Barba [Carlos Drummond de Andrade]. Fragonard em Minas. In: REVISTA DO APM. *Crônicas de Carlo Drummond de Andrade sob pseudônimo: Barba Azul*. SIAAPM [online]. p. 128-129.

integrante da elite que lutava por melhorias na sociedade brasileira, caracterizando-a como uma “ilustre patricia”.<sup>620</sup> Para além disso, sabe-se que seu marido, antes de vir a falecer, ficara cego. Desse modo, como forma de garantir que pudesse continuar ativo, aprender o braile foi uma solução para esse infortúnio.<sup>621</sup> Sensibilizada por esse acontecimento pessoal, a nobre senhora tratou de proporcionar um espaço, no Brasil, que auxiliasse pessoas na mesma condição.

Amélia de Cavalcanti também se envolveu com o mundo da História. Ela foi a primeira mulher a se tornar membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, produzindo pesquisas sobre o passado brasileiro. Ela publicou um catálogo de Numismática, no qual detalhou as mais diversas moedas que o Brasil teve, ao longo dos séculos, usando sua própria coleção de moedas e de medalhas como referência.<sup>622</sup>

Para além de ser mulher e casada com um importante político, a Viscondessa deixou diversos legados por onde passou. Elogios à sua inteligência foram corriqueiros nos jornais do fim do século XIX e início do XX, marcando sua existência como grata lembrança de um período que a República almejava apagar. Suas ações colecionistas contribuíram para o enriquecimento de diversas instituições brasileiras. Era como se ela soubesse que o seu papel na História do Brasil seria proporcionar a formação de acervos que narrariam as origens da nação. E, também, que essas doações prolongariam a sua memória. Segundo Maraliz Christo:

Percebe-se que Amélia escapa ao perfil de colecionadora aristocrática, identificado por Julie Verlaine, ligado somente ao prazer, lazer e consumo, aproximando-se da filantropia e patriotismo. Depreende-se, a par de retratos de família e pinturas, que bem poderiam apenas decorar-lhe a casa, a preocupação em reunir peças relacionadas à memória imperial, a exemplo dos objetos rituais maçônicos de D. Pedro I ou ao passado indígena da nação.<sup>623</sup>

O colecionismo da Viscondessa e do Visconde de Cavalcanti correspondia a essa intencionalidade. Seus objetos não eram apenas parte da decoração de uma casa, mas também um repositório de memória, fosse ela na forma de documentos manuscritos, pictóricos ou escultóricos. Todas as peças possuíam significado para o passado da nação. Amélia se destaca frente ao seu marido. Além de ter vivido mais do que ele, continuou sua prática colecionadora,

<sup>620</sup> REVISTA DA SEMANA. A Bibliotheca Braille. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1929. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/025909\\_02/19624](http://memoria.bn.br/DocReader/025909_02/19624)

<sup>621</sup> CHRISTO, M. C. V. Coleções da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio. In: MALTA, M.; NETO, M. J.; CAVALCANTI, A.; OLIVEIRA, Emerson D.; COUTO, M. F. M. (orgs.). *Histórias da arte em coleções: modos de ver e exibir em Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, v. 1. p. 6.

<sup>622</sup> ALBUQUERQUE, Amélia Machado Cavalcanti de. *Catálogo das medalhas brasileira e das estrangeiras referentes ao Brazil, Collecção Numismática Brazilica peertencente à Viscondessa de Cavalcanti*. 1889.

<sup>623</sup> *Ibidem*, p. 6.

selecionando aquilo que, mais tarde, passou a fazer parte dos acervos de museus históricos e de Belas Artes no Brasil.

As explorações arqueológicas e os saques sistematizados realizados por europeus, no começo do século XIX, permitiram não apenas a formação de coleções egípcias em museus, mas também a de extensas coleções privadas que se formaram não só na Europa, mas também nas Américas, incluindo o Brasil. Muitas dessas coleções privadas se dispersaram depois que os descendentes dos colecionadores originais se apossaram das mesmas uma vez que não compartilhavam da mesma pulsão colecionista de seus ancestrais. Foi o que ocorreu, por exemplo, com as coleções de Morbio e Minutoli, na Europa. Graças à dissolução das mesmas, parte de suas peças atravessou o Atlântico e foi parar no Brasil, caso das antiguidades egípcias integrantes das mesmas, sendo aí reunidas em um novo conjunto milenar, que enriqueceu a coleção do casal Cavalcanti. Outros colecionadores, porém, na ausência de herdeiros vivos, optaram por doar seus acervos para museus nacionais. Foi o caso da Viscondessa, que doou para o Museu Mariano Procópio não apenas a coleção egípcia, mas diversos outros objetos. Dessa forma, reafirmava-se como membro da elite que estava preocupada em deixar um legado para as gerações futuras. E não há pessoa melhor para revelar esse sentimento, que o poeta Carlos Drummond de Andrade:

Eis, para mim, a mola deliciosa desse museu mineiro de Mariano Procópio, um museu elegante criado por um homem de espírito, enriquecido por uma senhora de espírito, e que todas as pessoas de espírito deviam frequentar – se o espírito não fosse hoje, pela sua raridade, um artigo de museu.<sup>624</sup>

---

<sup>624</sup> AZUL, Barba [Carlos Drummond de Andrade]. Fragonard em Minas. In: REVISTA DO APM. *Crônicas de Carlo Drummond de Andrade sob pseudônimo: Barba Azul*. SIAAPM [online]. p. 128-129.

***Considerações finais***

Nessa pesquisa, para a compreensão do colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil oitocentista, dois caminhos foram trilhados. O primeiro, construído a partir da análise da chegada da primeira coleção desse gênero nas Américas, investigou essa prática colecionista sob a perspectiva da formação de coleções institucionais. Dessa forma, foi a intenção deste trabalho esclarecer o processo que resultou na aquisição da coleção de Nicolau Fiengo para integrar o acervo do Museu Nacional, procedimento que até o momento havia sido analisado a partir de hipóteses e suposições sem o respaldo documental.

O outro caminho da pesquisa centrou-se no estudo do colecionismo privado de antiguidades egípcias, no Brasil Imperial, que deu origem ao núcleo inicial da coleção que hoje se encontra no Museu Mariano Procópio. Até o momento, esse conjunto não havia sido estudado e pouco se sabia sobre as possíveis conexões existentes entre ele e a do Museu Nacional. Tampouco se havia trabalhado, na historiografia brasileira, as ligações entre os colecionismos privado e institucional com o nascimento do fenômeno da egiptofilia, na Corte carioca.

Nicolau Fiengo, D. Pedro I, D. Leopoldina, D. Pedro II, Conselheiro Felipe Lopes Netto, José Guimarães, Amélia e Diogo Cavalcanti; esses indivíduos foram responsáveis por criar um solo cultural para o florescimento da egiptofilia no Brasil e, conseqüentemente, pela concretização da formação de coleções especializadas em antiguidades egípcias nestas partes dos trópicos. Direta ou indiretamente, seus atos proporcionaram o contato de inúmeros brasileiros com objetos que foram bastante cobiçados, em várias regiões do globo, durante o século XIX. Em 1826, mesmo ano que François Champollion inaugurava o Museu Charles X, chegavam no Novo Mundo as primeiras antiguidades egípcias de que se tem notícia. Essa coleção, que no primeiro momento foi reunida pelo grande explorador Giovanni Batisti Belzoni, foi posteriormente vendida para Fiengo, que cruzou o oceano e veio enriquecer uma instituição que ainda dava os seus primeiros passos: o Museu Nacional.

Se, para muitos, esse conjunto milenar inspirava curiosidade e admiração, para o defensor da Academia Imperial de Belas Artes - Basílio Ferreira Goulart – a aquisição daqueles objetos “repulsivos” era um completo desperdício de dinheiro. Seus comentários ácidos contra Nicolau Fiengo e suas mercadorias e as respostas deste último permitem enriquecer o conhecimento da história e da memória dessa coleção egípcia. Oferecem ao historiador a oportunidade de ter um raro acesso à recepção e ao debate público de coleções institucionais no alvorecer da era dos grandes museus nacionais. Ademais, esses vestígios revelam que a compra da coleção excitou a curiosidade dos brasileiros, estendendo até aqui o fascínio provocado pela Terra dos Faraós na sensibilidade de qualquer pessoa da época.

Se os estudos mencionados nesse trabalho sobre a coleção egípcia do Museu Nacional estavam centrados nas figuras de D. Pedro I e seu filho, D. Pedro II, essa pesquisa tendeu fugir dessas perspectivas. A história brasileira, do período Imperial, está saturada de feitos dos “grandes homens”. O processo de aquisição dessa coleção leva-nos a pensar na inevitável participação de um grupo mais amplo de pessoas com os intelectuais envolvidos com o Museu e, em especial, D. Leopoldina. Vivendo em uma terra em que a precariedade de equipamentos culturais e científicos era notória, ela não poderia deixar a oportunidade de enriquecer a jovem instituição com peças tão importantes para o estudo da História Universal. De fato, quando a coleção foi comprada, em 1827, Leopoldina não estava mais viva. Entretanto, seria imprudente desconsiderar o fato de que, após o casal imperial visitar as antiguidades na Alfândega, a pedido da imperatriz, as peças foram removidas de lá e enviadas para o Museu Nacional. Não estaria D. Pedro I cumprindo as últimas vontades de sua esposa?

Os impactos que essa coleção trouxe para o público que a observava são quase imperceptíveis, dada a escassez de documentação. Porém, é possível observar que muitos rastros de sua recepção foram deixados, permitindo a construção de análises. Se, durante o século XIX, existiram pessoas responsáveis por defender o enriquecimento desse conjunto, pressupõe-se que havia um sentimento construído de que aquela instituição abrigava objetos importantes para o estudo da História Universal. Felipe Lopes Netto e José Guimarães talvez compartilhassem dessa sensação. Foi graças a eles que chegaram ao Brasil mais antiguidades egípcias.

Se os visitantes brasileiros não deixaram muitos registros das suas experiências no Museu Nacional e no contato com a coleção egípcia, o mesmo não pode ser dito dos viajantes e naturalistas estrangeiros. Ao chegarem ao Brasil, que pela ótica deles ainda mantinha a áurea de uma natureza selvagem e intacta, eles encontravam uma instituição que estava mais preocupada em acompanhar modismos colecionistas ditados pela Europa do que expor as riquezas da própria nação, especialmente no que tangia à produção dos povos originários da terra. Ao menos esta era a situação da Quarta Seção até a organização da Exposição Antropológica de 1882, que viria a transformar seu conteúdo. Esta queixa foi eternizada pelos escritos dos viajantes estrangeiros, que esperavam encontrar, no Museu Nacional, mais respostas sobre o “novo”, mas voltavam para as suas terras com mais dúvidas e questionamentos.

É possível que esses viajantes não entendessem que a Corte do Rio de Janeiro tinha sido contaminada pelo fenômeno da egiptofilia, iniciado por Napoleão Bonaparte e que se espalhou para os outros cantos do mundo. Os saques e escavações ilegais praticados por exploradores,

no Egito, garantiram que a cultura material dos antigos egípcios encontrasse novos lares e que uma nova ciência fosse criada a partir dela. A Egiptologia demorou a chegar no Museu Nacional. Como consequência, os significados dos itens que compunham a coleção egípcia tardaram a mudar de curiosidades para registros da História. Entretanto, isso não quer dizer que ela teria ficado completamente abandonada e sendo mobilizada apenas como uma decoração.

Os principais estudiosos do passado brasileiro utilizaram essa coleção como apoio para as suas pesquisas. Ladislau Netto e Adolfo Varnhagen enxergaram elos entre as produções materiais dos indígenas brasileiros, em especial o povo Marajoara, e as antiguidades egípcias. De acordo com eles, a análise comparada demonstrava que os nossos antepassados aborígenes provinham de civilizações “superiores”, como a egípcia. Sendo assim, estaria a antiguidade do país garantida em uma linhagem nobre. Consequentemente, ficava respaldada a orientação do futuro da nação para o progresso, caminho que, de alguma forma, havia sido interrompido no passado indígena e poderia ser reconstituído no futuro do Império.

Dessa forma, a coleção egípcia do Museu Nacional possuía dupla funcionalidade. A primeira era a de ser representante da cultura material dos antigos egípcios, mostrando suas técnicas artísticas e ritualísticas e permitindo o contato dos brasileiros com esse tipo de produção, sem que houvesse a necessidade de viajarem para o Velho Continente. A segunda, como um aparato de comparação com outras culturas como forma de se entender os graus de civilidade das sociedades que habitaram o Novo Mundo e, a partir disso, medir as possibilidades de um futuro melhor para os seus herdeiros.

Desde criança, D. Pedro II frequentava o Museu Nacional. Seu contato com as antiguidades egípcias e o seu fascínio por elas atizou a sua vontade de visitar o Egito e conhecer o passado faraônico, acompanhado por Auguste Mariette. Para além disso, é importante ressaltar que havia um interesse econômico unindo as duas nações, algo que motivara a ida do Imperador àquela terra. Mais do que atuar como um colecionador curioso, o monarca tinha a função de criar laços com o governo egípcio. Contemporaneamente, o “imperador das ciências” foi denominado como o primeiro egiptólogo brasileiro. Porém, novamente, o encantamento por “grandes homens” deturpa conceitos de época e, consequentemente, o anacronismo ressurgiu. Como indicado, ao longo desta pesquisa, a Egiptologia é um campo de estudos científicos do passado egípcio, nascido a partir da descoberta, por Champollion, das chaves para a leitura dos hieróglifos. Se o nosso monarca fosse um egiptólogo, por que não existem estudos feitos por ele das peças que estavam tão próximas de si? Não seria D. Pedro II um homem de seu tempo, um erudito que tinha anseio de conhecer todas as Ciências e que, nesse pendor, se deixou contaminar pela egiptofilia? No seu gabinete e museu privado existiam inúmeros objetos

etnográficos. Mas isso não fez de D. Pedro II um etnólogo, tanto menos um antropólogo. Ele era, sim, um estudioso que almejava saber de tudo um pouco; e é necessário que se respeite o homem e o seu tempo.

Graças à variedade de fontes acessadas na pesquisa, como jornais, relatos de viajantes e a documentação manuscrita produzida pelos funcionários do Museu Nacional, foi possível recriar os passos da coleção egípcia nessa instituição. O acesso aos registros das percepções do público interno e externo ao Museu proporcionou uma rica narrativa sobre como esses objetos foram interpretados por leigos e eruditos. Torna-se claro que esse arranjo possuía grande importância para a história da instituição, não havendo, até aquele momento, nenhuma outra coleção do Museu Nacional com tamanha pluralidade de registros de sua existência, ainda nos oitocentos. Este fato demonstra que os fenômenos da egiptofilia e egiptomania invadiram a mentalidade dos moradores da Corte e os fascinaram. Não seria por menos que, depois de Zeferino da Costa pintar a sua *Pompeana* – com clara inspiração nos afrescos de Pompeia que seriam recolhidos ao acervo do Museu Nacional –, um de seus alunos, o mineiro Honório Esteves, tivesse escolhido fazer, para as classes de pintura histórica da Academia Imperial de Belas Artes, um retrato de um *Pastor Egípcio*, adornado com um toucado *nemes*.<sup>625</sup>

No que se refere à coleção egípcia do casal Cavalcanti, sua narrativa se difere da do Museu Nacional. Poucas foram as fontes encontradas que puderam contribuir para a descrição de sua história. Porém, muito se descobriu com elas; e muito mais poderá ser revelado em pesquisas futuras. O conjunto que hoje se encontra em Minas Gerais pertencera a importantes colecionadores europeus antes de chegarem ao Brasil, ensejando maiores esforços para o conhecimento de sua origem. Sobretudo, por ter sido coletado pelo criador do Museu de Antiguidades de Berlim, conectando a coleção mineira ao principal período de formação de coleções egípcias na Europa, abordado no primeiro capítulo desta dissertação.

Foi importante, também, compreender a lógica do colecionismo de Amélia e Diogo Cavalcanti para além da aquisição de objetos egípcios. Indivíduos que faziam parte da aristocracia do império brasileiro, os dois usavam de sua rica instrução e de suas coleções como mecanismo para criar e projetar a imagem dignificante de membros de uma elite intelectual letrada e luzida pela alta cultura. Infelizmente, as limitações de tempo para a ampliação dos vestígios documentais não permitiram aprofundar os estudos e compreender melhor a forma

---

<sup>625</sup> GOMES, René Lommez. Esse artista silencioso, tão pouco conhecido. Pintura em Minas Gerais, na passagem do século XIX para o XX. In: MUSEU MINEIRO. *Minas das Artes, Histórias Gerais*. Belo Horizonte: Superintendência de Museus e Artes Visuais, 2018. p. 74.

como eles relacionavam a sua coleção egípcia com outras coleções pertencentes a eles e com a coleção do Museu Nacional.

Vale a pena ressaltar a importância de trazer à luz a história da coleção egípcia do casal Cavalcanti. Doado ao Museu Mariano Procópio, esse arranjo foi usado apenas como elemento decorativo e de curiosidade na instituição. Quase 100 anos se passaram desde a sua doação e não houve estudos que pudessem revelar os significados das peças em seus contextos originais e nos de colecionismo que se inseriram posteriormente. Dessa forma, diferente da coleção do MN, que já possui um catálogo publicado, optou-se por incluir nos anexos dessa pesquisa, a relação dos objetos do antigo Egito existentes no Mapro. Do mesmo modo, oferece-se aqui a transcrição e a tradução da estela de *Per-a-Iset*, um dos principais itens dessa coleção, permitindo, assim, a compreensão desse objeto por meio da Egiptologia.

Certamente, a prática colecionista de antiguidades egípcias, no Brasil Imperial, teve seu pontapé com a chegada da coleção do Museu Nacional. A exposição desses objetos na principal instituição científica do país com certeza instigou outros indivíduos a adquirir peças que outrora estavam na Terra dos Faraós. Ao longo dessa pesquisa, se destacaram alguns destes colecionadores, alguns deles pouco conhecidos pela literatura especializada, como o conselheiro Felipe Lopes Netto, José Guimarães, além de D. Pedro II e do casal Cavalcanti; sendo os últimos, os mais notórios dos casos de colecionismo privado de antiguidades egípcias registrado nesse período. Tanto Netto quanto Guimarães adquiriram peças importantes, mas que, para além do desfrute pessoal, optaram por tornarem públicas as suas aquisições após comprá-las em suas viagens.

Em outra instância, a pesquisa revelou ainda que, se Netto, Guimarães e os Cavalcanti adquiriram suas peças em viagens ao exterior, um incipiente comércio antiquário começava a se formar na Corte carioca, havendo Fiengo tentado integrá-lo ao se associar a leiloeiros locais. Não foi a intenção, aqui, promover uma investigação sistemática do mercado leiloeiro e do comércio antiquarista, no Brasil oitocentista. Portanto, não foi possível identificar a circulação de outras antiguidades egípcias, autênticas ou mesmo falsificações, no mercado do Rio de Janeiro; um tema para trabalhos futuros.

Se por um lado, as antiguidades egípcias do Museu Nacional davam o devido lustro para o museu de uma terra que outrora vivia sobre a égide da Coroa portuguesa projetando-a como instituição de importância universal, por outro elas cumpriam o importante papel de oferecer uma justificativa a mais para a preservação do espaço científico. Desde a sua fundação, esse microcosmo do culto às ciências vivia em constantes perigos: desabamentos, infinitas goteiras, falta de espaços, má conservação e roubos. Manuel de Araújo Porto-Alegre não se cansava de

escrever, em seus relatórios, sobre a necessidade de reformas e medidas preventivas para que objetos de tão difícil acesso não fossem perdidos. Esforços em vão! Pouco mudou na relação do Estado brasileiro com a instituição, culminando na tragédia do dia 2 de setembro de 2018.

O Museu Nacional foi o lugar em que nasceu a ciência brasileira e, por muito tempo, era a principal instituição científica do país. Ao longo de dois séculos de existência, ele teve os seus tempos de glória sob a direção de Ladislau Netto, no século XIX, e sob a coordenação de Heloísa Alberto Torres, no século XX. Porém, no século XXI, consagrou-se a decadência. Justamente no ano da comemoração do seu bicentenário, a instituição sofreu o que mais temia: a sua destruição.

Em 21 de abril de 2019, quase 8 meses passados desde o incêndio, a revista *Época* publicou uma reportagem sobre os desafios da reconstrução do museu. Nessa matéria, foi confirmada a destruição das múmias aqui estudadas, como já se esperava. Durante o processo de resgate do acervo, na sala que outrora eram expostos os objetos milenares, “Maxuel Caetano, 29, sabia que, em meio às cinzas e escombros, podia repousar o que sobrou de *Sha-Amun-En-Su*. Em questão de minutos, ele e o colega Jefferson encontraram um esqueleto inteiro, deitado sob restos de um armário”. De acordo com o jornalista, “o sarcófago datado de 750 a.C. e os vestígios do embalsamamento haviam sido totalmente consumidos pelo fogo. Mas não cabia lamúria. Os restos mortais estavam ali, em ossos chamuscados”.<sup>626</sup>

Do sarcófago e da múmia que outrora foram presentes ganhados por D. Pedro II, - sarcófago que nunca tinha sido aberto -, restaram apenas os ossos e amuletos. As outras múmias trazidas por Nicolau Fiengo até o momento não foram encontradas. Mas, certamente, terão o mesmo destino de *Sha-Amun-En-Su*. Curiosamente, quase 200 anos depois, a coleção egípcia voltaria às manchetes dos jornais. Desta vez, para anunciar ao povo brasileiro o que sobrou das 700 peças que a compunha. As múmias, sarcófagos, estatuetas, estelas e demais objetos que foram vistos por D. Leopoldina, D. Pedro I, D. Pedro II, pelo povo brasileiro, e cuidadas por Manuel de Araújo Porto-Alegre, se não foram perdidas, passaram por um processo de metamorfose. As estelas de rocha calcária viraram fragmentos; os *shabits* perderam suas cores chamativas; as múmias viraram esqueletos; as estatuetas de bronze, se não derreteram, ficaram quebradas; e as peças de madeira viraram carvão. Do emaranhado de valores projetados sobre a cultural material do antigo Egito, que sobreviveu por 3 mil anos, grande parte não resistiu às modernidades do século XXI. Uma falha na instalação dos aparelhos de ar-condicionado do

---

<sup>626</sup>VASCONCELOS, Gabriel; SOARES, João Pedro. A rotina e os desafios da reconstrução do Museu Nacional, sete meses depois. *Época*, 21/04/2019. Disponível em: < <https://epoca.globo.com/a-rotina-os-desafios-da-reconstrucao-do-museu-nacional-sete-meses-depois-23612679>> Último acesso: 21/04/2019.

auditório do Museu Nacional foi a causa do incêndio, uma gambiarra foi responsável por destruir itens de valores inestimáveis.

O futuro da reconstrução do Museu Nacional é incerto. Após o incêndio, alguns pesquisadores sugeriram que o melhor seria deixar a edificação em ruínas, para mostrar o que a falta de investimentos, boa gestão, cuidados e respeito com os acervos pode causar. Outros pesquisadores, por sua vez, acreditam na reconstrução. Mas que Museu Nacional será esse? Será que a instituição fará jus ao “nacional” em seu nome e irá reconstruir um espaço que aborde a nação como um todo ou irá repetir o modelo imperialista de museu que ainda estava presente? O Museu Nacional irá permitir que membros de outros estados também ajudem na construção conceitual das novas exposições ou vai continuar com a áurea de “Museu de História Natural do Rio de Janeiro”? O que será o Museu Nacional do século XXI? Teremos uma nova coleção egípcia? Ou melhor, merecemos tê-la? Quisera eu ter concluído este trabalho em tom otimista, imaginando quais seriam as novas leituras que esse conjunto milenar e o Museu Nacional teriam nos próximos anos. Porém, veio o fogo que destruiu não apenas as diversas coleções e laboratórios, mas os sonhos e anseios de diversos pesquisadores.

## Bibliografia

ALMEIDA, José Mario D'; DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *Casa dos Pássaros, precursor de um Museu de História Natural ou apenas local de preparação de material zoológico a ser enviado para Portugal*. Rio de Janeiro, UFRJ. [online].

ANDERMANN, Jens. Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. In: *Topoi* Rio de Janeiro, v. 5, n. 9., 2004.

ANDERMANN, Jens. *The optic of the State: Visuality and Power in Argentina and Brazil*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 2007.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, Isis de Melo Molinari. Imaginária sacra em marfim presente no inventário da expulsão dos jesuítas. In: SANTOS, V. S.; GOMES, R. L.; PAIVA, E. F. *O comércio de marfim no Mundo Atlântico: circulação e produção (séc. XV ao XIX)*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural, 2017.

ARAÚJO, Luís Manuel de. *O Egito faraônico, Uma Civilização com três mil anos*. Lisboa: Arranha-céus, 2015.

ARAÚJO, Luís Manuel de. *Os grandes mistérios do Antigo Egito*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2017.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

AUFDERHEIDE, Arthur C. *The Scientific Study of Mummies*. United Kingdom: Cambridge Press, 2003.

BAKOS, Margaret Marchiori (org.). *Egiptomania – O Egito no Brasil*. Paris Editorial: São Paulo, 2004, 191p.

BAKOS, Margaret Marchiori. Laços imperiais do Egito antigo com o Brasil. In: *Revista dos Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS. v. XXIX, n. 1, junho de 2003. p. 137-150.

BARROS, Francisca Argentina Gois. *A arte como princípio educativo: uma nova leitura biográfica de Pedro Américo de Figueiredo e Melo*. Tese (Doutorado Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2006.

BARRET, Caitlín Eilís. Egypt in Roman Visual and Material Culture. In: *Oxford Handbooks Online*, maio de 2017. [online]. 42 p.

BENNETT, Tony. *The Birth of the Museum: history, theory, politics*. London: Routledge, 1995.

BITTENCOURT, José. Fenícios, sambaquis e Marajó, os primórdios da Arqueologia no Brasil e a formação do imaginário nacional. In: *Tempos Históricos*, v. 3, n. 1, agosto de 2001. p. 53-75.

BOUQUET, Mary. *Museums: a visual Antropology*. New York: BERG, 2012.

BRANCAGLION JR, Antonio. “Revelando o Passado: Estudos da Coleção Egípcia do Museu Nacional.” *Congresso da SBEC – XV Ciclo de Debates em História Antiga*, 2005. p.75-80. ; KHATLAB, Roberto. *As viagens de Dom Pedro II – Oriente e África do Norte, 1871 e 1876*. Benvirá, 2015. 392 p.

BRANCAGLION Jr, Antônio. Coleções egípcias no país. In: BAKOS, Margaret (org.). *Egiptomania, o Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

BRANCAGLION Jr. Antônio. Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional. In: LESSA, Fábio S.; BUSTAMANTE, Regina Maria C. (orgs). *Memória e festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

BRANCAGLION Jr., Antônio. *Tempo, Matéria e Permanência: o Egito na coleção Eva Klabin Rapaport*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. 222 p.

BRIGOLA, João Carlos. *Os viajantes e o ‘livro dos museus’*. Porto: Dafne, 2010. 228 p.

BRIGOLA, João. Sob o signo de Pombal: os museus de História Natural e os Jardins Botânicos da Ajuda e de Coimbra. In: BRIGOLA, João. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*. Lisboa: Coleções FCG/FCT, 2003. p. 85-179.

BUHE, Elizabeth. Sculpted Glyphs: Egypt and the Musée Charles X. In: *Nineteenth Century Art Worldwide, a journal of nineteenth-century visual culture*. Vol. 13, nº 1, 2014.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Colecionar e escrever a história: a memória do Império Português legada por Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017. 200 p.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. 390 p.

CARNEIRO, Daniel. *História da Guerra da Cisplatina*. Brasília: UNB, 1983.

CARVALHO, Carolina Vaz de. Algumas fontes para o estudo de mudanças de percepção sobre os Gabinetes de Curiosidades e as práticas colecionistas da era Moderna à Contemporânea. In:

*Anais do 3º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA (SEBRAMUS) "Museologia e suas interfaces críticas: Museu, Sociedade e os Patrimônios.* Belém: UFPA. 2017 (no prelo).

CARVALHO, Carolina Vaz de. Reorganizando o Gabinete: uma discussão sobre a categoria de “gabinetes de curiosidade” e o colecionismo na primeira era moderna. In: VI EPHIS. *Anais Eletrônicos do VI EPHIS Encontro de Pesquisa em História da UFMG: Tempo: permanências rupturas e transições na História.* Belo Horizonte: Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas FAFICH /UFMG, 2017. p. 1928-1940.

CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o Mundo Antigo: o Caso da origem dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006.

CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen.* Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHAGAS, Mário. A tradição moderna da museologia no Brasil. In: *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro.* Rio de Janeiro: Minc/Ibram, 2009. p.64-74.

CHAVES, André Onofre Limírio. Objetos brasílicos: pinturas, gravuras e mapas na coleção do comerciante Mathijs van Ceulen (Amsterdã, 1631-1644). In: *Anais do IV Encontro em Pesquisa Histórica,* 2015, Belo Horizonte. Anais do IV EPHIS, 2015. v. 7

CHAVES, André Onofre Limírio; CARVALHO, Carolina Vaz de. Fontes iconográficas e textuais no estudo de coleções do século XVII. In: TEMPORALIDADES, Revista. *Anais do IV Encontro de Pesquisa em História.* Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.

CHAVES, André Onofre Limírio; GOMES, René Lommez. De presas de elegante a leques, bengalas, placas para retratos e crucifixos. Notícias sobre o comércio e o uso de objetos em marfim no Brasil imperial. In: SANTOS, V. S.; PAIVA, E. F.; GOMES, R. L. *O comércio de Marfim no Mundo Altântico.* Clio: Belo Horizonte. 2017. p. 129-170.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* Tradução de Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp. 2006.

CHRISTO, M. C. V. Coleções da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio. In: MALTA, Marize; NETO, Maria João; CAVALCANTI, Ana; OLIVEIRA, Emerson Dionisio de; COUTO, Maria de Fátima Morethy (orgs.). (Org.). *Histórias da arte em coleções: modos de ver e exhibir em Brasil e Portugal.* 1ed.Rio de Janeiro: Rio Books, 2016, v. 1, p. 57-70.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A viscondessa e seus artistas: a trajetória de um leque de autógrafos. In: *Anais do XXXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: Arte em Ação.* Rio de Janeiro, 2017. v. 1. p. 393-403.

CONSIDERA, Andréa Fernandes. *Uma História dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX: Museu Nacional, Museu Paraense*

Emílio Goeldi, *Museu Paranaense, e Museu Paulista*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 2015. 274 p.

CORRÊA, Ângelo Alves; COLOMBO, André Vieira. “Cavernas da Babilônia” Narrativas e intervenções: vestígios funerários pré-coloniais na microrregião de Juiz de Fora. In: *Cadernos do Lepaarq*. Pelotas: UFPEL, vol. XI, nº 21, 2014.

COSTA, Angelita Maria Rocha Ferrari da. *A coleção de pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2010. 233 p

COSTA, Paulo de Freitas. O colecionismo privado no Brasil. In: *Sinfonia dos objetos*. São Paulo: Iluminuras, 2007. p. 39.

DANTAS, Regina M. M. Costa Dantas. *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. (Mestrado em Memória Social), UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

DANTAS, Regina; SCHWARCZ, Lilian Moritz. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 46, fev / 2008.

DASTON, Lorraine; PARK, Katherine. *Wonders and the order of nature, 1150-1750*. New York: Zone Books, 2001. p. 329.

DELAFORCE, Angela. *Art and patronage in Eighteenth-century Portugal*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

DIAS, Elaine. *Paisagem e academia: Félix-Émile Taunay e o Brasil (1824-1851)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

DIÓRIO, Renata. Devoção e arte em marfim: o processo de construção e ornamentação das igrejas da sede do Bispado de Minas Gerais (século XVIII). In: SANTOS, V. S.; GOMES, R. L.; PAIVA, E. F. *O comércio de marfim no Mundo Atlântico: circulação e produção (séc. XV ao XIX)*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural, 2017.

EINAUDI, Sílvia. *Museu Egípcio do Cairo*. Rio de Janeiro: Mediafashion, 2009.

FARIA, Luís de Castro. Alberto Childe: o homem, a obra e a sua época. In: *Publicações Avulsas do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 59-60, 1973.

FEEST, Christian. European collecting of American Indian Artefacts and Art. In: *Journal of the History of Collections*. 1993. [online].

FEEST, Christian. The people of Calicut: objects, texts, and images in the Age of Proto-Ethnography. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciência Humanas*, v. 9, n. 2, 2014. p. 287-303

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; PANE, Vittorio. Cartas valiosas: a correspondência de Felipe Lopes Netto e João Barbosa Rodrigues para Enrico Hyllier Giglioli In: *Filosofia e História da Biologia*, v. 7, n. 2, 2012. p. 157-180.

FERRAZ, Roseane Carmanini. Entre usos e funções: a prática do colecionismo de fotografias no século XIX e sua difusão no Brasil Imperial. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História*. Juiz de Fora, 2014.

FERREIRA, Lúcio Menezes. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Um saber sobre o Estado. In: *Vestígios de Civilização: A arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2002.

FERREIRA, Maria de Simone. *Museus imperiais: uma viagem às imagens do Brasil na narrativa de Carl von Koseritz*. Rio de Janeiro: Cassará, 2012. 190 p.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). In: *Revista Antíteses*, v. 7, n. 4, 2014. p. 20-42.

FOUCAULT, Michel *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRANCO, Carlos. *Casas das elites de Lisboa*. Lisboa: Scribe, 2015. 480 p.

FRANÇOZO, Mariana. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

FREDDOLINI, Francesco. Marketing Nineteenth-Century Italian Sculpture across the Atlantic: Artists, Dealers, and Auctioneers, 1800-1840. In: *Nineteenth-Century Art Worldwide: a journal of nineteenth-century visual culture*. Vol. 14, nº 1, 2015.

FURTADO, Júnia F. “Bosque de Minerva: artefatos científicos no colecionismo joanino”. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel e MARINHO, Pedro (orgs.) *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p.229-273.

FURTADO, Júnia F. “Scienza, diplomazia e viaggio: Rodrigo de Sousa Coutinho e il tour mineralogico dei savants luso-brasiliani José Bonifácio de Andrada e Silva e Manoel Ferreira da Câmara Bithencourt a Torino”. In: SPANTIGATI, Carla Enrica and MOTA, Isabel Ferreira da. (a cura di) “*Tanto ella assume novitate al fianco*”. *Lisbona, Torino e gli scambi culturali fra secolo dei Lumi e Restaurazione*. Roma: Carocci Editore, 2018.

FURTADO, Júnia F. “Sedition, Revolution and Libertinism in Eighteenth-Century Brazil: The Library of Naturalist José Vieira Couto”. In: TOWSEY, Mark e ROBERTS Kyle B. *Before the Public Library: Reading, Community, and Identity in the Atlantic World, 1650-1850*. Leiden: Brill, 2017, p.123-146.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Colecionismo e gosto: a aquisição de livros e gravuras nos Países Baixos meridionais para a Livraria Real de Lisboa”. In: WERNER, Thomas; STOLS, Eddy (orgs.) *Un mundo sobre papel: libros y grabados flamengos e nil Imperio HispanoPortugués (siglos XVI-XVIII)*. Lovaina: Acco, 2009. p. 393-408.

FURTADO, Júnia Ferreira. “The eighteenth century Luso-Brazilian journey to Dahomey: West Africa through a scientific lens”. *Atlantic Studies: Global Currents*, Routledge/Taylor and Francis, vol.11, n.2, 2014. p.256-276.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 707p.

FURTADO, Júnia Ferreira; FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. 1022 p.

FURTADO, Júnia F. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GADY, Eric. Les égyptologues français au XIX<sup>e</sup> siècle: quelques savants très influents. In: *Revue d’histoire du XIXe siècle*, n° 32, 2006.

GAMA, Cintia. “Os servidores funerários da coleção egípcia do Museu Nacional: catálogo e interpretação.” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

GATTA, Claudia. Signacula ex aere e collezionismo. Carlo Morbio e le sue raccolte". In: *Instrumenta Inscripta V, Signacula ex aere Aspetti epigrafici, archeologici, giuridici, prosopografici, collezionistici*. Roma, 2014.

GERRITSEN, Anne; RIELLO, Giorgio. *The Global lives of things: The material culture of connections in the Early Modern World*. New York: Routledge, 2016. 265 p.

GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1965.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro. O Museu Nacional do Rio de Janeiro como lugar de encontro entre culturas científicas. IN: *Uma ciência moderna e imperial: A fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. Belo Horizonte: Fino Traço. 2013. p. 65-73.

GOMES, René Lommez. *Homens e frutos do Brasil: História e recepção da obra de Albert Eckhout nas coleções dinamarquesas*. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016.

GOMES, René Lommez. p. 19. Esse artista silencioso, tão pouco conhecido. A pintura em Minas Gerais, na passagem do século XIX para o XX. In: *Minas das Artes, Histórias Gerais*. Belo Horizonte: Artes Gráficas Formato, 2018. p. 67-86.

GONZALBO, Pablo Escalante. *La idea de nuestro patrimonio histórico y cultural*. México: DGP, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado com a História: o IHGB e a sociedade dos Antiquários do Norte. In: In: Heizer, Alda; Videira, Antonio A. P. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

HAMIAUX, Marianne. La victoire de Samothrace: découverte et restauration. In: *Journal des Savants*, 2001. p. 153-223.

HASKELL, Francis. *El museo efímero. Los maestros aníguos y el auge de as exposiciones artísticas*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

HERRERA, Antonio Urquizar. *Coleccionismo y nobleza: signos de distinción social em la Andalucía del Renacimiento*. Madrid: Marcial Pons, 2007. 229 p.

HOLTEN, Birgitte; STREL, Michael. *P. W. Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 335 p.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and the shaping of knowledge*. London; New York: Routledge; Taylor & Francis, 2003.

IPANEMA, Cybelle. Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, n. 398, jan./mar. 1997.

JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2001. 2v.

JULIANI, Richard N. *Building Little Italy: Philadelphia's Italians before Mass Migration*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1998.

KARIG, Joachim S.; MINKELS, Dorothea. *Heinrich Menu von Minutoli und seine herausragende familie*. Berlim: Band, 2018.

KITCHEN, Kenneth. *Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum, Rio de Janeiro*. Liverpool University Press, 1990.

KNAUSS, Paulo. O cavalete e a paleta: arte e prática de colecionar no Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 33, 2001.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. VIII (suplemento), 2001.

KURY, Lorelai (org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio., 2008. 272 p.

LAGO, Pedro Correa do. *Brasiliiana IHBG*. Rio de Janeiro: Capivara, 2014. 700 p.

LANGER, Johnni. *Ruínas e Mito: a arqueologia no Brasil Império*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2000. 327 p.

LASCANO GONZÁLEZ, A. *El museo de Ciencias Naturales de Buenos Aires, su historia*. Ministerio de Cultura y Educación Secretaría de Estado de Cultura. Editoriales Culturales Argentinas. 1980. 139 p.

LAURENS, Annie France; POMIAN, Krzystof. *L'anticomanie: La collection d'antiquités aux 18e et 19e siècles*. Paris: Mouton, 1992. 351 p.

LINHARES, Anna Maria Alves. *Um grego agora nu: índios marajoara e identidade nacional brasileira*. Curitiba: CRV, 2017. 280 p.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Ed. UnB, 2009. 369 p.

LOURENÇO M. C., FELISMINO D. (2013). Between teaching and collecting: the lost cabinet of Physics of Princes José and João of Portugal (1777-1808). In: BENNETT, J. e TALAS, S. (eds.) *Cabinets of Philosophy in Eighteenth-century Europe*, Leiden/Boston, Brill, pp. 143-144.

LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et Mirabilia: Il collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammer d'Europa*. Milan: Mazzotta, 1983.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O fascínio pela natureza. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, ano 9, n. 105, junho de 2014.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou A saga do ilustrado dom Frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, dezembro de 2009. p. 881-902.

MALTA, Marize. Arte em casa: colecionismo de objetos em fins do século XIX no Rio de Janeiro e a coleção Ferreira das Neves. In: NETO, Maria João; MALTA, Marize (orgs). *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX, Perfis e trânsitos*. Lisboa: Caleidoscópico, 2016.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse e PRÉAUD, Maxime. (orgs.) *Catalogues de la collection d'Estampes de Jean V, roi de Portugal, par Pierre-Jean Mariette*. Lisbonne/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Bibliothèque Nationale de France/ Fundação da Casa de Bragança, 2003, 3v.

MAPRO. *Catálogo do Museu Mariano Procópio*. São Paulo: Banco Safra, 2006.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

MARTINS, Renata Maria de Almeida. *Tintas da terra, tintas do reino: arquitetura e arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759)*. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e de Urbanismo da USP. 2009.

MAURIÈS, Patrick. *Cabinets of Curiosity*. Nova Iorque: Thames & Hudson, 2011; LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et mirabilia: il collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammern d'Europa*. Milano: G. Mazzotta, 1983. - 262 p.

MELLO E SOUZA, Laura de. O ouro das estantes. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Rona Editora, ano XLVIII, 2012. p. 54-63.

MERRYMAN, John Henry. *Thinking about the Elgin Marbles: Critical Essays on Cultural property, Art and Law*. The Netherlands: Wolters Kluwer, 2009. 600 p.

MERRYMAN, John Henry. Whither the Elgin Marbles?. In: MERRYMAN John Henry (org.). *Imperialism, Art and Restitution*. England: Cambridge University Press, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 300 p.

MORAIS, Rui. Um caso exemplar: Cenáculo e o colecionismo no Portugal no setecentos. In: *CADMO: Revista de História Antiga*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2009.

MORGAN, Edgardo Ronald Minniti. Pedro Carta Molina y el primer observatório argentino. In: *Historia de la astronomia Argentina y Latinoamericana*. p. 1-6. Disponível em: [https://historiadelaastronomia.files.wordpress.com/2013/05/pedro\\_carta\\_molina.pdf](https://historiadelaastronomia.files.wordpress.com/2013/05/pedro_carta_molina.pdf) (último acesso: 25/10/18)

MOSHENSKA, Gabriel. Unrolling Egyptian mummies in nineteenth-century Britain. In: *British Society for the History of Science*. London, 2013, [online].

MUSEU NACIONAL, Seção de Museologia do. *Os diretores do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 2007/2008. [online].

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

NOGUEROI, Luiz Paulo Freire. Preços de bois, cavalos e escravos em Porto Alegre e em Sabará, no século XIX — mercadorias de um mercado nacional em formação. In: *Revista Ensaios FEE*. Porto Alegre, v. 6., 2005. p. 7-36.

OLIVEIRA, Cláudia de. *Jonathas Abbott: individualidade e colecionismo na Bahia no século XIX*. In: *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 04. 02, 2014. 565-584 p.

OLIVEIRA, José Manuel Cardoso Oliveira. *Pedro Américo: sua vida e suas obras*. Senado Federal: Centro Gráfico, 1943.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Remessa de animais de Santa Catarina (1791) para a “Casa dos Pássaros” no Rio de Janeiro e para o Real Museu da Ajuda (Portugal). In: *Arquivos de Zoologia do Museu de Zoologia da USP*. São Paulo: USP, vol. 44, 2013.

PEARCE, Susan M. Giovanni Battista Belzoni's exhibition of the reconstructed tomb of Pharaoh Seti I in 1821. In: *Journal of History of Collections*, 2000. p. 109-125.

PERAZZI, Pablo. Derroteros de una institución científica fundacional: El Museo Público de Buenos Aires, 1812-1911. In: *Runa*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 29, 2008. p. 165-180.

PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

PLANTUREUX, Serge. Virtual Museum of Count Minutoli. Paris, 2018. [online].

POISSON, Georges. *La grande histoire du Louvre*. Paris: Perrin, 2013. 478 p.

POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. In: *Enciclopédia Einaud. I. Memória – História*. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1984, p.51-86.

POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux, Paris, Venise: XVI-XVIII siècles*. Série Bibliothèque des Histoires. Torino: Éditions Gallimard. 1987.

POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine 1789-1815*. France: Gallimard. 1997.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1992.

REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina, a história não contada: A mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Le Ya, 2017.

SALES, José das Candeias. A Arqueologia Egípcia no século XIX: da «caça ao tesouro» à salvaguarda da herança faraônica. *Revista do Instituto Oriental da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Coimbra Univ. Press.

SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: IBRAM, 2010. 496 p.

SANJAD, Nelson. “Ciência de potes quebrados” Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 19, jan. jun. 2011.

SANTOS, Moacir Elias. Das Necrópoles Egípcias para a Quinta da Boa Vista: Um Estudo das Partes de Múmias do Museu Nacional. In: *Revista Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: UFF, ano 1, vol. 1, junho de 2012. p. 156-187.

SANTOS, Moacir Elias. Múmias egípcias em museus brasileiros: a constituição das coleções e a investigação científica. In: AMES, Cecil (org.). *Estudios Interdisciplinarios de Historia Antigua*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018. p. 110-122.

SANTOS, Myriam S. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Soc. estado*. Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000.

SCHLOSSER, Julius von. *Les Cabinets d'art et Merveilles de la Renaissance Tardive. Une contribution à la histoire du collectionisme*. Trad. Lucie Marignac. Paris: Éditions Macula, 2012;

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. In: *SCHWARCZ, Lilian Moritz; SILVA, Alberto da Costa e. História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume 1, Crise Colonial e Independência 1808-1830*. São Paulo: Fundación Mapfre, Objetiva. 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 412 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil do séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SECO, Ana Paula. *Um olhar sobre a educação na colônia: os viajantes estrangeiros*. São Paulo: EDUSC, 1999. 394 p.

SEGANTINI, Verona Campos. “Maneira decente e digna de expor aos olhos do público”: modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2015.

SILIOTTI, Alberto. Os primeiros viajantes do século XVIII, A descoberta de uma antiga civilização. IN: Primeiros descobridores; *A descoberta do Antigo Egito*. Barcelona: Folio, 2007.

SILIOTTI, Alberto. *Viajantes e Exploradores: A descoberta do Antigo Egito*. Barcelona: Folio, 2007.

SILVA, Caroline Fernandes. Profissionalização e especialização dos leilões de arte no Rio de Janeiro. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 22 a 26 de julho de 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Maud, 1999.

SQUEFF, Letícia. *Uma Galeria para o Império: A coleção Escola Brasileira e as Origens do Museu Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Edusp, 2012. 200 p.

STOLZENBERG, Daniel. *Egyptian Oedipus: Athanasius Kircher and the Secrets of Antiquity*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

SVENNINGSSEN, Jesper. Publicly accessible art collections in Copenhagen during the Napoleonic era. *Journal of the History of Collections*, vol. 27, 2015.

TANRÉ-SZEWCZYK, Juliette. Des antiquités égyptiennes au musée. Modèles, appropriations et constitution du champ de l'égyptologie dans la première moitié du XIXe siècle, à travers l'exemple croisé du Louvre et du British Museum. In: *Les Cahiers de l'École du Louvre* [online], n° 11, 2017.

TEDESCO, Pamela. *Giuseppe Passalacqua, Trieste 1797-Berlino 1865: una nota*. Messina: Sicania, 2010.

THE BRITISH MUSEUM. *Enlightenment Discovering the World in the Eighteenth Century*. Edited by Kim Sloan. London: The British Museum, 2003.

THOMPSON, Jason. *Wonderful Things: a history of egyptology; The Golden Age:1881-1914*. Cairo: The American University in Cairo Press, 2015.

TRONCHIN, Francesca. The rediscovery of Pompeii and the other cities of Vesuvius. In: Khan Academy. [online].

TURIN, Rodrigo. José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. In: VARELLA, F.; OLIVEIRA, M. G.; GONTIJO, R.; *História e Historiadores no Brasil: Da América portuguesa ao Império do Brasil (1730-1860)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

VERCOUTTER, Jean. *Em busca do Egito Esquecido*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 176 p.

VILLALTA, Luiz Carlos. Dos Usos em Geral à inventividade e à Heresia. In: *Reformismo Ilustrado, Censura e Prática de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP. p.276-361.

VOLPI, Maria Cristina. Penas para que te quero! O circuito da arte plumária não indígena brasileira nos oitocentos. p. 183. In: NETO, Maria João; MALTA, Marize (orgs). *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX, Perfis e trânsitos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2016. 528 p

WAKELING, T. G. *Forged Egyptian Antiquities*. Coachwhip, 2006, 159 p.

WITTER, Nikelen Acpsta. *Dizem que foi feitiço: as práticas da cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.

ZIMMERMAN, Tânia. Modelos de civilização para o Brasil do séc. XIX. In: *Dimensões, Revista de História da UFES*. Vitória, nº 14, 2002.

## Fontes Impressas

### Jornais

ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RJ. Leilões. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

ASTREA, Jornal. *Antiguidades na alfândega do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29/07/1826, nº 16. p. 63-64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p .63

ASTREA, Jornal. Notícias. Rio de Janeiro: Typographia Torres, nº37, 19 de setembro de 1826.

ASTREA, Jornal. Notícias. Rio de Janeiro: Typographia Torres, sem data [1826].

ASTREA. *Consta-nos que na alfândega d'esta Capital...* Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29 de julho de 1826, nº 16. p. 64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

ASTREA. *Notícias*. Rio de Janeiro, nº37, 19 de setembro de 1826. p. 63.

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Despesas extraordinárias. Rio de Janeiro, nº 91, 1829. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749419/4745>, último acesso: 03/07/2018.

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sessão do dia 3 de agosto de 1829, Despesa Extraordinária. In: *Diário da Câmara dos Deputados à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1830. p. 2.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Comunicado da Câmara Municipal. Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 6693, 19 de agosto de 1844. p. 4

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Entradas no porto. Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 6758, 2 de novembro de 1844. p. 4.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro, n.º 2, 3 de novembro de 1826. p. 7

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro, n.º 4, 6 de novembro de 1826. p. 15

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Muzeo Nacional. Rio de Janeiro: Typographia da rua d'Ajuda, ano XXVIII, n. 8155, 19 de julho de 1849. p. 2.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Obras Publicadas. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1826.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Sr. Conselheiro Felipe Lopes Netto. Rio de Janeiro: Typographia Rua d'Ouvidor. 27 de setembro de 1869. p. 2.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Vendas. Rio de Janeiro, n.º 14, 16 de março de 1827, p. 1.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Vendas. Rio de Janeiro, n.º 17, 21 de dezembro de 1826. p. 66.

DIÁRIO DO RIO DO JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, ano XIX, n.º 222, 05 de outubro de 1840. p. 2.

DIÁRIO DO RIO DO JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, ano XXIII, n.º 6516, 05 de janeiro de 1844. p. 3.

DIÁRIO DO RIO DO JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, ano XXVII, n.º 7899, 21 de setembro de 1848. p. 3.

DIÁRIO DO RIO DO JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, ano XXI, n.º 13, 18 de janeiro de 1842. p. 3.

DIÁRIO DO RIO DO JANEIRO. Leilões. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, ano XIX, n.º 142, 30 de junho de 1840. p. 3. Digitalizado pela Hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional

GAZETA DE LISBOA. Notícias estrangeiras. Lisboa: Imprensa Régia, n.º 297.

GAZETA DO BRASIL. *Paris, 11 de Junho*. Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1827. p.4.. Acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

IMPÉRIO DO BRASIL. Sahidas. Rio de Janeiro: Imprensa Imperial e Nacional, n.º13, vol. 13, 17 de janeiro de 1829. p. 54.

JORNAL DO COMÉRCIO. Expediente. In: *Assembleia Geral / Senado*. Rio de Janeiro: Typ. Villeneuve, ano 63, n.º 141, 21 de maio de 1884. p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Exposição Anthropologica*. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, ano 61, n. 319, 16 de novembro de 1882. p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, ano 66, n. 18, 1888. p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Notícias Marítimas. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal, 2 de julho de 1872, ano 51, n. 183. p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. O Chile e os seus tesouros literários. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal, ano 50, n. 301, 31 de outubro de 1870. p.2.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Origem dos índios sul-americanos*. In: *Notícias Científicas* Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, ano XV, n.º 15, 17 de janeiro de 1840. p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. Partidas. Rio de Janeiro: Typographia Villeneuve, ano 63, n.º 152. p.2.

L'ETOILE, Jornal. *Abertura da múmia de Tête-Muthis*. Paris, 12 de março de 1827.

LEITURA PARA TODOS. O primeiro pintor no Brasil. Rio de Janeiro, julho de 1928. p. 94.

O PAIZ. Acervo Augusto. In: *Coluna Salada de Frutas*. Rio de Janeiro, ano VI, n.º 3025, 6 de agosto de 1890. p. 2.

O PAIZ. *Uma doação que enriquece a Escola Nacional de Bellas Artes; A oferta da Viscondessa de Cavalcanti*. Rio de Janeiro, ano XLII, n.º 15.180, 13 de maio de 1826. p. 1.

O SPECTADOR BRASILEIRO, Jornal Político, Literario e Commercial. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, n.º 132, 8 de novembro de 1826. p. 4.

O SPECTADOR BRASILEIRO. *Diário Político, Literário e Comercial*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 29 julho de 1826.

O SPECTADOR BRASILEIRO. *Diário Político, Literário e Comercial*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 8 de novembro de 1826. p.4

O SPECTADOR BRASILEIRO. *Diário Político, Literário e Comercial*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 29 de julho de 1826.

O SPECTADOR BRASILEIRO. *Diário Político, Literário e Comercial*. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, 27 de outubro de 1826. p. 4.

REVISTA DA SEMANA. A Bibliotheca Braille. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1929

REVISTA ILLUSTRADA. *Echos da Semana*. Rio de Janeiro, ano 6, n.º 280, 1881. p. 2.

## Publicações

ALBUQUERQUE, Amélia Machado Cavalcanti de. *Catálogo das medalhas brasileira e das estrangeiras referentes ao Brazil, Collecção Numismática Brazilica pertencente à Viscondessa de Cavalcanti*. 1889.

AZUL, Barba [Carlos Drummond de Andrade]. Fragonard em Minas. In: REVISTA DO APM. Crônicas de Carlo Drummond de Andrade sob pseudônimo: Barba Azul. SIAAPM [online]. p. 128-129.

BELZONI, Giovanni Batista. *Catalogue of the various articles of antiquity, to be disposed of, at the Egyptian Tomb*. London: William Clowes, 1822.

BLUTEAU, Raphael. Verbete Museo. IN: *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. p.649.

CENÁCULO, Frei Manoel do. Oração do Museu dita a 15 de março de 1791. apud BRIGOLA, João Carlos. *Coleccionismo no século XVIII. Textos e documentos*. Porto, 2009. p. 40.

CHAMPOLLION, Jean François. *Précis du système hiéroglyphique des anciens Égyptiens, ou Recherches sur les éléments premiers de cette écriture sacrée*. Paris: Treuttel et Würtz, 1824.

CHAMPOLLION, Jean François. Lettre à M. Dacier relative a l'Alphabet des Hiéroglyphes Phonétiques. Paris: Firmin Didot Père et Fils, 1822.

CHAMPOLLION, Jean François. *Lettres a M. Le Duc de Blacas D'Aulps, relatives au Musée Royal Égyptien de Turin*. Paris: Firmin Didot Père et Fils, 1824.

CHAMPOLLION, Jean François. *Notice descriptive des monumens égyptiens du musée Charles X*. Paris: L'Imprimerie de Crapelet, 1827.

CHAMPOLLION, Jean François. *Panthéon Egyptien, Collection des Personages Mythologiques de l'Ancienne Egypte d'Après les Monuments*. Paris: Firmin Didot, 1823.

CHILDE, A. *Guia das Collecções de Archeologia Clássica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. 106 p.

D. JOÃO VI. *Decreto de criação do Museu Real*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 06 de junho de 1818. [online].

DEBRET, Jean Baptiste. *Projecto do Plano para a Imperial Academia das Belas Artes do Rio de Janeiro. por ordem de S. E. O Ministro dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typografia de P. Plancher, 1827.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil: ou Diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia., 1976.

GARDNER, George. *Viagens pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

- HARTT, Charles Frederick. A origem da arte ou evolução da ornamentação. *Revista da Exposição Anthropologica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882.
- HARTT, Charles Frederick. Nota sobre algumas tangas de barro cosido dos antigos indígenas da ilha de Marajó. In: *Archivos do MNRJ*. Rio de Janeiro, vol. I, 1876.
- HARTT, Charles Frederick. The Indian cemetery of the Gruta das Mumias, Southern Minas Geraes, Brazil. In: *The American Naturalist*. USA, 1875. p. 205-217.
- HEBERLE, J. M. *Katalog der Kunst-Sammlungen des Cavaliere Carlo Morbio*. München, 1883. 155 p.
- JAUCOURT, Louis de. Verbet Curiosité. In: DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean le Rond. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, etc.*, eds. University of Chicago: ARTFL Encyclopédie Project, 2013.
- KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.
- LACERDA, J.B. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1905.
- LEPKE'S, Rudolph. *Nachlass David Kugelman-Kissingen*. Berlin, 1927.
- LUND, P. W. Carta da Lagoa Santa (Minas Geraes), ao sr. 1º Secretário do Instituto, pelo sócio honorário Sr. Dr. Lund. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana, 1842. p. 80-87.
- LUND, P. W. Notice sur des ossements humains fossiles, trouvés dans une caverne du Brésil. In: *Mémoires de la Société Royale des Antiquaires du Nord*. Copenhague: Berling 1845-1849.
- LUND, Peter W. Novas observações sobre a antiguidade do Homem em Lagoa Santa. In: *Memórias sobre a paleontologia Brasileira*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1950.
- MACEDO, Francisco Ferraz de. *Ethnogenia Brazilica: esboço crítico sobre a pré-história do Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.
- MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1845. p. 382-383.
- MUSEU NACIONAL. *Guia da Exposição Anthropologica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leusinger & Filhos, 1882. 72 p
- NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.
- NETTO, Ladislau. *Relatório do Museu Nacional (1874)*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1875.
- NETTO. Ladislau de Souza Mello. Investigações sobre a Archeologia Brasileira. In: *Archivos do MNRJ*. Rio de Janeiro, v. 6, 1885. p. 257-260.

PASSALACQUA, Giuseppe. *Catalogue Raisonné et Historique des Antiquités Découvertes en Égypte*. Paris: Galerie d'antiquités égyptiennes, 1826.

PORTO-ALEGRE, Manoel Araújo. Relatório sobre a Inscrição da Gavia. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo I, 1839. p. 77.

PORTO-ALEGRE, Manoel Araújo. “Iconografia brasileira”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1856. p. 371. *apud* SQUEFF, Leticia. *Uma Galeria para o Império: A coleção Escola Brasileira e as Origens do Museu Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Edusp, 2012.

PORTO-ALEGRE, Manoel Araújo. “Manoel Dias, o Romano”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1848. *apud* SQUEFF, Leticia. *Uma Galeria para o Império: A coleção Escola Brasileira e as Origens do Museu Nacional de Belas Artes*. Rio de Janeiro: Edusp, 2012.

ROCHETTE, Raoul. *Considérations sur le caractère des arts de l'antique Égypte, lues par M. Raoul-Rochette, dans sa séance générale des quatre académies, le 24 avril*. Paris: Imprimerie de C.-J. Trouvé, 1823.

RYMSDYK, Jan van; RYMSDYK, Andreas van. *Museum Britannicum: being an exhibition of a great variety of antiquities and natural curiosities, belonging to that noble and magnificent cabinet, the British Museum: illustrated with curious prints, engraved after the original designs, from nature, other objects: and with distinct explanations of each figure*. London: I. Moore. 1778.

SOCIÉTÉ DES ARTISTES FRANÇAIS. *Explication des ouvrages de Peinture, Sculpture, Gravure, Lithographie et Architecture des Artistes vivans, exposés au Musée Royal des Arts*. Paris: Ballard, 1827.

TRELLES, Manuel Ricardo. *Monetario del señor Don Manuel José de Guerrico*. Buenos Aires: Imprensa del Siglo, 1866.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Carta escrita pelo sócio Sr. Francisco Adolpho Varnhagen versando sobre ethnographia, línguas, emigrações e archeologia, padrões de mármore dos primeiros descobridores. In: *Revista do IHGB*, Tomo XII, 1849.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1857.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Sobre a necessidade do Estudo e Ensino das Línguas Indígenas do Brasil. In: *Revista do IHGB*, 1841. p. 62.

WALSH, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: B. Clay, vol. I, 1830.

WESENER F. J. *Catalog einer Sammlung italienischer Münzen aller Zeiten sowie von bronzedmedaillen der besten italienischen Meister des XV und XVI Jahrhunderts [...] des Cavaliere Carlo Morbio in Mailand*. München, 1882.

WINCKELMANN, Johann Joachim. *History of Ancient Art*. Boston: James R. Osgood, 1873, vol. 1.

## Fontes Manuscritas

AMÉRICO, Pedro. Relatório do adjunto da 4ª seção. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1869 até 1875 (MN RA 06)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1873. folha 127 (frente).

D. PEDRO I; VISCONDE DE S. LEOPOLDO. *Ordem de pagamento das Antiguidades Egípcias, 03 de abril de 1827*. Cópia datilografada, Museu Nacional: Seção de Antropologia e Etnographia, 1939/1940. SESHAT - Laboratório de Egiptologia, UFRJ.

RANGEL, Alberto. *Marginados: anotações às cartas de D. Pedro I a D. Domitila*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974. p. 108.

KUGELMANN, David. Recibo de compra da coleção egípcia. Kissingen, 25 de julho de 1884. Arquivo Histórico do Museu Mariano Procópio / Coleção Família Visconde de Cavalcanti.

MUSEU NACIONAL. Inventário dos Objetos existentes no Museu Nacional (Ano de 1844). In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1844.

MUSEU NACIONAL. Ofício de Paulo Barbosa da Silva ao Ministro do Império comunicando o recebimento no Museu do presente feito por sua Majestade. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1855 até 1861 (MN RA 04)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1856. folha 33.

MUSEU NACIONAL. Ofício remetendo a requisição do Preparador de Numismática de um armário para os objetos da Bolívia e o respectivo orçamento. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1861 até 1869 (MN RA 05)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1868. folha 187.

MUSEU NACIONAL. Regulamento nº 123, de 3 de fevereiro de 1842. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1848 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1842. folha 4.

MUSEU NACIONAL. *Relação dos objetos que se conservam no Museu Nacional desta Corte*. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1819 até 1842 (MN RA-01)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional), 30 de abril de 1838. folha 145.

MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1867. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1861 até 1869 (MN RA 05)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1867. folha 132 (verso).

MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1859. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1855 até 1861 (MN RA 04)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1859. folha 151 (verso).

MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1862. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1861 até 1869 (MN RA 05)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1862. folha 41 (frente).

MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1872. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1869 até 1875 (MN RA 06)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1872. folha 104

MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1873. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1869 até 1875 (MN RA 06)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1873. folha 157.

MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1860. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1855 até 1861 (MN RA 04)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1860. folha 182.





MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1847. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1847. folhas 144 e 145.


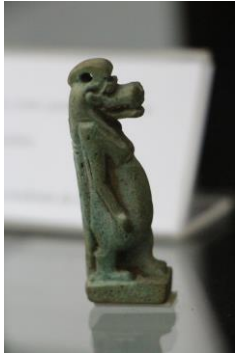


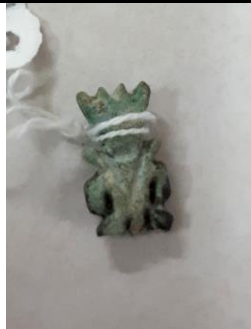
MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1844. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1844. folha 75 (verso).






MUSEU NACIONAL. Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1843. In: *Livro dos Ofícios desde o ano de 1819 até 1842 (MN RA 01)*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1843. folha 42.

## Anexo 1

Peças da coleção egípcia do MAPRO identificadas por André Onofre Limírio Chaves e descritas e datadas pelo arqueólogo Moacir Elias Santos.







COLEÇÃO EGÍPCIA DO MAPRO			
FOTO	NOME	DESCRIÇÃO	DATA
	Estela de <i>Per-a-Iset</i>	A estela funerária apresenta o morto <i>Per-a-Iset</i> , com as mãos em sinal de coração, perante o deus hieracocéfalo Rá-Osíris, sentado em um trono, portando os cetros <i>heka</i> e <i>nekhakha</i> . Entre as figuras há uma mesa de oferendas com um vaso de libação, com uma flor de lótus. Abaixo estão dois pés de allface. No topo foram representados o hieróglifo do céu, com o disco solar alado, <i>Ra de Behedet</i> . As extremidades possuem duas representações do símbolo do Oeste. Na parte superior há uma inscrição hieroglífica que pode ser assim traduzida: " <i>Uma oferenda que o rei faz para Osíris do Oeste, grande deus, senhor de Abydos (para que) ele de oferendas e provisões bois, aves, tecido, (vasos de) alabastro, incenso e libações (para o) ka do Osíris Per-a-Iset, justo de voz.</i> "	Terceiro Período Intermediário - 22ª Dinastia
	Face de ataúde de um homem	Face de um ataúde masculino, confeccionada em madeira, estucada, com olhos pintados e rosto coberto de verniz. Sobre a peruca há uma faixa com decoração floral. Ao centro há um espaço que possuía uma flor de lótus aberta. A perfuração sob o queixo indica que havia uma barba osiriana que acabou perdida. Na parte posterior há três perfurações que serviam para fixar a face no restante da peça.	Terceiro Período Intermediário - 21ª Dinastia
	Estatueta votiva do deus <i>Hor-pa-khered</i>	Estatueta em bronze do deus <i>Hor-pa-khered</i> , que significa "Hórus, o menino", denominado Harpócrates pelos gregos que se estabeleceram no Egito. Era filho de Ísis e Osíris, divindade associada ao silêncio e ao sol nascente. Popularizou-se durante o período Ptolomaico, representado como um menino sentado, coroado com a coroa dupla do Alto e Baixo Egito com uma trança lateral sobre a cabeça e com o braço direito, atualmente perdido, elevado com a mão na altura da boca e o dedo indicador sobre os lábios, que caracteriza a infância. Era associado a proteção e a cura de enfermidades, daí o uso votivo desta imagem.	Período Ptolomaico (305 a. C. - 30 a. C.)
	Estatueta Ushabit	Estatueta mumiforme, confeccionada em fainça, com barba osiriana e com peruca tripartite, segurando ferramentas agrícolas e uma sacola para grãos sobre o ombro esquerdo. Contém uma base e um pilar dorsal. Sobre o corpo apresenta o encantamento 6 do <i>Livro dos Mortos</i> , destinado a fazer a estatueta trabalhar para o morto no outro mundo. Medida: aproximadamente 20 cm.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)

	Ushabit	Estatueta mumiforme, confeccionada em faiança, de qualidade inferior, com barba osiriana e com peruca tripartite, segurando ferramentas agrícolas nas mãos. Contem uma base e um pilar dorsal. Destinava-se a realizar os trabalhos como substituto do morto no outro mundo.	Período Tardio (712 a. C. - 332 a. C.)
	Amuleto da deusa <i>Taweret</i>	Imagem em faiança, de boa qualidade, da deusa <i>Taweret</i> , com cabeça de hipopótamo, corpo de uma mulher grávida, patas de leoa e cauda de crocodilo, contendo um anel de suspensão sobre a cabeça. Seu nome significa "a grande", e era considerada a protetora das mulheres grávidas, dos nascimentos e da fertilidade. Amuletos da divindade garantiriam a proteção dos recém-nascidos.	Período Tardio ou Ptolomaico (712 a. C. - 27 a. C.)
	Amuleto do deus <i>Maahes</i>	Imagem em faiança, de boa qualidade do deus <i>Maahes</i> , representado com cabeça de leão e corpo masculino, coroado com a coroa do Alto Egito ladeada por plumas. Possui uma perfuração no pilar dorsal para suspensão. Seu nome significa "Verdadeiro ao lado dela", e foi descrito como filho de Ra com Bastet, ou de Sekhmet. <i>Maahes</i> estava associado a guerra e a matança nos campos de batalha.	Período Tardio ou Ptolomaico (712 a. C. - 27 a. C.)
	Amuleto do deus <i>Bes</i>	Amuleto de face dupla do deus <i>Bes</i> confeccionada em faiança de boa qualidade. O deus é representado sob a forma de um anão agachado com feições leoninas coroado com uma coroa de plumas. A figura possui uma perfuração transversal na coroa para a suspensão. <i>Bes</i> era uma divindade doméstica que velava pelo sono, pela proteção da casa e das crianças.	Período Tardio ou Ptolomaico (712 a. C. - 27 a. C.)
	Amuleto do deus <i>Bes</i>	Figura do deus <i>Bes</i> confeccionada em faiança de forma rudimentar, sem muitos detalhes escultóricos. O deus é representado sob a forma de um anão, muito esquemático, coroado com uma coroa de plumas e com calda. <i>Bes</i> era uma divindade doméstica que velava pelo sono, pela proteção da casa e das crianças.	Período Tardio ou Ptolomaico (712 a. C. - 27 a. C.)

	Estatueta de Antínoo	<p>Figura de produção moderna, inspirada nas estátuas em tamanho natural do jovem Antínoo, catamita do imperador Adriano, que morreu afogado no Nilo e foi elevado a categoria de divindade. Ele é representado em pé, coroado como toucado-<i>nemes</i> e com um saiote-<i>shendyt</i>. Os traços esquemáticos e a técnica utilizada na confecção não condizem com o processo realizada no Egito antigo.</p>	Século XIX ou XX
	Estatueta de uma rainha	<p>Figura de produção moderna, em bronze (?) inspirada nas estátuas de rainhas da época Ptolomaica. A imagem está em pé e usa uma peruca tripartite e um vestido longo, com os braços ao longo do corpo. Sobre a parte frontal há um cartucho contendo uma inscrição estilizada. A forma e os detalhes não condizem com a arte egípcia antiga, sendo esta uma peça de origem moderna.</p>	Século XIX ou XX.
	Anel com escaravelho	<p>Pequeno escaravelho em faiança (ou esteatita vitrificada?) com detalhes escultóricos bem marcados, adaptado como incrustação de um anel de prata. Sob a base há duas imagens representadas, o hieróglifo <i>ankh</i>, que significa vida, e uma esfinge segurando um vaso.</p>	Século XIX ou XX (fundição) Reino Novo (?) (escaravelho)
	Amuleto do coração ( <i>ib</i> )	<p>Amuleto em forma do coração, <i>ib</i> em egípcio, confeccionado em ouro com argola de suspensão. O coração era parte importante do ser egípcio. Representava a consciência e a inteligência. Era colocado no corpo do morto para que pudesse garantir a vitalidade desse órgão no pós-vida.</p>	Período Tardio (712 a. C. - 332 a. C.)
	Escaravelho funerário alado	<p>Escaravelho de uso funerário, com asas de falcão lisas, confeccionado em faiança de cor azul turquesa. A parte posterior e as asas são igualmente lisas. A cabeça tem olhos pouco detalhados, clipeo denteado, protórax liso e separado dos élitros, por um sulco. Este escaravelho foi produzido para ser colocado sobre a múmia, pois estava associado ao sol e ao renascimento.</p>	Período Tardio (712 a. C. - 332 a. C.)


	Escaravelho funerário	Escaravelho de uso funerário confeccionado em faiança de cor azul turquesa. A cabeça tem olhos pouco detalhados, clipeo denteado, protórax liso e separado dos élitros, por um sulco. Quatro perfurações serviam para amarrar as asas, que não se conservaram. Apresenta-se fragmentado. Foi produzido para ser colocado sobre a múmia, pois estava associado ao sol e ao renascimento.	Período Tardio (712 a. C. - 332 a. C.)
	Escaravelho funerário	Escaravelho com formato oval, de cor azul escuro, confeccionado em faiança. Há poucos detalhes anatômicos, destacando-se a cabeça, com clipeo liso, protórax e élitros separados por um sulco. Este escaravelho foi produzido para ser colocado sobre a múmia, pois estava associado ao sol e ao renascimento. Nesta peça, há seis furos, quatro nas laterais para as asas, e mais dois nas extremidades, para que pudesse ser costurado na mortalha da múmia.	Período Tardio (712 a. C. - 332 a. C.)
	Amuleto de Kebehsenuef	Amuleto mumiforme do deus <i>Kebehsenuef</i> com cabeça de falcão e peruca, com um colar estilizado confeccionado em faiança. Parte posterior lisa. Peça representada em perfil destinada a ser colocada sobre a múmia. <i>Kebehsenuef</i> era um dos filhos do deus Hórus, que velava pelos intestinos do morto removidos durante o processo de mumificação.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)
	<i>Duamutef</i> (Filho de Hórus)	Amuleto mumiforme do deus <i>Duamutef</i> com cabeça de chacal e peruca, com um colar estilizado, confeccionado em faiança. Parte posterior lisa. Peça representada em perfil destinada a ser colocada sobre o peito da múmia. <i>Duamutef</i> era um dos quatro filhos do deus Hórus, que velava pelo estômago do morto removido durante o processo de mumificação.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)
	Amuleto em forma de travesseiro ( <i>ures</i> )	Amuleto em forma de travesseiro, ou apoio de cabeça, confeccionado em hematita de cor preta. Tem a base larga, fuste arredondado e descanso curvado. Era empregado para sustentar simbolicamente a cabeça do morto, para que esta não fosse danificada, e elevá-la para assegurar a ressurreição, tal como o sol que surge no horizonte.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)

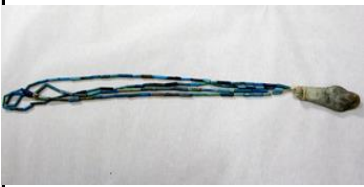





	<p>Amuleto em forma de travesseiro (<i>ures</i>)</p>	<p>Amuleto em forma de travesseiro, ou apoio de cabeça, confeccionado em hematita de cor preta. Tem a base larga, fuste reto e descanso curvado, porém espesso. Era empregado para sustentar simbolicamente a cabeça do morto, para que esta não fosse danificada, e elevá-la para assegurar a ressurreição, tal como o sol que surge no horizonte.</p>	<p>Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)</p>
	<p>Amuleto com duas plumas</p>	<p>Amuleto com a forma de duas plumas de avestruz estilizadas, com a parte superior enrolada para as laterais e sulco que divide as penas na parte frontal. Tem a base plana e tem um anel de suspensão frisado na parte posterior. As duas penas, <i>shuty</i> em egípcio, estão presentes nas coroas de diversas divindades e, sob a forma de amuleto, assegurariam dignidade e grandiosidade ao morto.</p>	<p>Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)</p>
	<p>Amuleto com duas penas</p>	<p>Amuleto com a forma de duas penas de falcão estilizadas, com a parte superior curva, com sulco que as divide ao meio. A base é plana, sob a qual se encontra o anel de suspensão frisado. Peça confeccionada em hematita. As duas penas, <i>shuty</i> em egípcio, estão presentes nas coroas de diversas divindades, em especial na de Amon-Ra. O seu uso pelo morto assegurariam dignidade e grandiosidade.</p>	<p>Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)</p>
	<p>Amuleto em forma de contrapeso de <i>Menat</i></p>	<p>Amuleto representando um contrapeso de colar <i>menat</i>, com forma de pêndulo, contendo um anel de suspensão na parte superior, confeccionado em feldspato. O contrapeso era parte integrante do colar <i>menat</i>, associados a muitas divindades femininas, como <i>Háthor</i>, <i>Bastet e Mut</i>, que garantiriam proteção para o morto. Há, ainda, o fato de que esta peça ficava disposta nas costas, protegendo uma área considerada vulnerável.</p>	<p>Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)</p>
	<p>Amuleto de tábua de escrever</p>	<p>Amuleto de uma tábua para escrever com formato retangular, contendo um anel de suspensão no topo, confeccionado em feldspato. Utilizada por escribas, as tábuas de escrever eram feitas de madeira estucada e serviam para anotações que poderiam ser apagadas. Seu uso como amuleto pode estar relacionado ao <i>Encantamento 94 do Livro dos Mortos</i>, quando o morto pede a paleta de escrita de <i>Toth</i>, o que lhe garantiria o poder sobre fórmulas mágicas no outro mundo.</p>	<p>Período Tardio - Saíta (664 a.C. - 332 a.C.)</p>

	<p>Amuleto com forma de placa com um cetno de papiro (<i>wadj</i>)</p>	<p>Amuleto de formato retangular, com uma coluna de papiro estilizada em relevo na parte frontal, confeccionado em feldspato. No topo há um anel de suspensão que está quebrado. De acordo com o <i>Livro dos Mortos, os Encantamentos 159 e 160</i> deveriam ser pronunciados sobre um amuleto <i>wadj</i>, colocado sobre o pescoço do morto. Seu significado está associado ao rejuvenescimento, tal como o papiro que cresce diariamente nas áreas alagadas.</p>	<p>Período Tardio - Saíta (664 a.C. - 332 a.C.)</p>
	<p>Amuleto de esquadro</p>	<p>Amuleto de esquadro, formado por duas hastes de comprimento desigual unidas em um ângulo reto, formando um "L". Chamado "<i>seba</i>" pelos egípcios era um instrumento de contrutores e carpinteiros, empregada na elaboração de uma série de artefatos. Seu uso como amuleto garantiria ao morto a eterna retitude.</p>	<p>Período Tardio - Saíta (664 a.C. - 332 a.C.)</p>
	<p>Amuleto de esquadro</p>	<p>Amuleto de esquadro, formado por duas hastes de comprimento desigual unidas em um ângulo reto, formando um "L". Foi confeccionado em hematita. Chamado "<i>seba</i>" pelos egípcios era um instrumento de contrutores e carpinteiros, empregada na elaboração de uma série de artefatos. Seu uso como amuleto garantiria ao morto a eterna retitude.</p>	<p>Período Tardio - Saíta (664 a.C. - 332 a.C.)</p>
	<p>Brinco</p>	<p>Brinco em forma de anel, com uma abertura para colocação no lóbulo. Para utilizá-lo era necessário espremer o lóbulo da orelha através do espaço estreito entre as extremidades. Nos casos onde esta abertura era muito estreita é provável que se trata de uma peça de uso funerário.</p>	<p>Reino Novo (1550-1070 a.C.)</p>
	<p>Amuleto do <i>pilar djed</i></p>	<p>Amuleto do <i>pilar djed</i>, formado por um corpo largo na base e estreito ao centro, cruzado ao topo por uma barra, confeccionado em faiança de cor verde claro. Outras três barras sobrepostas faziam parte deste amuleto, mas se perderam devido a quebra. A parte posterior é lisa. O <i>djed</i> representa, provavelmente, uma árvore estilizada, uma coluna, ou a coluna vertebral do deus Osíris. De acordo com o capítulo 155 do <i>Livro dos Mortos</i>, este amuleto garantiria estabilidade para a múmia.</p>	<p>Período Tardio ou Ptolomaica (712 a. C. - 27 a. C.)</p>
	<p>Amuleto do <i>pilar djed</i></p>	<p>Amuleto do <i>pilar djed</i> quebrado ao meio, conservando apenas a parte superior do corpo e do topo, onde estão quatro barras paralelas. A parte posterior é lisa. O <i>djed</i> representa, provavelmente, uma árvore estilizada, uma coluna, ou a coluna vertebral do deus Osíris. De acordo com o capítulo 155 do <i>Livro dos Mortos</i>, este amuleto garantiria estabilidade para a múmia.</p>	<p>Período Tardio ou Ptolomaica (712 a. C. - 27 a. C.)</p>

	Amuleto em forma de selo	<p>Amuleto de selo, com a forma de uma pirâmide truncada de formato quadrangular, confeccionado em feldspato. Na parte superior há um anel que permite a suspensão. O selo era utilizado, desde o Reino Médio, com os nomes e títulos de um indivíduo para autenticar seus documentos. Seu uso como amuleto está associado a preservação do nome, pois exemplares foram encontrados junto aos dedos das múmias.</p>	Período Tardio - Saíta (664 a.C. - 332 a.C.)
	Amuleto em forma de selo	<p>Amuleto de selo, com a forma de uma pirâmide truncada de formato retangular, confeccionado em cornalina (?). Na parte superior há um anel que permite a suspensão. O selo era utilizado, desde o Reino Médio, com os nomes e títulos de um indivíduo para autenticar seus documentos. Seu uso como amuleto está associado a preservação do nome, pois exemplares foram encontrados junto aos dedos das múmias.</p>	Período Tardio - Saíta (664 a.C. - 332 a.C.)
	Amuleto em forma de selo	<p>Amuleto de selo, com a forma de uma pirâmide truncada de formato retangular, confeccionado em lápis-lazuli. O topo e a base são lisos. O selo era utilizado, desde o Reino Médio, com os nomes e títulos de um indivíduo para autenticar seus documentos. Seu uso como amuleto está associado a preservação do nome, pois exemplares foram encontrados junto aos dedos das múmias.</p>	Período Tardio - Saíta (664 a.C. - 332 a.C.)
	Amuleto com forma de coluna de papiro ( <i>wadj</i> )	<p>Amuleto tridimensional com formato de coluna de papiro, com capitel aberto encimado por um anel de suspensão, confeccionado em faiança. De acordo com o <i>Livro dos Mortos, os Encantamentos 159 e 160</i> deveriam ser pronunciados sobre um amuleto <i>wadj</i>, colocado sobre o pescoço do morto. Seu significado está associado ao rejuvenescimento, tal como o papiro que cresce diariamente nas áreas alagadas.</p>	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)
	Amuleto com forma de coluna de papiro ( <i>wadj</i> )	<p>Amuleto com formato de coluna de papiro, com capitel aberto encimado por um anel de suspensão, confeccionado em esteatita. Há detalhes das folhas, na base e no capitel, feitos por meio de incisão. A parte posterior é plana. De acordo com o <i>Livro dos Mortos, os Encantamentos 159 e 160</i> deveriam ser pronunciados sobre um amuleto <i>wadj</i>, colocado sobre o pescoço do morto. Seu significado está associado ao rejuvenescimento, tal como o papiro que cresce diariamente nas áreas alagadas.</p>	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)

	<p>Amuleto em forma de coração (ib)</p>	<p>Amuleto do coração, com formato piriforme invertido, borda superior lisa e extensões laterais curtas e arredondadas, confeccionado em rocha hematita (?). O coração era considerado a sede da consciência e da inteligência, daí a importância atribuído a ele. Acreditava-se que este órgão deveria ser mantido com o morto, pois seria pesado na balança da justiça, durante o julgamento do morto. Como amuleto o coração era colocado junto ao peito do morto para assegurar a sua existência.</p>	<p>Reino Novo (1550-1070 a.C.)</p>
	<p>Amuleto em forma de coração (ib)</p>	<p>Amuleto do coração, com formato piriforme invertido, borda superior lisa e extensões laterais salientes, confeccionado em hematita. Na parte superior há um pino de sustentação maciço. O coração era considerado a sede da consciência e da inteligência. Acreditava-se que este órgão deveria ser mantido com o morto, pois seria pesado na balança da justiça, durante o julgamento do morto. Como amuleto o coração era colocado junto ao peito do morto para assegurar a sua existência futura, conforme as informações provenientes do Livro dos Mortos.</p>	<p>Reino Novo (1550-1070 a.C.)</p>
	<p>Amuleto em forma de coração (ib)</p>	<p>Amuleto do coração, com formato piriforme invertido, borda superior lisa e extensões laterais curtas, confeccionado em jaspes vermelho. Na parte superior há um pino curto de sustentação. O coração era considerado a sede da consciência e da inteligência. Acreditava-se que este órgão deveria ser mantido com o morto, pois seria pesado na balança da justiça, durante o julgamento do morto. Como amuleto o coração era colocado junto ao peito do morto para assegurar a sua existência futura, conforme as informações provenientes do Livro dos Mortos.</p>	<p>Reino Novo (1550-1070 a.C.)</p>
	<p>Amuleto do olho de Hórus (udjat)</p>	<p>Amuleto do olho <i>udjat</i> em silhueta, formada pelo contorno da sobrancelha e marcas abaixo (gota e a espiral curvada), confeccionado em obsidiana. Na parte superior há um anel de suspensão estriado. Este amuleto representa um dos olhos do deus <i>Hórus</i>, que foi perdido durante uma luta com <i>Seth</i>, deus que personificava o caos no mito egípcio. Trata-se do principal amuleto apotropaico utilizado pelos egípcios. Tornou-se um símbolo de proteção contra o mal, utilizado tanto pelos vivos, quanto para os mortos.</p>	<p>Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)</p>
	<p>Amuleto do olho de Hórus (udjat)</p>	<p>Amuleto do olho <i>udjat</i> em silhueta, formada pelo contorno da sobrancelha e marcas abaixo (gota e a espiral curvada), confeccionado em obsidiana. Na parte superior há um anel de suspensão estriado. Este amuleto representa um dos olhos do deus <i>Hórus</i>, que foi perdido durante uma luta com <i>Seth</i>, deus que personificava o caos no mito egípcio. Trata-se do principal amuleto apotropaico utilizado pelos egípcios. Tornou-se um símbolo de proteção contra o mal, utilizado tanto pelos vivos, quanto para os mortos.</p>	<p>Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)</p>

	Amuleto do nó de Ísis ( <i>tyt</i> )	Esse amuleto representa o nó da vestimenta da deusa Ísis, uma espécie de laço em cuja extremidade inferior amarrada, há uma longa faixa ladeada por duas alças dobradas, separadas por um sulco. Na parte superior há uma saliência para suspensão. Foi confeccionado em jaspe vermelho. Este amuleto é indicado no <i>Encantamento 156 do Livro dos Mortos</i> para ser colocado sob o pescoço da múmia. Desta forma, asseguraria a proteção de <i>Isis</i> sobre o corpo.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)
	Pingente	Peça confeccionada em forma de sino, com sulcos e círculos incisos, com anel de suspensão na parte superior. Talvez Copta.	Período Copta (?) - séculos III a VII
	Amuleto do prumo	Este amuleto de prumo, com a forma de um esquadro, foi confeccionado em hematita. No instrumento utilizado pelos carpinteiros e contrutores egípcios havia uma perguração na junção do topo, de onde pendia uma corda com um peso na extremidade. Era utilizado para verificar a verticalidade. Seu uso como amuleto garantiria ao morto o eterno equilíbrio.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)
	Amuleto da coroa do Baixo Egito ( <i>desheret</i> )	Amuleto com a forma da coroa vermelha, chamada <i>desheret</i> pelos egípcios, que representava o reino do norte, confeccionada em faiança de cor verde. Ela tem a forma cilíndrica, com uma ponta na parte posterior, enquanto uma haste curva projeta-se na parte frontal. Entre ambas há um espaço fechado com uma perfuração para a suspensão. O uso do amuleto da coroa vermelha, assim como as demais coroas, tinha como objetivo divinizar o morto, associando-o ao rei e aos deuses.	Período Tardio - Saíta (664 a.C. - 332 a.C.)
	Colar com figura ushabti	Colar com quatro fileiras de contas tubulares de faiança, com coloração azul turquesa e azul escuro, reconstituído com fio de origem moderna. Ao conjunto foi amarrada uma figura ushabti, de confecção simples feita por meio de molde, visto a parte posterior ser lisa. Possui coloração azul claro esverdeado, formato mumiforme, com peruca tripartite e barba osiriana. Nas mãos a figura carrega os implementos agrícolas, destinados aos trabalhos nos campos do além.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)

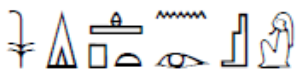
	Colar com figura <i>ushabti</i>	Colar com quatro fileiras de contas tubulares de faiança, com coloração azul claro, azul turquesa e azul escuro, reconstituído com fio de origem moderna. Ao conjunto foi amarrada uma figura <i>ushabti</i> , de confecção rudimentar, feita por meio de molde, de cor azul claro acinzentado. Possui formato mumiforme, com peruca tripartite e barba osiriana. As mãos são pouco visíveis, bem como as ferramentas agrícolas.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)
	Colar com figura <i>ushabti</i>	Colar com quatro fileiras de contas tubulares de faiança, com coloração azul turquesa e azul escuro, intercaladas por discos amarelos, pretos e brancos, reconstituído com fio de origem moderna. Ao conjunto foi amarrada uma figura <i>ushabti</i> , de confecção rudimentar, feita por meio de molde, de coloração azul mesclada com cinza escuro. Possui formato mumiforme, com peruca tripartite. As mãos estão visíveis sobre o peito.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)
	Colar com figura <i>ushabti</i>	Colar com quatro fileiras de contas tubulares de faiança, com coloração azul claro, azul turquesa e azul escuro, intercaladas por discos de cor branca, amarela, vermelha, azul e preta, reconstituído com fio de origem moderna. Um pedaço de linho encontra-se na extremidade. Ao conjunto foi amarrada uma figura <i>ushabti</i> , de confecção rudimentar, feita por meio de molde, visto a parte posterior ser lisa. Possui coloração marrom escura, formato mumiforme com peruca tripartite. Os braços estão cruzados sobre o peito.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)
	Colar com figura <i>ushabti</i>	Colar com três fileiras de contas tubulares de faiança, com coloração verde claro, azul turquesa, azul escuro e marrom, intercaladas com discos brancos, azuis, amarelos e pretos reconstituído com fio de origem moderna. Um pedaço de linho encontra-se na extremidade. Ao conjunto foi amarrada uma figura <i>ushabti</i> , de confecção rudimentar, feita por meio de molde, visto a parte posterior ser lisa. Possui coloração azul amarronzada, formato mumiforme com peruca tripartite. Os braços estão cruzados sobre o peito.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)
	Colar com figura <i>ushabti</i>	Colar com três fileiras de contas tubulares de faiança, com coloração azul turquesa e azul escuro, reconstituído com fio de origem moderna. Ao conjunto foi amarrada uma figura <i>ushabti</i> , de confecção simples, feita por meio de molde, visto a parte posterior ser lisa. Possui coloração verde clara, formato mumiforme, com peruca tripartite, e tem as mãos cruzadas sobre o peito.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)
	Colar com figura <i>ushabti</i>	Colar com quatro fileiras de contas tubulares de faiança, com coloração azul turquesa e azul escuro, reconstituído com fio de origem moderna. Ao conjunto foi amarrada uma figura <i>ushabti</i> , de confecção simples, feita por meio de molde, visto a parte posterior ser lisa. Possui coloração verde clara, formato mumiforme, com peruca tripartite, e tem as mãos cruzadas sobre o peito.	Período Tardio (712 a.C. - 332 a.C.)

## Anexo 2

Transcrição e tradução da estela de *Per-a-Iset* (acervo do Museu Mariano Procópio) feita pelo professor e egiptólogo Moacir Elias Santos.

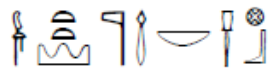
### Estela de Per-a-Iset

Texto disposto em 5 colunas centrais e uma lateral. As primeiras três se lê a partir do centro, da direita para a esquerda:

[1] 

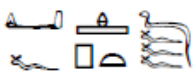
*ḥtp di nsw n wsir*

Uma oferenda que o rei faz para Osíris

[2] 

*imntt nṯr ʿ3 nb ʾbdw*

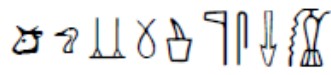
do Oeste, grande deus, senhor de Abydos

[3] 

*di.f ḥtp dḥw*

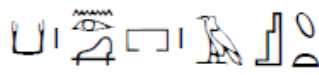
(para que) ele de oferendas e provisões

Na continuação se lê da esquerda para a direita:

[4] 


*k3(w) ʾpd(w) mnḥt šs snṯr kbḥw*

bois, aves, tecido, (vasos de) alabastro, incenso e libações

[5] 

*k3 n wsir pr-m-ʾst*

(para o) *ka* do Osíris Per-a-Iset

[6] 

*m3<sup>c</sup>-ḥrw*

justo de voz.